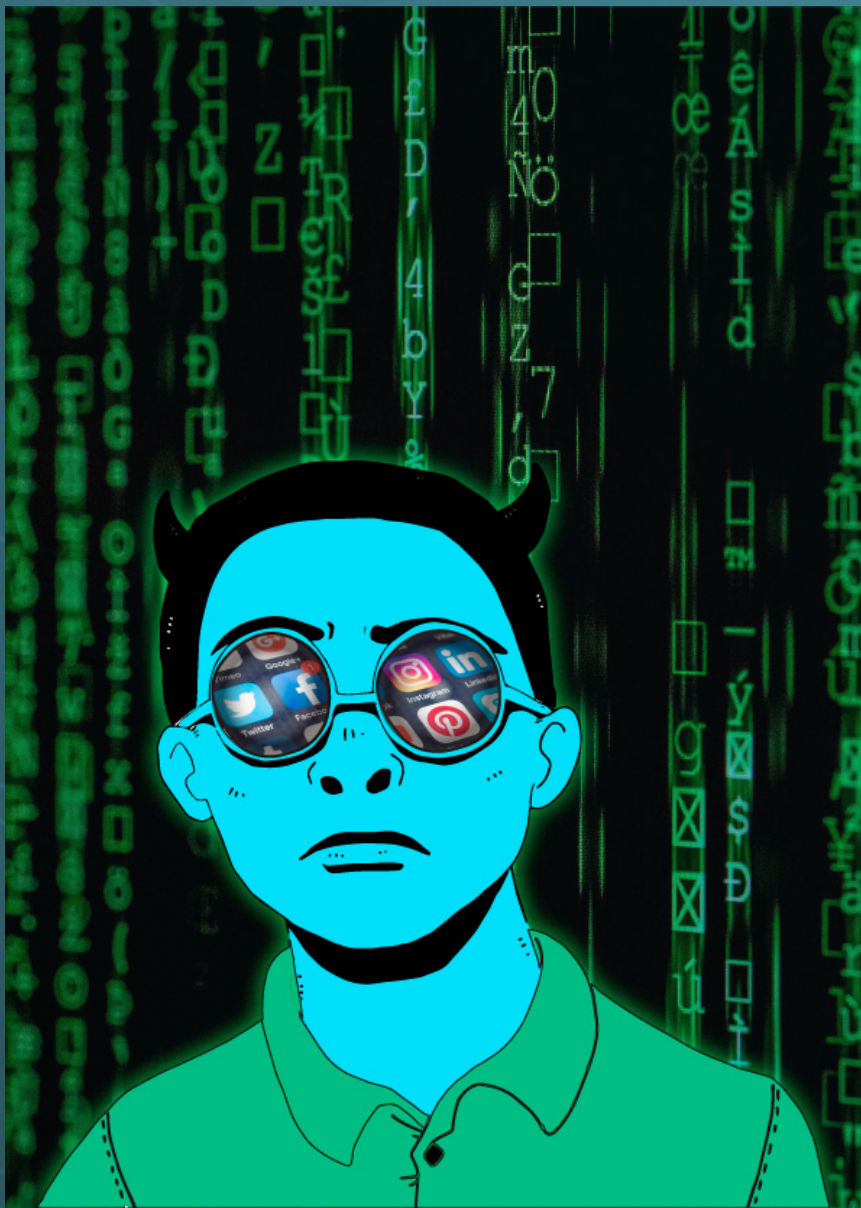


ÁSKESIS

Revista desidentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar



A *Áskesis* é uma publicação online de acesso livre (Open Access Político) e tem por missão a divulgação e a reflexão sobre temáticas que lidam com a sociologia e afins. A revista consiste em uma produção semestral dedicada a discutir e divulgar trabalhos acadêmicos, fomentando a prática do exercício crítico de pesquisadores, bem como o diálogo entre as linhas de pesquisa do programa e as temáticas da Sociologia Contemporânea e áreas afins. Pretendemos ser um espaço de publicação de artigos, ensaios, resenhas, traduções, entrevistas e relatos de pesquisas. A revista trabalha com fluxo contínuo de submissão e com chamadas temáticas de dossiê semestralmente.

WWW.REVISTAASKESIS.UFSCAR.BR



Áskesis: Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Universidade Federal de São Carlos

Reitora: Profa. Dra. Wanda Hoffmann

Vice-reitor: Prof. Dr. Walter Libardi

Centro de Educação e Ciências Humanas

Diretora: Profa. Dra. Maria de Jesus D. dos Reis

Vice-Diretora: Profa. Dra. Ana Cristina J. da Cruz

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenador: Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Priscila Martins Medeiros

Apoio

Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (ProPG-UFSCar)

Endereço

Áskesis. Rod. Whashington Luís, 235 - Monjolinho. 13565-905 - Sao Carlos, SP - Brasil - Caixa-postal: 676.

Volume 9 | Número 2

Julho / Dezembro de 2020

ISSN 2238-3069

Organizadoras do Dossiê - v. 9, n. 2, julho - dezembro, 2020

Ana Carolina Costa dos Anjos

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFSCar

Karina de Camargo

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFSCar

Milena da Lima e Silva

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFSCar

Dados da imagem da capa

Autora: Elisa Uliana

Obra: O ser: entre algoritmos e plataformas, 2021

Diagramação

Bruna Padilha de Oliveira

Thalles Vichiato Breda

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.



Comitê Editorial

Thalles Vichiato Breda

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Ana Carina Sabadin

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Ana Carolina Costa dos Anjos

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Beatriz de Melo Silva

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Bruna Cinquini Ribeiro

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Bruna Padilha de Oliveira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Eduardo Henrique Rossler

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Fernando Augusto de Souza Guimarães

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Janaína dos Santos de Souza

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Karina de Camargo

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Mariana Cardozo Batista de Oliveira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Mariana Monti Paolin

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Talitha Passos de Lima Wormhoudt

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Tharuell Lima Kahwage

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Vitor Gomes

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar



Conselho Científico

Afrânio Garcia Júnior (L'École des Hautes Études en Sciences Sociales/Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain/Centre de Sociologie Européenne – França)

Alice Anabuki Plancherel (Universidade Federal de Alagoas – Brasil)

Anibal Quijano (Binghamton University – USA)

Aristoteles Barcelos Neto (University of East Anglia – Reino Unido)

Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil)

Bernard Lahire (École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines – França)

Daniel Cefaï (L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre D'Etude des Mouvements Sociaux – França)

Ethel Volfzon Kosminsky (Queens College/CUNY – USA)

Gisele Rocha Cortes (Universidade Federal da Paraíba – Brasil)

Jacob Carlos Lima (Universidade Federal de São Carlos – Brasil)

John Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional – Brasil)

José Lindomar Coelho Albuquerque (Universidade Federal de São Paulo – Brasil)

Jose Maria Valcuende del Rio (Universidad Pablo de Olavide de Sevilla – Espanha)

Lucas Cid Gigante (Universidade Federal de Alfenas – Brasil)

Lucila Scavone (Universidade Estadual Paulista – Brasil)

Lucio Oliver (Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM – México)

Márcia Ochoa (University of Califórnia – USA)

Maria da Gloria Bonelli (Universidade Federal de São Carlos – Brasil)

Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil)

Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná – Brasil)

Miriam Cristina Marcillio Ribeiro (Universidade Federal da Bahia – Brasil)

Odaci Luiz Coradini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil)

Paulo Sergio Peres (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil)

Paulo Tavares (Goldsmiths College – Inglaterra)

Simone Bateman (Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS – França)

Ricardo Mayer (Universidade Federal de Santa Maria – Brasil)

Sílvia Portugal (Universidade de Coimbra – Portugal)

Vera Telles (Universidade de São Paulo – Brasil)

Veronica Gimenez Béliveau (Universidad de Buenos Aires – Argentina)



Editorial

Às leitoras e aos leitores

É com grande satisfação que anunciamos mais uma edição da *Áskesis - Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar* em parceria com Ana Carolina Costa dos Anjos, Karina de Camargo, Milena de Lima e Silva, coordenadores do dossiê aqui apresentado: *Interfaces sociais da internet: reflexões sobre cultura, política e diferenças*.

O conjunto de artigos que apresentamos nesta edição traz uma série de reflexões a partir de diversos pontos de conexão, onde os nós são representados pelas mídias digitais.

Longe de tentar abarcar a totalidade das questões levantadas por este dossiê, tentaremos partir de um ponto particular, que possa situar o conjunto destes textos ao momento do hoje, na história feita “em tempo real”.

Diante da pandemia provocada pela COVID-19, a relação entre homem e máquina mudou. De qual ordem essa mudança pertence talvez ainda seja cedo para dizer, mas já poderíamos talvez arriscar algumas considerações.

A internet, utopia que prometia a liberdade definitiva concretiza-se, como bem nos lembra Giselle Beiguelman¹, em uma política de compartilhamento e vigilância, cujo palco chamou dadosfera. Este termo faz referência ao que a autora chamou de “tsunami de dados”, produzidos por nós mesmos a todo momento, em toda interação virtual: localização, reconhecimento facial, preferências de consumo, comportamento sexual, idade, gênero...

Este tsunami produzido a cada segundo pela dadosfera, permite a mineração de dados por grandes empresas, produzindo não apenas previsibilidade sobre o comportamento de consumo mas, sobretudo, e

¹ BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo. Ubu Editora, 2021, 224 pp / Coleção Exit.



como os artigos aqui procuram demonstrar à sua maneira, o próprio sujeito.

Esperamos que desfrutem das reflexões que compartilhamos com vocês. Nós, da comissão editorial, gostaríamos de agradecer novamente o interesse e disponibilidade da coordenação do Dossiê, bem como de todos e todas que enviaram seus artigos.

Boa leitura!

Comitê editorial

Agosto de 2021



SUMÁRIO

PREFÁCIO

- 13 Interfaces sociais da internet: reflexões sobre cultura, política e diferença**
Ana Carolina Costa dos Anjos, Karina de Camargo, Milena de Lima e Silva e
Thalles Vichiato Breda

DOSSIÊ: Interfaces sociais da internet: reflexões sobre cultura, política e diferenças

- 20 Sem visualizações, sem emprego: vida e processo de trabalho de youtubers brasileiros**
Giulianna Bueno Denari
- 41 Distopia virtual: uma análise da emergência de novos atores no campo da comunicação digital**
Rebecca Botelho Portela de Melo
- 65 O populismo digital na campanha presidencial de 2018 no Brasil: as páginas de Facebook de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro**
Laura Gabrieli Pereira da Silva e Milton Lahuerta
- 95 A política como (mais um) critério para o estabelecimento de experiências afetivos-sexuais mediadas pelo aplicativo *Tinder***
Aristides Ariel Bernardo
- 117 Atletas, ex-atletas e participação sociopolítica no cenário pandêmico Covid-19: uma análise de perfis do Twitter**
Doiara Silva dos Santos, Clarisse Silva Caetano e Thalia Miranda Rufino
- 137 “Oi, beninas”: analisando as vlogueiras mais famosas do Brasil a partir de uma abordagem feminista e interseccional**
Júlia Vargas e Flora Villas Carvalho

ENSAIO

- 163 De perto e de dentro: a atividade docente na periferia em tempos de pandemia**
Marcelo Ribeiro Sales
- 173 O papel da Política de Assistência Social em um contexto de pandemia: possibilidades e contradições**
Eveline Tonelotto Barbosa Pott



RESENHA

- Democracia em colapso? A posição de Levitsky e Ziblatt**
183 Denise Cardozo e Matheus A. Botelho

- Aberrações tropicais: representações da monstruosidade no teatro Latino-Americano**
188 Marco Antônio Gavério

ENTREVISTA

- Investigando os usos sociais da internet: uma entrevista com Larissa Pelúcio, Tarcízio Silva e Felipe Padilha**
194 Ana Carolina Costa dos Anjos, Karina de Camargo e Milena de Lima

ARTIGOS LIVRES

- Como os casamentos exogâmicos em Portugal são influenciados pelas migrações brasileiras para o território lusitano**
223 Amanda Matos Valente

- A erótica como religião terrena do amor: um estudo das afinidades eletivas entre Max Weber e Ulrich Beck**
245 Caio César Pedron

- Há reflexividade do ator leigo? Objetivação, prática social e consciência reflexiva em Pierre Bourdieu e Anthony Giddens**
261 João Matias de Oliveira Neto

- O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares como a materialização do (neo)conservadorismo na educação pública brasileira**
275 Renata Cecilia Estormovski



SUMMARY

PREFACE

- 13 Social internet interfaces: reflections on culture, politics and differences**
Ana Carolina Costa dos Anjos, Karina de Camargo, Milena de Lima e Silva e
Thalles Vichiato Breda

DOSSIER: Social internet interfaces: reflections on culture, politics and differences

- 20 No views, no job: life and work process of Brazilian's youtubers**
Giulianna Bueno Denari
- 41 Virtual Dystopia: analysis of the emergence of new actors in the field of digital communication**
Rebecca Botelho Portela de Melo
- 65 Digital populism in the 2018 presidential campaign in Brazil: the Facebook pages of Luiz Inácio Lula da Silva and Jair Messias Bolsonaro**
Laura Gabrieli Pereira da Silva e Milton Lahuerta
- 95 Politics as (one more) criterion for the establishment of affective-sexual experiences mediated by the Tinder application**
Aristides Ariel Bernardo
- 117 Athletes, Ex-athletes and Sociopolitical Participation within the Context of the Pandemic covid-19: a Netnography**
Doiara Silva dos Santos, Clarisse Silva Caetano e Thalia Miranda Rufino
- 137 "Oi beninas": analyzing the best-known vloggers in Brazil From a feminist and intersectional approach**
Júlia Vargas e Flora Villas Carvalho

ESSAY

- 163 Up close and from inside: teaching activity in the periphery in times of pandemic**
Marcelo Ribeiro Sales
- 173 The role of Social Assistance Policy in a pandemic context: possibilities and contradictions**
Eveline Tonelotto Barbosa Pott



REVIEW

- Democracy collapsing? Levitsky and Ziblatt position**
183 Denise Cardozo e Matheus A. Botelho
- Tropical freaks: representations of monstrosity in Latin American theater**
188 Marco Antônio Gavério

INTERVIEW

- Investigating the social uses of the Internet: an interview with Larissa Pelúcio, Tarcízio Silva e Felipe Padilha**
194 Ana Carolina Costa dos Anjos, Karina de Camargo e Milena de Lima

ARTICLES

- How exogamous marriages in Portugal are influenced by Brazilian migrations to Portuguese territory**
223 Amanda Matos Valente
- Erotica as an earthly religion of love: a study of the elective affinities between Max Weber and Ulrich Beck**
245 Caio César Pedron
- The lay actor has a reflexivity? Objetivism, social practice and reflexivity in Pierre Bourdieu and Anthony Giddens**
261 João Matias de Oliveira Neto
- The National Civic-Military Schools Program as the materialization of (neo) conservatives in brazilian public education**
275 Renata Cecilia Estormovski

PREFÁCIO



Interfaces sociais da internet: reflexões sobre cultura, política e diferença

Social internet interfaces: reflections on culture, politics and differences

Ana Carolina Costa dos Anjos¹

Karina de Camargo²

Milena de Lima e Silva³

Thalles Vichiato Breda⁴

As primeiras décadas do século XXI foram marcadas por profundas transformações econômicas, políticas, culturais e subjetivas. As reflexões sobre essas mudanças (quase) sempre trazem a discussão dos usos sociais da internet seja pela dimensão do desenvolvimento, disseminação ou usos das ferramentas tecno-comunicacionais que ampliam as relações mediadas digitalmente.

Em um espaço de tempo curto (do ponto de vista dos processos sociais) assistimos no Brasil o rápido crescimento do acesso à internet, que em 2005 correspondia a somente 20,9% dos brasileiros com dez anos de idade ou mais e, em 2018, saltou para 74,7% (IBGE, 2009, 2020). Desses últimos, 98,1% acessaram por meio de *smartphones*, sendo o maior uso (95,7%) para envio e recebimento de mensagens texto, voz ou imagens por meio de aplicativos (IBGE, 2020).

¹ (Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), bolsista CNPq; Mestre em Ciências do Ambiente, Graduada em Comunicação Social/Jornalismo, ambos pela Universidade Federal do Tocantins. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2047-592X/>. E-mail: carolcdosanjos@gmail.com.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição, bolsista FAPESP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4444-3527>. E-mail: kah.mgo@gmail.com.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, bolsista CAPES-Print na Universidade de Oxford (Inglaterra); Mestre pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo; Graduada em Ciências Sociais, ambas pela Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0031-2832>. E-mail: milenalima.e.silva@gmail.com.

⁴ Editor-chefe da *Áskesis* – Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Doutorando em Sociologia pelo PPGS-UFSCar, doutorando em regime de cotutela pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Bauhaus Universidade de Weimar (Alemanha) e Assistente de Pesquisa pelo Institut de Recherche pour le Développement - França. E-mail: thallesvbreda@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5584-3003.



Ainda que a distribuição e a qualidade desses acessos não sejam homogêneas, por conta de desigualdades sociais, algumas influências das estruturas internas das comunicações digitais são notáveis nos modos de organização da sociedade, sociabilidade e nos nossos relacionamentos com os outros e consigo mesmos.

É possível que entre as nossas lembranças mais recentes envolvendo efeitos/impactos dos usos de ferramentas tecno-comunicacionais digitais, estejam as corridas presidenciais nos Estados Unidos (2016) e no Brasil (2018), uma vez que a forma como foram utilizadas as plataformas e a difusão de informações (e desinformações) distinguiu-se das eleições anteriores. Houve tensões e conflitos que ainda serão alvo de reflexões nas mais variadas áreas do conhecimento nos próximos anos. Isto é, há um desafio para a ciência em refletir sobre os processos de construção de fatos, *fake News*, desinformação, ataque à academia, democracia e às instituições mediadoras.

Outra questão que atravessa nosso cotidiano é a mediação contínua e quase ininterrupta de serviços e ferramentas de comunicação digital por conta do isolamento social, devido a pandemia do Covid-19 (presente na vida de uma considerável parcela da população que têm recurso e possibilidade para tal). Dessa forma, a proposta deste dossiê nasce antes desse acontecimento mundial e não prevíamos que as atividades cotidianas mais prosaicas seriam alvo de reflexão e angústia para (quase) todos nós. Esse novo contexto ampliou a necessidade de exposição constante à internet, seja para fins profissionais e educacionais, seja para fins afetivos. As relações de trabalho, afetivas (amigos ou família) passaram a acontecer digitalmente, borrando ainda mais fronteiras que já estavam impactadas com a distinção entre público e privado.

Além desses casos citados, diversos outros fenômenos sociais têm suscitado o interesse de análise sobre os usos sociais da internet, a fim de compreender as relações que acontecem mediadas digitalmente, como também conhecer as potencialidades e impactos nas dimensões culturais, políticas e econômicas da vida social. Isso porque, na ou através da internet sujeitos, movimentos sociais e coletivos encontram formas de ação; negociam, identificam, co-criam, empreendem-se, como também reivindicam regimes de representações dentro da cultura de massa contemporânea. Então, para pensar coletivamente nos impactos dos usos dessas tecnologias e como essas afetam as mais distintas dimensões da vida social em conjunto com as articulações dos marcadores sociais das diferenças é que propomos este dossiê intitulado **Interfaces sociais da internet: reflexões sobre cultura, política e diferença**. Os textos selecionados apresentam distintas embocaduras sociológicas para tentar apreender as formas de ser, existir, trabalhar, performar e até mesmo resistir na sociedade de plataforma.

O artigo **Sem visualizações, sem emprego: vida e processo de trabalho de youtubers brasileiros**, de Julianna Bueno Denari, escolhido para abrir a discussão dos usos sociais da internet, analisa o processo de



trabalho dos youtubers e sua relação com a plataforma de vídeos. A empresa YouTube possui regras de funcionamento que coloca restrições aos produtores de conteúdo, seja por meio dos mecanismos de monetização, venda de espaços publicitários e/ou a distribuição de conteúdo. Através da análise de vídeos e entrevistas com produtores de conteúdo, a autora considera o discurso formal da plataforma em torno da produção de vídeos como sendo uma ação divertida e despretensiosa, mas que esconde uma ocupação que toma o indivíduo e transforma seu tempo disponível em tempo de trabalho, marca e mercadoria.

Rebecca Botelho Portela de Melo, no artigo **Distopia Virtual: uma análise da emergência de novos atores no campo da comunicação digital**, discute o impacto social das novas configurações de mídia e aborda as noções de ‘utopia digital’ e autocomunicação de massa, pensando suas possíveis consequências para o processo democrático. Para tanto, situa o debate entre os sociólogos espanhóis Manuel Castells (que cunhou o conceito de ‘autocomunicação de massa’) e César Rendueles (com conceito de ‘Utopia Digital’). Os referidos autores se contrapõem, pois enquanto Castells percebe os usos da internet como uma possibilidade de avanço para a democracia, Rendueles, por sua vez, aponta os sentidos distópicos não analisados pelos ‘teóricos da ciberdemocracia’.

No artigo **O populismo digital na campanha presidencial de 2018 no Brasil: as páginas de Facebook de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro**, Laura Gabrieli Pereira da Silva e Milton Lahuerta desenvolvem uma análise sobre a recente campanha presidencial no Brasil e resgatam o conceito de populismo para pensar os discursos políticos oficiais dos presidencialistas que foram veiculados na plataforma Facebook. Os autores destacam que ambas as páginas, mesmo em campos ideológicos diversos, tiveram ações discursivas de âmbito populista e utilizaram de modo mais ou menos eficaz os recursos digitais para propagação das mensagens.

Aristides Ariel Bernardo em **A política como (mais um) critério para o estabelecimento de experiências afetivos-sexuais mediadas pelo aplicativo Tinder** apresenta resultados de uma análise de perfis de usuário(a)s do aplicativo *Tinder* a partir da presença de manifestações de apoio ou crítica às figuras políticas atuantes no cenário sócio-político brasileiro. Aristides tem como hipótese que os espaços dos afetos e os discursos afetivos desse(a)s usuário(a)s estão intimamente ligados com o contexto político-ideológico polarizado entre direita e esquerda no Brasil.

Em **Atletas, Ex-Atletas e Participação Sociopolítica no Cenário Pandêmico Covid-19: uma Análise de Perfis do Twitter**, Doiara Silva dos Santos, Clarisse Silva Caetano e Thalia Miranda Rufino discutem a participação social de atletas e ex-atletas brasileiros e seus posicionamentos sociopolíticos. Para tanto, analisam as manifestações realizadas por eles/elas nos perfis das mídias sociais digitais, durante o contexto de pandemia da Covid-19. Assim, identificam distinções entre os posicionamentos de atletas em atividade e ex-



atletas, que fazem a gestão da própria imagem pública de forma diferente, cujas ações podem ir além do campo esportivo.

No artigo **“Oi, beninas”**: **Analisando as vlogueiras mais conhecidas do Brasil a partir de uma abordagem feminista e interseccional**, Júlia Vargas e Flora Villas Carvalho analisam o conteúdo produzido por vlogueiras brasileiras que, em 2019, possuíam o maior número de inscrições no *Youtube*. Observaram nesse conteúdo, quais foram os temas abordados e as características estéticas das vlogueiras, para assim pensarem as representações, discursos e práticas de reprodução de estereótipos heteronormativos. Perceberam maior predominância de mulheres brancas, cisgênero, magras e jovens que suscitam novas indagações acerca das possíveis relações entre tal predominância e os algoritmos da plataforma.

Na seção de **Ensaio**, Marcelo Sales, em **De perto e de dentro: A atividade docente na periferia em tempos de pandemia**, a partir de sua vivência e suas observações na condição de professor da rede estadual do Rio de Janeiro reflete sobre as condições do ensino público pelas periferias do país em tempos de pandemia. Em **O papel da política de Assistência Social em um contexto de pandemia: possibilidades e contradições**, Eveline Pott visa discutir as possibilidades e contradições presentes no atual contexto de pandemia atravessadas pelas implicações sociais e psicológicas de dada população que já vivia em situação de vulnerabilidade social. Ademais, questiona qual é o papel da política de assistência social vigente em tempos extremos.

Na seção de **Resenha**, Denise Cardozo e Matheus Botelho apresentam **Democracia em colapso? A posição de Levitsky e Ziblatt** a partir do livro dos dois autores, “Como as democracias morrem”, lançado em 2018. Marcos Gavério em seu texto **Aberrações Tropicais: Representações da monstrosidade no teatro Latino-Americano** apresenta uma resenha do livro “Freak Performances: Dissidence in Latin American Theater”, lançado em 2018 pela autora Analola Santana.

Dialogando com a temática do dossiê, na seção **Entrevista**, o texto **Investigando os usos sociais da internet: uma entrevista com Larissa Pelúcio, Tarcízio Silva e Felipe Padilha** apresenta uma discussão sobre trajetórias de pesquisa que coincidem com a percepção dos processos sócio-históricos de desenvolvimento da internet e das comunicações em rede no Brasil. Os(as) entrevistados(as) apresentam considerações sobre os limites e as potencialidades das Ciências Sociais e da Comunicação Social para pesquisa sobre, na e com a internet, como também as questões éticas e de boas práticas científicas. Outro tema abordado foi as diferentes dimensões dos usos das imagens e representações visuais em plataformas de comunicação e relacionamentos, que permitem analisar intercruzamentos entre aspectos midiáticos e sociabilidades próprias desses espaços. As relações, experiências, subjetividades e identidades estabelecidas nessas plataformas são inscritas



por distintos eixos de diferenciação como “gênero”, “raça”, sexualidade, classe, geração. Por fim, discutiram o contexto sócio-político vivido no Brasil, tendo como marcos principais a última eleição presidencial, em 2018, e a pandemia de Covid-19, que possibilitaram observar transformações em curso em seus respectivos campos de estudos.

Abrindo a seção dos **Artigos livres**, Amanda Matos Valente apresenta **Como os casamentos exogâmicos em Portugal são influenciados pelas migrações brasileiras para o território lusitano**. Nesse texto, a autora busca discutir a crescente migração de brasileiros para território lusitano. De igual maneira, busca compreender as motivações e as repercussões de brasileiros que migraram para Portugal e realizaram casamentos binacionais.

No artigo **A Erótica como Religião Terrena do Amor: um Estudo das Afinidades Eletivas entre Max Weber e Ulrich Beck**, Caio César Pedrone explora o pensamento dos pensadores no que tange às suas interpretações sociológicas do amor. A hipótese apresentada é de que o trabalho de Beck consolida e amplia a proposta analítica de Weber, aprofundando a compreensão do amor enquanto fenômeno social em sua autonomia na relação com outras esferas da vida.

João Matias de Oliveira Neto em **Há reflexividade do ator leigo? Objetivação, prática social e consciência reflexiva em Pierre Bourdieu e Anthony Giddens** busca promover uma discussão crítica dos conceitos de prática social e consciência reflexiva para investigar uma provocação advinda do próprio Bourdieu sobre se haveria ou não reflexividade do ator leigo. Assim, o autor tece considerações sobre o próprio processo de objetivação na sociologia, além do modo como pensamos o “outro” tanto em termos ontológicos como teórico-metodológicos no ofício do sociólogo.

No último artigo da seção, **O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares como a materialização do (neo)conservadorismo na educação pública brasileira**, Renata Cecilia Estormovski visa compreender os vínculos do Programa citado com o movimento neoconservador e suas implicações para a educação pública, em específico para seus processos de gestão.

A **Imagem de capa** desta edição traz uma foto-colagem idealizada por Milena de Lima e Silva e realizada pela designer Elisa Uliana da @ahvadesign. Intitulada “O ser: entre algoritmos e plataformas”, a imagem fala sobre os usos da internet e a construção de subjetividade, afinal, com as novas formas de representação passa-se a construir outras maneiras de ser e estar no mundo contemporâneo.

Boa leitura!



Como citar este prefácio:

ANJOS, Ana Carolina Costa dos; CAMARGO, Karina de; LIMA E SILVA, Milena; BREDA, Thalles Vichiato. Interfaces sociais da internet: reflexões sobre cultura, política e diferença. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 9, n. 2, p. 13-18, jan./jun. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.746>

DOSSIÉ



Sem visualizações, sem emprego: vida e processo de trabalho de youtubers brasileiros¹

Giulianna Bueno Denari²

Resumo: Este artigo busca debater o processo de trabalho dos youtubers e sua relação com a plataforma. O YouTube dita o que pode ser monetizado, vende espaço de publicidade e gerencia como o público consome os vídeos, mas também o que o youtuber pode produzir. Envolvidos pela regência dos algoritmos, a complexidade do processo de trabalho se evidencia não apenas em horas trabalhadas, mas em alcance e engajamento. O discurso de uma ação que diz ser divertida e despretensiva esconde uma ocupação que toma o indivíduo e transforma todo o seu tempo disponível em tempo de trabalho, em marca e mercadoria. A metodologia qualitativa com análise de entrevistas e vídeos selecionados possibilita discutir como autonomia e subordinação se encontram na vivência de produtores de conteúdo.

Palavras-Chave: Trabalho. Plataforma. YouTube. Trabalho digital. Youtuber.

No views, no job: life and work process of Brazilian's youtubers

Abstract: This article aims to discuss the working process of youtubers and its relationship with the platform. YouTube dictates what can be monetized, sells advertising space and manages how the public consumes its videos, but also what youtuber may produce. Involved by the regency of the algorithms, the complexity of the work process is evident not only in working hours, but in reach and engagement. The discourse of an activity that claims to be fun and unpretentious hides an occupation that takes the individual and transforms all his available time into working time, brand and merchandise. The qualitative methodology involving analysis of interviews and selected videos makes it possible to discuss how autonomy and subordination are found in the experience of content producers.

Keywords: Work. Platform. YouTube. Digital work. Youtuber.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). São Carlos, São Paulo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2714-1642>. giudenari@gmail.com.



1. Introdução

Analisar processos de trabalho de uma nova ocupação tem seus desafios, dentre eles, a mudança constante e rápida em que acontecem. Isso toma proporções ainda maiores quando essa ocupação está ligada à internet e às plataformas digitais: não raro pude ouvir dos entrevistados que a sensação é de viver muitos anos em um: “É, enfim, a gente sempre fala, tempo de internet é como se fosse tempo de cachorro né. Então assim, nove anos fazendo vídeo pro YouTube, eu sinto que foi uma vida...” (Carlos, youtuber).

Busco neste artigo trazer as reflexões que a pesquisa de doutorado tem proporcionado a partir da análise sobre o trabalho de produtores de conteúdo para a plataforma YouTube, os youtubers. A vivência da diversão e autonomia se mescla com ritmos e processos solitários, ditados pelos algoritmos que subordinam aspectos da vida de forma não explícita. Tais processos não são excludentes, mas conferem uma inseparabilidade entre vida e trabalho. O youtuber pode ser desde quem produz conteúdo exclusivamente para a plataforma e obtém sua renda e sobrevivência dessa ocupação, quanto aquele que usa a produção de vídeos para alavancar outros negócios fora da mídia. Trazer a heterogeneidade de vivências e suas contradições nos ajuda a escapar do determinismo tecnológico e seu fatalismo em relação ao trabalho, bem como entender que a não separação entre online e offline também significa a reprodução social.

A dinamicidade das redes de informática e o crescimento do mercado informacional juntamente com a chamada reestruturação produtiva, tornaram possíveis novos processos de trabalho e novas ocupações, por exemplo, produtores de *hardwares*, *softwares*, comunicadores digitais e novas formas de entretenimento, como no caso aqui destacado, os youtubers (CASTELLS, 2011). Possibilitaram também, novas relações dos sujeitos com suas ocupações, trabalhos e gestão de carreiras. O investimento em termos de formação, lazer e entretenimento vislumbram uma junção entre habilidades técnicas e características pessoais que precisam ser formadas e construídas continuamente ao longo da vida produtiva (BOLSTANSKI; CHIAPELLO, 2009). A gestão dos tempos se torna complexa e o conhecimento passa a ser explorado diretamente.

Os tempos e ritmos da vida cotidiana se borram e confundem cada vez mais com os tempos no trabalho e dedicado a ele. O aumento da oferta de trabalho no setor de serviços não significa apenas um aumento na produção de bens materiais e imateriais, mas sim, na produção, compra e venda de formas de vida. A exploração e objeto da acumulação são as diferentes expressões da vida (CORSANI; LAZZARATTO, s/d). O que no caso de nossos sujeitos de pesquisa toma diferentes proporções, quando a necessidade da autenticidade, da entrega, de colocar o que há de mais íntimo para o público consumir e se identificar se torna o imperativo do seu trabalho.



A plataforma funciona como um intermediário, conectando consumidores aos que oferecem o serviço. O que não é uma novidade em si, quando levamos em consideração que outros ramos do setor de serviços também funcionam dessa forma, como shoppings. No entanto, o âmbito digital desloca as proporções e alcances que esse formato pode alcançar e se desenvolver, envolvendo não apenas usuários conectados no mundo todo, como políticas e leis locais, embaralhando regras e jurisdições distintas (VALENTE, 2019)³. Coloca em destaque também a demanda, podendo ela ser responsável por alterar parte do funcionamento da plataforma. Análises sobre as plataformas e economias digitais também levantam essas questões (HUWS, 2014; SCHOLZ, 2016; SLEE, 2017), apontando possibilidades de avanços (RIFIKIN, 2001) e também de conflitos (CARDOSO *et al*, 2018). Como resultado, nos últimos dois anos, começaram a surgir os primeiros sindicatos e propostas de regulamentação dos usos e remunerações de produtores de conteúdo no mundo, mas ainda sem normativas, principalmente coletivas e transnacionais⁴.

A lógica do trabalho digital se baseia na utilização de conhecimentos complexos e abstratos na produção e manipulação de símbolos e ideias que são transformadas em ferramentas concretas na criação e desenvolvimento de tarefas ou conteúdos diversos (LIMA; OLIVEIRA, 2017). Tal lógica, principalmente nas plataformas digitais, regida pelos algoritmos, traz o discurso de regras imparciais e que atingiriam todos, excluindo os fatores humanos de decisão sobre como funcionam os algoritmos e como afetam os usuários⁵. Cada mudança imposta pelo YouTube, considerada não como um padrão no sentido tradicional da relação, mas como desenvolvedor e proprietário da plataforma, altera a dinâmica em relação aos números, alcance e renda dos vídeos, o que acaba impondo que os criadores de conteúdo se adequem imediatamente, por serem regras retroativas. Característica essa que foge das noções tradicionais sobre contrato de trabalho ou prestação de serviços, porque afeta cada vídeo publicado, mesmo que tenha sido anos antes. Esse processo não exclui a possibilidade de resistências e maneiras de contornar essas determinações, mesmo que signifique reformular títulos, *tags*⁶ ou imagens utilizadas nos vídeos.

O que nos interessa a partir dessa relação entre os algoritmos e o uso das plataformas é que, apesar de não haver vínculos empregatícios ou contratos

³ Levando em consideração, por exemplo, a legislação brasileira sobre conteúdo e propaganda infantil, o YouTube Brasil passou a ter um aplicativo específico para crianças, com controle parental do que pode ser reproduzido, apenas em 2016.

⁴ Como o The Creator Union e o YouTubers Union.

⁵ É importante destacar que o algoritmo é abstrato, ou seja, é um código, uma linguagem informacional. É comando programado e escrito por um programador responsável. Desta forma, um algoritmo não surge ou age de forma espontânea, mas é pensado, idealizado e determinado por uma ação humana.

⁶ *Tags* são marcadores de conteúdo que auxiliam na referência dos vídeos e principalmente utilizadas em produção de conteúdos populares que normalmente geram audiência.



de trabalho que determinem o que os youtubers devem ou não produzir de conteúdo e como o fazer, as diretrizes da plataforma parecem funcionar como balizadoras em tempo real do trabalho que eles desenvolvem. Mesmo que não dependam da monetização dos vídeos para sobrevivência, ou que essa renda não seja a principal da sua marca, a produção de conteúdos e vídeos que sejam atrativos para o público e que funcionem dentro das regras da plataforma é condição para que o canal siga monetizando. Isso é feito quando o usuário aceita as políticas de uso da plataforma e, principalmente, quando adere ao programa de parcerias do YouTube⁷.

Nas próximas seções apresentarei como a pesquisa foi desenhada e como foi desenvolvida, contextualizando os sujeitos entrevistados e como a relação com a plataforma e os algoritmos é percebida em seu trabalho. Entender o processo de trabalho dos youtubers, tudo que envolve seu cotidiano de produção de conteúdo, significa entender também a relação complexa entre a plataforma, as empresas que buscam publicidade, os youtubers e o público que consome. Diz respeito também aos limites temporais e analíticos que esta pesquisa pode alcançar tendo em vista as mudanças rápidas e constantes na plataforma e no uso das mídias digitais e o espaço deste artigo.

2. Por detrás da tela: do projeto à execução

A pesquisa teve início em 2016, mas minha trajetória enquanto consumidora e usuária da plataforma começa ainda em 2007, quando pude ter acesso a uma rede de internet e aparelho móvel. Ao longo desses anos, mesmo que despreziosamente, pude observar mudanças significativas seja no conteúdo publicado, seja nas formas como a plataforma funcionava. A partir de 2009, começam a surgir os primeiros youtubers brasileiros, publicando conteúdos de assuntos diversos sobre suas vidas e cotidianos seguindo um formato simples, gravados com câmeras baratas, ou mesmo de celulares, no qual o youtuber fala em frente à câmera com pouco ou até sem nenhum cenário e edição. Em 2014, esse contexto começa a se expandir e o número de canais, bem com a diversidade de assuntos e diferentes abordagens, aumentam significativamente, além do surgimento de uma ideia de profissionalização da atividade (dados de campo). Esses criadores de conteúdo passavam a se identificar enquanto youtubers e se afirmarem nesse setor enquanto trabalho e profissão. A partir de 2012, com o programa de parceria estabelecido no Brasil, “Parceiros do YouTube”, os youtubers passaram a ter seus vídeos monetizados. Passaram de pessoas que, além de exporem suas vidas e ideias na internet, puderam ganhar dinheiro enquanto produtores de conteúdo na

⁷ O programa de parcerias possibilita que os youtubers recebam parte da renda que seus vídeos geram para a plataforma, ou seja, a adesão a esse programa é o que dá direito a receber os valores de adsense, a monetização de seus vídeos.



plataforma em si, ou seja, não mais apenas utilizando a plataforma enquanto forma de divulgação do seu trabalho fora da internet ou como meio de galgar posições nas mídias tradicionais, como televisão e cinema⁸.

Os dados da pesquisa foram produzidos qualitativamente com entrevistas e análise dos conteúdos produzidos por youtubers, sejam reportagens, vídeos ou publicações em outras redes sociais. Neste artigo abordo em específico duas entrevistas realizadas com youtubers da chamada “primeira geração”, ou seja, que iniciaram a produção de vídeos antes mesmo do programa de parcerias ser possível no Brasil⁹, entre 2009 e 2010, além da análise de alguns dos vídeos selecionados, nos quais a relação entre a plataforma e produção de conteúdo são abordados, bem como aspectos importantes da ocupação. As entrevistas selecionadas foram realizadas remotamente, por solicitação dos entrevistados¹⁰. Estando ciente das limitações desses métodos quanto à interação com o entrevistado, ainda assim essa ferramenta foi importante e produtiva para a realização da pesquisa como um todo. As relações mediadas pela tecnologia são constantes na realidade desses sujeitos, que além de bastante familiaridade com o uso e intermediação da tecnologia no seu cotidiano, preferem manter contato desta forma pela comodidade em encaixar em seus compromissos. Afinal, estar em frente às câmeras não é novidade para eles.

Os dados quantitativos sobre a plataforma são escassos ou nulos, o que ajuda a criar uma imagem opaca sobre a produção de conteúdo na plataforma. O próprio YouTube não disponibiliza dados completos sobre o seu funcionamento e os tipos de usuários da plataforma, como número de canais por país, por exemplo. Recentemente a empresa divulgou os dados sobre seu faturamento com publicidade na plataforma depois de processos envolvendo publicidade voltada para o público infantil, receita essa por volta de 15 bilhões de dólares em 2019 (YOUTUBE, 2020). Existem algumas empresas associadas que fazem levantamentos sobre crescimento do setor e mercado publicitário online, divulgando periodicamente de acordo com as movimentações do mercado publicitário. Dados como canais mais acessados, mais assistidos ou com maior número de inscritos podem ser conseguidos

⁸ Vale ressaltar que desde sua criação e a popularização de seu uso, o YouTube não teve concorrências significativas no que consta como plataforma de reprodução de conteúdos em formato de vídeos. Plataformas como Vimeo e Twitch, lançadas em 2004 e 2011 respectivamente, por exemplo, apresentam públicos e formatos específicos de conteúdos, que também podem existir no YouTube, mas que não são o foco da plataforma.

⁹ Essa classificação foi citada durante a realização da pesquisa de campo, seja nas entrevistas ou vídeos acompanhados. Não há uma data exata, uma divisão explícita daqueles que fazem parte de cada geração. A princípio, aqueles que começaram com seus canais antes de 2012 são considerados a vanguarda dos youtubers brasileiros. Os que iniciaram a partir de 2014 são colocados como a segunda geração, que têm a primeira como referência. Por fim, a atual e terceira geração, tem conteúdos e formatos distintos das duas primeiras. Não incorporarei essa classificação como analítica, mas ela ajuda a entender a compreensão dos ritmos de trabalho e mudanças dessa ocupação no YouTube no espaço de 10 anos de existência no Brasil.

¹⁰ No ano de 2020 foram realizadas quatro entrevistas para finalização do trabalho de campo da tese e, devido à pandemia da COVID-19, todas aconteceram remotamente.



por meio de um site que usa os códigos de programação da plataforma para fazer um levantamento aproximado desses números. Apesar de não oficial, são usados como métrica para avaliação dos canais e esses dados me ajudam a entender os números que tanto interessam e direcionam os youtubers e dão pistas sobre o funcionamento dos algoritmos¹¹.

A observação e acompanhamento dos conteúdos produzidos em seus vídeos e outras redes sociais é importante também para entender os discursos mobilizados, seja em torno dos seus afazeres cotidianos na gravação dos vídeos, seja na relação com a plataforma ou o público. Nos vídeos podemos observar a preocupação em não falar de seus afazeres em torno da discussão do trabalho, ou seja, o conteúdo dos vídeos raramente aborda rotinas de gravação e planejamento, tratados como assuntos chatos ou desinteressantes. Aos vídeos é reservado um espaço de conteúdo divertido, que entretém e informa, mas que não revela os bastidores. O dinamismo entre o que é publicitado e o que é mantido fora das lentes também funciona como fator de participação e curiosidade para a audiência, uma vez que vídeos que exponham ou tratem da vida privada e dos bastidores da produção tendem a gerar engajamento. Falar sobre rentabilidade e trabalho não parece ser interessante quando o discurso corriqueiro é sobre o amor ao que se faz e principalmente, sobre o amor ao público e a vontade de estar perto dele, interagindo o tempo todo. Aproximar a produção de vídeos a um trabalho significaria admitir que é uma atividade que visa lucros e remuneração, o que não pode ser colocado o tempo todo para um público que mais se engaja quanto mais próximo se sente de seu ídolo. Não significa que essas relações sejam falsas ou que não haja interesse em si em ser youtuber, mas a associação dessa atividade a um trabalho coloca as relações em um mundo comercial, empresarial, que não condiz com o tipo de interação entre youtubers e os inscritos em seu canal, que é uma relação de proximidade, quase familiar. Ainda que esteja estabelecido que sem o público, sem a audiência, não haveria canal, a ocupação em si não seria possível. “O público é uma extensão do nosso conteúdo, é indissociável.” (Cadernos de campo, vídeo) (Danilo, youtuber)

Para aqueles que ainda não conseguiram alcançar estabilidade com os ganhos do canal, pude observar que produzir vídeos se encaixa no limite entre o lazer e o trabalho, uma vez que esperam poder se dedicar integralmente e viver dessa produção, que muitas vezes envolve um interesse pessoal ligado a um hobby ou uma atividade de diversão.

O uso das plataformas digitais para a pesquisa qualitativa em Sociologia tem suas vantagens e desvantagens (FACIOLI; PADILHA, 2019; MISKOLCI, 2016; PELÚCIO, 2016), assim como toda metodologia de pesquisa. Quando

¹¹ O site citado é o Socialblade. Ele funciona resgatando, por programação, os dados estimados das plataformas de redes sociais digitais, tais como YouTube e Instagram, do mundo todo. Esses dados são compilados e exibidos conforme seleção do canal, do país e rede social desejada. É possível acompanhar mensalmente a evolução de dados como número de inscritos, visualizações e o ranking nacional e internacional dos perfis.



consideramos o grande volume de dados disponível online, entendo que sempre alguma informação, grupo ou assunto será negligenciado até mesmo pelo alcance e destaque que ele possui nas plataformas. O viés qualitativo não prevê um número determinado de sujeitos, mas no decorrer do campo é preciso um balanço sistemático do pesquisador sobre seus objetivos e o material produzido até então (REGO *et al.*, *s/d*). Desta forma, o recorte aqui proposto representa parte dos dados produzidos para a tese e busca dar conta da compreensão do balanço entre relações de autonomia e subordinação entre youtubers, plataforma, usuários e as empresas que investem na publicidade da plataforma. E para compreendermos as partes e as proporções dessa complexa relação, é preciso também entender o funcionamento da plataforma.

3. O YouTube e a monetização

O YouTube é uma plataforma de exibição de vídeos, podendo eles serem sobre os mais diversos assuntos. Surgiu em 2005 e, após a compra pela Google um ano depois, teve seu uso expandido, se tornando hoje monopólio do setor. Explicar as razões que possibilitaram o sucesso da plataforma não é uma tarefa simples e ainda demanda reflexão. É o segundo site mais acessado do mundo, ficando atrás apenas da Google, buscador da mesma *holding* (MATOS, 2020). O grupo Alphabet, que é detentor da Google e suas ramificações, cresceu e tem espaço quase que absoluto no mercado de sistemas da informação, presente em celulares, aplicativos e diversas plataformas (HERTZOG, 2019).

Diferente do que podemos encontrar em outras plataformas digitais, como a Uber, o YouTube não funciona como uma plataforma que coloca em contato oferta e demanda de um serviço. Pode ser considerada do setor de comunicações, que coloca em contato o mercado publicitário com a produção de conteúdos em formato de vídeo e consumo de entretenimento e informação. Conforme Flichy:

Les plateformes de produits culturels calculent d'autres métriques venues du monde des médias, basées sur la popularité. La nouveauté par rapport aux médias traditionnels est que les résultats de ces calculs sont immédiatement visibles par tous. Ces données sont agrégées par les plateformes pour créer des classements ou pour proposer des choix éditoriaux, mais aussi des «chaînes» qui rassemblent différents contenus (FLICHY, 2019, p.178)¹².

O contato não é direto e individual entre consumidores e os prestadores

¹² As plataformas de produtos culturais calculam outras métricas do mundo da mídia, com base na popularidade. O que é novo em relação aos meios tradicionais é que os resultados destes cálculos são imediatamente visíveis para todos. Estes dados são agregados pelas plataformas para criar rankings ou propor escolhas editoriais, assim como 'canais' que reúnem diferentes conteúdos. (Tradução minha).



de serviços: os números de usuários chegam na casa de bilhões mensais, no mundo todo e de forma simultânea (VALENTE, 2019). Um mesmo youtuber pode alcançar a marca de bilhões de visualizações em seu canal (MARQUES, 2019) dependendo do nicho e periodicidade de produção. Dentre as plataformas digitais de redes sociais e entretenimento, segue em primeiro lugar em número de usuários (24%)¹³, que são massivamente responsáveis pela produção de conteúdo (71%) (TUBULAR, 2017; VALENTE, 2019).

O funcionamento da rentabilidade se dá a partir de espaços de publicidade disponibilizados de diferentes formas, sendo elas desde pequenas propagandas embutidas nos vídeos, que podem ou não ser puladas (*skip*) e podem ser colocadas em qualquer momento no decorrer do vídeo. Também aparecem ao usuário por meio de vídeos completos que são sugeridos na página inicial da plataforma (*home*), espaço de destaque e relevante nas considerações dos algoritmos. Outra forma bastante usual são os contratos diretos com youtubers, que podem negociar diretamente os valores e formatos que podem entregar. Esse formato é conhecido como “publi”, no qual os youtubers fazem publicidade de um produto, marca ou serviço que foi negociado e contratado entre eles e o anunciante, sem mediação da plataforma. Nos casos de publicidade embutida nos vídeos, o YouTube fica com a maior parte dos lucros, repassando a menor parte para os youtubers como monetização de seus vídeos, o que é chamado de *adsense*, e é pago em dólares. (DENARI, 2018; HERNANDEZ; DE LAGARZA TOLEDO, 2018; HERTZOG, 2019). O youtuber precisa estar vinculado ao Programa de Parcerias do YouTube para que possa receber *adsense*, que descreverei a seguir.

4. Os processos

Apresento, a seguir, relatos dos dois youtubers selecionados como significativos para a compressão do trabalho dos youtubers. Ambos fazem parte da primeira geração, tendo iniciado seus canais e a produção de vídeo entre 2010 e 2011. Essas datas costumam variar, pois a decisão de produzir conteúdo para o YouTube não era colocada como uma decisão profissional, ou seja, não tinha um plano de trabalho e produção. Para os dois youtubers, a vontade de poder falar sobre seus assuntos de interesses aparecia como o grande motivador e a escolha da plataforma e o formato de vídeo se deu pela já popularização do uso do YouTube. Carlos tem 32 anos, ensino superior incompleto em Publicidade e Progranda, e seu canal se encaixa no setor de entretenimento e cotidiano. O formato de seus vídeos, com duração entre 5 e 10 minutos, é sempre muito semelhante: com um cenário físico e fixo ao

¹³ Youtubers não são classificados nos balanços numéricos junto com canais oficiais, como o canal da emissora de televisão SBT, ou então canais infantis, como o Galinha Pintadinha, e mesmo canais de produtoras musicais, como a Kondizila.



fundo, sendo a câmera centralizada nele sentado, havendo edições nítidas com cortes, aproximações e alteração do áudio em determinados trechos para dar ênfase e o tom de sátira, comentando sobre notícias e fatos daquela semana¹⁴. Usualmente conversa com seu editor que não aparece nos vídeos, mas o auxilia nas gravações e comentários. Além do canal, possui uma marca e loja próprias de roupas relacionadas ao seu estilo e o tema de seus vídeos.

O segundo youtuber selecionado é Pedro, 38 anos, que possui pós-graduação na área de Ciências Biológicas. Além do canal, dá palestras, escreve livros e faz parcerias para a produção de produtos personalizados de seu conteúdo. Seus vídeos possuem centralidade na temática de divulgação e discussão científica de sua área de formação, podendo também, em alguns casos, comentar sobre política e atualidades. Com duração mais longa, cerca de 30 minutos por vídeo, ele me relatou seu processo de produção:

Porque eu faço em um dia, no outro eu reviso, na verdade no primeiro eu busco a bibliografia, depois eu escrevo os tópicos e depois eu reviso no dia seguinte, alguma dúvida, tal, procuro na internet se tem mais alguma argumentação principal né, e eu gravo. Aí depois de gravar, a gravação, se, dependendo do horário que eu consigo terminar o roteiro, eu gravo no mesmo dia, se tiver muito tarde ou eu tiver muito cansado, não vale a pena gravar com sono, eu gravo no dia seguinte. E aí, assim que eu gravei, já baixo os vídeos, copio... Eu geralmente gravo num formato muito grande, vem vários arquivos diferentes, eu renderizo uma vez pra ficar com um arquivo único, esse arquivo único eu arquivo no meu HD externo que é pra ter como backup né, como, como testemunho. E depois esse arquivo já mexido eu vou editar, fazer os cortes, que é praticamente só o que eu faço, e colocar uma figura ou outra, caso seja necessário. E depois é subir o vídeo. Agora que eu to com internet boa né, consegui uma fibra, mas é muito difícil porque a gente tem praticamente que brigar no tapa [riso] porque tem um número limitado no condomínio. E aí eu... E depois a minha tarefa final, que é uma das mais chatas é escolher título, colocar os links da pesquisa na descrição, porque eu faço questão de referenciar tudo que eu digo, colocar as palavras-chave, que são importantíssimas pro sistema de busca do Google, as pessoas não dão tanta trela pras palavras-chave, mas elas são fundamentais, e fazer a miniatura, que é um drama, um drama. Aí eu uso o Photoshop, que como também na minha área de pesquisa eu sempre usei muito o Photoshop, pra editar imagem de artigos, não sei o que, então eu tenho um pouco de familiaridade com o "foshop". E aí a gente acaba, e eu acabo usando. Então essa última hora é a que dá mais agonia, porque é aquela hora que você tá com o negócio pronto, mas não pode soltar porque você tem que fazer aquilo. O YouTube também te dá possibilidade de você colocar card, que são aquelas chamadas pra outros vídeos. (Cadernos de campo, 02 ago. 2019). (Pedro¹⁵, youtuber)

¹⁴ Usualmente seus vídeos são publicados três vezes por semana, sendo que cada dia é dedicado a um quadro já estabelecido, com enfoques diferentes. O horário muda de acordo com o dia, o que, segundo ele, não altera o engajamento e audiência do público. Seu canal tem sido intermitente desde 2019 e, com o agravamento da pandemia da COVID-19, tem hiatos de produção, pois depende do uso do estúdio e interação com seu editor presencialmente.

¹⁵ As identidades dos entrevistados e nomes dos canais selecionados foram alterados para proteção dos colaboradores. Apesar de não fazer uso comercial e reprodução dos conteúdos para fins



Apesar de ser a cara de um canal considerado grande, com quase um milhão de inscritos, e restrito a um nicho de consumo, Pedro continua mantendo as funções da produção do vídeo, como podemos ver em seu relato. Esse longo processo descrito não incluiu lidar com os algoritmos ou a divulgação dos vídeos e do canal, processos que também fazem parte do trabalho. Com o passar dos anos, é possível entender que esses processos ficam mais ágeis, porém, devido ao tipo de conteúdo que ele produz, a elaboração do roteiro é destacada como o processo mais longo e demorado. Fora o trabalho com o YouTube, que ele usa também como forma de divulgação de sua atuação dando palestras, escrevendo livros e participando de projetos de divulgação científica, essas outras ocupações tomam seu tempo e sua dedicação. Além de estar ciente de que se ele precisar tirar férias, ou ficar doente, por exemplo, toda essa produção é interrompida, pois ele é a sua marca, a cara e voz do seu canal.

Caso semelhante o de Carlos, um dos primeiros youtubers brasileiros e que continua, apesar de algumas interrupções de meses ao longo de sua trajetória, produzindo vídeos rotineiramente. Em boa parte de sua trajetória, havia contratado um editor fixo para seu canal por considerar que o trabalho era de melhor qualidade, tendo ele ficado responsável apenas no primeiro ano e em alguns meses antes da entrevista acontecer. Como parte de sua rotina de trabalho, além de gravar em outros canais em que participava na época, em 2019, tinha também contrato para jogar online ao vivo todos os dias¹⁶. Apesar de considerar sua rotina de gravação “fácil”, por ser a mesma desde que começou com seu canal, o que chama atenção é sua percepção dos seus usos da internet:

Entrevistado: Porém, eu não tenho o privilégio de chegar em casa e dizer ‘Pronto, desliguei’. Eu [enfático] nunca desligo, sacou? Eu to no Twitter o tempo todo, eu to no Instagram o tempo todo. Então acaba sendo uma coisa de como eu vivo na internet, meu trabalho é internet, então né, é meio que... existe esse pequeno stress sempre, sabe? Aquela coisa de quando acorda de manhã, pegar o celular e ver se tá tudo certo com todas as redes, e a última coisa antes de dormir, sabe? Então é isso aí...

Entrevistadora: Então você não considera esses momentos como um trabalho em si?

Entrevistado: Ah, são parte do trabalho, mas, sei lá. Quando o cara é artista e ele tá assistindo um filme ele também não tá

lucrativos, escolhi não explicitar as fontes uma vez que não há consenso nem determinações sobre os usos dos vídeos. Os limites do que é público e o que tem proteção de direito autoral são definidos pela plataforma e geram conflitos entre seus usuários.

¹⁶ Existe um nicho de produção de conteúdo voltado para transmissão de jogos online (streamings), no qual o jogador se filma, grava sua tela do jogo e transmite ao vivo para expectadores, enquanto comenta e interaje com o público. Há youtubers que mesmo não sendo desse nicho em específico, por terem proximidade com o tema, estabelecem contratos com plataformas ou desenvolvedoras de jogos para a realização desse tipo de conteúdo. A monetização nesses casos é basicamente por sistema de doações dos espectadores e compra de produtos da empresa ou plataforma contratante.



trabalhando, mas tá enriquecendo o trampo dele, então...

Além da produção dos vídeos e da constante utilização de suas redes sociais, parte de seu trabalho é verificar além de conteúdos possíveis para seus vídeos, seu desempenho na plataforma, além de acompanhar a produção de conteúdos de outros youtubers no mundo todo, as tendências do setor. Apesar de dizer que hoje, por ter atingido uma constante na qual não diminui ou aumenta um número significativo de inscritos e visualizações, busca se adequar às normativas dos algoritmos, pois a manutenção de seu canal como relevante é importante para seus outros projetos. Por exemplo: a plataforma desmonetiza vídeos que tenham palavrões ou conteúdos sexuais. Porém, segundo seu relato, se esse conteúdo não aparecer nos primeiros minutos do vídeo, então não “cai na malha fina” e então ele pode continuar como sempre. Ou seja, ele edita e evita falar palavrões no começo de seus vídeos, mas nunca em todo seu conteúdo, o que segundo ele, se o fizesse, descaracterizaria seus vídeos. No entanto esse conhecimento não é necessariamente oficial, não é passado pela plataforma para os youtubers, mas adquirido e produzido na prática cotidiana.

O funcionamento dos algoritmos não é explicitado a todos os criadores de conteúdo e, quando alguma mudança acontece, são informados depois de implementada, ou seja, eles não são consultados sobre o funcionamento da plataforma e devem se adequar às alterações depois de já estarem em vigência para que continuem monetizando, como no caso aqui relatado em vídeo do youtuber Fernando, que teve alguns de seus vídeos desmonetizados sem aviso prévio devido a uma mudança nas políticas de uso da plataforma. Após alguns casos de youtubers que tiveram vídeos monetizados mesmo com conteúdos que descumpriam as normas¹⁷ e várias empresas terem retirado a publicidade da plataforma devido à repercussão negativa, o YouTube instituiu que, além de responsável pelo que produz, o youtuber seria responsável também pelo que é publicado nos comentários e caso estes descumpriam as normas, o vídeo seria desmonetizado.

Eu quero que você me diga qual o ser humano na face da terra eu posso contratar pra ficar o dia inteiro lendo comentário, pra analisar 32.768 comentários só em um vídeo? Eu fui fazer uma pesquisa. Sabe quantos comentários o meu canal gera por mês? 1 milhão e meio. Segundo o YouTube eu deveria analisar esses 1 milhão e meio de comentários pra saber se tem alguma coisa errada aí pra poder banir a pessoa. E o YouTube, literalmente, me falou isso. [...] Quando seu vídeo perde a monetização, ele para completamente de crescer. O YouTube não envia mais esse

¹⁷ Os três casos emblemáticos dessa questão são os youtubers PewDiePie, Logan Paul e Julio Cocielo. No primeiro, houve acusação de que teria feito piadas antissemitas em um de seus vídeos, tendo o contrato com grandes empresas cancelado após o acontecido (O GLOBO, 2017). No caso do youtuber Logan Paul, sua conta foi temporariamente desativada após publicar um vídeo em uma floresta no Japão, no qual aparece a imagem de um homem enforcado (EL PAÍS, 2018). Por fim, o youtuber brasileiro Julio Cocielo, que também perdeu contratos por ter feito publicações racistas em uma rede social (OLIVEIRA, 2018).



vídeo pra ninguém, ele não recomenda esse vídeo pra ninguém. Vídeos não monetizados imediatamente não são divulgados. Então, ter um vídeo meu desmonetizado não é apenas uma perda financeira, é uma perda na audiência do meu canal. Cada vídeo desses é um estrago nas visualizações. Então, pra qualquer creator, isso é terrível. (Cadernos de campo, vídeo) (Fernando, youtuber).

A plataforma voltou atrás dessa decisão, entendendo que deveria haver um conjunto de fatores a serem considerados para que a desmonetização acontecesse, como o título utilizado, as *tags*, imagens de capa dos vídeos, que aparecem antes da reprodução, e descrição do vídeo. O que não deixou de causar impacto mesmo na curta duração, uma vez que a não divulgação e circulação dos vídeos, ainda que por pouco tempo, podem prejudicar o desempenho do canal por mais tempo.

Apesar do YouTube designar funcionários para serem responsáveis por determinados grupos de canais, criando contato direto entre a plataforma e o youtuber, fica reservado aos chamados top creators o diálogo direto sobre as métricas e determinações, que são colocadas pela matriz da empresa e não suas filiais regionais.

Ah, a gente... Mas então, isso... realmente eu tenho atendimento deles, mas isso não quer dizer que a gente concordava nas coisas, e eu já, várias vezes falei da ferramenta, da questão da home, de como eles boicotaram vídeos que vão pro em alta, isso... Realmente isso tá no funcionamento do algoritmo do YouTube, ninguém sabe, só os engenheiros lá do Vale do Silício, ninguém no Brasil sabe, não tem uma pessoa que fica sentado lá... então não adianta eu discutir isso com eles, isso tá muito além do alcance deles. (Cadernos de campo, 02 abr. 2019) (Carlos, youtuber).

O que funciona como uma espécie de política de reconhecimento por parte da plataforma de que o youtuber se tornou relevante e passa de usuário consumidor para parceiro e produtor de conteúdo. Quanto mais relevante dentro das métricas propostas pelo YouTube, mais próxima essa relação se torna, sendo possível acessoria e contatos cada vez mais diretos com a filial de sua região.

O uso e a relação com a plataforma não são consensos entre os youtubers, sendo que, por um lado, tem a ideia de que a plataforma não é dos usuários, então eles que devem se adequar às decisões, por outro lado, o entendimento de que ela não existiria sem os produtores de conteúdo e que, por isso, deveria considerar mais o que favorece os youtubers do que o mercado publicitário. Desta forma, os youtubers argumentam que não podem depender do YouTube como fonte de renda, deixando explícita a relação desigual entre eles e a plataforma. Fica evidente, novamente, a noção de que na internet a temporalidade é outra: plataformas podem surgir e desaparecer em menos de 10 anos ou mesmo se expandir como forma de trabalho ou



ocupação remunerados, possibilitando que novas modalidades de contratos ou relações de trabalho surjam e sejam incorporadas em outros setores.

5. Subordinação e autonomia na plataforma

Os youtubers são dependentes das determinações dos algoritmos e a plataforma depende da criação constante de conteúdos para o funcionamento e faturamento com a intermediação de publicidade entre marcas. O pagamento de *adsense* é feito por transação bancária, em dólar, e dependendo do quanto o youtuber recebe com os vídeos, de acordo com a legislação brasileira, é preciso que tenha um cadastro específico como empresa (pessoa jurídica). O youtuber se torna uma empresa, juridicamente falando, que pode ou não ter funcionários vinculados, dependendo do tamanho e rendimento do canal.

A definição como parceria que citei acima é importante para compreender as relações de interdependência estabelecidas entre os youtubers, plataforma e as marcas que buscam espaço de publicidade. Parceria pode significar desde as relações entre o YouTube e youtubers, até destes com as empresas que buscam publicidade. Esse termo é indicativo de como a ocupação funciona: contratos individuais entre marcas, por projetos definidos e diferentes níveis de responsabilização entre os sujeitos. “A gente é uma marca, e a outra marca é uma marca. Então a gente tem que se encontrar nesse meio termo” (Cadernos de campo, vídeo) (Daiana, youtuber).

A plataforma, de um lado, disponibiliza o espaço para produtores de conteúdo publicarem seu material desde que sigam as políticas de uso, e por outro, media o espaço que as empresas buscam para publicidade. Os youtubers também enquanto marcas ou empresas estabelecem parcerias com as marcas que patrocinam os conteúdos do canal, que na maioria das vezes acontece por um número estabelecido e limitado de vídeos, e não por temporadas ou longos períodos. Todos esses elementos endossam o discurso sobre diversão, lazer e amadorismo da atividade do youtuber, os afastando das categorias do trabalho como conhecemos, mostrando como são relações híbridas.

Eu não tenho como pagar essas 15 pessoas que trabalham comigo se eu não tiver marca, porque a quantidade de views que a gente tem hoje, ainda mais com, enfim, com o adsense no Brasil que não é o adsense nos Estados Unidos. [...]. O adsense nunca foi as mil maravilhas aqui, então a gente vive sim de conteúdo patrocinado nas redes e no YouTube e é isso que faz a gente pagar as pessoas e isso que faz a gente colocar o conteúdo ali pro pessoal ver. (Cadernos de campo, vídeo) (Daiana, youtuber).

Os criadores têm que sacar que a plataforma não é nossa. A qualquer momento o YouTube vai mudar a política, vai mudar algoritmo. Quem esta em home muda todo mês, quem que tá, porque eles mudam todo mês a política de algoritmo. Eu acho que a gente tem que sacar que o YouTube funciona dessa



maneira e não colocar o nosso modelo de negócios em cima de adsense. Porque a gente não tem controle disso daí. A gente nunca acho... é porque a gente nem sabia que o adsense era uma forma viável de ganhar dinheiro. Então a gente fez um modelo de negócios que é muito fora da rede do Google. [...] Hoje em dia é um dinheiro que assim, eu reponho uma câmera. [...] Se eu só dependesse disso eu estava desesperado agora. (Cadernos de campo, vídeo) (Danilo, youtuber).

Apesar de ser tratado como um trabalho despretensioso e flexível, que possibilita escolha de horários, formas e locais de trabalho, é cercado de formas de regulamentação do seu fazer e vender. Seja pelas empresas que investem em publicidade, pela audiência do público que baliza parte do que se é produzido e também pelas diretrizes do YouTube, os algoritmos que ditam de forma autônoma e numérica o funcionamento da plataforma. Além de possibilitar a concentração de canais no qual o trabalhador original pode tornar-se empresário bem-sucedido ou trabalhar efetivamente para esses empresários, reproduzindo novas formas de subordinação.

O vídeo produzido, enquanto um produto do trabalho do youtuber, não é mais necessariamente um fator único nessa equação. É produto a ser consumido pela audiência do canal, ao mesmo tempo em que gera valor também para quem o produziu, quanto para a plataforma que o hospeda. A relação entre empresa, trabalhador e cliente se amplifica e se confunde. Quando falamos em usuários da plataforma, podem ser tanto aqueles que apenas consomem os vídeos (audiência), quanto os mais diversos tipos de youtubers. A noção de parceria também é relevante na equação quando todos se tornam fatores de influência no resultado final.

O YouTube, enquanto empresa, toma decisões e direciona a produção de conteúdo de acordo com seus algoritmos e políticas de uso e privacidade. Para que seja um mercado lucrativo, vende espaço de publicidade, tanto na página inicial do site, quanto embutido nos vídeos. Ao passo que as empresas buscam publicidade, elas também interferem no conteúdo dos vídeos produzidos, seja buscando melhores formatos com o próprio YouTube, seja firmando contratos diretos com os youtubers. A audiência funciona como consumidora, podendo assistir os vídeos, gerando a monetização pela propaganda neles embutida, além de interagir nos comentários e compartilhando o conteúdo, ou então, consumindo diretamente os produtos ali anunciados. Os youtubers circulam então como os produtores do conteúdo, vendendo espaço em seus vídeos para as empresas e também tendo como produto final os vídeos em si, que também sofrem influência da audiência, que em suas interações nos espaços destinados, avaliam e opinam sobre a qualidade do conteúdo. O que no caso dos úberes (AZAIS, 2017), por exemplo, a relação se dá entre a empresa, o profissional e o consumidor - *business to consumer*, se torna mais complexo ao acrescentar mais atores em relações que não apenas de contrato do trabalho e consumo do produto, mas também envolvendo subjetividades e principalmente, novos tipos de contrato.



A demanda por autonomia por parte de trabalhadores qualificados do setor de serviços (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; BUREAU; CORSANI, 2014), seja ela em relação aos horários, locais, ritmos ou como o trabalho é realizado, trouxe consigo, não como uma consequência direta, mas como reformulação, a flexibilização das relações de contratos. No caso francês, as diferenças jurídicas que as categorias como autonomia, dependência, interdependência e subordinação devem ser explícitas e debatidas, a fim de não homogeneizar a gama de trabalhadores considerados não-assalariados (BUREAU; CORSANI, 2014). Para as autoras, é importante compreender que existem zonas cinzentas nessas categorias que não conseguem ser expressas por definições jurídicas. O tempo, nestes casos, se torna medida central para o trabalhador na compreensão do seu cotidiano: poder gerir sua rotina sem a imposição de um padrão passa a ser desejo e fator decisivo na escolha de uma ocupação.

Tais categorias, quando analisadas sob a perspectiva do trabalho nas plataformas digitais, expõem a zona cinzenta em que os trabalhadores não são nem completamente independentes e nem totalmente subordinados (DIEUAIDE; AZAIS, 2020). As relações estabelecidas entre plataforma-empresas-usuários que produzem-usuários que consomem não são unilaterais ou diretas. A autonomia em relação a uma parte do processo de trabalho (como tempo de trabalho e onde é realizado) traz consigo subordinação aos algoritmos e às regras da plataforma. Ao mesmo tempo em que a plataforma decide como gere sua funcionalidade, precisa se adequar, ou então criar demanda, do setor de publicidade e dos usuários que consomem os conteúdos. Processos esses que serão apresentados a seguir.

6. Remuneração: parcerias e monetização

Para que os vídeos sejam monetizados, é preciso que o canal alcance determinados patamares em termos de visualizações, número de inscritos, tempo que os usuários passam assistindo os vídeos e interações, como comentários e reações (*like/dislike*). São medidas determinadas pela plataforma que mudam constantemente e ditam quando cada vídeo passará a gerar renda e o quanto ela será. As métricas são conduzidas pelos algoritmos, que funcionam também como monitores do que se é produzido e colocado como destaque na home. As mudanças colocadas pela plataforma acontecem de acordo com exigências seja do mercado publicitário, seja dos consumidores ou mesmo visando aumentar os lucros e visibilidade¹⁸. A rapidez e frequência

¹⁸ A partir de 2018, as novas regras para monetização passaram a ser: mínimo de mil inscritos no canal e mínimo de quatro mil horas de watchtime (tempo que usuários passam assistindo o canal). (Dados de campo). Outros fatores interferem e influenciam na monetização: número de visualizações em cada vídeo, número de vídeos postados, número de interações, número de inscritos, quantidade de horas assistidas acumuladas, número de comentários, número de compartilhamentos, novos inscritos e visitantes no canal, visualizações recorrentes, número de cliques em vídeos sugeridos, visualizações nas primeiras horas depois de publicado, número de membros e ativação das notificações (MATOS,



dessas mudanças dizem muito sobre seu funcionamento e o tipo de trabalho que resulta disso: em 10 anos, já se falam em três gerações diferentes de youtubers, os tipos de conteúdo, formato dos vídeos e público-alvo também são diferentes do que tínhamos em 2010, além do aumento de casos de youtubers que precisam se afastar por depressão ou *burnout*¹⁹, por exemplo.

Eu passei por essa galera já, nunca mais vou ser mainstream desse jeito. Mas eu acho que felizmente o que mudou isso é uma mudança na internet onde cada vez mais as pessoas conseguem ganhar dinheiro com menos audiência, porque eles tão aprendendo a valorizar melhor a audiência, então é possível mesmo tendo menos audiência você ganhe mais dinheiro do que um outro e tudo mais. Então nesse sentido eu acho que eu ainda poderia durar por muito tempo. Eu to aí há nove anos, acho que eu poderia continuar seguindo por mais nove antes de eu, sei lá, ter que pensar num plano B, sabe? A internet tá se estruturando de um jeito muito legal que permite que nichos consigam existir agora, sabe, e ganhar dinheiro com isso e tal. Teve uma época que eu era praticamente o cara mais influente do YouTube assim, pequenos trechos, e que honestamente, nem na questão de realização profissional, e a sensação de tá fazendo algo, não é como é hoje. Hoje eu sou só mais um canal que, sabe, de milhares e milhares e milhares. E eu to mais satisfeito, de verdade, to mais satisfeito, muito mais satisfeito com meu trabalho hoje. (CADEROS DE CAMPO, 02 abr. 2019) (Carlos, youtuber).

O YouTube, ele tem um algoritmo feito pra você postar o tempo inteiro [ênfático], inteiro. Tem gente hoje, alguns canais que tem cem milhões de inscritos, que durante um tempo eles postavam sete vídeos por dia. [fala pausadamente]. Dependendo do seu assunto, você consegue fazer isso sem grandes problemas. [...] Os poucos produtores de conteúdo sérios que tentam soltar um vídeo por dia, soltam vídeos rasos, porque é impossível. Se você não quer falar besteira, você vai ter que falar superficialmente, e aí você vai ter que fazer isso daí. Então a rotina do YouTube é massacrante. [ênfático] massacrante. Ela te mata. E não é à toa que agora o YouTube tá preocupado, tem, sei lá, uma massa de produtores de conteúdo entrando em burnout, tá se internando em clínicas psiquiátricas, porque tá todo mundo maluco. Ainda mais porque são todos muito jovens, né. E aquela coisa, se você para de postar, seu canal perde relevância. (CADEROS DE CAMPO, 02 ago 2019) (Pedro, youtuber).

Estar regido por métricas o tempo todo gera, como destacado, além da sensação de nunca poder parar de trabalhar, também a pressão pela produção de conteúdo, não importando o assunto. O que gera conflito com o que motivou a produção desses vídeos, em primeiro lugar. Essa não é uma realidade exclusiva dos youtubers, como podemos encontrar nas produções

2020). A categoria de membros de um canal significa que o usuário paga mensalmente quantias que variam de acordo com cada canal, país e região. Esse valor dá acesso ao usuário a conteúdos exclusivos criados pelos youtubers (ou seja, é responsabilidade dos youtubers fornecer esse conteúdo extra) que escolhem se aderem ou não a esse programa. Ativar as notificações significa permitir que o aplicativo envie uma notificação no smartphone e/ou e-mail cadastrado toda vez que um novo vídeo for publicado no canal, um vídeo ao vivo comece ou quando o youtuber publica algo em sua página.

¹⁹ Distúrbio de ordem psíquica de esgotamento por excesso de trabalho.



sobre trabalho criativo no setor de tecnologia da informação, por exemplo (BENDASSOLI; BORGERS-ANDRADE, 2011; BRIDI; MOTIM 2011; MARTINS, 2016; PIRES, 2016). Ser responsável pela produção do roteiro, gravação, produção, edição e todas as etapas da pós-produção, como publicação, divulgação e acompanhamento do desempenho do vídeo é um dos fatores que contribuem para essa exaustão²⁰.

7. Considerações finais

Busquei, neste artigo, abordar as categorias de autonomia e subordinação no YouTube a partir dos processos de trabalho de youtubers brasileiros. As trajetórias aqui abordadas não dão conta da vasta diversidade que a plataforma proporciona entre seus usuários. Hoje, além dos usuários que produzem conteúdos variados sobre cotidiano, tutoriais, aulas, acontecimentos variados ou viagens, por exemplo, muitas emissoras de televisão brasileiras possuem canais para divulgação total ou parcial de seus conteúdos, fazendo transmissões concomitantes à exibição na televisão, ou então publicando pouco tempo após o término. Isso significa dizer que as possibilidades se mostram inúmeras, mas as características que aproximam os youtubers uns dos outros nos interessam para entender seu trabalho e como subordinação e autonomia não se excluem.

Abordar suas semelhanças ajuda a interpretar mudanças em uma perspectiva mais abrangente de um capitalismo em constante transformação. A responsabilização do trabalhador sobre sua empregabilidade não é novidade quando pensamos na vasta categoria de trabalhadores autônomos. Uma novidade que o trabalho nas plataformas nos coloca, e no YouTube não é diferente, é a regência dos algoritmos sobre os ritmos e o tipo de trabalho que é remunerado. A manutenção do discurso de uma ocupação despreziosa e divertida, com a possibilidade de ser bem remunerado, coloca a ocupação de produção de conteúdo entre as fronteiras do trabalho e lazer, entre o profissionalismo e amadorismo. Mobilizar também a noção do amor ao público, ao contato direto com os fãs e ao que se faz, coloca essa ocupação na esfera do que é familiar, íntimo e que não é feito visando dinheiro ou lucro. Tornar-se uma celebridade também é uma das consequências da ocupação, sendo cada vez mais uma realidade vivida por jovens e consumida por eles.

Seus afazeres também convergem em um aspecto importante: sua imagem, sua vida e todo o seu tempo são mercadorias. Além de planejar o conteúdo, roteiro, lidar com a gravação e edição dos vídeos, sua performance em frente à câmera é o elemento importante para o desenvolvimento do

²⁰ Uma tendência observada é que algumas atividades da produção de vídeos passam a ser delegada conforme o crescimento do canal e da dedicação à ocupação. Ou seja, youtubers com os maiores canais dificilmente mantêm tantas funções para si, passando a contratar uma equipe fixa ou, então, por meio de contratos temporários. Porém, com esse crescimento, há uma tendência também no maior envolvimento com outros projetos, o que também aumenta a carga de trabalho.



canal. O que faz com que a continuidade e periodicidade do canal dependa integralmente da sua saúde e disposição em gravar os vídeos e, quando não conseguem, é preciso que se justifiquem e peçam compreensão do público. Nesses momentos, as falas sobre trabalho, exaustão pela rotina excessiva, ou mesmo a exposição contínua nas diversas plataformas, aparecem e se misturam ainda mais com as falas sobre amor e dedicação ao público.

A indeterminação entre trabalho e não-trabalho é importante para compor essa ocupação que vem tomando o imaginário social como uma profissão do futuro. A classificação do youtuber enquanto trabalhador ou não é menos importante na pesquisa do que os discursos mobilizados nesse imaginário. Apesar das categorias do trabalho “tradicional” não darem conta de definir o que fazem, quando usam a ideia de prestação de um serviço ou produção de entretenimento, as fronteiras entre trabalho e lazer, subordinação e autonomia, desaparecem. Ou seja, temos importantes categorias que não são colocadas nos extremos, mas em suas articulações, uma zona cinzenta (AZAIS; DIEUAIDE; KESSELMAN, 2017; DIEUAIDE; AZAIS, 2020).

Referências bibliográficas

AZAÏS, Christian; DIEUAIDE, Patrick; KESSELMAN, Donna. Zone grise d’emploi, pouvoir de l’employeur et espace public: une illustration à partir du cas Uber. **Relations Industrielles/Industrial Relations**, v. 72, n. 3, p. 433-456, 2017.

BENDASSOLLI, Pedro F; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. O significado do trabalho nas indústrias criativas. **RAE**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 143-159, mar./abr. de 2011

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. Padrões e processos de trabalho na “indústria” da informática no Paraná: a natureza do trabalho informacional e a falácia do trabalho criativo e emancipado. In: **Encontro Anual da Anpocs**, v. 35, 2011, Caxambu.

BUREAU, Marie-Christine; CORSANI, Antonela. Du désir d’autonomie à l’indépendance, Une perspective sociohistorique. **La nouvelle revue du travail**, n. 5, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nrt/1844> . Acesso em 20 nov 2020.

CARDOSO, Bruno; BRUNO, Fernanda; MELGAÇO, Lucas; GUILHON, Luciana; KANASHIRO, Marta (org). **Tecnopolíticas da vigilância**. Perspectivas da



margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CORSANI, Antonella; LAZZARATO, Maurizio. Emprego, crescimento e renda: história de conteúdo e forma de movimento. **Lugar Comum**. N.17, pp. 73-83. s/d.

DENARI, Giulianna Bueno. Discursos sobre trabalho e diversão na plataforma Youtube: novas configurações do trabalho informacional a partir de likes e visualizações. In: Encontro Anual da Anpocs, n. 48, 2018, Caxambu. **Anais...** Caxambu, Anpocs, 2018, online.

DIEUAIDE, Patrick; AZAIS, Christian. Platforms of Work, Labour, and Employment Relationship: The Grey Zones of a Digital Governance. In: **Frontiers in Sociology**. V. 5, s/n; 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/article/10.3389/fsoc.2020.00002>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DISNEY, Google e YouTube cancelam contratos com youtuber PewDiePie por piada antissemita. **O Globo**, 14 fev 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/disney-google-youtube-cancelam-contratos-com-youtuber-pewdiepie-por-piada-antissemita-20923452>. Acesso 20 nov 2020.

FACIOLI, Lara; PADILHA, Felipe. Ética e pesquisa em Ciências Sociais: reflexões sobre um campo conectado. **Mediações**, Londrina, v. 24. n.1, p. 228-258, 2019.

FLICHY, Patrice, Le travail sur plateforme. Une activité ambivalente. **Réseaux**, vol. 213, n. 1, pp. 173-209, 2019. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-reseaux-2019-1-page-173.htm>. Acesso em 20 nov 2020.

HÉRNANDEZ, José Angel Cerón; De LaGarza, Enrique. Os YouTubers como trabalhadores não clássicos. In: BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob Carlos (org). **Flexíveis, virtuais ou precários? Os trabalhadores em tecnologia da informação**. Curitiba: Ed. UFPR, 2018, p. 219-245.

HERTZOG, Lucas. **Dá um like, se inscreve no canal e compartilha o vídeo**. Um estudo sociológico sobre o trabalho e as novas tecnologias digitais no YouTube Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

HUWS, Ursula. **Labor in the global digital economy**. The cybertariat comes of age. New York: Monthly Review Press, 2014.



LIMA, Jacob C; OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. **Revista Sociedade e Estado**. V 32, n.1, 2017.

MARQUES, Carol. Felipe Neto é o segundo youtuber mais visto no mundo em 2019. **O Globo**, Extra, 05 dez 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/famosos/felipe-neto-o-segundo-youtuber-mais-visto-no-mundo-em-2019-24120733.html>. Acesso em 06 nov 2020.

MARTINS, Amanda Coelho. **Criatividade, autonomia e precariedade: o trabalho dos profissionais em tecnologia da informação**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2016.

MATOS, Ludimila Santos. **“O YouTube não liga pra gente”**: agenciamentos sociotécnicos na percepção de criadores de conteúdo brasileiros para o YouTube. 2020. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea** v. 6, n. 2 p. 275-297, 2016.

OLIVEIRA, Felipe. Após post considerado racista sobre jogador, YouTuber Júlio Cocielo perde patrocinadores. **Folha de São Paulo**, 03 jul 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/apos-post-considerado-racista-sobre-jogador-frances-youtuber-julio-cocielo-perde-patrocinadores.shtml> . Acesso 20 nov 2020.

PELÚCIO, Larissa. Afetos, mercado e masculinidades contemporâneas: notas iniciais de uma pesquisa em aplicativos móveis para relacionamentos afetivos/sexuais. **Contemporânea**. v. 6, n. 2, p.309-333, jul./dez. 2016.

PIRES, Aline S. A “geração Y” e o discurso da flexibilidade geracional entre trabalhadores da área de Tecnologia da Informação (TI). In: Encontro Anual da Anpocs, 40, 2016, Caxabu. **Anais...Caxambu**, Anpocs, 2016.

REGO, Arménio; PINA E CUNHA, Miguel; MEYER JR, Victor. Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, v. 17, n. 2, p. 43-57, 2018.



RIFIKIN, Jeremy. **A era do acesso**. A transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia. São Paulo: Makron Books, 2001.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia do compartilhamento cooperativa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

TUBULAR. Q3 2017 **State of Online Video Report**. Tubular Labs. 2017.

VALENTE, Jonas. **Tecnologia, informação e poder**. Das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

YOUTUBE faturou U\$\$ 15 bilhões com anúncios em 2019. **Istoé Negócios**, 04 fev 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/youtube-faturou-us-15-bilhoes-com-anuncios-em-2019/>. Acesso em 20 nov 2020.

YOUTUBER Logan Paul causa polêmica ao filmar homem enforcado no Japão. **El País**, Madri, 02 jan 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/02/internacional/1514891740_277567.html. Acesso em 20 nov 2020.

Como citar este artigo:

DENARI, Julianna Bueno. Sem visualizações, sem emprego: vida e processo de trabalho de youtubers brasileiros. **Áskesis**, São Carlos - SP, v.9, n.2, p. 20-40, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.627>

Data de submissão do artigo: 12/12/2020

Data da decisão editorial: 12/07/2021



Distopia virtual: uma análise da emergência de novos atores no campo da comunicação digital¹

Rebecca Botelho Portela de Melo²

Resumo: Neste artigo são abordadas diferentes perspectivas teóricas relacionadas às expectativas acerca da democratização da comunicação a partir do amplo acesso à internet 2.0, tendo como objetivo refletir sobre o impacto social das novas configurações de mídia. As mudanças constantes nas formas de produção e consumo de informações reinauguram questões sociológicas centrais, como o novo espaço de agência ocupado pela antiga “massa receptora” de informações: os indivíduos passam a ocupar o epicentro deste rearranjo no âmbito da comunicação. A partir da noção de “utopia digital”, discutiremos o conceito de autocomunicação de massa e suas atuais consequências para o processo democrático. Para isso, será feita uma análise da emergência de novos atores no campo da comunicação independente.

Palavras-Chave: Autocomunicação de massa. Extrema-imprensa. Utopia Digital. Novas Mídias. Sociologia da comunicação.

Virtual Dystopia: Analysis of the emergence of new actors in the field of digital communication

Abstract: We will approach different theoretical perspectives related other expectations of democratization of communication from the broad access to the Internet 2.0, aiming for a deep reflection about the social impact of new media configurations. The constant changes in the forms of production and consumption of information reopened some central sociological issues, such as the new space of agency occupied by the old “receiving mass” of information: individuals now occupy the epicenter of this rearrangement in the scope of communication. From the notion of “digital utopia”, we will discuss the concept of mass self-communication and its current consequences for the democratic process. For this, an analysis of the emergence of new

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 44º Encontro Anual da ANPOCS, no SPG28 “Mídias Digitais, Cultura, Política e Sociedade”. Agradecemos aos coordenadores do SPG28 Lara Roberta Rodrigues Faccioli e Felipe André Padilha, bem como aos demais debatedores pelas contribuições e sugestões para o aprimoramento deste trabalho.

² Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em sociologia pelo mesmo Programa, bacharel em Ciências Sociais pela UFPE, com dupla titulação pela Universität Hamburg (Alemanha). Natural de Recife –Pernambuco. ORCID: 0000-0002-9533-2379; e-mail: rebeccaportelamelo@gmail.com.



actors in the field of independent communication will be made.

Keywords: Work. Mass self-communication. Extreme-press. Digital Utopia. New media. Sociology of communication.

1. Introdução

Partindo de uma perspectiva relativamente genérica, é possível desenhar no campo acadêmico e intelectual dois cenários distintos no que tange as análises sobre os impactos da internet para a sociedade: o primeiro relaciona a internet como um instrumento de vigilância, controle e alienação, e o segundo cenário a considera uma importante ferramenta de democratização da educação e de acesso à informação. Este trabalho procura articular duas leituras distintas de um mesmo fenômeno: o advento e a popularização da internet como tecnologia de comunicação que altera não só a dinâmica socioeconômica das formas tradicionais de mídia como também revela novas mecânicas de poder, as quais impactam diretamente o regime democrático.

Inicialmente, consideramos um pressuposto bastante difundido na primeira década do século XXI atrelado ao segundo cenário supracitado. Apesar de fazer parte das primeiras leituras sobre o impacto da internet, tal pressuposto permanece sendo recorrentemente sistematizado não só em textos acadêmicos dos estudiosos da comunicação e tecnologias da informação, mas também no imaginário popular. Um bom exemplo disso é o livro best-seller “O Poder da Comunicação”, de Manuel Castells, publicado originalmente em 2009 e no Brasil apenas em 2015. O livro apresenta reflexões interessantes a partir da articulação entre poder e comunicação, revisitando alguns conceitos abordados por Castells em sua trilogia “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura”. Um dos pontos de inflexão principais da obra é a ênfase na nova experiência do fluxo comunicacional a partir do advento das redes digitais, abordadas nessa obra - e tantas outras³ - como detentoras de um enorme potencial revolucionário. Eis o pressuposto amplamente difundido: a internet, mais especificamente a partir da chamada web 2.0⁴, seria a plataforma que revolucionaria o processo de comunicação a partir da autonomia dos emissores e, por consequência, propiciaria uma comunicação irrestrita que romperia com o modelo tradicional unidirecional da comunicação de massa.

³ Mansell (2002), Mc Chesney (2007), Han (2018), entre outros.

⁴ Conceito inaugurado por O'Reilly (2009), que separou analiticamente as duas fases da web: a internet da multiorientação do fluxo de informação é a chamada web 2.0, enquanto a fase anterior ficou conhecida como web 1.0. O que caracteriza fortemente as distintas fases da internet é, basicamente, os seus diferentes usos e suas respectivas consequências; enquanto que a web 1.0 se resumia basicamente a sites de conteúdo estático, majoritariamente institucionais e empresariais, com pouquíssimos usuários que em geral faziam usos consideravelmente técnicos da rede, a web 2.0 surgiu, juntamente com a virada do milênio, trazendo um novo propósito pautado na bilateralidade e voltado para a sociabilidade em rede (URUPÁ, 2016), tendo como características principais a facilidade de manipulação e a autonomia de gestão.



De acordo com o autor, considerando que o processo comunicacional medeia a forma através da qual as relações de poder são construídas e desafiadas, romper com a lógica tradicional de comunicação vertical - presente nos meios de comunicação de massa mais antigos como a televisão, o rádio e os jornais impressos - cujo fluxo segue a linha “de poucos para muitos”, é dissolver o modelo de emissão e consumo de informação centralizado. Neste contexto, o surgimento dessa forma de comunicação historicamente nova e com potencial de atingir um público global surge como a plataforma privilegiada voltada para a ampliação da democracia:

A razão de fundo é que se generalizou uma compreensão da internet como a realização mais acabada do ideal de ação comunicativa habermasiano: indivíduos livres interagindo sem lastros analógicos, de modo que sua racionalidade comum possa emergir sem restrições. (RENDUELES, 2016, p. 61)

Seguindo essa lógica, a difusão do meio digital permite uma comunicação horizontal e interativa, cujo fluxo de informação passa a ser “de muitos para muitos”, possibilitando a democratização da produção do consumo de conteúdos. Nos termos de Castells (2015), que enfatiza a relação entre poder e o controle estratégico de informação, o meio digital propicia que o fluxo de produção/consumo de informações ocorra sem intermediários. Esta concepção é compartilhada pelo filósofo Byung-Chul Han (2018) que afirma que “A interconexão digital favorece a comunicação simétrica (...) Não há qualquer hierarquia inequívoca que separe o emissor e o receptor” (HAN, 2018, p. 15).

Segundo o filósofo sul-coreano, a comunicação do poder ocorre de forma unilateral que também é necessariamente vertical, hierárquica e impõe uma comunicação assimétrica; neste sentido, “quanto maior for o grau de assimetria, maior o poder” (HAN, 2018, p. 53). Assim sendo, o “refluxo da comunicação”, fundamentado na lógica da simetria entre emissor e receptor, tem o potencial de destruir a própria ordem do poder, levando-nos, conseqüentemente, a um ambiente mais democrático. Para autores como Han e Castells, há uma simetria entre emissor e receptor, o que mingua o exercício do poder vertical de um ator-emissor em relação ao ator-receptor e garante a autonomia dos sujeitos ao se comunicarem amplamente o que, segundo eles, não tem precedentes.

É inegável que as relações tradicionais de poder foram definitivamente afetadas pela ascensão da comunicação digital: estamos diante de uma mudança de paradigmas jamais vista no campo da comunicação (ADGHIRNI, 2012), que tem reinvestigado questões sociológicas centrais, como o novo espaço de agência ocupado pelo que antes era tido como uma “massa receptora” de informações. Basta uma breve reflexão acerca das formas e plataformas de consumo de informação que acessamos diariamente para confirmar essa hipótese: a centralidade e a legitimidade dos veículos tradicionais de



informação já não são mais as mesmas, como vêm apontando as pesquisas⁵. Esse novo contexto põe em xeque diversas formas de autoridade, inclusive de alguns governos que, segundo Castells, temem a comunicação livre, já que “(...) sua autoridade através da história foi amplamente baseada no controle da informação e da comunicação” (CASTELLS, 2015, p.31).

2. Autocomunicação e contrapoder.

Ainda em seus escritos anteriores, Castells (2003; 2008) afirma que o advento e popularização da internet é uma revolução com potencial comparável ao da invenção da máquina a vapor e da eletricidade e, no campo das comunicações, se equipara ao impacto do surgimento da imprensa, do rádio e da televisão; todos esses itens revolucionaram o funcionamento tradicional das sociedades modernas (URUPÁ, 2016), e as conduziram para uma dinâmica completamente nova. De acordo com o autor, a nova dinâmica da era digital propiciou a transformação da comunicação de massa para um novo processo pautado na intercomunicação individual, cujo fluxo, diferentemente do primeiro, é descentralizado, irrestrito e multimodal. A esse novo processo comunicacional, Castells denominou autocomunicação e é uma noção central à sua teoria do poder fundamentada na sociedade em rede. O sociólogo espanhol afirma que a autocomunicação de massa não tem a pretensão de substituir a comunicação de massas e tampouco a comunicação interpessoal, mas sua existência coexiste com as demais formas de comunicação e as complementa.

A noção desse novo processo comunicacional é desenvolvida ao longo de sua obra e, de acordo com o autor, o que há de historicamente novo no fenômeno da autocomunicação de massa é o seu alcance incomparável, possibilitado através de um hipertexto digital articulado em torno das demais formas de comunicação, bem como o seu potencial emancipatório, pautado na produção e disseminação de conteúdos livres dos intermediários/*gatekeepers*, tão comuns à comunicação de massa (CASTELLS, 2015). Em suma, é possível caracterizar a autocomunicação de massa através dos seguintes pontos: (1) o enorme alcance das mensagens;(2) o fato de ser multimodal, porque permite que qualquer conteúdo seja digitalizado/reformatado para qualquer forma para ser divulgado;(3) seu conteúdo é autogerado;(4) sua emissão/entrega para o público consumidor é autodirecionada; e, por fim, (5) a recepção/resgate do conteúdo é autosselecionado (CASTELLS, 2015, p.118).

Os termos desenhados por Castells versam sobre a velha democracia institucional vertical, burocrática e obsoleta em face a uma nova forma de fazer

⁵ De acordo com a pesquisa *Digital News Report* de 2020 do *Reuters Institute* e da Universidade de Oxford, o Brasil é o líder mundial entre o número de pessoas que afirmam se informar através do WhatsApp e Facebook, totalizando 53% e 54%, respectivamente. Considerando os números para as diversas redes sociais e as leituras de notícias online, o total de brasileiros que se informam através da internet é de 87%.



política através da horizontalização/democratização da comunicação através das redes. Esta segunda é abordada em seus termos de dinamismo, liberdade, autonomia, enquanto a primeira é posta em termos de uma estrutura social historicamente superada (CASTELLS, 2015, p.52). Através da autocomunicação de massa, portanto, a sociedade não terá sua oferta de informações limitadas ou agendadas por um processo editorial, tomando as rédeas do processo comunicacional na medida em que a produção de conteúdos se torna acessível para qualquer jovem que domina a tecnologia, “com muitas ideias e pouco dinheiro” (CASTELLS, 2015, p.30). Esses indivíduos passam então a ter o poder de desafiar “as restrições impostas pelos negócios oligopolistas” (CASTELLS, 2015, p.32) que caracterizam a comunicação de massa:

A interação entre comunicação e poder, então, se torna muito mais indefinida, conforme seja permitido que o gênio da liberdade saia da garrafa lacrada da mídia e as pessoas pelo mundo abracem essa nova liberdade. (CASTELLS, 2015, p.32)

Assim sendo, a autocomunicação de massa, através da relação simétrica entre emissor e receptor, inaugura também uma nova forma de poder exercido pelo direito de comunicar qualquer coisa, a qualquer tempo e a qualquer pessoa: o contrapoder. Nesses termos, o *poder* concerne às instituições e ao controle da comunicação, enquanto o *contrapoder* refere-se à ação coletiva de atores sociais que não consideram seus valores e/ou interesses suficientemente representados por essas instituições. Para exemplificar essa noção, Castells se debruça sobre os recentes movimentos sociais articulados originalmente através das redes sociais digitais⁶, que se organizam de forma espontânea e são tidos como importantes agentes de contrapoder na sociedade em redes. Tais movimentos sociais emergentes se “(...) originam de um chamado à ação do espaço dos fluxos que visa criar uma comunidade instantânea de prática insurgente no espaço dos lugares” (CASTELLS, 2015, p.50).

A autocomunicação de massa, portanto, carrega consigo um forte potencial libertador, visto que a:

[...] comunicação livre é a prática mais subversiva de todas, pois desafia o poder dos relacionamentos incorporados às instituições e organizações da sociedade. [...] qualquer nova tecnologia de comunicação, tal como a prensa de impressão, é um desafio à autoridade (CASTELLS, 2015, p.31).

Aponta, também, para uma saída autônoma, uma alternativa aos domínios das elites políticas e econômicas e, embora em termos individuais possa parecer uma saída dispersa, quando esses atores se organizam coletivamente têm o potencial de integrar-se e construir um contrapoder

⁶ Como exemplos de movimentos de contrapoder relacionados às redes digitais de comunicação, Castells cita a experiência dos WikiLeaks e a ascensão de movimentos contrários aos regimes não democráticos entre 2010 e 2012 em mais de cem diferentes países.



robusto e efetivo.

Ainda que a noção do potencial libertador e democrático atrelado ao uso das redes sociais tenha sido amplamente abordada por estudiosos não só da mídia como também de movimentos sociais, da teoria da sociedade em rede e das teorias do poder, ela não é um consenso nem mesmo na sociologia espanhola, na qual Manuel Castells tem uma posição de destaque. O jovem sociólogo espanhol César Rendueles (2016) expõe uma interessante leitura muito menos otimista das redes apoiadas pelas tecnologias da informação e comunicação, e ressalta:

Basicamente, penso que a internet não é um sofisticado laboratório onde estão feitos experimentos com delicadas cepas de comunidade futura. É antes um zoológico em ruínas onde se conservam os velhos e surrados problemas que ainda nos afligem, embora prefiramos não vê-los. (RENDUELES, 2016, p.49)

Rendueles desenvolve em “Sociofobia: mudança política na era da utopia digital”, seu primeiro livro publicado no Brasil, importantes contrapontos ao que ele chama do culto à sociedade em rede, os quais serão aprofundados com o intuito apresentar uma perspectiva alternativa em relação às previsões *castellianas* acerca do potencial libertador e emancipatório da autocomunicação de massa.

3. Utopia Digital: o contraponto do ciberfetichismo.

Em referência ao primeiro parágrafo deste trabalho, é possível afirmar que César Rendueles (2016) não se encaixa em nenhum dos dois cenários desenhados sobre o impacto social da internet; pode-se dizer que está num extremo oposto ao defendido pelo seu conterrâneo Manuel Castells, porém dificilmente sua leitura pode ser simplesmente classificada como “pessimista”. Rendueles, em sua publicação-estreia no Brasil, desenvolve uma crítica robusta à forma como as ciências sociais têm trabalhado a cultura digital, estendendo, a partir de um tom ensaístico e provocador, a crítica à sociedade como um todo. Apesar de ser um texto menos hermético que as publicações acadêmicas, o livro traz *insights* muito ricos e muito bem embasados em referências no campo da sociologia, filosofia e economia.

O cerne da crítica de Rendueles se manifesta a partir dos paralelos que o autor traça entre as relações virtuais, possibilitadas através das redes e difundida através da popularização da internet, e as relações concretas e dificuldades empíricas do “mundo analógico”. De maneira cuidadosa, o autor argumenta que, embora o potencial da internet como ferramenta fundamental para proporcionar a difusão de informação seja inegável, a sua importância não se justifica em si mesma. Em outras palavras, é necessário



considerar que a efetividade das redes virtuais para alcançar esse potencial libertador e democrático depende necessariamente, assim como qualquer outra ferramenta, dos seus usos. O objetivo aqui é afastar-se de qualquer possibilidade de determinismo tecnológico, ou seja, a crença de que os fenômenos são determinados pela tecnologia, e não pela maneira como as relações sociais condicionam seus usos. Embora sejam leituras distintas, essa noção abordada por Rendueles é compartilhada por Castells, que afirma que:

(...) a expansão da intercomunicação individual deu suporte a uma inesperada e extraordinária ampliação da habilidade de atores individuais e sociais desafiarem o poder do Estado. Claramente isso não é efeito da internet. Nenhuma tecnologia determina coisa alguma, uma vez que processos sociais estão incorporados em um conjunto complexo de relações sociais. (CASTELLS, 2015, p.34)

O que difere as perspectivas dos dois autores, neste sentido, é que Castells considera o poder das redes como parte de uma cultura material, que incorpora aspectos do mundo analógico. O autor declara que “(...) o poder da rede, como incorporado na internet, não é simplesmente um aspecto tecnológico, pois a internet, como todas as tecnologias, é cultura material, portanto, incorpora uma construção cultural” (CASTELLS, 2015, p. 34). Portanto, ainda que o autor afirme que “Nenhuma tecnologia determina coisa alguma, uma vez que processos sociais estão incorporados em um conjunto complexo de relações sociais” (CASTELLS, 2015, p. 34), e ressalte que, especialmente a tecnologia da comunicação, não se associa necessariamente à noção e neutralidade, ele enfatiza frequentemente que a internet é uma ferramenta capaz de conceber uma cultura, cujo advento é relacionado intimamente com a incorporação das construções culturais no mundo analógico. Neste sentido, segundo Castells, o mundo virtual⁷ também produz cultura material, ainda que incorpore parcialmente uma construção cultural, tornando a tecnologia da comunicação como um fator determinante sobre os processos de tomada de poder: “No caso da internet, a cultura é a liberdade” (CASTELLS, 2015, p.35).

Em contrapartida a essa visão, Rendueles argumenta que o caminho é inverso: não há, necessariamente uma equivalência entre a construção cultural dos espaços digitais e o mundo analógico. Essa conjuntura só faria sentido em uma Utopia Digital – conceito desenvolvido por Rendueles para antagonizar com o que ele chama de “teóricos da ciberdemocracia”, em referência aos estudiosos que conferem à internet um forte potencial para a reestruturação da participação política democrática, através de novas

⁷ É importante destacar que, embora alguns teóricos das décadas passadas, dentre eles o próprio Castells, articulavam o termo “virtual” como uma expressão com sentido aproximado ao termo “digital”, a literatura mais recente vem reclamando o uso do termo “digital” como forma de superar a discussão entre real/virtual e on-line/off-line. Atualmente a noção de conectividade perpétua (CASTELLS et al., 2007; CASTELLS, 2013), que faz referência a um espaço híbrido entre o “real” e o “virtual” e à relação intrínseca entre as redes virtuais e as redes da vida, vem sendo mais amplamente adotada juntamente por ser mais adequada à sociedade contemporânea.



possibilidades de exercício da cidadania. Há, entretanto, o caminho oposto: cabem às grandes transformações sociais do mundo analógico desenvolver os usos da tecnologia que ainda não permeiam nosso imaginário. Em outras palavras, estando a tecnologia da comunicação inserida em um contexto social e cultural, as mudanças almejadas pela Utopia Digital só serão alcançadas caso tenham força para transpor os limites do ambiente digital e serem aplicados na *práxis*. Rendueles aponta ainda que é mais provável que uma transformação social pujante surja “de fora para dentro”, considerando primeiro todas as limitações e dificuldades empíricas do mundo analógico e construindo uma estrutura que “sustente” o virtual. Em síntese: por mais arrebatadoras que pareçam, “novas vias de mudança sociopolítica oferecidas aos atores sociais pela ascensão da intercomunicação individual” (CASTELLS, 2015, p.34) não garantem, por si só, o diálogo, a ampliação da participação democrática ou a liberdade. Sobre este tópico, Rendueles provoca:

(...) a internet teria realizado a utopia sociológica do comunismo: um delicado equilíbrio entre liberdade individual e calor humano comunitário, ou pelo menos o sucedâneo que o Facebook e o Google+ possam nos proporcionar. Os filósofos do século XVII usavam a analogia do relógio para descrever o ambiente natural e a subjetividade humana. Hoje os cientistas sociais utilizam a metáfora da rede para explicar todo tipo de relações, mediadas ou não pela tecnologia digital: as migrações, o trabalho, o sexo, a cultura, a família... (RENDUELES, 2016, p.46)

A crítica endereçada à Utopia Digital por Rendueles, apesar de contundente e do tom irônico que lhe é comum, está longe de ser uma crítica vaga: sua argumentação articula conceitos fundamentais da teoria marxista na construção de uma crítica anticapitalista robusta e engajada. O que o autor faz através da noção de Utopia Digital é um alerta, especialmente para os cientistas sociais, para o que ele chama de autoengano ou *ciberfetichismo*. No trecho citado acima, por exemplo, ele adverte sobre um uso arbitrário e generalista das teorias de rede para explicar distintos fenômenos sociais, argumentando ao longo do texto que o exercício da reflexão política não se resume à reunião coerente de preferências facilitada por algum dispositivo técnico –é o que ele chama de “culto à sociedade de rede”. Isso porque, partindo de sua lógica, a questão da emancipação democrática –tão central à transformação social– não deve ser resumida às alternativas aventadas pelos que acreditam na Utopia Digital: eis o perigo de relegar à tecnologia o status de meio único para a emancipação. A necessidade de pautar o autoengano se dá, portanto, pelo fato de Rendueles identificar uma forte orientação nas ciências sociais que vê nas redes digitais a solução mágica para o acesso democrático à prática política, construindo soluções fictícias ao largo do contexto social, cultural e institucional em que se desenvolverão empiricamente.

Uma outra característica marcante do *ciberfetichismo*, citada por Rendueles como nociva à mobilização política, é a falsa sensação de consenso



que pode ser construída através das redes virtuais. Esse assunto é também trabalhado de formas distintas por outros autores que devem, possivelmente, se encaixar na categoria criada por Rendueles de *teóricos da ciberdemocracia*. Há quem veja na comunicação digital um potencial messiânico, como aponta Han (2018, p. 59), um bom exemplo disto é Vilém Flusser, que em seu livro “Medienkultur” (1997) descreve a sociedade da informação como um campo neutro, ideal para “eliminar a ideologia do *ensimesmamento* em benefício do reconhecimento que existimos uns para os outros e de que ninguém existe só para si”(FLUSSER, 2007, p.146). Neste sentido, Flusser defende que a comunicação através das redes leva à formação de um corpo social coeso que favorece a “supressão da realização de si tendo em vista uma realização intersubjetiva” (FLUSSER, 2007, p.212)⁸.

O “messianismo da interconexão” de Flusser apontado por ByungChul-Han é um exemplo claro de Utopia Digital, ainda que Han não utilize estes termos. De acordo com o sul-coreano, a comunicação digital causa, na verdade, uma erosão do sentido de comunidade. Essa noção de *intersubjetividade* virtual, nos termos de Rendueles, não passa de uma percepção individual que não condiz com a realidade empírica. Segundo coloca o sociólogo espanhol, as conexões entre sujeitos privados que são formadas através das tecnologias da comunicação - especialmente quando tais conexões se dão por articulações pontuais - podem passar a falsa sensação de coesão necessária para a mobilização, porém o autor salienta que tal coesão pode ser mais um delírio utópico, dado que:

A democracia não pode ser fragmentada em pacotes de decisões individuais porque está relacionada aos compromissos que nos constituem como indivíduos com algum tipo de coerência, com um passado e alguma remota expectativa de futuro. E essa é uma realidade antropológica incomparável com o ciberfetichismo e a sociofobia. (RENDUELES, 2016, p.194)

Segundo esta lógica, Rendueles ressalta que a concepção do mundo digital como plataforma ideal para a ampliação democrática, da cooperação e da participação popular já foi, por diversas vezes, confrontada com a realidade do mundo analógico. O autor explica que:

O meio digital nos proporciona uma espécie de muletas tecnológicas que dão um sucedâneo de estabilidade às nossas preferências esporádicas. A internet gera uma ilusão de intersubjetividade que, no entanto, não chega a nos comprometer com normal, pessoas e valores. (RENDUELES, 2016, p.193)

De acordo com Rendueles, a ilusão da formação de uma intersubjetividade

⁸ A própria noção desenvolvida por Castells dos movimentos sociais originados nas redes digitais serem “comunidades instantâneas de práticas insurgentes” dialoga com a “realização intersubjetiva” de Flusser.



virtual insurgente e articulada politicamente é, portanto, mais um exemplo do dogma fetichista do da Utopia Digital.

4. Consequências para o processo democrático: a interpretação Castelliana da campanha presidencial primária de Barack Obama.

Em “O Poder da Comunicação” Castells apresenta como caso paradigmático de política insurgente na Era da Internet e sua capacidade de impactar positivamente a política uma análise sobre a campanha primária de Barack Obama contra Hillary Clinton em 2008, incluindo um capítulo voltado para a análise deste caso. Com o objetivo de evidenciar as perspectivas divergentes dos dois autores aqui trabalhados acerca do impacto das redes digitais para o processo democrático, abordaremos este capítulo a fim de traçar, em seguida, um paralelo com o estudo de caso proposto neste trabalho.

A campanha primária de Obama em 2008 destacou-se, segundo Palmer (2008) como a “primeira campanha em rede” da história. O autor, assim como Castells (2015), relaciona o inesperado aumento do número de eleitores e, conseqüentemente, a virada de Obama à uma nova forma da mobilização política: o ativismo entre os democratas na internet, que tinha como objetivo envolver possíveis eleitores de forma ativa na campanha. Palmer (2008) ressalta que essa forma de fazer política, com tamanha projeção numérica, demonstrou o potencial das redes sociais virtuais de conduzir mudanças expressivas na política tradicional. Neste sentido, a campanha de Obama conseguiu formar uma base forte de eleitores a partir de articulação em rede de ativistas democratas: “Os seguidores de Obama foram consideravelmente mais ativos no uso da internet com objetivos políticos do que os seguidores de qualquer outra campanha política em 2008” (CASTELLS, 2015, p.445). Na análise de Castells, essa rede de ativistas conseguiu envolver segmentos sociais que se mantinham “(...) distantes do processo político ou eram mantidos em um papel passivo pelas elites políticas profissionais que reduziam a política ao clientelismo e à geração de imagens” (CASTELLS, 2015, p.426), indivíduos e grupos que não se sentiam representados pela política institucional, utilizando-se do jargão de campanha “Hope” para atrair o apoio e o entusiasmo dessas massas.

Outra estratégia elencada por Castells para o sucesso da campanha vitoriosa de 2008 foi o uso habilidoso da influência da cultura pop americana para atrair os mais jovens, que somaram uma fatia importante dos votos e, além disto, foram os mais ativos nas redes sociais⁹. Além disso, a campanha teve ótima

⁹ As tabelas 5.4 e 5.5 reproduzidas por Castells nas páginas 446 e 447 do seu livro (2015), mostram, respectivamente, o percentual de criadores de conteúdo e consumidores de vídeos sobre política por idade nos Estados Unidos em 2008, e evidenciam que o percentual de jovens partidários de Obama era muito mais ativo nas redes se compararmos com os partidários de Clinton.



aceitação por parte da classe artística, que se posicionou publicamente a favor de Obama, tais como George Clooney, Will Smith, Jay Z, Black Eyed Peas, entre outros. Segundo Castells, “Obama foi capaz de unir tendências contraculturais na fonte de criatividade na indústria do conhecimento”, e essa estratégia se mostrou bastante valiosa para cativar eleitores e ativistas, pois, como explica: “A capacidade de incorporar novos atores políticos em grandes números e de estimular sua participação ativa” (CASTELLS, 2015, p.450).

Além do sucesso ao envolver eleitores, a campanha de Obama foi bastante hábil ao utilizar a internet para um outro propósito importante: angariar recursos. Considerando que nos Estados Unidos o financiamento de campanha vem majoritariamente de fontes privadas, Castells aponta que o ex-presidente estadunidense se deparou com o dilema entre ser financiado por grandes corporações e lobistas – desta forma cedendo, possivelmente, ao clientelismo- ou manter-se fiel aos seus propósitos e negar tal financiamento, o que poderia levá-lo a uma campanha sem competência competitiva. A saída encontrada por Obama foi a arrecadação coletiva de fundos. De acordo com a *Federal Election Commission (FEC)*, a agência federal independente que supervisiona as eleições dos Estados Unidos, a soma arrecadada por Obama bateu recordes, resultando numa quantia consideravelmente maior que a sua oponente Hillary Clinton, cuja campanha era tida como muito bem financiada. De acordo com dados do Centro para a Integridade Pública, parte significativa dos recursos foi recebida através de lotes de doações e, embora os dados sejam inconclusivos, estima-se que a proporção das doações processadas pela internet em relação ao total doado esteja entre 60% e 90% (CASTELLS, 2015, p.435). Castells coloca:

O site My.Barack.Obama.com tinha cerca de 15 milhões de membros em junho de 2008, embora, é claro, sejam membros do mundo todo. Essa é, precisamente, a questão: o apelo de Obama se estende para além das fronteiras dos Estados Unidos, é a existência do movimento que permitiu que ele limitasse consideravelmente, ou até eliminasse, a influência de grupos de interesse em sua campanha. E essa independência alimentava ainda mais o apoio de seus seguidores entusiasmados, em um círculo virtuoso que o impulsionou à nomeação pelo Partido Democrata. (CASTELLS, 2015, p.436)

Estratégias de política da mídia tais quais as expostas acima expõem a capacidade de mobilização política viabilizada pelas redes virtuais. Para Castells (2015), esse mecanismo é fundamental para operar, contemporaneamente, o acesso ao poder político institucional - sempre tão distante do cotidiano dos cidadãos- bem como para a elaboração de políticas. Essas, segundo o autor, são características fundamentais da *política insurgente* e foi, em detrimento desta conectividade interativa, que milhões de indivíduos se colocaram contra a política tradicional por não se sentirem representados:

O que é significativo do ponto de vista da relação entre



comunicação e poder é que um candidato extremamente improvável para o cargo político mais importante do planeta foi capaz de romper o labirinto de interesses velados que rodeiam a elite política e a terra sangrenta da política de escândalos para alcançar a nomeação para a presidência (CASTELLS, 2015, p.492)

De acordo com a análise de Castells, portanto, a campanha primária de Barack Obama em 2008 foi um verdadeiro marco na comunicação e na tecnologia política dada a, até então inédita, centralidade da internet como ferramenta da política institucional.

5. Consequências para o processo democrático: o jornal Brasil sem Medo e o outro lado da moeda.

Após apresentar duas perspectivas teóricas relacionadas às expectativas acerca da democratização da comunicação a partir do amplo acesso à internet 2.0 - quais sejam as compreensões antagônicas dos sociólogos espanhóis Manuel Castells (2015) e César Rendueles (2016)-trazendo a análise de Castells sobre o impacto das redes virtuais para a ampliação da democracia e para a política institucional, apresentaremos um estudo de caso cujas conclusões tendem a divergir da credulidade castelliana na Utopia Digital.

Partindo do pressuposto aqui estabelecido de que a articulação política propiciada pelas redes virtuais ocupa um novo lugar de destaque no corpo social, faremos uma breve análise da sua repercussão no campo da comunicação, elegendo como estudo de caso um novo ator emergente no campo da comunicação independente: o jornal digital Brasil Sem Medo (BSM). O jornal digital lançado em dezembro de 2019 se auto intitula “o maior jornal conservador do Brasil” e tem como idealizador e principal garoto propaganda o mentor ideológico do governo Bolsonaro, o autodeclarado filósofo Olavo de Carvalho. A redação conta com outros 29 nomes¹⁰, dentre nomes reais e fictícios, a exemplo e “Os Brasileirinhos”, “Bárbara Te Atualizei” e “Motorista do Uber”, pseudônimos de colunistas do jornal.

O BSM se coloca como um jornal que distingue notícia de textos analíticos com o objetivo de não se “refugiar no patético isentismo da nova esquerda e do velho centrão”. Em sua apresentação que, por algum motivo, não configura mais no site¹¹, dizia reunir uma “tropa de elite do jornalismo,

¹⁰ São eles: Paulo Briguet, que divide a liderança do jornal com Olavo de Carvalho, Silvio Grimaldo, Bernardo Küster, Fernando de Castro, Fábio Gonçalves, Evandro Pontes, Leandro Ruschel, Lucas Mafaldo, Lucas Ribeiro, Taiguara Fernandes, Douglas Pelegati, Claudia Moraes Piovezan, Stefani Onesko, Brás Oscar, Diego Pessi, Juliana Freitag, Alexandre Costa, Ricardo Gancz, Bene Barbosa, Vinicius Sales, Cristian Derosa, Fabiana Barroso, Diego Hernandez, Otávio Pedriali, Eduardo Meira, Braulia Ribeiro, Alessandra Barbieri, Maria Laura de Assis e Maria Eugênea de Assis.

¹¹ Ainda que estas informações não estejam disponíveis no site do veículo, em dezembro de 2019 foi publicada uma matéria no jornal Estadão, assinada por Isabela Palhares, que traz alguns trechos do texto de apresentação do Brasil Sem Medo. São a estes trechos documentados que faço referência



sob o comando do filósofo e escritor Olavo de Carvalho, pai da revolução democrática brasileira”. Nessa mesma apresentação, o Jornal também se orgulha do fato de não depender financeiramente de anúncios publicitários, mas da colaboração dos assinantes¹². Essa ênfase é feita, provavelmente, para acenar uma autonomia do veículo em relação aos campos econômico e político no que tange a dependência dos jornais tradicionais em relação às receitas provenientes dos anúncios e/ou de conchavos políticos, tão frequentemente referidos e criticados nas matérias do BSM; é também uma resposta ao que o colunista Fábio Gonçalves definiu como estratégia da esquerda: “um modo prudente e sofisticado de censurar as vozes conservadoras” (GONÇALVES, 2020, texto eletrônico), que consiste, segundo o autor, em chantagear as empresas que as financiam.

O texto supracitado, publicado em maio de 2020, inicia com a seguinte frase: “A última década foi marcada por um fenômeno muito desagradável para os progressistas: a democratização do debate público”. O fundamento, a partir do qual Gonçalves inicia seu texto, por mais irônico que possa parecer, se aproxima bastante com o cerne do argumento de Castells; o colunista do BSM explica que as redes sociais se tornaram os meios materiais que tornaram possível que: “muitas vozes, dos paupérrimos aos magnatas, dos ignotos aos versados, estivessem no mesmo ambiente, cada um com seu ponto de vista, palestrando sobre um evento político, sobre os rumos econômicos, conjecturando questões de guerra” (GONÇALVES, 2020, texto eletrônico).

A ideia de que a internet subverteu a lógica oxidada e obsoleta dos grandes conglomerados de mídia, rompendo todas as barreiras possíveis e imagináveis, possibilitando assim, como fala o colunista, uma “democracia na veia, raiz”, não é estranha à Utopia Digital. Seguindo a argumentação de Gonçalves, essa nova realidade deixou descontentes os donos dos meios de comunicação e os movimentos políticos culturais –que, de acordo com o colunista, resumem-se à esquerda “do extremo Leblon-psolista ao centro paulista-tucano” (GONÇALVES, 2020, texto eletrônico)- pelo fato da popularização do acesso à produção de conteúdos os fazê-los perder o poder de controle exclusivo do fluxo da comunicação. Por fim, afirma Gonçalves, a estratégia de represália posta em prática pela “esquerda” foi impor a censura e desmobilizar os movimentos de direita nas redes sociais. Por fim, o colunista conclui que a esquerda, que “voltou aos tempos de Stálin” ao querer aniquilar seus inimigos, orquestra um ataque antidemocrático aos veículos conservadores de mídia independente que resistem, como podem, aos grandes conglomerados de mídia.

A narrativa acima descrita se apresenta como a máxima castelliana da

aqui. Ver também a reportagem de Vera Magalhães (2019).

¹² É importante apontar que, segundo uma entrevista feita com Paulo Briguet em Junho de 2020 (referenciada ao fim do texto), jornalista que divide a direção do jornal com Olavo de Carvalho, o pseudônimo “motorista do uber” é um dos poucos colunistas remunerados da revista, e sua especialidade é “destrinchar as ações da extrema imprensa”.



autocomunicação de massa sendo posta em prática; como citado anteriormente, os fundamentos referidos inicialmente por Gonçalves parecem ter partido dos escritos do sociólogo espanhol. Por mais excêntrica que a argumentação do colunista do BSM possa se apresentar, ela conceitualmente não está muito próxima de noções como *cultura da autonomia* ou da *comunicação irrestrita* desenvolvidas por Castells. Voltaremos a essa questão mais adiante.

O exercício de construção de corpus e de análise de dados que embasou as conclusões deste estudo de se dedicou à análise do conteúdo das notícias e matérias publicadas no BSM desde a sua criação, em dezembro de 2019, até o mês de outubro de 2020, somando um total de 58 matérias analisadas. A Análise de Conteúdo aqui utilizada como fundamento metodológico de análise textual, foi a preconizada por Laurence Bardin (1977) e fortemente voltada para os estudos de comunicação de massa e psicossociologia desde sua origem. Neste trabalho, seguimos as três fases descritas por Bardin: (1) a pré-análise, voltada para a construção de hipóteses e indicadores a partir de uma leitura flutuante do texto, (2) a exploração do material, voltado para a organização e codificação dos dados e, por fim, (3) o tratamento dos dados, cuja análise aprofundada fundamenta as inferências deste artigo. Porém, é preciso ressaltar a altíssima instabilidade do site do jornal que, desde então, vem passando por algumas mudanças que abrangem desde a exclusão repentina de textos e colunas até instabilidade do servidor, que muitas vezes torna o acesso indisponível. Considerando tudo isso, a opção por assinar o jornal por um semestre pareceu mais segura para garantir o livre acesso ao conteúdo completo, o que se mostrou uma boa escolha, já que a assinatura permitiu o acesso integral e ilimitado, assim como e-mails semanais do “editorial” do jornal.

Encontrar informações seguras sobre o jornal tem sido tarefa difícil, pois desde que a assinatura foi feita, a aba “sobre” do site do Brasil Sem Medo está em branco. Além disso, não existe referência no Wikipédia sobre o veículo; com efeito, o verbete “Brasil Sem Medo” sofreu um pedido de eliminação por consenso da página, que consiste em uma ação interna do Wikipédia¹³ que ocorre quando um editor propõe uma avaliação da comunidade sobre o conteúdo/validade do tópico. No fim deste processo, a comunidade julga se o verbete deve ser excluído por não se tratar de um conteúdo enciclopédico e/ou com informações tidas como não seguras. Foi preciso, portanto, pesquisar em outras fontes confiáveis disponíveis na internet que documentavam que na página do jornal já constaram algumas informações sobre a propriedade do veículo.

Em qualquer veículo que se propõe a apresentar-se como comunicação de massa, tratando-se de um veículo independente ou não, seja qual for a dimensão do seu alcance, a transparência acerca da sua propriedade e/ou quadro societário, bem como seu corpo editorial são questões importantes nas

¹³ Para entender mais sobre esse processo, há um link do próprio Wikipédia disponível nas referências.



democracias cujo acesso à informação é considerado um direito. Apesar disso, embora seja possível ter acesso a algumas informações através das notícias de outros jornais citados anteriormente, a página atual do BSM não apresenta nenhuma dessas informações. Segundo consta em matérias publicadas no período do lançamento do jornal, o veículo é de propriedade de Arno Alcântara Júnior, que é sócio de Carlos Francisco Nadalim na empresa Alcântara e Nadalim Cursos On-line Ltda. e, do então secretário de Alfabetização do Ministério da Educação do governo Bolsonaro. As matérias também contam que o Secretário, defensor do *homeschooling* e crítico ferrenho de Paulo Freire, foi cotado para assumir a pasta após a demissão de Abraham Weintraub, e deve a sua indicação para o cargo ao seu antigo professor Olavo de Carvalho. Nadalim é, até então, o único indicado de Carvalho que permanece no governo.

6. A ameaça da “extrema imprensa” .

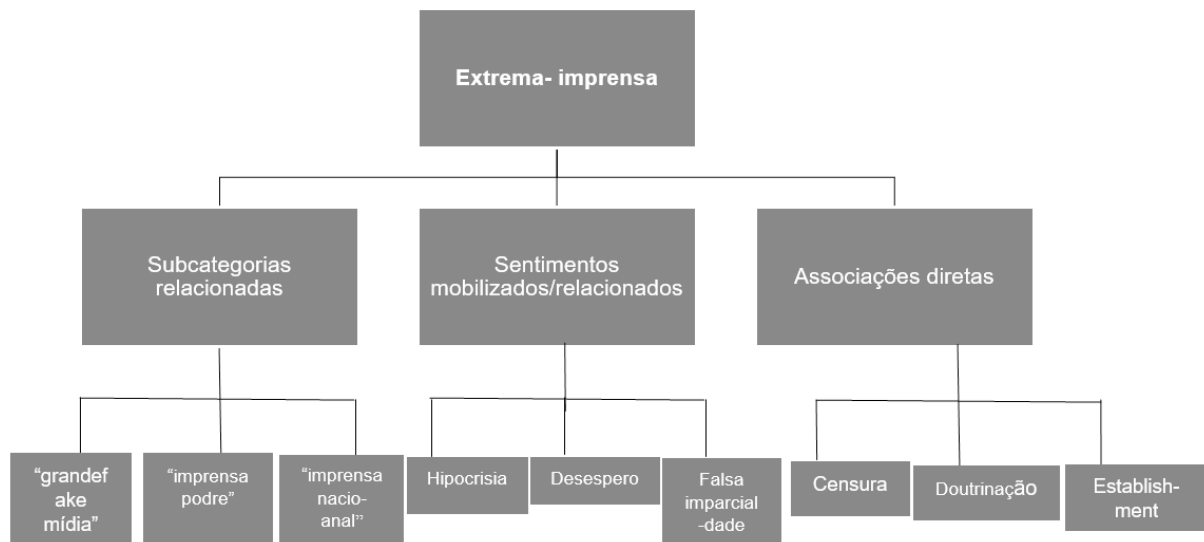
Durante a construção do corpus da análise aqui proposta, uma categoria endêmica ao discurso do Brasil Sem Medo e mostrou bastante interessante. A partir de uma leitura sistemática do jornal foi possível identificar uma narrativa construída acerca da chamada “*extrema imprensa*” que se mostrou fundamental para a compreensão do contexto em que o BSM se insere enquanto veículo de informação. A referência é observada ainda no primeiro contato com o site do Jornal: em letras garrafais, frente a um fundo que traz manchetes de reportagens da mídia hegemônica sobre pesquisas parciais da mais recente eleição para as prefeituras, lê-se “Assine o BSM e fuja da margem de erro da extrema-imprensa”. Esta primeira referência já denota a distinção entre o Jornal e o que eles chamam de extrema-imprensa, cujo código de oposição é construído, nesta peça, em relação à veiculação de pesquisas eleitorais dos segundos turnos de Porto Alegre e Recife, que apontavam para empates técnicos entre os candidatos. Esta peça também faz referência indireta aos institutos de pesquisa citados nas manchetes, o Datafolha e o Ibope, questionando seus resultados divulgados e a “margem de erro” das pesquisas.

Além disto, foi possível observar a emergência de algumas categorias que se referem à mídia hegemônica de formas distintas, embora apoiadas em uma estrutura comum, tais quais: “grande imprensa”, “imprensa tradicional”, “monopólio midiático”, “grande mídia”, “grande *fake* mídia”, “imprensa esquerdista de todo o mundo”, “instituição da mentira organizada”, “imprensa podre”, “jornalismo fracassado”, “jornalismo dito profissional”, “imprensa nacio-anal”, entre outros. Todas essas categorias, identificadas a partir da análise dos 58 artigos, orbitam em torno da noção de extrema-imprensa, a mais difundida pelo jornal, que é frequentemente utilizada por diversos autores.



Também foram identificadas subcategorias que se apresentavam de forma recorrente como relacionadas diretamente à categoria de extrema-imprensa. Tais subcategorias podem ser divididas analiticamente em duas: a primeira trata-se de termos que fazem alusão a sentimentos mobilizados pelos autores e relacionados à extrema-imprensa, tais quais: hipocrisia, falsa imparcialidade, ódio às liberdades e à livre manifestação mentira, fanatismo e desespero. A segunda subcategoria ressalta livres associações feitas em relação à extrema imprensa, quais sejam: ligação com o *establishment*, ocupação por parte da esquerda, imprensa como o quarto poder velado, vanguarda das novas formas de opressão, perseguição de vozes dissonantes, doutrinação, censura, espaços abertos à promoção de crimes hediondos e ligada ao “totalitarismo progressista”. A figura ilustra tais ocorrências:

Figura 1 - Categorias e subcategorias da Extrema-Imprensa



Fonte: Elaborado pelas/pelos autoras(es)

A partir da noção central de extrema-imprensa e através do exercício de análise pautado na metodologia da análise de conteúdo de Bardin, foi possível organizar as categorias e subcategorias subsequentes na ilustração acima (ver Figura 1). As três subcategorias relacionadas entre aspas referem-se a termos empregados diretamente nos textos do Jornal para se referir ou caracterizar a extrema-imprensa. De acordo com o exposto acima, a lista de termos é bem mais longa, porém a escolha destas três para representar as demais foi feita ao considerar que são variações centrais para a compreensão da noção de extrema-imprensa. Neste sentido, os termos “grande *fake* mídia” e “imprensa podre” foram repetidamente abordados (considerando também algumas variações). Apesar do termo “imprensa nacional” constar em apenas uma publicação, decidimos incluí-lo no quadro por se tratar de uma subcategoria



simbolicamente importante, que representa muito sobre o esforço retórico articulado no Jornal.

Em relação aos “sentimentos mobilizados”, os textos analisados foram divididos em categorias que se dividiam de acordo com os afetos identificados em relação à extrema-imprensa. Nesta subcategoria foram alocados os sentimentos mobilizados e relacionados à extrema-imprensa considerando a maior frequência, quais sejam: a noção de que a extrema-imprensa é hipócrita, que desenvolve estratégias ligadas ao desespero e que promete imparcialidade quando, na verdade, é necessariamente parcial. Por fim, a última subcategoria também seguiu a lógica temática de acordo com a frequência nos textos analisados. Neste sentido, a extrema-imprensa é sempre relacionada à (1) censura dos veículos de comunicação conservadores, à (2) práticas de doutrinação em relação aos seus leitores/espectadores, e, por fim, ao (3) *establishment*, seja ele político ou econômico.

A necessidade de caracterizar a noção de extrema-imprensa se faz imperativa para a melhor compreensão da análise, pois é fundamental considerar que os textos analisados são resultado da produção deliberada de uma narrativa própria do BSM. Além disso, é notável que o veículo procura se estabelecer no campo midiático a partir de uma marcada oposição em relação aos veículos hegemônicos, e a construção da noção de extrema-imprensa evidencia este movimento. Considerando isso, é preciso entender que os assuntos são abordados nos termos desta narrativa, portanto, para compreendê-los, é necessário desvencilhar-se das noções do senso comum, especialmente em relação aos interlocutores aos quais as matérias se dirigem. Isso posto, apreender os motivos que levam um veículo de comunicação a publicar afirmações como “para entender o jornalismo é preciso, antes de tudo, libertar-se dele” (DEROSA, 2020, texto eletrônico) torna-se uma tarefa menos paradoxal.

7. A Distopia Digital.

Ao apresentar perspectivas antagônicas sobre o impacto das redes virtuais para a democracia e nos voltando, posteriormente, à análise de um estudo de caso empírico de um veículo de comunicação independente, este trabalho nos convida a uma reflexão sobre os limites da Utopia Digital. Sob a perspectiva castelliana do ideal da autocomunicação de massas, incontáveis novos atores surgiram no campo da comunicação independente, galgando um espaço social e político relevante no debate público. Porém, a partir da análise do jornal Brasil Sem Medo, é possível entender que o acesso a esse espaço não configura necessariamente no enriquecimento do debate nem na ampliação da democracia. Em outras palavras, assim como a internet, as plataformas e redes sociais digitais também são ferramentas cujas propriedades derivam do



uso que se faz das mesmas.

Neste sentido, podemos entender que a expansão da autocomunicação e do acesso à informação, apesar de certamente ter possibilitado que novos atores individuais e coletivos se colocassem em evidência no debate público, gerou impactos controversos. O primeiro ponto a ser abordado é a falsa equivalência dos veículos. Embora a própria teoria do jornalismo, em seus manuais de formação, ressalte a inexistência da neutralidade na prática jornalística, muitas vezes os veículos, buscando isentar-se de críticas sobre parcialidade no discurso, recorrem à prática de “escutar os dois lados da história”, ainda que um dos lados não recorra a fatos confiáveis e/ou verificáveis. Essa prática pode acarretar consequências graves para a democracia, possibilitando que dois posicionamentos antagônicos, cujos embasamentos são completamente distintos, ocupem o mesmo lugar de legitimidade: um exemplo disso é pautar questões como o terraplanismo, trazendo para o debate um indivíduo ou coletivo que expõe sua opinião de que a Terra é plana. Neste contexto, o que seria uma forma de demonstrar imparcialidade acaba sendo, na realidade, um exemplo de falsa equivalência, ao colocar em lados opostos do debate um indivíduo que expõe seus argumentos opinativos e outro que se baseia nos dados e conclusões verificáveis e comprovadas cientificamente. Nessa perspectiva, a emergência de veículos de comunicação independentes como o Brasil Sem Medo passam a ocupar, no debate público, um lugar equivalente a jornais estabelecidos, cujos processos editoriais seguem um padrão minimamente confiável¹⁴.

Seguindo esta lógica, os leitores do BSM que recorrem ao jornal e seus respectivos colunistas para acessar informações e embasar suas opiniões, acabam endossando a ideia de que há, de fato, uma extrema imprensa que opta deliberadamente por não noticiar os conteúdos que são imprescindíveis. “A imprensa noticia os fatos como quer e quando quer”, afirma uma reportagem (Felipe Neto e Bolsonaro Juntos, 2020, texto eletrônico) assinada pelo editorial do Brasil Sem Medo. O jornal, seguindo o ensejo do presidente Bolsonaro (SALES, 2020a; SALES, 2020b, texto eletrônico), conta com artigos que discutem a obrigatoriedade da vacinação contra o COVID-19-intitulado pelo jornal de “vírus chinês”- com o teor *anti-vax* (BARBIERI, 2020, texto eletrônico; KÜSTER, 2020, texto eletrônico), afirma que o objetivo do uso das máscaras durante a pandemia é, na verdade, um experimento social que visa avaliar “o grau de obediência das pessoas” (COSTA, 2020, texto eletrônico) e que “o pretexto da saúde pública foi usado para justificar inúmeras atitudes totalitárias”(COSTA, 2020, texto eletrônico). O próprio idealizador do jornal, Olavo de Carvalho, defende abertamente que a marca estadunidense Pepsi faz uso de células de fetos abortados nos refrigerantes¹⁵ para adoçá-los e que, ao

¹⁴ É importante ressaltar que não estamos sugerindo que os veículos hegemônicos de comunicação são isentos de interesses ou neutros de nenhuma forma. A comparação está sendo feita levando em conta o processo produtivo e editorial, bem como à confiabilidade e verificabilidade de suas referências.

¹⁵ O vídeo que documenta esta afirmação está disponível no youtube e o link está disponível nas



consumir a Pepsi, você pode ser considerado um “abortista terceirizado”.

O cerne da questão é que narrativas como estas são publicadas como fatos, ainda que não apresentem referências confiáveis e, para além da verificabilidade do que é publicado, criam um fenômeno de bolha informacional, pois considerando que uma parcela da população se informará através do veículo - que acaba tendo um amplo alcance através das redes sociais-, aquilo que foi noticiado será tido como verdade e será massivamente compartilhado. Dada a grave polarização política em que se encontra o Brasil, os efeitos dessas bolhas de informação são complexos, pois a informação tende a ser amplamente reproduzida por um contingente de pessoas que já compartilham de uma mesma visão de mundo. Neste sentido, a informação circula por um mesmo grupo que, provavelmente, já toma aquilo como fato. O perigo da bolha está exatamente aí: considerando que a informação costuma ser auto referenciada dentro de uma bolha específica, a bolha passa a se *retroalimentar ad infinitum*, deslegitimando ou rejeitando qualquer outra informação que venha de fora da bolha.

Sustein (2009)¹⁶, que observou o fenômeno a partir de um extenso estudo salienta que, nestes contextos, é habitual que qualquer informação ou visão exposta por indivíduos que estão de fora do grupo sejam sumariamente desacreditadas; neste sentido, nada pode desestabilizar ou perturbar o processo de polarização e, conseqüentemente, há a garantia de que os membros internos do grupo permaneçam em diálogo. De acordo com Sustein (2009), outro sintoma grave da bolha de informações é a ocorrência do que ele chama de “viés de confirmação”: dado que informações que estão de acordo com uma visão de mundo ou confirmam um ponto de vista de um indivíduo é melhor aceita e assimilada, faz com que ele só considere legítima a informação que confirma a sua “teoria” ou sua noção anteriormente construída. Kakutani (2018, p.151) explica: “O enorme volume de dados na web permite que as pessoas selecionem cuidadosamente fatos, factoides ou não fatos que apoiem seu ponto de vista (...) em vez de examinar evidências empíricas para chegar a conclusões racionais”.

Tais conclusões corroboram com o que Rendueles explica sobre a Utopia Digital, pois segundo ele, ao invés do ideal de ação comunicativa habermasiano, temos na internet um espaço de emulação das relações e processos sociais, porém pautados em nossos dispositivos mais básicos. Ainda segundo o autor, estando este fenômeno intimamente relacionado com a vida analógica (como tudo o que é digital), a articulação política que se origina nas redes digitais surge como uma alternativa aparentemente interessante à imobilização política da “vida real”, que se mostra “assombrosamente ineficaz perante o poder do mercado” (RENDUELES, 2016, p.166). Entretanto -e este é o cerne

referências.

¹⁶ Ver também: Elizabeth Kolbert em “WhyFactsDon’tChangeOurMinds”, The New Yorker, 27 de fevereiro de 2017.



do seu argumento- o que a é produzido nas redes virtuais não passa de um simulacro de participação política e de sociabilidade: “Raspando a superfície dos supostos exemplos de inteligência coletiva, logo vemos que os processos cognitivos digitais são bem semelhantes aos tradicionais” (RENDUELES, 2016, p.95).

Em outras palavras, Rendueles defende que, na tentativa de superar os mecanismos tradicionais da organização da esfera pública, a consequência da emulação digital da participação é, portanto, pós-política (RENDUELES, 2016, p.46). O exemplo do Brasil Sem Medo mostra que ousar sistemático dessas novas formas de comunicação, que se mostra especialmente eficaz em termos políticos no que tange a disputa de narrativas, parece ir na contramão das apostas do potencial democrático das tecnologias da informação. A partir deste exemplo é possível concluir que a “simples” subversão da prática convencional de comunicação, colocando novos atores sociais na produção dos conteúdos, não garante um impacto positivo na democratização política, podendo, entretanto, contribuir para um ambiente político caótico ao pautar uma narrativa que se constrói a partir de factoides, não de fatos.

Embasado no estudo de EvgenyMorozov (2011), Rendueles afirma que, na realidade, “As provas empíricas indicam, sistematicamente, que a internet limita a cooperação e a crítica política, não as promove.” (MOROZOV, 2011 *apud* RENDUELES, 2016, p. 63). Neste sentido, o fundamento da Utopia Digital, embora seja uma representação da vida analógica comum, toma a realidade social como uma simples categoria conceitual, definida por propriedades abstratas, mobilizando virtualmente indivíduos fluidos, alcançando quase ou nenhum espaço na concreção política. Sendo a Utopia Digital ou, como ironiza o autor, o *ciberfetichismo* um verdadeiro “bálsamo de irrealidade” (RENDUELES, 2016, p.129) diante da práxis política, o autor conclui que “(...) o livre acesso à internet não só não conduz imediatamente à crítica política e à intervenção da cidadania como, em todo caso, enfraquece ambas” (RENDUELES, 2016, p.62). Isso porque enquanto apostamos todas as fichas na mobilização virtual, a política analógica nos escapa. Como coloca o autor, “(...) os dilemas consolidados no passado continuam a nos acossar, por mais que finjamos não vê-los” (RENDUELES, 2016, p.104).

A crítica do sociólogo espanhol, que constrói um diálogo com Castells ainda que não o cite diretamente, se volta para a produção acadêmica e intelectual assumindo a forma de advertência: segundo ele, as ciências sociais têm trabalhado a expansão da autocomunicação de massa e aos outros atributos que concernem a Utopia Digital como um verdadeiro bote salva-vidas em suas teorias. Neste sentido, temendo a disseminação de um comportamento de “espontaneidade apolítica” fundamentada no consenso acerca do potencial das tecnologias da comunicação para induzir dinâmicas democráticas positivas, o autor sugere um processo de autocrítica e desintoxicação das ciências sociais, com o objetivo de repensar o culto à sociedade em rede. A



crítica de César Rendueles, por fim, se encaminha para a construção de uma saída coletiva e profícua nas ciências sociais e arremata: “se renunciarmos às falsas promessas das ciências sociais, talvez possamos reverter seus efeitos sobre nossa imaginação política” (RENDUELES, 2016, p. 175).

Referências bibliográficas

ADGHIRNI, Zélia Leal. **Mudanças Estruturais no Jornalismo**: Travessia de uma Zona de Turbulência. In: PEREIRA, Fábio; ADGHIRNI, Zélia Leal; MOURA, Dione (Orgs). *Jornalismo e Sociedade – Teorias e Metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012.

BARBIERI, Alessandra. **Vacina xing-ling? Nem aqui, nem na China**. *Jornal Brasil Sem Medo*, 31 de outubro de 2020. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com/vacina-xing-ling-nem-aqui-nem-na-china/> Acesso em 17/05/21.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL SEM MEDO. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com>. Acesso em 17/05/21.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

CASTELLS, Manuel *et al.* **Comunicação móvel y sociedad**: una perspectiva global. Barcelona: Ariel, Fundação Telefónica, 2007

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura, Vol. 2, O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

COSTA, Alexandre. **O ‘Novo Normal’ não é novo nem normal**. *Jornal Brasil Sem Medo*, 17 de outubro de 2020. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com/o-novo-normal-nao-e-novo-nem-normal/> Acesso: 15/05/21

DEROSA, Cristian. A função política do medo nas mãos do jornalismo



pandêmico. *Jornal Brasil Sem Medo*, 2 de outubro de 2020. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com/a-funcao-politica-do-medo-nas-maos-do-jornalismo-pandemico/>. Acesso: 13/07/2021.

ESCRITOR e jornalista Paulo Briguet explica como o jornal Brasil Sem Medo vem reagindo às recentes tentativas de censura. *Conexão Política*. São Paulo, 13 de Junho de 2020. Disponível em: <https://conexaopolitica.com.br/exclusivo/entrevista/escritor-e-jornalista-paulo-briguet-explica-como-o-jornal-brasil-sem-medo-vem-reagindo-as-recentes-tentativas-de-censura/> Acesso: 18/05/21

FELIPE Neto e Bolsonaro juntos! *Jornal Brasil Sem Medo*, 23 de setembro de 2020. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com/felipe-neto-e-bolsonaro-juntos/> Acesso: 16/05/21.

FLUSSER, Vilém. **Medienkultur** (ed. by Stefan Bollmann). Frankfurt/Main: Fischer. 1997.

GONÇALVES, Fábio. **Sleeping Giants:** a esquerda quer calar seus inimigos. *Jornal Brasil Sem Medo*, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com/sleeping-giants-a-esquerda-quer-calar-seus-inimigos/> Acesso: 18/05/21

HAN, Byung-chul. **No Enxame:** perspectivas do digital. Trad. Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

KAKUTANI, Michiko. **A Morte da Verdade:** notas sobre a mentira na era Trump. 1 Ed – Rio de Janeiro: Intrínseca. 2018.

KOLBERT, Elizabeth. **Why Facts Don't Change Our Minds.** *The New Yorker*, 27 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2017/02/27/why-facts-dont-change-our-minds> Acesso em 13/11/2020.

KÜSTER, Bernardo. **A bola da Vez #18 – E a vacina, vai tomar?** *Jornal Brasil Sem Medo*, 21 de outubro de 2020. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com/a-bola-da-vez-18-e-a-vacina-vai-tomar/> Acesso: 18/05/21.

MAGALHÃES, Vera. **Vem aí o jornal do Olavo de Carvalho.** *BR Político*. Dezembro de 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,secretario-do-mec-e-socio-do-dono-do-brasil-sem-medo-site-lancado-por-olavo-de-carvalho,70003120691> Acesso: 18/05/21



MANSELL, Robin. **From Digital Divides to Digital Entitlements in Knowledge Societies**. 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0011392102050003007>

McCHESNEY, R. W. **Communication Revolution: Critical Junctions and the Future of Media**. New Press. 2007.

MOROZOVI, E. **The Net Desilusion**, New York: PublicAffairs, 2011.

O'REILLY, Tim. **What is Web 2.0?: design patterns and business models for the next generation of software**. 2009. Disponível em: <http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>

PALMER, Shelley. **Obama vs McCain: the first networked campaign**. Huffington Post, media News. 2008. Disponível em: <https://www.shellypalmer.com/2008/06/obama-vs-mccain-the-first-networked-campaign/> Acesso em 12/11/2020.

PALHARES, Isabela. **Secretário do MEC é sócio do dono do 'Brasil sem Medo', site lançado por Olavo de Carvalho**. O Estado de S. Paulo, 10 de dezembro de 2019. Disponível em: [Secretário do MEC é sócio do dono do 'Brasil sem Medo', site lançado por Olavo de Carvalho - Política - Estadão \(estadao.com.br\)](https://www.estadao.com.br/politica/secretario-do-mec-e-socio-do-dono-do-brasil-sem-medo-site-lancado-por-olavo-de-carvalho/) Acesso: 18/05/21

“PEPSI com fetos abortados”, Canal Secret Science. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7l4WmFjzDls> Acesso em 18/05/21.

RENDUELES, César. **Sociofobia: mudança política na era da utopia digital**. Editora SESC. 2016.

REUTERS Institute for the Study of Journalism; OXFORD University. **Digital News Report**, 2020. Disponível em: <https://www.digitalnewsreport.org/> Acesso: 13/05/21.

SALES, Vinicius. **“Ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina”**, diz Bolsonaro. Jornal Brasil Sem Medo, 1 de setembro de 2020. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com/ninguem-pode-obrigar-ninguem-a-tomar-vacina-diz-bolsonaro/> Acesso em 15/05/21.

SALES, Vinicius. **“Não pode um juiz decidir se você vai ou não tomar a vacina”**, diz Bolsonaro. Jornal Brasil Sem Medo, 26 de outubro de 2020. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com/nao-pode-um-juiz-decidir-se-voce-vai-ou-nao-tomar-a-vacina-diz-bolsonaro/> Acesso em 15/05/21.



SUSTEIN, Cass. **Goingto Extremes: How Like Minds Unite and Devide**. Nova York: Oxford University Press, 2009.

URUPÁ, Marcos. **Redes Sociais e internet: como as pessoas se tornaram usuárias, produtoras e consumidoras em um piscar de olhos**. Anais do VI Encontro Nacional da União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC), 2016. Disponível em: https://ulepiccbrasiladotcom.files.wordpress.com/2017/04/ulepicc2016_anaisgt3.pdf Acesso: 13/11/2020.

Como citar este artigo:

MELO, Rebecca Botelho Portela de. Distopia Virtual: Uma análise da emergência de novos atores no campo da comunicação digital. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 41-64, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.634>

Data de submissão do artigo: 15/12/2020

Data da decisão editorial: 12/07/2021



O populismo digital na campanha presidencial de 2018 no Brasil: as páginas de Facebook de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro

Laura Gabrieli Pereira da Silva¹
Milton Lahuerta²

Resumo: Contemporaneamente, o conceito de populismo tem sido resgatado e retrabalhado para abordar dinâmicas políticas em curso. Com foco nos conteúdos oficiais de campanha, foi feita uma análise dos discursos políticos de Jair Messias Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva nas publicações em suas páginas oficiais de Facebook durante as eleições presidenciais de 2018, com o objetivo de discutir como os conteúdos e os usos dessa plataforma se articulam com a emergência desse tipo de política. Verificam-se inúmeros pontos que aproximamos discursos populistas contemporâneos e a linguagem estimulada no ambiente analisado. Nesse sentido, a despeito das diferenças ideológicas, é possível observar a presença de elementos que podem ser considerados como componentes do discurso populista nas páginas dos dois candidatos. As diferenciações, contudo, apontam para a necessidade de apurar o conceito para a melhor compreensão do fenômeno.

Palavras-Chave: Populismo. Eleições 2018. Campanha digital.

Digital populism in the 2018 presidential campaign in Brazil: the Facebook pages of Luiz Inácio Lula da Silva and Jair Messias Bolsonaro

Abstract: Nowadays, the concept of populism has been recovered and reworked to address ongoing political dynamics. Focusing on official campaign content, we analyzed the political discourse of Jair Messias Bolsonaro and Luiz Inácio Lula da Silva on their official Facebook pages as candidates for the presidency in the 2018 national elections, with the aim of discussing how the contents and uses of this platform are articulated with the emergence of this type of politics. There were points of correspondence of populist

¹ Mestranda em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. membro do Laboratório de Política e Governo da UNESP (Labpol), Araraquara, São Paulo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0784-8990>. acciolaurapereira@gmail.com.

² Professor de Teoria Política. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, São Paulo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7031-1857>. milton.lahuerta@unesp.br.



discourses and the language favored by the analyzed environment. In that regard, despite ideological differences, it is possible to observe elements that can be considered as components of the populist discourse on the pages of the two candidates.

Keywords: Populism. Elections 2018. Digital campaign.

1. Introdução

É com uma citação³ que Levitsky e Ziblatt (2018) sintetizam as especificidades que parecem demarcar o momento contemporâneo da política democrática. Caracterizado por uma crise profunda que abala a democracia liberal enquanto regime político e forma de vida coletiva, para além das dificuldades que outrora pareciam se restringir às chamadas democracias frágeis, novas ou de terceira onda (FOA e MOUNK, 2017; MOUNK, 2019), desenvolve-se um cenário no qual emerge um conjunto diversificado de líderes, que flertam com o autoritarismo, apelam para uma relação direta com o povo, estimulam a violência, nutrem-se da antipolítica e procuram surfar o ressentimento social dos que, de alguma forma, estão sofrendo as consequências da mudança de padrão produtivo e tecnológico, consubstanciada na globalização (LAHUERTA, 2020). A emergência de líderes com essas características vem desencadeando uma espécie de resgate e atualização do conceito de populismo. Se no passado o conceito foi utilizado para caracterizar figuras políticas tradicionais da América Latina, da África e do Leste Europeu, atualmente passou a ser utilizado tanto na imprensa quanto na bibliografia especializada para explicar um conjunto de fenômenos políticos novos identificados com a negação das instituições da democracia e com figuras que usam a retórica rupturista e antissistema para se viabilizarem eleitoralmente (CESARINO, 2020; MOUNK, 2019).

O caso brasileiro, a partir da disputa eleitoral de 2018, é frequentemente identificado com a eleição desse tipo de liderança identificada como populista⁴. Com enfoque na expressão comunicativa desse fenômeno, procurou-se, neste texto, avançar na análise de referenciais concretos e empíricos trabalhando com: 1) os discursos autorais de campanha eleitoral de representantes de espectros políticos bem diferentes e 2) as especificidades da ambiência digital

³ “Se, 25 anos atrás, alguém lhe descrevesse um país no qual candidatos ameaçam botar seus rivais na cadeia, oponentes políticos acusam o governo de fraudar resultados eleitorais ou de estabelecer uma ditadura e partidos usam suas maiorias legislativas para o impeachment de presidentes e usurpação de cadeiras da Suprema Corte, você pensaria no Equador ou na Romênia. Provavelmente, não teria pensado nos Estados Unidos” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 179).

⁴ Tanto Levitsky e Ziblatt (2018) quanto Mounk (2019), para mencionar apenas dois trabalhos bastante utilizados neste artigo, fazem esse diagnóstico em prefácios escritos para as edições brasileiras de seus livros. A eleição de Jair Bolsonaro aparece, em muitas matérias e análises contemporâneas, como sendo semelhante aos casos de Hugo Chávez, na Venezuela, de Donald Trump, nos Estados Unidos, Matteo Salvini, na Itália e Viktor Orbán, na Hungria.



do Facebook. Tendo por base as dimensões mencionadas, optou-se por utilizar as publicações provenientes das páginas oficiais de Facebook de Jair Messias Bolsonaro (à época, filiado ao Partido Social Liberal, PSL) e Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores, PT) em meio à disputa eleitoral de 2018.

As publicações aqui utilizadas foram coletadas de maneira automatizada com a aplicação Netvizz⁵ (RIEDER, 2013), executada semanalmente entre os dias 16 de agosto de 2018 e 30 de setembro de 2018⁶, referentes ao período oficial de propaganda eleitoral do primeiro turno, quando Bolsonaro e Lula foram anunciados como candidatos⁷, com posterior análise textual automatizada, com o auxílio do software Iramuteq (RATINAUD, 2009), e manual com as técnicas de análises de conteúdo (BARDIN, 2011) e de análise do discurso político (VAN DIJK, 1997, 2006).

Nesse sentido, o foco são as páginas oficiais de Facebook utilizadas por candidatos à presidência da República tendo como referenciais explicativos elementos da prática e do discurso considerados populistas pela bibliografia especializada. Na segunda seção, serão tratados aspectos centrais dos argumentos que definiriam os líderes atuais assim designados (como, por exemplo, pensar a política a partir do par amigo/inimigo, pretender falar sempre em nome do povo e apresentar-se como portador do monopólio moral da representação política) articulando-os com as manifestações dos dois candidatos no ecossistema híbrido de comunicação em rede (CHADWICK, 2017), analisado aqui por meio do conceito de populismo digital (CESARINI, 2020). Na terceira seção, discute-se a interação entre aspectos técnicos e linguísticos do meio digital por meio dos marcadores dos discursos e das estratégias consideradas como populistas pela bibliografia, a partir das páginas analisadas.

⁵ O Netvizz era uma ferramenta de extração de dados do Facebook que operava tendo por base a interface de programação gráfica (API, na sigla em inglês) da própria plataforma. Desenvolvida para fins acadêmicos, como parte do projeto Digital Methods da Universidade de Amsterdã, foi amplamente utilizada até ser desativada em meados de 2019. Com ela, assim como ocorre com outras ferramentas de extração de dados de mídias sociais, era possível inserir a Object ID de uma página de Facebook e coletar seus posts em um período específico, obtendo assim os resultados em formato CSV com colunas, indicando, por exemplo, o formato da postagem, o link direto para acessá-la, a mensagem veiculada e as métricas do próprio Facebook, como compartilhamentos, curtidas e demais reações. Nessa busca, ferramentas como o Netvizz ou o comando direto por técnicas de programação adequam-se aos limites e às possibilidades dispostas pela API, em constante atualização e modificação pelas plataformas, motivo pelo qual, seguindo orientação de Villegas (2016), optou-se por uma coleta semanal, visando a recuperação do maior número ou de todas as postagens do período.

⁶ Período oficial de propaganda eleitoral, conforme definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (BRASIL, 1997, 2018a).

⁷ A candidatura de Lula foi registrada no dia 15 de agosto de 2018 e negada pelo TSE no dia 1º de setembro (OLIVEIRA, 2018). Lula foi oficialmente substituído no limite do prazo do TSE para esse procedimento, no dia 11 de setembro (POMPEU, 2018).



2. O conceito de populismo e os marcadores de discurso em ambiente digital

O conceito de populismo foi extremamente importante na história do século XX, tendo sido utilizado para a compreensão de fenômenos políticos marcados por lideranças carismáticas, com pouco compromisso com as instituições da democracia representativa e com forte apelo popular. Neste início do século XXI, volta a ser utilizado para caracterizar um conjunto de processos recentes, nos quais se mesclam algumas características tradicionalmente identificadas com o conceito e o uso intensivo das tecnologias digitais e a presença nas redes sociais para tentar estabelecer uma relação direta entre o líder e a massa. Desde a sua gênese no movimento Narodnik russo, o populismo, como conceito, foi motivo de muita controvérsia, pois serviu para caracterizar movimentos e situações sociais as mais variadas e distintas. Exatamente por isso, não surpreende que venha sendo resgatado para se tentar compreender dinâmicas políticas novas e ainda pouco compreendidas da contemporaneidade. Afinal, trata-se de um tema clássico da Ciência Política (LACLAU, 2005; MOUFFE, 2000) analisado, ao longo das décadas, por diversos autores que elencaram um conjunto de atributos que permitiram identificar ações e discursos considerados populistas. Essas várias contribuições constituíram um repertório analítico que permite a operacionalização do conceito a partir de características apreensíveis no âmbito da comunicação política.

Quando Levitsky e Ziblatt (2018) descrevem o que chamam de teste do autoritarismo, a partir de um conjunto de indicadores do comportamento autoritário nas democracias contemporâneas, eles alertam que as figuras que mais frequentemente se encaixam em tais parâmetros são os populistas *outsiders*. Os indícios vão do questionamento ou rejeição das regras do jogo até a sinalização de restrição das liberdades de opositores e da imprensa, passando pela negação da própria legitimidade dos adversários e pela tolerância ou estímulo à violência. Em resumo, tais indicadores são preocupantes exatamente porque dizem respeito a atores que concordaram em participar do jogo institucional, como candidatos ou representantes eleitos, mas que deslegitimam as bases que amparam a democracia: o sistema político-eleitoral e partidário, o reconhecimento da oposição e os padrões civilizados de tratamento dos adversários.

A correlação entre alguns desses indicadores e as características do comportamento populista já estava presente em definições mais assentadas de autores que se dedicaram ao tema, como Laclau (2005) e Mouffe (2000), mas foram contemporaneamente resgatadas para o diagnóstico de casos atuais. Neste artigo, demos destaque a três atributos principais para pensar o problema no ambiente digital: a valoração artificial da soberania popular (SCHMUCK e HAMELEERS, 2019); a reivindicação do monopólio moral de sua



representação (MOUNK, 2019); e a contraposição schmittiana entre amigo e inimigo, retrabalhada a partir de inúmeras possibilidades, dentre elas uma retórica antielitista (SCHMUCK e HAMELEERS, 2019).

A valorização da soberania popular, o monopólio moral da representação e o antagonismo entre “amigo” e “inimigo” são aspectos identificados nas publicações das páginas oficiais de Facebook tanto de Lula, quanto de Jair Bolsonaro, durante o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018. Contudo, há que se destacar que, para além da semelhança temática, eles são apresentados com conteúdos bem distintos, pois a conjunção argumentativa das retóricas de campanha não equivale à homogeneidade quanto à forma e os sentidos dos atributos mobilizados. Esse aspecto, junto com o fato de os candidatos ocuparem posições opostas e conflitantes no espectro político ideológico, em especial num contexto eleitoral, potencializa o movimento de associação entre atributos populistas do discurso político e as características assumidas pelas campanhas políticas em âmbito digital.

Isso porque os fenômenos políticos contemporâneos caracterizados como populistas são indissociáveis de dimensões como a comunicação e o desempenho performático, e adquirem novas características discursivas quando desenvolvidos em determinados ambientes. No caso concreto deste texto, por mais diferenças de trajetória e de propostas que existam entre os candidatos, notam-se semelhanças na maneira de apresentarem suas plataformas ao eleitorado em suas páginas.

Nesse sentido, Schmuck e Hameleers (2019) trabalham com a utilização de um *framework* analítico para qualificar os discursos populistas, nos quais se fazem presentes três elementos em termos de conteúdo: 1) povo-centrismo; 2) antielitismo; 3) soberania popular, e quatro enquadramentos discursivos e estilísticos: 1) emotividade; 2) negatividade; 3) retórica nós contra eles; e 4) referências ao senso comum. O conflito, o recurso afetivo e a simplificação, considerados pelos autores como sendo típicos do populismo, assumem assim contornos concretos no plano da comunicação política.

A lógica que articula esses elementos pode ser sintetizada pelo predomínio de mensagens negativas e conflitivas, limitando as referências positivas apenas aos componentes internos do grupo. Além disso, há a intenção explícita de estabelecer uma proximidade com a população e marcar uma distância da elite, como alguém que faz parte do povo e só é “político à contragosto” e age apenas pela indignação compartilhada e pela necessidade de destruição do *establishment* (SCHMUCK e HAMELEERS, 2019)

De modo particular, o fato de a comunicação se realizar por intermédio do ecossistema midiático digital e em rede também significa a inclusão de uma série de mediações, *affordances*⁸ (CESARINO, 2020; GILLESPIE, 2018)

⁸ Sem fazer extensa referência ao conceito desenvolvido por Gibson (1977) e utilizado pelos autores mencionados para abordar o ambiente digital, o termo *affordances*, derivado do verbo em inglês *afford*, pode ser associado à perspectiva de tornar possível ou permitir a realização de determinadas práticas.



e características próprias desse novo ambiente, com suas especificidades técnicas, linguísticas e políticas. Nos termos de Mounk (2019), há uma mudança inequívoca nas condições estruturais da comunicação e o contexto eleitoral que estamos analisando confirma a hipótese de parcela da bibliografia que considera que a alteração de instrumentos e estruturas de campanha geram modificações na formatação de estratégias e práticas, bem como dos próprios significados e sentidos da política (CHADWICK, 2017; GOMES, 2004; PENTEADO, 2011; STROMER-GALLEY, 2019).

O ecossistema da comunicação em rede, diferentemente do que caracteriza a comunicação de massa convencional, não se ancora na identificação de um ponto central de emissão de um ponto único de recepção (CHADWICK, 2017; ITUASSU *et al.*, 2019; NORRIS, 2004). Pelo contrário, constitui-se de modo híbrido e descentralizado, com múltiplas possibilidades comunicativas do tipo “one-to-one, one-to-many, many-to-many and even many-to-one” (STROMER-GALLEY, 2019, p. 8), sintetizadas pela hiperfragmentação do poder de emissão. Em uma mídia social, todos que ali estão, em princípio, podem falar; seja aquele que fala pela página oficial do candidato, seja seu eleitor ou, igualmente, sejam seus adversários, em perfis únicos correspondentes a um indivíduo concreto, ou em contas adicionais ou automatizadas. Diferentemente de uma estruturação centralista de campanha, conteúdos podem ser produzidos por esses diferentes atores.

Por sua vez, os parâmetros de relevância e circulação não se organizam mais apenas em estruturas tradicionais da comunicação política, como estar presente em um telejornal no horário nobre ou ter mais tempo no horário eleitoral, mas por uma série de processos mediados por camadas específicas do meio em sua configuração Web: 1) a camada de conteúdo, agora criado a partir de uma lógica potencialmente horizontal, fragmentada, não-especializada, acelerada e volumosa; 2) a camada da interface técnica de cada plataforma, dos dispositivos de acesso, da Web e da Internet, na qual há a interferência de características de navegabilidade, algoritmos e padrões de visibilidade, frequentemente orientados pela maior personalização e adequação aos gostos e preferência de cada usuário, para mencionar alguns atributos; 3) a camada do público, que reage e interage com esses conteúdos e com suas próprias redes, também potencialmente produzidas a partir de fenômenos como bolhas (PARISIER, 2011) e câmaras de eco (QUATTROCIOCCI, SCALA e SUNSTEIN, 2016).

Dois aspectos centrais podem ser destacados como fatores de interação entre política e Internet. Por um lado, o fato da comunicação por mídias sociais constituir-se como uma via direta entre o político e o público, na medida em que dispensa a intermediação e a filtragem de jornalistas e especialistas. Prescindindo da mídia tradicional, o político pode utilizar plataformas pessoais para falar com seu público, inclusive para questionar ou criticar organismos da imprensa. E, mesmo assim, obrigatoriamente ainda



tende a se tornar notícia. Por outro, há a possibilidade de segmentação na distribuição de conteúdos, seja por meio do uso de anúncios impulsionados para determinados perfis de público (jovens, homens, mulheres, negros, brancos, etc), seja, de maneira mais refinada, pela conformação de diferentes redes constituídas pelo compartilhamento de determinadas afinidades. Em um ambiente fragmentado e personalizável, pode-se, mais facilmente, individualizar o contato e, tendencialmente, estimular o desinteresse do indivíduo por interagir com conteúdos e fontes de origem externa à rede de comportamentos que ele integra.

Processos como os descritos podem ser inseridos em uma perspectiva que resgata a série histórica das tecnologias e práticas de comunicação e mídia, não estando afeitos exclusivamente, portanto, às especificidades da Internet (BRIGGS e BURKE, 2016; CHADWICK, 2017; MARVIN, 1988). Se, no contexto de Idade Média e do domínio eclesiástico, as “limitações tecnológicas à disseminação da palavra escrita” (MOUNK, 2019, p. 65) facilitavam o combate a ideias dissonantes ou a tentativas de revoltas políticas, a emergência de novas tecnologias da comunicação também significou a eclosão de determinadas modificações. Nesses termos, a disseminação do acesso à Internet e a adoção de redes sociais digitais como espaço de conversação, propaganda, organização e participação políticas associam-se a importantes mudanças não só nas relações dos cidadãos com a política e no modo como a sociedade vê essa atividade, mas também nas dinâmicas internas a ela.

Com a descentralização da emissão e a modificação das tradicionais hierarquias de circulação de informações, além da diluição da autoridade da fala (CESARINO, 2020), há uma redução dos custos da organização política e, sobretudo, ameniza-se a distância entre *insiders* e *outsiders* ou entre políticos profissionais, semi-profissionais e não-profissionais (CERVI, 2016; MOUNK, 2019). Como destacado por Mounk (2019), nesse cenário as elites políticas e econômicas tendem a perder o controle do fluxo comunicacional, reduzindo-se sua capacidade de marginalizar opiniões divergentes ou extremistas. Isso também ocorre do ponto de vista das campanhas políticas, já que a gestão centralizada da mensagem oficial se faz em um fluxo intenso de ressignificações, questionamentos e apropriações (STROMMER-GALLEY, 2019).

No âmbito deste trabalho, essas discussões incorporam o conceito de populismo digital, desenvolvido por Cesarino (2020). No fenômeno descrito, faz-se referência “tanto a um aparato midiático (digital) quanto a um mecanismo discursivo (de mobilização) e uma tática (política) de construção de hegemonia” (CESARINO, 2020, p.95). Em continuidade às dinâmicas já mencionadas, pode-se chamar a atenção para a tentativa de deslegitimar canais, mediadores e informações que escapem à plataforma exclusiva do candidato, em contato “direto” com seus apoiadores, o que forma uma rede de direcionamento e retroalimentação. A constituição de um “povo unificado”, mecanismo típico dessas lideranças qualificadas como populistas, encontra



ressonância nas possibilidades abertas pelas interfaces de plataformas contemporâneas de redes sociais digitais, como as *hashtags*, e no caráter transgressor que parece estar inscrito nesse meio de expressão e participação política.

Nesses termos, segundo Cesarino (2020), o modelo de negócios amparado na produção de conteúdos por parte dos próprios usuários e a maleabilidade do meio digital são atributos que potencializam a eficácia do uso de significantes vazios. Na medida em que se amplia o descolamento de fundamentos concretos em virtude do enfoque na subjetividade e agências dos sujeitos, aponta-se para a conformação de um sistema mais facilmente isolável e retroalimentável. Nele, o líder pode produzir, com maior eficácia, uma imagem caleidoscópica na qual ele figura como elemento unificador, amparado por apoiadores que se encarregam da extensão de sua imagem, ganhando assim uma “topologia fractal” e uma capilaridade inédita que Cesarino (2020) qualifica como sendo próprias do populismo digital.

Ao permitir novas formas de conexão entre líder e massa com o uso intensivo dessas novas tecnologias, estabelece-se uma dinâmica que faz das mídias sociais o próprio sistema líder-povo. Com essa fractalização, as plataformas de comunicação fornecem uma aparência de proximidade e intimidade entre as partes.

Feitas essas considerações, passamos a apresentar as publicações das páginas de Lula e de Bolsonaro, no sentido de observar como cada um deles respondeu às dinâmicas de uma plataforma digital de comunicação e articulou o seu discurso com essas novas condições.

3. As páginas de Jair Bolsonaro e Lula nas eleições de 2018

Antes do detalhamento de determinadas publicações e análises realizadas, faz-se necessário elencar elementos de contexto quanto ao perfil dos candidatos e as especificidades da eleição disputada.

Jair Bolsonaro saiu candidato pela coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, formada pelo Partido Social Liberal (PSL) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), enquanto Lula era o candidato da coligação “O Povo Feliz de Novo”, composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Partido Comunista do Brasil (PC do B), até ser substituído por Fernando Haddad (PT) no dia 11 de setembro de 2018 em razão do impedimento jurídico do TSE, com base na Lei da Ficha Limpa e em função de sua condenação e encarceramento desde abril de 2018 (OLIVEIRA, 2018; POMPEU, 2018).

Na época, Jair Bolsonaro era filiado ao Partido Social Liberal, um partido fundado em 1994, politicamente inexpressivo até sua filiação em 2018, quando contava com apenas um deputado federal eleito. Já seus opositores



pertenciam ao Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980 e responsável, em 2018, pela maior bancada da Câmara dos Deputados, com 69 parlamentares. Dessa forma, enquanto o Partido dos Trabalhadores possuía o equivalente à segunda maior fatia do fundo eleitoral, avaliado em R\$ 212.244.045,51, e sua coligação concentrava 2 minutos e 23 segundos de HGPE, o PSL teve direito a R\$ 9.203.060,51 do fundo e Bolsonaro possuía apenas 8 segundos no horário eleitoral (BRASIL, 2018c, 2018d).

Há, portanto, três fatores conjunturais relevantes para a análise apresentada: 1) a atípica conjunção eleitoral, com a situação jurídica do ex-presidente Lula e sua posterior substituição ainda antes do pleito do primeiro turno; 2) a polarização política protagonizada pelos dois candidatos; e 3) o contraste entre os recursos políticos oficiais das campanhas.

No caso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a identificação dos atributos discursivos de conotação populista nas publicações da página oficial se deu em forte associação com a sua situação jurídica no momento, uma vez que a legitimidade da candidatura encontrava-se contestada pelas instituições do sistema judicial.

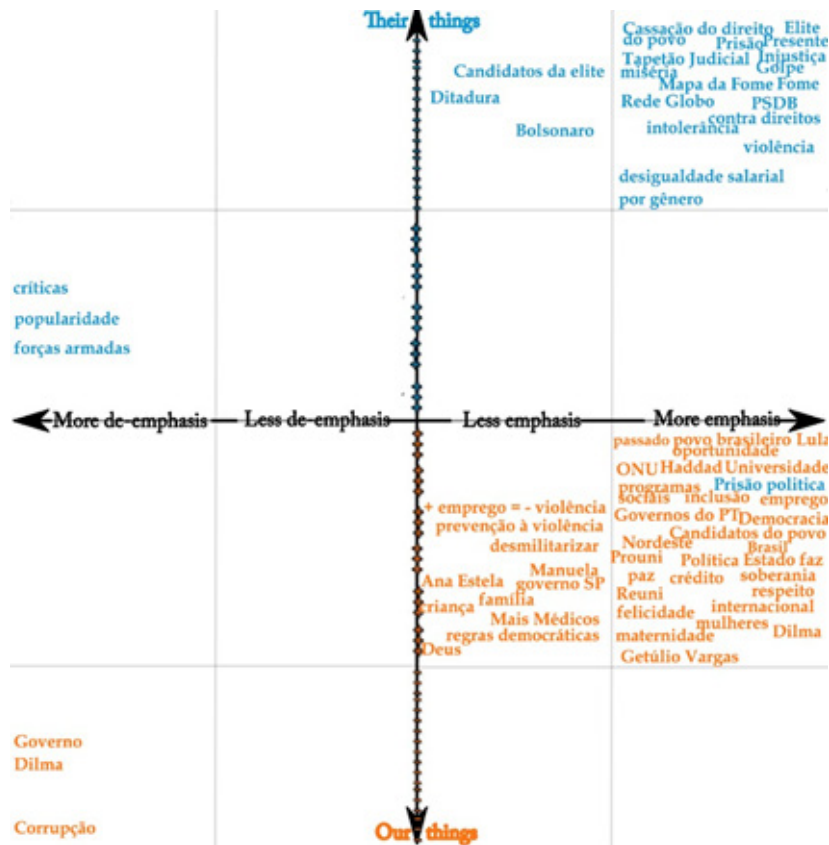
A leitura das 615 publicações de sua página, coletadas entre os dias 16 de agosto de 2018 e 30 de setembro de 2018 e analisadas a partir da técnica do quadrado ideológico (VAN DIJK, 1997, 2006)⁹, permitiu identificar a segmentação narrativa aplicada entre, precisamente, o povo, representado pela figura do ex-presidente, seus governos anteriores e os trabalhadores brasileiros, e, em outro extremo, a elite, responsável por governos autoritários, pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e pela prisão do próprio candidato. Este grupo incluiria antigos aliados como Michel Temer (MDB), parte expressiva do sistema de comunicação, simbolizado pela Rede Globo, e parcela do sistema judiciário.

Desse modo, o principal eixo constatado na campanha de Lula, no primeiro turno e no ambiente considerado, se deu por um antagonismo que poderia ser qualificado como populista: aquele que diz respeito ao conflito entre o “povo”, o nosso lado, e a “elite”, o lado deles, como esquematizado abaixo.

⁹ É uma estratégia metodológica, proposta por Van Dijk (1997, 2006), para identificar a manifestação exterior do antagonismo típico de discursos políticos. Consiste em ler o texto político a partir de uma de suas principais características, a segmentação entre “nós” e “eles”. Assim, há uma tendência a enfatizar significados positivos atribuídos ao “nosso” grupo, amenizar elementos positivos atribuídos ao grupo “deles” e vice-versa, ou seja, atenuar o que há de negativo sobre “nós” e fortalecer o que há de negativo sobre “eles”.



Figura 1: Quadrado ideológico - Página de Lula - 1º turno



Fonte: Elaboração própria com a alocação manual dos termos.

As publicações abaixo expressam esse dualismo ao longo de seus textos e conteúdos multimídias, relacionados a componentes fortemente identificados com o que tem sido considerado populista pela literatura: a pureza da população e a corrupção autointeressada das elites.

Figuras 2 e 3: Constituição dos polos povo vs. elite - Página de Lula - 1º turno





Fonte: Página de Lula (2018a, 2018b)– Ricardo Stuckert.

Legenda: Figura 2: Publicação do dia 17 de agosto de 2018 com texto “Lula presidente!” e indicação de link.

Figura 3: Publicação do dia 24 de agosto de 2018 com texto “Como seria a História do Brasil sem tantos golpes na democracia? Há exatos 64 anos Getúlio Vargas nos deixava, após um longo tormento e pressão das elites que tanto o perseguiram por justamente defender os interesses do povo’, escreveu Lula” e indicação de link.

Ao longo dos significados e conteúdos articulados na página de Lula, houve, portanto, a nítida posituação do povo em antagonismo com a elite, equiparada, por vezes, ao eixo institucional. Em meio ao contexto eleitoral da época, a legitimidade da candidatura e a representação popular expressa pelo candidato registrado pelo PT seriam evidenciadas por sua liderança em pesquisas de intenção de voto, frequentemente divulgadas pela página, e por demais atos de aprovação, como manifestações de rua. O povo, soberano em sua escolha em um regime democrático, optaria por Lula quando a disputa fosse, novamente, fundamentada no princípio do voto e não mais numa situação marcada por um "golpe" contra a democracia.

Há, portanto, a mobilização de um constructo referenciado na categoria “povo”, formado pelos apoiadores do ex-presidente e positivamente associados à origem popular e à valorização do trabalho, aspectos que, por sua vez, também seriam encontrados e enfatizados em Lula, nordestino, sobrevivente da fome, líder sindical, perseguido pelos poderosos e golpeado pelas elites. A simultânea relação de legitimação e equivalência se converte em justificativa para sua candidatura, pois os ataques provenientes das elites seriam reações à chegada do povo ao poder, o que teria ocorrido com as duas eleições do ex-presidente e voltaria a ocorrer agora.



Figura 4 e 5: Legitimação da candidatura pelo apoio popular



Fonte: Página de Lula (2018c, 2018d) – Autoria desconhecida

Legenda: Figura 4: Publicação do dia 23 de agosto de 2018 com texto longo e indicação de link.

Figura 5: Publicação do dia 30 de setembro de 2018 com texto “O povo deixando claro o que quer quando a disputa é no voto e na democracia. #Vote13 #LulaÉHaddad” e indicação de link.

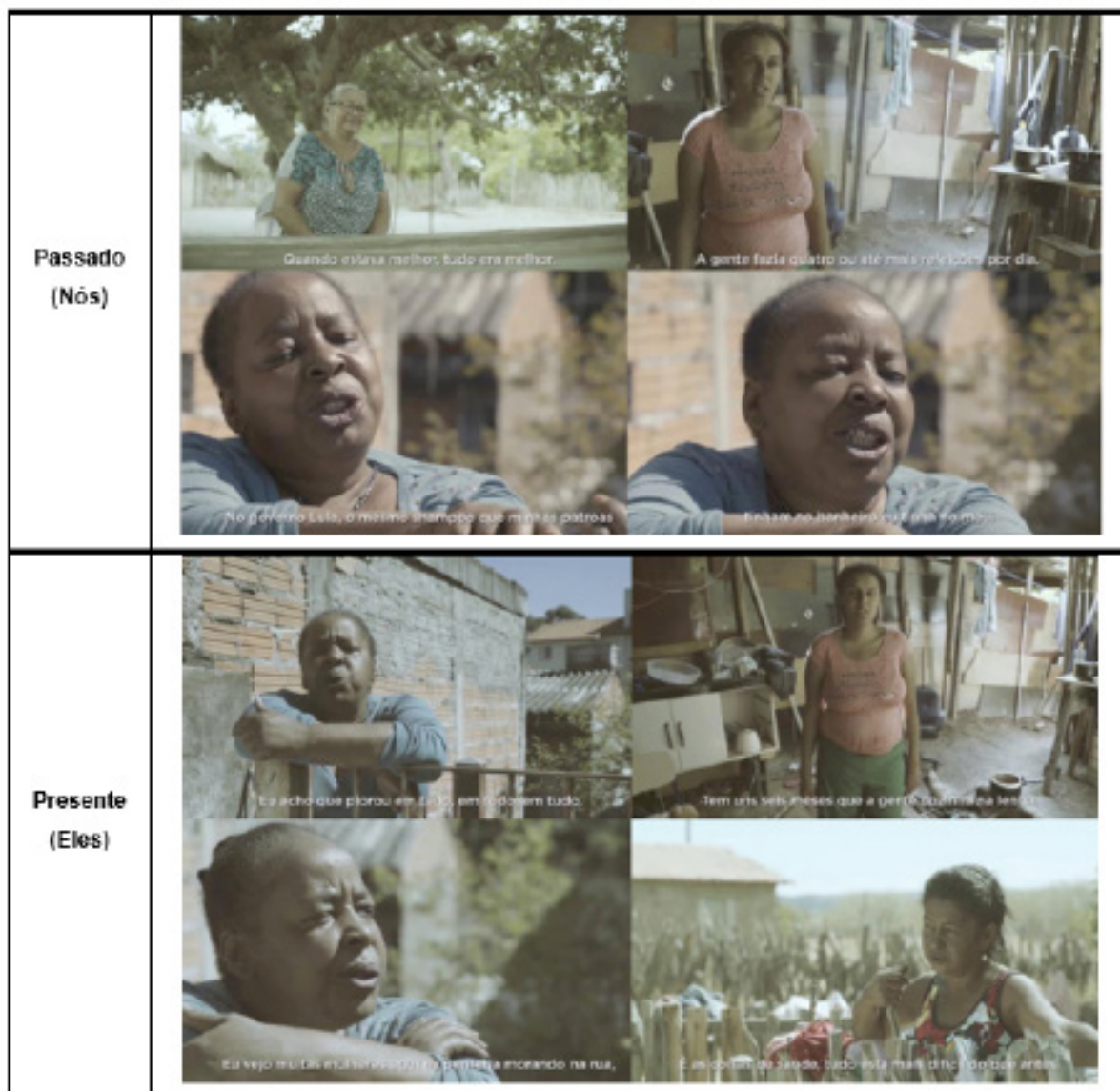
Em publicação do dia 23 de agosto de 2018, lê-se:

‘Eu acho que eles não leram o trecho da Constituição que afirma que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido. Como é que vão cassar o voto de 50 milhões de brasileiros que querem votar no Lula?’ - Fernando Haddad, vice de Lula, durante a passagem da campanha #LulaPresidente em João Pessoa, na Paraíba (LULA, 2018e).

Esses elementos aparecem em conteúdos divulgados pela página, não apenas nos textos das publicações. A divulgação de materiais televisivos do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) nessa plataforma dá continuidade à narrativa esboçada nos parágrafos anteriores, conforme apresentado no quadro a seguir. Legitima-se a candidatura ao identificá-la com a soberania popular, algo reforçado pela ênfase aos avanços que teriam sido obtidos durante os governos de Lula e que estariam ameaçados após a interrupção abrupta do ciclo petista, em 2016.



Quadro 1: Nós x Eles - Lula - 1º Turno



Fonte: Lula (2018f) – Autoria desconhecida

Legenda: Passado (nós): Quando estava melhor, tudo era melhor. / A gente fazia quatro ou até mais refeições por dia. / No governo Lula, o mesmo shampoo que as minhas patroas tinham no banheiro, eu tinha no meu.

Presente (Eles): Eu acho que piorou em tudo, em tudo, em tudo. Tem uns seis meses que a gente cozinha na lenha. Eu vejo muitas mulheres aqui na periferia, morando na rua. E as coisas de saúde, tudo está mais difícil do que antes.

A piora nas condições de vida do presente seria identificada como uma consequência do processo caracterizado como um "golpe" das elites, que teria se iniciado com o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) e a condução de Michel Temer à presidência, e se completado com a condenação de Lula.

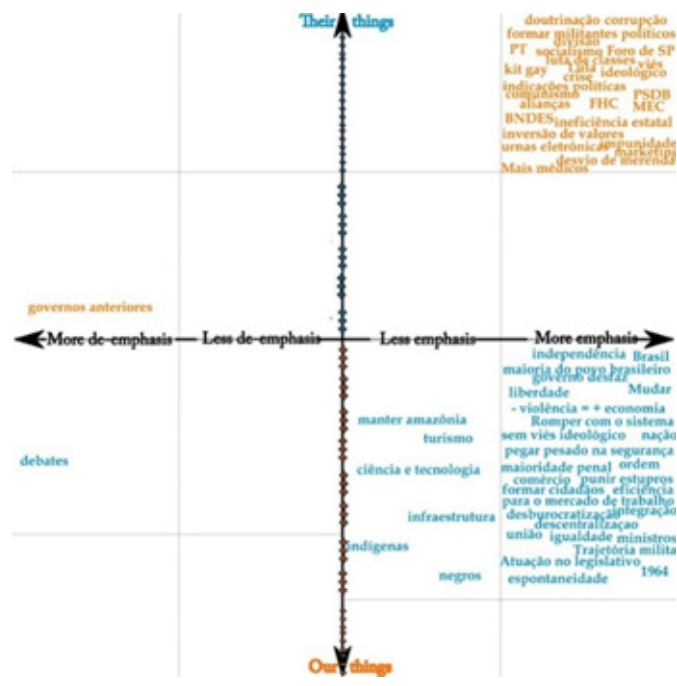
A diluição da figura política do ex-presidente no corpo popular é evidenciada por declarações também repercutidas na página. Em postagem



que trazia uma carta de Lula para apoiadores em greve de fome, explicita-se o vínculo: “Não sou candidato de mim mesmo, sou candidato de uma causa, sou candidato porque o povo quer [...]” (LULA, 2018i). Em uma peça audiovisual publicada em agosto, faz-se uma comparação direta entre o dia da condenação do ex-presidente e as mazelas sofridas pelo povo. Isso ocorre tanto no texto da publicação, com o texto “A liberdade de Lula é a liberdade do povo brasileiro. #LulaLivreJá”, quanto no próprio material audiovisual. O texto, visualmente apresentado, compõe a seguinte relação: “7 de abril de 2018. LULAPRESO sem nenhuma prova, junto com Lula, MILHÕES DE BRASILEIROS foram CONDENADOS. Condenado a não estudar. Condenado a cozinhar com lenha [...]” (Lula, 2018g).

A definição e a constituição recursiva do povo e de si mesmo também são partes da campanha digital de Jair Bolsonaro em sua página de Facebook, mas num sentido totalmente distinto daquele apresentado na campanha de Lula. Em lugar do apelo ao “povo brasileiro trabalhador, sofrido e oprimido historicamente pelas elites”, busca-se resgatar a perspectiva de uma nação (o Brasil) para o verdadeiro povo, unificado em torno da insatisfação generalizada, da simplicidade de costumes, do amor à Pátria e do respeito à tradição judaico-cristã. Esse público, que formaria a maioria da população brasileira, se transformaria na sua totalidade por corresponder à autêntica preocupação com o futuro do país e ser composto por “gente de bem”. O quadrado ideológico abaixo procura apresentar a dinâmica verificada no conjunto das 227 publicações do candidato, entre 16 de agosto e 30 de setembro de 2018.

Figura 6: Quadrado Ideológico - Jair Bolsonaro - 1º turno



Fonte: Elaboração própria.



No processo de delimitação e constituição de um grupo e de um líder, Bolsonaro é caracterizado como membro e representante do povo pela semelhança nos comportamentos, gestos e gostos. Sua truculência e rusticidade seriam expressivas de sua autenticidade, pois ele seria um homem indignado, insubmisso e direto, que desagradaria às elites intelectuais, artísticas e políticas do Brasil. Como tal, representaria a única alternativa ao sistema, uma real possibilidade de enfrentar e destruir os malefícios dos governos anteriores identificados com o comunismo e a corrupção. Nesse sentido, há um esforço da página em associar sua imagem à origem popular, à disciplina, à honestidade, à virilidade, à valorização da família e à afabilidade, aspectos oriundos de sua trajetória militar e política. Essas características são enfatizadas, inclusive, para incluir, no escopo da nação brasileira, determinados grupos que, segundo os críticos, teriam sido preteridos pelo candidato em sua trajetória como parlamentar, como as mulheres e os negros.

O vídeo abaixo, publicado pela página no dia 20 de setembro, ilustra a construção de um perfil que se quer identificar com sua personalidade e trajetória. Os destaques referem-se aos trechos mais vinculados à pessoa do candidato e ao seu vínculo com o povo.

Figura 7, 8 e 9: Capturas do vídeo da publicação



Pastor Josué Júnior: Eu vou deixar você dar uma palavra de 30 segundos aqui. Eu nunca faço isso não. Mas vou deixar porque é candidato a presidente. Se vir outro presidente eu deixo também.

Jair Bolsonaro: Eu tô um pouco emocionado. (pausa) Jamais um dia sonhei chegar à posição que eu me encontro. Já agradeço a Deus pela oportunidade. E, de tanto ver coisas erradas, há 4 anos eu decidi fazer o que estou fazendo. Sei o que os outros têm, mas eu tenho o que eles não têm. Eu tenho a paz dentro de mim. Graças a Deus uma família



maravilhosa na pessoa da minha esposa Michele. Tenho a consciência plena do que tô fazendo. Botei uma pessoa (inaudível) para ser meu vice que tem a minha cara. Não é para ganhar simpatia. É para que, uma vez chegando, poder realmente colocar em prática aquilo que nós pretendemos, e já que os 30 segundos estão acabando... Nós temos que unir esse país. Nós temos que valorizar a família, fazer com que as crianças sejam respeitadas em sala de aula, devemos varrer o comunismo do Brasil (aplausos). E encerrando, o Estado pode ser laico, mas eu sou cristão.

Fonte: JAIR BOLSONARO (2018a), destaques nossos.

Por sua vez, a externalidade responsável por restringir e delimitar essa definição não é nomeadamente a elite brasileira nos mesmos termos mobilizados por Lula, mas sim aqueles que fizeram a transição democrática e governaram o país após o fim da Ditadura Militar.

O discurso antissistêmico – presente tanto na oposição entre “povo trabalhador” e “elite tradicional” quanto na contraposição entre “mudança do verdadeiro povo ao poder” e “sistema político tradicional” – em algum nível compõe o quadro de referência dos discursos e fenômenos considerados como populistas (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019).

No caso de Bolsonaro, a constituição de um inimigo, a quem se atribuiria a culpa pela situação vivenciada pelo povo, é identificada pela negação do que é considerado o *establishment* atual. Nesse aspecto, ele realizaria, de forma plena, a oposição ao status quo e ao sistema, que seria típica do comportamento identificado como populista. De certa forma, o capitão se coloca como um predestinado que, por encarnar os anseios da população, chegará ao poder em seus braços para desarticular as estruturas políticas viciadas e as barreiras que impedem a efetivação de um verdadeiro governo do povo. Mounk (2019) ressalta que isso se dá por meio do monopólio moral da representação: enquanto o populista se coloca como autêntico, os outros são apresentados como traidores, antidemocratas, antipatriotas. Por isso, esse é um forte elemento do *framework* discursivo de líderes populistas (SCHMUCK e HAMELEERS, 2019) e acaba sendo evidenciado por meio das operações do quadrado ideológico.

Analisadas as publicações de Jair Bolsonaro ao longo do primeiro turno da eleição de 2018, nota-se que o sistema político no seu conjunto é atacado de maneira sistemática, ainda que seus principais e mais imediatos representantes sejam Lula e Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores. O sistema político estabelecido há 30 anos no Brasil seria denunciado por ser corrupto, pútrido, de esquerda, manipulador e ineficaz, algo que seria evidenciado pela situação atual do país, principalmente, no que se refere ao nível de violência cotidiana.

A respeito da caracterização do sistema político, o quadro abaixo mostra-se útil como síntese da narrativa da página:



Quadro 2: Nós x Eles – Bolsonaro - 1º Turno

Nós	Eles
 <p data-bbox="421 510 724 568">ELE É CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DO BRASIL</p>	 <p data-bbox="852 510 1267 568">DE LÁ PRA CÁ, O MESMO SISTEMA CORRUPTO SE MANTÉM NO PODER</p>
 <p data-bbox="357 842 772 900">E O MOTIVO QUE FAZ BOLSONARO CONCORRER A PRESIDENCIA</p>	 <p data-bbox="852 819 1251 878">COM VÁRIAS FACES E DISFARÇES, MAS COM O MESMO PROPOSITO</p>
 <p data-bbox="373 1133 756 1191">A CADA VEZ QUE O CHAMAM DE MACHISTA</p>	 <p data-bbox="852 1122 1251 1180">QUE SUCAVOU NOSSA EDUCACAO, NOSSA CULTURA, NOSSOS VALORES</p>
 <p data-bbox="405 1424 724 1482">QUEM DIZ A VERDADE TEM DEUS COMO ADVOGADO</p>	 <p data-bbox="900 1424 1203 1482">DE UM GRUPO DEMONIAICO</p>
 <p data-bbox="357 1704 772 1762">MAIS UM FAKENEWS NA FOLHA DE SP, AQUELE JORNAL DE SEMPRE</p>	 <p data-bbox="836 1691 1267 1749">CONCESSOES FEDERAIS PARA MANTER O MESMO ESQUEMA DE PODER</p>
 <p data-bbox="325 1995 788 2054">BOLSONARO NAO TEM DINHEIRO, MAS BOLSONARO TEM A RESILIENCIA</p>	 <p data-bbox="852 1973 1235 2031">TODOS ELLES PERTENCEN A MESMO GRUPO IDEOLOGICO CRIMINOSO</p>



Fonte: Jair Bolsonaro (2018b)

Legenda: A posição antiestablishment do candidato se estende não apenas aos adversários concretos e aos partidos que compõem o sistema político, mas às suas próprias regras e instituições. Os procedimentos eleitorais, as instituições políticas, os órgãos de imprensa e os próprios mecanismos profissionais de campanha seriam apenas artifícios para a manutenção e a estabilidade desse sistema. Essa linha de argumentação, baseada na perspectiva de que haveria um enorme espaço para a fraude eleitoral, seria um dos pontos fortes da construção da imagem de outsider de Jair Bolsonaro. Da mesma forma, expressaria o seu desprezo pelas pesquisas de intenção de voto, que seriam manipuladas para beneficiar o PT.

Figuras 10 e 11: Discurso antissistema direcionado aos procedimentos



Fonte: Jair Bolsonaro (2018c, 2018d)

Legenda: Figura 10 – Publicação de 22 de agosto de 2018 com texto “O sistema corrupto desesperado inventa narrativa utilizando pesquisas eleitorais fajutas, então Jair Bolsonaro desmonta a farsa diariamente estando ao lado da população. Isso acontece há cerca de 3 anos. O Brasil precisa desbançar esse câncer antes que nos tornemos uma Venezuela. Via Carlos Bolsonaro”

Figura 11: Publicação de 5 de setembro de 2018 com título “- Mais verdades sobre a possibilidade de fraudes nas urnas eletrônicas” e com um vídeo inserido.

Como visto na seção anterior, os textos e conteúdos multimídia das publicações nas páginas dos dois candidatos operaram tendo por base argumentos identificados com o discurso populista. De fato, se observamos apenas essa dimensão, é inegável que os dois candidatos, cada um à sua maneira, mobilizaram elementos de valoração do povo e reivindicaram o monopólio moral da representação, afirmando uma contraposição entre lados opostos, entre amigos e inimigos.

Esses elementos se manifestaram a partir de outros parâmetros, como a quantidade de publicações e o uso das páginas pelas campanhas, com variações nas características imagéticas e discursivas de cada uma delas.

Na página de Bolsonaro, por exemplo, a própria comunicação por redes sociais digitais é valorizada em oposição à mídia tradicional e práticas mais costumeiras de campanhas eleitorais. Identificando aquele espaço como



canal exclusivo de contato direto com a população, Bolsonaro comparava os conteúdos criados em ambiente digital, como suas *lives*, menos frequentes no primeiro turno, menos frequentes no primeiro turno do que no segundo, porém já realizadas, e o horário gratuito de propaganda eleitoral, especialmente após a facada que o candidato sofreu em Juiz de Fora, Minas Gerais, no dia 6 de setembro (JORNAL DA GLOBO, 2018). Na *live*¹⁰, afirma-se:

Figura 12: Captura de tela da live publicada.



Eu espero daqui uma semana, se Deus quiser, estar em casa e conversar toda noite, durante o horário eleitoral gratuito, com vocês, que dá para nós, juntos, salvarmos o Brasil (JAIR BOLSONARO, 2018e).

Fonte: Jair Bolsonaro (2018e).

A utilização antissistêmica da plataforma e do meio de comunicação se fazem presentes quando o candidato, reiteradamente, se coloca ao lado do povo e como portador do seu apoio, diferentemente do que seria apontado por vias qualificadas como mentirosas por serem legitimadas pelo sistema político. É o caso do embate entre pesquisas eleitorais e manifestações de apoio divulgadas na Internet. Em vídeo de publicação do dia 25 de agosto, com o texto “- Nossa PESQUISA eleitoral”:

¹⁰ Originalmente, a transmissão ocorreu ao vivo em publicação do dia 16 de setembro, iniciada às 16h54 do horário de Brasília, quando podia ser acessada em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/2266553376901502/>. Por decisão do TSE, BRASIL(2018b) após representação da coligação “O Povo Feliz de Novo” e em função do conteúdo conter acusação de fraude eleitoral, a Facebook removeu a postagem da plataforma. A *live* havia, contudo, sido republicada no mesmo dia 16 de setembro, para a indicação do link no Youtube (JAIR BOLSONARO, 2018e).



Figuras 13 e 14: Capturas de tela do vídeo publicado.



Quem grava o vídeo: Estamos aqui no restaurante aqui e nós vamos mostrar a realidade das pesquisas. Tem aqui 2, 4, 6, 8, 10, 12, 15 pessoas aproximadamente aqui. Vamos ver aqui. E a Globo coloca como se o Lula tivesse com 33% e o Bolsonaro tivesse com 18. Então nós vamos ver aqui, só nesse restaurante aqui, à lenha, pessoas de diferentes idades, diferentes, locais, e vamos ver aqui como é que fica a pesquisa real. O senhor vota em quem?

Indivíduo 1: Bolsonaro na cabeça.

Narrador: O senhor vota em quem?

Indivíduo 2: Bolsonaro.

Narrador: O senhor é de onde?

Indivíduo 1: Sou daqui.

Narrador: O senhor?

Indivíduo 2: De Morrinhos.

Narrador: O senhor vota em quem? É de onde?

Indivíduo 3: Bolsonaro. Sítio Alegre, Morrinhos.

Narrador: O senhor vota em quem? É de onde?

Indivíduo 4: Bolsonaro. Sítio Alegre, Morrinhos

(JAIR BOLSONARO, 2018f, destaques nossos).

Dessa forma, os discursos manifestos nos conteúdos e as próprias características técnicas dos materiais refletem significados e sentidos atribuídos à política institucional. No caso da página de Bolsonaro, os materiais divulgados deliberadamente passavam a ideia de que não tinham vínculos com os parâmetros tradicionais de campanhas eleitorais, mas eram vídeos autênticos, realizados por apoiadores, espontaneamente. O que seria atestado pela qualidade inferior da imagem e do som se comparada a um programa televisivo ou a uma peça publicitária profissional. Houve o enfoque, portanto, na reprodução de conteúdos produzidos por eleitores e que circulavam em canais e páginas que compunham a rede de apoio ao candidato.

Nesse sentido, seu discurso político buscou amparar-se numa aparente simplicidade, que pretendia atestar, justamente, a proximidade com a população, manifesta nos componentes temáticos das mensagens e nas características do uso da plataforma, bem como na abordagem do próprio instrumento técnico-comunicacional. Dessa maneira, construíram-se



estratégias linguísticas e práticas que procuravam transparecer uma conexão direta com os usuários, desmentindo afirmações da imprensa, de especialistas e de outros candidatos ou iniciando suas publicações com cumprimentos de “bom dia”, “boa tarde” ou “boa noite”, finalizando-as com “obrigado pela consideração”, “agradeço pelo apoio” ou “um grande abraço”.

Figuras 15 e 16: Conformação da mídia social como canal exclusivo e autêntico de comunicação direta



Fonte: Jair Bolsonaro (2018g, 2018h)

Legenda: 2018g - 2018h: Publicação do dia 25 de setembro com texto “#EleSim: MUITO OBRIGADO PELA HOMENAGEM” e vídeo incorporado.

A campanha digital de Lula nesta mesma plataforma, ainda que com um fluxo de publicações superior ao de Bolsonaro¹¹, fez uso preponderante de conteúdos mais tradicionais, como fotografias profissionais, peças publicitárias e programas eleitorais de televisão, frequentemente adaptados ao ambiente digital com o acréscimo de faixas superiores e inferiores para a adequação a um formato verticalizado, direcionado aos dispositivos móveis. Esses materiais dialogavam com as estruturas já estabelecidas pelas regras

¹¹ Como consta no corpo do texto, no primeiro turno, coletaram-se 615 publicações da página de Lula e 227 da de Bolsonaro.



eleitorais e consolidadas na comunicação política, originalmente amparadas em lógicas off-line de conteúdo, ou seja, que não dependiam do ambiente digital. As publicações exploradas nos exemplos anteriores ilustram essa profissionalização na criação de conteúdo de alta qualidade de imagem e vídeo.

Mesmo a presença enunciada da dimensão digital limitou-se à sua caracterização como um recurso de mobilização de apoiadores, com a disponibilização do plano de governo e materiais de divulgação, de uma plataforma de cadastro de voluntários e de canais de arrecadação financeira, o que aponta para uma incorporação da ferramenta apenas do ponto de vista da adequação técnica, sem a internalização plena das possibilidades estratégicas por ela abertas. Os exemplos abaixo ilustram tanto esses usos como dão continuidade à narrativa da equivalência entre a eleição de Lula (ou Haddad, em nome de Lula) e o retorno do povo ao poder, na política.

Figuras 19 e 20: Lógica off-line de campanha no ambiente digital e papel dado à Internet



Fonte: Lula (2018j, 2018k)

Legenda: 2018j: Post da página de Lula no Facebook, dia 22 de setembro de 2018, e texto “Está chegando o dia da volta do povo ao poder! #Vote13 #HaddadPresidente”
2018k: Publicação do dia 26 de setembro com texto “Baixe, compartilhe e divulgue o plano que vai fazer o Brasil gigante outra vez. #HaddadPresidente #Vote13” e link para o site oficial do candidato.

Na breve apresentação dos elementos-chave das publicações selecionadas nas páginas de Bolsonaro e Lula, observa-se como elementos do discurso de conotação populista se fizeram presentes por meio de marcadores linguísticos e midiáticos, o que aponta para a interação entre a política e o ambiente digital de plataformas de redes sociais, no caso, as páginas de Facebook. Esse uso, também, aparentou se dar de forma mais ou menos intensa dentro das *affordances* da plataforma e dos objetivos da comunicação política em questão, a ponto da própria ferramenta figurar como um instrumento



enunciado de organicidade e contestação ao sistema estabelecido, aspectos relevantes dentro dos apelos da retórica populista.

4. Considerações Finais

Genericamente, é possível considerar que há componentes populistas nos discursos dos dois representantes políticos selecionados. Não obstante, faz-se necessário qualificar a utilização do conceito para precisar, justamente, o que distingue um do outro, para além de suas diferenças ideológicas.

Se observarmos o eixo da narrativa construída na página de Facebook de Lula, transparece a perspectiva de reafirmar a sua identidade pública a partir do binarismo que contrapõe o povo e a elite. A origem popular do candidato e sua aprovação nesse segmento autorreferido legitimariam a representação desse grupo, conformado pela origem comum das dificuldades econômicas e da falta de oportunidades. Nesses termos, reitera-se a ideia de que a democracia é definida pela soberania popular e que há uma tensão entre Lula, como representante desse povo sofrido, e o sistema institucional-elitista que ameaçaria sua candidatura naquela ocasião.

Contudo, ainda que se insistisse, na página, de que estaria havendo uma farsa ou um golpe, não havia a veiculação de uma narrativa generalizadamente antissistêmica. Assim, a tensão e o questionamento da vigência da democracia não se desdobram na defesa da eliminação do inimigo, nem no solapamento completo de mecanismos eleitorais, ainda que essa última fronteira tenha tomado parte da campanha por intermédio do confronto com as decisões do Judiciário.

Além disso, é possível considerar que, no ambiente da página, esse tipo de estratégia não foi acompanhada pela adequação e potencialização dessa narrativa através das possibilidades do instrumento em questão. As próprias estratégias da campanha digital posicionavam o ex-presidente como um *player* sistêmico num contexto em que a conformação do espaço público em novas bases favorecia o crescimento de uma lógica antipolítica que, de certa maneira, permitia a mobilização de sentimentos pouco afeitos ao sistema já constituído, do qual ele era um dos representantes, ainda que se pretendesse aquele mais identificado com os de baixo.

Por outro lado, a campanha digital de Jair Bolsonaro reforça as conclusões de Cesarino (2020) acerca da aplicação de uma “ciência do populismo” ao domínio da Internet, ao conformar uma imagem específica da nação e do povo brasileiro, vinculando-a a narrativas antissistêmicas, com forte questionamento da legitimidade e das regras do processo eleitoral, além da associação dos adversários políticos a uma ameaça moral de enorme reverberação. Os conteúdos dessas mensagens foram articulados com os recursos técnicos disponíveis no Facebook e as particularidades de uma



linguagem própria das mídias sociais e da configuração contemporânea da Web, buscando estabelecer uma relação de proximidade com a população, não apenas realizando transmissões ao vivo e trazendo vídeos, imagens e textos de apoiadores, mas também revestindo a página com uma série de elementos textuais e não-textuais que dialogavam com o que havia sido estabelecido para a composição do coletivo “povo”, além do manifesto rechaço à dimensões profissionais e tradicionais da comunicação política, caracterizadas como artificiais e manipuladoras.

A discussão proposta buscou apresentar alguns elementos-chave para a definição do fenômeno do populismo, com foco em suas abordagens contemporâneas e em associação com o ambiente digital, acrescentando dados provenientes do caso brasileiro nas eleições de 2018. O que esta pesquisa nos mostra, além das enormes diferenças que caracterizaram os programas o uso da rede por cada um dos candidatos, é, justamente, a necessidade de se aprofundar e qualificar o uso do conceito de populismo para se referir a lideranças políticas com atributos tão distintos. Em uma abordagem mais ampla, os resultados levantados também podem contribuir para o aprimoramento da discussão sobre a crise da democracia liberal na contemporaneidade e as interações entre Internet e política.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina. 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm. Acesso: 1 abr. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Calendário eleitoral – Eleições**. 2018a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/calendario-eleitoral>. Acesso: 1 abr. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **TSE determina exclusão de vídeo em que Jair Bolsonaro critica urnas eletrônicas**. TSE. 2018b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/tse-determina-exclusao-de-video-em-que-jair-bolsonaro-critica-urnas-eletronicas>. Acesso: 1 abr. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)**. 2018c. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/prestacao-de-contas-1/fundo-especial-de-financiamento-de-campanha-fefc>. Acesso: 31. Mai. 2021.



BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução do plano de mídia do horário eleitoral gratuito dos candidatos à presidência**. 2018d. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/resolucao-plano-de-midia-tse-2018/rybena_pdf. Acesso: 31 mai. 2021.

BRIGGS, Ana.; BURKE, Pierre. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016

CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.

CERVI, Emerson. Urizzi. Campanhas eleitorais em redes sociais: transparência ou pornografia. In: CERVI, E. U; MASSUCHIN, Michele Goulart; CARVALHO, Fernanda Cavassana. (orgs). **Internet e eleições no Brasil**. Curitiba: CPOP, v. 1, 2016, p. 17-35.

CHADWICK, Andrew. **The hybrid media system: politics and power**. Oxford University Press, 2017.

FOA, Roberto. Stefan.; MOUNK, Yascha. The signs of deconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 5-15, 2017.

GIBSON, James. J. **The theory of affordances**. Hilldale, USA, v. 1, n. 2, p. 67-82, 1977.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

ITUASSU, Arthur. et al. Campanhas online e democracia: as mídias digitais nas eleições de 2016 nos Estados Unidos e 2018 no Brasil. In: PIMENEL, P. C.; TESSEROLI, Ricardo (orgs.). **O Brasil vai às urnas**. Londrina: Syntagma Editores, 2019, p. 15-48.

JAIR BOLSONARO. “**Agradeço ao Pr. Josue Júnior da Igreja Atitude, onde minha esposa tem a satisfação de frequentar, pelo carinho e consideração**”. 20 ago. 2018. Facebook. Jair Bolsonaro. 2018a. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/257161908137350/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

JAIR BOLSONARO. “**O Brasil não aguenta mais um ‘governo’ de PT, PSDB ou**



PMDB. - VAMOS MUDAR O BRASIL! - Assista e compartilhe. <https://youtu.be/4zIMk09fhMA>.". 19 ago. 2018. Facebook. Jair Bolsonaro. 2018b. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=318288578916701>. Acesso em: 24 mai. 2021.

JAIR BOLSONARO. "O sistema corrupto desesperado inventa narrativa utilizando pesquisas eleitorais fajutas, então Jair Bolsonaro desmonta a farsa diariamente estando ao lado da população. Isso acontece há cerca de 3 anos. O Brasil precisa desbancar esse câncer antes que nos tornemos uma Venezuela. Via Carlos Bolsonaro". 22 ago. 2018. Facebook. Jair Bolsonaro. 2018c. Disponível em: <https://www.facebook.com/211857482296579/posts/1168802569935394/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

JAIR BOLSONARO. "Mais verdades sobre a possibilidade de fraudes nas urnas eletrônicas". 5 set. 2018. Facebook. Jair Bolsonaro. 2018d. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=664955710554762>. Acesso em: 24 mai. 2021.

JAIR BOLSONARO. "O Facebook está marcando como SPAM quem tenta compartilhar a live de Jair Bolsonaro feita há pouco. Disponibilizamos a íntegra no Youtube como alternativa a essa censura! Assista e compartilhe: https://tinyurl.com/yahsdbry". 16 set. 2018. Facebook. Jair Bolsonaro. 2018e. Disponível em: <https://www.facebook.com/211857482296579/posts/1194831333999184/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

JAIR BOLSONARO. "Nossa pesquisa eleitoral". 25 ago. 2018. Facebook. Jair Bolsonaro. 2018f. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=271057120285468>. Acesso em: 24 mai. 2021.

JAIR BOLSONARO. "Vamos desbancar o sistema que nos afunda!...". 27 ago. 2018. Facebook. Jair Bolsonaro. 2018g. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/534240133697802>. Acesso em: 24 mai. 2021.

JAIR BOLSONARO. "Jornal O Globo de hoje, 30/08/2018, diz que informação sobre livro de sexo para crianças nas escolas é FALSA. - Veja como fazem para, mais uma vez, tentar desqualificar quem não lhes interessa! Segue a VERDADE! . Link do vídeo no youtube: https://youtu.be/ge2x9C4WefM". 30 ago. 2018. Facebook. Jair Bolsonaro. 2018g. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=903442709866212>. Acesso em: 24 mai. 2021.

JAIR BOLSONARO. "#EleSim: MUITO OBRIGADO PELA HOMENAGEM". 25 set. 2018. Facebook. Jair Bolsonaro. 2018h. Disponível em: <https://www>.



facebook.com/watch/?v=456891271469949. Acesso em: 24 mai. 2021.

JORNAL DA GLOBO. **Jair Bolsonaro é esfaqueado durante campanha eleitoral em Juiz de Fora**. Globo Play. 6 set. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7002391>. Acesso: 1 abr. 2019.

LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. Londres: Verso, 2005.

LAHUERTA, Milton. Educação e política no contexto da crise contemporânea - formação para a vida civil e o lugar público da escola. In: BOTO, C.; SANTOS, V. de M.; SILVA, V. B.; OLIVEIRA, Z. V (orgs). **A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios**. São Paulo: FEUSP, 2020.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018

LULA. **Lula presidente!**. 17 ago. 2018. Facebook. Lula. 2018a. Disponível em: <https://www.facebook.com/267949976607343/posts/1874776352591356/>. Acesso em: 23 mai. 2021.

LULA. **“Como seria a História do Brasil sem tantos golpes na democracia? Há exatos 64 anos Getúlio Vargas nos deixava, após um longo tormento e pressão das elites que tanto o perseguiram por justamente defender os interesses do povo”**, escreveu Lula. 24 ago. 2018. Facebook. Lula. 2018b. Disponível em: <https://www.facebook.com/267949976607343/posts/1874776352591356/>. Acesso em: 23 mai. 2021.

LULA. **“Não vai ser a Globo quem vai definir minha candidatura. Não adianta tentarem esconder nossa campanha. A Globo tem dificuldade de aceitar a soberania do voto do povo brasileiro. Já vimos essa história com as Diretas. A campanha Lula está na rua junto a milhões de brasileiros. As pesquisas mostram que o povo brasileiro não está disposto a abrir mão do direito de escolher seu candidato. #RecadoDoLula”**. 23 ago. 2018. Facebook. Lula. 2018c. Disponível em: <https://www.facebook.com/267949976607343/posts/1872933062775685/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

LULA. **“O povo deixando claro o que quer quando a disputa é no voto e na democracia. #Vote13 #LulaÉHaddad”**. 30 set. 2018. Facebook. Lula. 2018d. Disponível em: <https://www.facebook.com/267949976607343/posts/1872933062775685/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

LULA. **“Eu acho que eles não leram o trecho da Constituição que afirma que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido. Como é que**



vão cassar o voto de 50 milhões de brasileiros que querem votar no Lula?’ - Fernando Haddad, vice de Lula, durante a passagem da campanha #LulaPresidente em João Pessoa, na Paraíba. Fotos: Ricardo Stuckert". 23 ago. 2018. Facebook. Lula. 2018e. Disponível em: <https://www.facebook.com/267949976607343/posts/1873025836099741/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

LULA. **"O povo quer Lula de novo. O que é bom pro povo o povo quer de novo! #LulaPresidente"**. 27 ago. 2018. Facebook. Lula. 2018f. Disponível em: <https://www.facebook.com/Lula/videos/235156057156106>. Acesso em: 24 mai. 2021.

LULA. **"#LulaLivreJá. A liberdade de Lula é a liberdade do povo brasileiro. #LulaLivreJá"**. 27 ago. 2018. Facebook. Lula. 2018g. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2066178520366251>. Acesso em: 24 mai. 2021.

LULA. **"LULA ESCREVE CARTA AOS COMPANHEIROS EM GREVE DE FOME"**. 24 ago. 2018. Facebook. Lula. 2018i. Disponível em: <https://www.facebook.com/267949976607343/posts/1874925962576395/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

LULA. **"Está chegando o dia da volta do povo ao poder! #Vote13 #HaddadPresidente"**. 22 set. 2018. Facebook. Lula. 2018j. Disponível em: <https://www.facebook.com/267949976607343/posts/1916077758461215/>. Acesso em: 24 mai. 2021

LULA. **"Baixe, compartilhe e divulgue o plano que vai fazer o Brasil gigante outra vez. #HaddadPresidente #Vote13"**. 19 ago. 2018. Facebook. Lula. 2018k. Disponível em: <https://www.facebook.com/267949976607343/posts/1921746587894332/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

MARVIN, Carolyn. **When old technologies were new: thinking about electric communication in the late nineteenth century**. Oxford University Press, USA, 1988.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. Londres: Verso, 2000.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NORRIS, Pippa. **The evolution of election campaigns: eroding political engagement**. Cambridge: Harvard University, 2004.



OLIVEIRA, Mariana. **PT anuncia substituição de candidatura de Lula por Haddad**. Conjur. 1 set. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-set-11/pt-anuncia-substituicao-candidatura-lula-haddad>. Acesso em: 29 mai. 2021.

PARISER, Eli. **The filter bubble**: how the new personalized web is changing what we read and how we think. Penguin, 2011.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo. Marketing político na era digital: perspectivas e possibilidades. **Revista USP**, n. 90, p. 6-23, 2011.

POMPEU, Ana. **Por maioria, TSE nega candidatura de Lula com base na Lei da Ficha Limpa**. Conjur. 1 set. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-set-01/lula-candidatura-negada-tse-sessao-horas>. Acesso em: 29 mai. 2021.

QUATTROCIOCCI, Wakter., SCALA, Antonio, SUNSTEIN, Cass. **Echo chambers on Facebook**. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2795110>, 2016.

RATINAUD, Pierre. **IRAMUTEQ**: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, 2009. Disponível em: <http://www.iramuteq.org>

RIEDER, Bernhard. Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. **Proceedings of the 5th annual ACM web science conference**. ACM, 2013. p. 346-355.

SCHMUCK, Desirée.; HAMELEERS, Michae. Closer to the people: a comparative content analysis of populist communication on social networking sites in pre- and post-election periods. **Information, Communication & Society**, p. 1-18, 2019.

STROMER-GALLEY, Jennifer. **Presidential campaigning in the Internet age**. Oxford University Press, 2019.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Politics, ideology and discourse. **Elsevier Encyclopedia of Language and Linguistics**. Volume on Politics and Language (Ruth Wodak, Ed.), p.728-740, 2006.

VAN DIJK, Teun Adrianus. What is political discourse analysis. **Belgian journal of linguistics**, v. 11, n. 1, p. 11-52, 1997.



VILLEGAS, Erick Behar. Facebook and its disappearing posts: data collection approaches on fan-pages for social scientists. **The Journal of Social Media in Society**, v. 5, n. 1, p.160-188, 2016.

Como citar este artigo:

SILVA, Laura Gabrieli Pereira da; LAHUERTA, Milton. O populismo digital na campanha presidencial de 2018 no Brasil: as páginas de facebook de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 65-94, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.659>

Data de submissão do artigo: 21/12/2020

Data da decisão editorial: 12/07/2021



A política como (mais um) critério para o estabelecimento de experiências afetivos-sexuais mediadas pelo aplicativo Tinder

Aristides Ariel Bernardo¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa ainda em andamento. Para tal, realizamos a coleta e mapeamento de perfis habituais de usuá(r)ios(as) do aplicativo *Tinder* em João Pessoa, dos quais 381 usuá(r)ios(as) observados(as) apresentaram alguma mensagem, frase, slogan, crítica ou apoio, tanto a figuras políticas em voga no cenário sócio-político brasileiro dos últimos anos, quanto interesse ou recusa por outros(as) usuá(r)ios(as) pró ou contra esses mesmos posicionamentos ideológicos dos quais partilham. Nesse sentido, elaboramos a hipótese de que os espaços dos afetos e os discursos afetivos desses(as) usuá(r)ios(as) estão intimamente ligados com o contexto político-ideológico polarizado de direita *versus* esquerda no Brasil.

Palavras-Chave: Redes sociais digitais. *Tinder*. Polarização política. Afetividade. Experiências afetivo-sexuais.

Politics as (one more) criterion for the establishment of affective-sexual experiences mediated by the Tinder application

Abstract: This work aims to present the initial results of a research, still in progress. To this end, we conducted the collection and mapping of the usual user profiles of the *Tinder* application in João Pessoa, of which 381 observed users presented a message, phrase, slogan, criticism or support, both to political figures in vogue in the Brazilian socio-political scenario of recent years, regarding interest or refusal by other users for or against those same ideological positions that they share. In this sense, we elaborate the

¹ Graduado no curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí (UFMS-CPNV em 2016), tendo sido bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-CAPES de 2012 a 2016). Graduação interrompida no curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba, campus de João Pessoa (UFPB I de 2016 à 2018). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, campus de João Pessoa (PPGS-UFPB de 2019 à 2021). Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7340-9243>. E-mail: arystydesaryelbernardo@gmail.com.



hypothesis that the spaces of affections and affective discourses of these users are closely linked to the polarized political-ideological context of right versus left in Brazil.

Keywords: Digital social networks. Tinder. Political polarization. Affectivity. Affective-sexual experiences.

1. Introdução

Transformações vêm ocorrendo durante séculos nos relacionamentos e adentraram também o século XXI, constituindo-se a partir de mudanças sociais e culturais que geraram novos tipos de relações, inclusive relacionamentos amorosos. Não seria diferente, portanto, considerar que as novas tecnologias, o acesso à Internet, às mídias e redes sociais digitais etc. também vêm contribuindo de alguma forma para (re)estruturar a forma como estabelecemos vínculos com outras pessoas na busca por experiências afetivo-sexuais (BELELI, 2017; MISKOLCI, 2014; 2016).

Desta feita, como parte da pesquisa de dissertação de mestrado (BERNARDO, 2021) para o curso de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, realizamos a coleta e o mapeamento de perfis habituais de usuários(as) do aplicativo *Tinder* na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba.

Tinder é um aplicativo para celulares *smartphones* voltado para conhecer pessoas. É utilizado usualmente para estabelecer novas amizades e encontrar parceiros(as) sexuais e amorosos(as), o que Cavalcanti (2017) chamou em sua pesquisa sobre o *Tinder* de “*trocas previsíveis*”, que seriam aquelas propostas pelos termos de uso do próprio aplicativo. No entanto, a autora pôde identificar que seu uso também se estendia a outros tipos de trocas, como a venda de produtos e serviços de beleza, comércio de eletrônicos, oferta de massagem tântrica e prostituição (CAVALCANTI, 2017). O aplicativo pode ser instalado gratuitamente em *smartphones*, e a sua utilização é simples. Baseado em geolocalização, o aplicativo mostra usuários(as) próximos uns aos outros, dando a opção de “*curtir*” ou “*passar*” aqueles(as) apresentados(as). Caso você “*curta*” alguém e seja correspondido com uma “*curtida*” dessa mesma pessoa, vocês têm um “*match*”, ou seja, uma combinação e, a partir daí, poderão conversar.

Com a coleta de 1219 perfis de usuários(as) do aplicativo, realizada no período de abril a dezembro de 2019, buscamos elaborar categorias explicativas derivadas das recorrências discursivas encontradas nos perfis. Foram observados padrões que girassem em torno das características fornecidas pelos(as) usuários(as) como estratégias de apresentação de si (fotos, descrições etc.), averiguação dos interesses e motivações, as possibilidades diversas de uso e os critérios para a seleção do outro no aplicativo, na tentativa de alcançar as experiências afetivo-sexuais que buscavam.



Dentro do aplicativo, foram identificados(as) aqueles(as) que o utilizam para as mais diversas finalidades, que vão desde a venda de bens e serviços como bazares, brechós, salões de beleza, massagens e prostituição, passando pela busca explícita de relações sexuais casuais, até mesmo a busca por amizades que possam afastar o tédio por meio de uma boa conversa ou encontrar um relacionamento amoroso e duradouro. Outro ponto significativo identificado nos perfis analisados gira em torno das formas de apresentação de si, que em muito extrapolaram elementos como características físicas. Embora a aparência ainda seja primada no aplicativo, principalmente pelo formato que prioriza fotos, outros atributos como os religiosos, morais e políticos foram alguns dos pontos observados que podem ser levados em consideração na escolha do outro para além da aparência.

Algumas pessoas apresentaram matriz religiosa em suas descrições de perfil, ao menos aqui, restritos a católicos e evangélicos. Não fica explícito nas descrições que estão em busca de parceiros(as) que também sejam cristãos, mas é possível inferir que esse elemento pode ser levado em consideração tanto ao curtir o perfil de alguém quanto ao ser ou não curtido de volta. A recusa por pessoas que bebam ou fumem também se destaca de um lado, ao passo que outras pessoas também afirmaram que desejam ser convidadas para barzinhos para beber ou mesmo para o consumo de maconha. Valores morais e políticos apareceram em perfis de mulheres que se apresentam como feministas e que afirmam não desejar uma interação com “*caras abusivos*”, que tenham “papo abusivo”, que sejam machistas, homofóbicos ou preconceituosos de qualquer maneira. Outras mulheres apresentam pautas feministas em suas descrições, como a luta contra o machismo, misoginia, feminicídio etc. ao afirmarem, por exemplo, serem “*esquerdista, anti-machismo, anti-racismo, anti-homofobia*”, além, é claro, de homens e mulheres que apresentam recusa por usuários(as) eleitores(as) de um posicionamento político, partidário e ideológico distinto.

Apesar das várias categorias criadas com o que fora observado nos dados coletados para essa investigação, nos deteremos sobre a discussão de uma em particular. Com a coleta dos perfis de usuários(as) do aplicativo na cidade de João Pessoa - PB e a percepção de certos padrões discursivos encontrados nos perfis coletados, os que mais se destacaram foram aqueles que englobam discursos políticos nas fotos ou descrições de perfil. Do total de perfis coletados, 381 usuários(as) observados(as) apresentaram alguma mensagem, frase, slogan, crítica ou apoio tanto a figuras políticas em voga no cenário sócio-político brasileiro dos últimos anos, quanto interesse ou recusa por outros(as) usuários(as) pró ou contra essas figuras políticas e esses mesmos posicionamentos ideológicos apresentados.

Apesar de o aplicativo não dar muito espaço e não ter sido criado com o propósito de uma discussão intensificada sobre gênero, religião, política e outros, é possível notar as estratégias de usuários(as) que parecem sentir a necessidade de apresentar tais características e valores como forma de



apresentação de si ou como critérios para seleção do outro. Apoiado nessa grande quantidade de usuários(as) que apresentam tais recorrências discursivas sobre política nos perfis do *Tinder*, entendemos que esse posicionamento político no aplicativo é resultado do cenário de grande polarização político-ideológico pelo qual passamos nos últimos anos.

Com base no mapeamento dos perfis com discursos políticos, temos como objetivo demonstrar que o fenômeno político aparenta ter se tornado um critério relevante, dentre outros, para o estabelecimento de vínculos afetivos e relações sexuais entre pessoas que buscam tais experiências com a mediação do *Tinder*. Defenderemos, assim, a hipótese de que esse fenômeno decorre do cenário de grande polarização político-ideológico pelo qual passamos nos últimos anos, e mais, que os espaços dos afetos e os discursos afetivos desses(as) usuários(as) estão intimamente ligados a esse contexto político-ideológico brasileiro.

Para tanto, abordaremos alguns aspectos significativos do cenário sócio-político brasileiro dos últimos anos, a partir dos perfis coletados no *Tinder* e que nos permitiram chegar a tais resultados. Trataremos não somente o exposto nos perfis daquele(a)s que tomaram para si o elemento “posicionamento político” como critério de seleção do outro, mas também fragmentos relevantes do contexto histórico brasileiro que conduziu ou enfeixou o imaginário desses(as) usuários(as) a assumir tais critérios na busca e vivência de experiências afetivo-sexuais mediadas pelo *Tinder*.

2. "Oi, votou em quem?": desconfiança, medo, ódio e a ascensão do conservadorismo

Como resultado das mobilizações e manifestações que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho” (ALONSO, 2017; FIRMINO, 2016; SOUZA; MORALES, 2016; SOUSA; SOUZA, 2013), iniciaram-se manifestações que se espalharam para centenas de cidades brasileiras. Isso proporcionou uma grande dispersão e profusão de pautas reivindicativas, gerando uma ampla fragmentação dos movimentos que se voltavam não só contra o governo federal, mas também contra os governos estaduais e municipais. As manifestações se estenderam até os anos seguintes, com defesas e pautas que variavam desde a crítica generalizada à corrupção, ao sistema político brasileiro, à falta de representatividade das instituições políticas, à falta de segurança pública, bem como ao elevado investimento na Copa das Confederações de 2013, na Copa do mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016, em contrapartida ao descaso com a saúde e educação, chegando a protestos contra o Governo Federal, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a pressão para a renúncia ou impeachment da então presidenta Dilma Rousseff do PT (ALONSO, 2017; FIRMINO 2016; SOUZA; MORALES, 2016; SOUSA; SOUZA, 2013).



Segundo o estudo realizado por Rocha (2019), a formação do que ela chama de “contra público ultraliberal”, no Brasil, esteve fortemente ligada à ascensão da Internet e de plataformas digitais por meio de fóruns, blogs e redes sociais digitais como o *Orkut*². No início dos anos 2000, um grupo reduzido de pessoas, em sua maioria jovens universitários e profissionais liberais, possuíam acesso à rede. Mas, segundo a autora, é a partir de 2004 que a presença virtual desses grupos se torna maior, devido à criação e popularização do *Orkut* no país e às condições econômicas dos membros dessas classes, os quais tinham computador com acesso à Internet ou freqüentavam *lan houses*. Profissionais liberais entusiastas e jovens universitários que tiveram um primeiro contato com o liberalismo econômico em seus cursos teriam passado a frequentar comunidades no *Orkut* para discutir e trocar conteúdos sobre os materiais que tratavam do tema.

Por volta de 2010, teria havido um grande crescimento no número de organizações de cunho liberal, que não só ganhou um público maior nas redes como conseguiu visibilidade midiática devido ao engajamento de intelectuais de direita na disseminação de ideais conservadores e liberais, os quais se reuniam cada vez mais em torno de uma identidade comum (ROCHA, 2019). Tais movimentos ganharam força como consequência de crises econômicas e políticas, principalmente com o governo Dilma, devido ao “contexto político específico, marcado pela crise do governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores [...], uma situação de estagnação e crise econômica” (FIRMINO, 2016, p. 7). Entre 2011 a 2013, os governos da época tiveram que enfrentar situações de crise nos planos ambiental e social, o país apresentou uma queda nos indicadores econômicos levando a um crescimento pífio do PIB, assim como um maior endividamento da população por políticas de crédito e financiamento e greves em vários setores (SILVA JÚNIOR, 2013).

Foi justamente em meio às revoltas de junho de 2013 que surgiu a ideia de reunir a militância liberal em um movimento mais amplo, que não se restringisse às limitações existentes pelas organizações criadas até então – o qual recebeu o nome de Movimento Brasil Livre (MBL). (ROCHA, 2019, p. 22).

Para Dias (2006), sequências de instabilidades sociais como a diminuição do poder de compra, os problemas nos sistemas políticos, educacionais e de saúde, o desemprego, a corrupção, dentre muitos outros, levariam à falta de perspectiva quanto ao futuro. Isso se mostra flagrante no sentimento generalizado de desconfiança, desesperança e insegurança. Esse conjunto de sentimentos, por sua vez, resultaria no que o autor designa de *medo social*, originado das relações que temos, cotidianamente, uns com os outros. Nesse sentido, queremos tratar que as várias crises enfrentadas pelos governos petistas, os escândalos de corrupção e o ganho de – pouco – poder

² *Orkut* foi um site de relacionamentos e rede social criado em 2004 e desativado em 2014.



aquisitivo das camadas mais pobres teriam despertado esses sentimentos de desconfiança, desesperança e insegurança em camadas médias, conservadoras e liberais brasileiras, proporcionando esse medo social. Para Elias (1993), o medo vem sendo utilizado como forma de manutenção e reprodução das estruturas sociais na modernidade, passadas de geração para geração. Em nossa sociedade, esses medos seriam representados pelo medo de reprovação social, de perder o emprego, da perda de poder e status sociais, entre outros (REZENDE; COELHO, 2010).

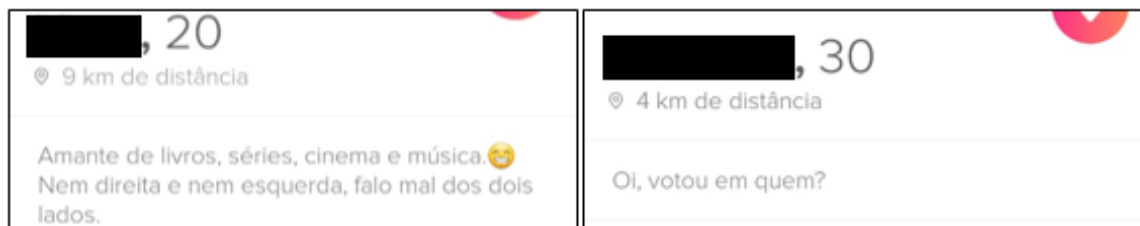
Aos poucos, a desconfiança em torno do Partido dos Trabalhadores teria se transformado nesses medos que, por sua vez, começaram a ser utilizados diretamente como forma de controle social e político. Medo de que o país fosse dominado pelas esquerdas, medo de uma ameaça comunista, medo de que o Brasil entrasse em um estado de pobreza, medo da ruptura dos “valores tradicionais brasileiros” e, acima de tudo, medo do outro, a quem se atribui a responsabilidade de todo o mal acometido, da violência, do fracasso e da corrupção são alguns dos exemplos largamente professados nos últimos anos. Para Dias, “o medo social faz-nos ver em cada desconhecido, e às vezes também nos conhecidos, um potencial inimigo a evitar ou a abater” (DIAS, 2006, p. 297). O medo social seria, assim, uma emoção difusa presente em um conjunto mais ou menos vasto da sociedade e que pode ter, nesses termos, causas ou alvos reais ou imaginários tanto do passado quanto do futuro, cuja experiência de temor se dá no presente.

Esse medo social, por sua vez, teria levado a um caminho de ódio direcionado ao outro como forma de ação social ou resposta contra o outro, construído, principalmente, em torno de discursos maniqueístas de nós contra eles, de bem contra o mal, de direita contra esquerda, conservadores contra progressistas. Aos poucos, esse ódio das elites e de setores médios conservadores e/ou liberais direcionados ao PT e aos seus dois últimos ex-presidentes foi dotado de uma falsa moralidade anticorrupção conservadora e cristã. Com isso, os espectros políticos de posições libertárias, progressistas e de esquerda como um todo, de forma vaga e generalizante associadas ao PT e também, de forma equivocadamente proposital, ao comunismo, foram sendo desenhados como “grandes organizações detentoras do mal e da corrupção que destruiu o país”. Essa percepção de um novo inimigo a ser combatido ampliou a polarização política no país, permitindo que o sentimento de desconfiança, medo, ódio e aversão tomasse conta também do imaginário e do repertório emocional coletivo de outras classes sociais menos abastadas.

As duas imagens abaixo representam significativamente a discussão que pretendemos iniciar aqui. Não pelo que os dois usuários expressam de forma literal nas frases elaboradas para as suas descrições de perfis, e sim pela carga simbólica que carregam em sua capacidade de expressar, até certo ponto, o contexto político brasileiro dos últimos anos e como este tem sido considerado fator relevante nas escolhas das relações interpessoais.



Figura 1- Importância do voto político entre usuários do *Tinder*



Fonte: Tinder - Compilação do autor (2020)

A primeira descrição de perfil diz respeito ao processo de enquadramento polarizado do debate político no Brasil. Nos últimos anos, como veremos a seguir, enfrentamos um cenário sócio-político em que o debate fora reduzido ao pertencimento a dois lados no espectro ideológico, político e partidário, qual seja, ser de “esquerda/progressista/petista” ou ser de “direita/conservador/bolsonarista”. Embora o usuário se coloque contrário à uma dicotomização aparente entre “esquerda-direita”, afirmando falar mal de ambas - justificando-se, de certo modo, quanto a um posicionamento que não busca lados, verdades ou posições definitivas -, ao mesmo tempo sintetiza o reducionismo discursivo e polarizado a partir da premissa de existência desses dois lados antagonizados.

A segunda imagem diz respeito à importância que se atribui a saber com qual dos “dois lados” do par antagonizado de posições político-ideológicas o outro se identifica. Cavalcante dos Santos (2018), ao realizar entrevistas para a sua dissertação, no período entre abril e outubro de 2016 e fevereiro e julho de 2017, captou no discurso de uma de suas interlocutoras um primeiro indício de que o posicionamento político, ao menos para esta interlocutora, seria mais um entre vários critérios para seleção do outro no *Tinder*. No caso em questão, a autora discute que a fisionomia aparece como elemento primário destacado pelos entrevistados como critério de observação, principalmente pelo formato do próprio aplicativo, que privilegiaria o visual por meio das fotos. A autora segue com um trecho da fala de sua entrevistada, que aponta alguns dos elementos observados no momento da escolha, como a própria fisionomia, interesses em comum, estilo das fotos e o próprio “posicionamento político”. Em um segundo momento de seu trabalho, Cavalcante dos Santos (2018) apresenta a reprodução de outro interlocutor que elenca uma longa lista de características que o levaria à recusa de um perfil. Dentre os muitos elementos apontados por seu interlocutor está o fato de a pessoa observada ser ou não apoiadora de Jair Bolsonaro. Com isso, além de critérios corriqueiros como aparência (ainda fator primário), o espectro ideológico e o voto em tal ou qual candidato à presidência se destacam por terem se tornado fatores de relevância na escolha do outro.

No entanto, parece ser a partir das eleições de 2018 que este fenômeno



se acentua, no qual as disputas eleitorais para presidência forjaram novos embates entre os espectros políticos da direita, conservadores e liberais e dos espectros políticos à esquerda, libertários e progressistas, em torno, principalmente, de disputas pelo controle das narrativas políticas de um lado e de ataques e difamação do outro (ALMEIDA, 2018). As redes sociais se tornaram o grande eixo em torno do qual essas discussões giraram (RUEDIGER; GRASSI, 2018), e que culminaram com a vitória, em segundo turno, de Jair Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL) contra Fernando Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

A Internet, em especial as redes sociais digitais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*³ foram de grande importância para a visibilidade e o contato do então candidato Jair Bolsonaro com o público. Por meio dessas plataformas digitais, o presidencialista realizava, e continua realizando até hoje, as chamadas *lives* de Internet. Também foi amplamente utilizada a conta do candidato no *Twitter* para compartilhar informações e desinformações com críticas e ataques a opositores políticos. O mesmo continua se valendo da plataforma após as eleições para noticiar, em primeira mão, escolhas e demissões de Ministros para compor ou deixar o Congresso Nacional, divulgar projetos e ações, e claro, continuar com a disseminação de discursos de ódio e polarização por meio de textos inflamatórios e desinformação, bem como ataques a opositores políticos e instituições democráticas que acredita serem contrários às suas medidas e/ou pensamento ideológico.

Em um contexto de predomínio das mídias e redes sociais digitais, os próprios algoritmos de distribuição de conteúdo e propagandas com base nos gostos e buscas do usuário têm contribuído para a criação cada vez mais segmentada de “espaços de afinidade” (LANKSHEAR, *et. al.*, 2015) que, por sua vez, podem levar ao isolamento em bolhas ideológicas em torno de narrativas de mitos políticos, teorias conspiratórias e desinformação (LLORENTE, 2017; KAKUTANI, 2018). Essas bolhas de Internet levam as pessoas a terem contato apenas com o conteúdo de ideias que já partilhavam ou passaram a partilhar, proporcionando um fechamento do conhecimento em torno daquela crença, opinião, sentimento, identidade, conhecimento e “ideologia”.

Em outras palavras, quanto mais buscamos por conteúdos que criticam ou fazem vexatórias contra o PT ou Bolsonaro, por exemplo, mais daquele tipo de conteúdo passamos a receber das plataformas que utilizamos, encaminhando o indivíduo para conteúdos cada vez mais radicalizados. Quanto mais você se aproxima de uma ideia na Internet, mais contato com

³ Facebook é uma plataforma e rede social digital lançada em 2004, operado e de propriedade da Facebook Inc. Os usuários criam perfis que contêm fotos e listas de interesses pessoais, trocam mensagens privadas e públicas e outros conteúdos audiovisuais. Criado em 2010 e comprado pelo Facebook em 2012, o Instagram é uma plataforma e rede social digital de compartilhamento de fotos e vídeos entre os usuários, permitindo a aplicação de filtros digitais e o compartilhamento de uma variedade de serviços de redes sociais, além de permitir a troca de mensagens privadas e públicas entre os usuários. Criado em março de 2006, o Twitter é uma rede social para microblogging que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos por meio de mensagens curtas de texto, imagens e vídeos.



aquela ideia a própria plataforma começa a te fornecer, te “prendendo” nessas bolhas sociais e ideológicas que te fornecem aquele tipo de material até a exaustão. Com a simplicidade de organização de comunidades digitais é ainda mais fácil se fechar em torno de grupos que partilham e radicalizam um imaginário político ao máximo, dando voz e espaço para radicais, os quais, em muitos casos, não possuíam visibilidade na sociedade civil, na imprensa, na política ou na ciência.

Nos últimos anos, esse fechamento ideológico vem acontecendo cada vez mais, conforme a maior disseminação de acesso a aparelhos digitais, Internet e plataformas de mídias sociais. No Brasil, é possível destacar essa presença de grupos sociais *off-line* e *on-line* já nas manifestações de 2013, os quais foram ganhando contornos, força e aderência com o passar do tempo e com o acirramento dos ânimos políticos, do ódio contra o PT e os “comunistas” de um lado, e dos golpistas e dos “fascistas” de outro lado. Nesses grupos, são facilmente encontradas situações de falta de clareza e honestidade na disseminação dos conteúdos propagados.

Como será abordado, a polarização política se enfeixou em antagonismo entre direita, conservadores, patriotas e a figura de Jair Bolsonaro de um lado, versus esquerda, progressistas, comunistas, petistas e a figura de Lula da Silva de outro. Destarte, com base na análise dos próprios perfis de usuários(as) do *Tinder*, foi possível identificar a grande importância dada ao fenômeno político na escolha, estabelecimento e manutenção de experiências afetivo-sexuais inicialmente mediadas dentro do aplicativo. De igual modo, não seria difícil extrapolar que tal importância possui relevância igual ou maior ao se tratar de um contexto fora da plataforma.

3. "Direita política/conservadores/pró-Bolsonaro/contra PT"

As cores verde e amarelo passaram a ser usadas em contraposição ao vermelho, o que dá o tom do “maniqueísmo” do oposicionismo entre “direita/esquerda”. Como destaca Cesarino (2020), cores e demais elementos estéticos, como a bandeira brasileira, com significantes vazios, são corriqueiramente utilizados em mobilizações populistas como forma de angariar afetos, fazendo com que “a simples visão de uma blusa amarela ou vermelha [seja] capaz de evocar raiva ou indignação” (CESARINO, 2020, p. 115). Cada vez mais os signos estéticos foram sendo associados à uma noção vaga e nada esclarecedora de esquerda e direita e a um conceito menos esclarecedor ainda de um “mal maior”: o comunismo de um lado e os “conservadores cristãos” de outro.

A utilização das cores para demarcar o posicionamento político foi muito observada nas fotos dos perfis coletados. Pudemos perceber como alguns desses elementos estéticos, tais como signos, cores e bandeiras são apropriados e (re)significados, tornando-se símbolos que evocam um



conjunto de significados morais capazes de expressar, comunicar e emitir a outros(as) uma infinidade de mensagens possíveis de codificação naquele contexto específico. Nesse caso, o contexto em que tais elementos estéticos possuem essa capacidade de informar algo de si para o(a) outro(a) diz respeito à uma espécie de maniqueísmo, quase no termo religioso de fato, da política brasileira. Estaria aí a capacidade, como expresso por Cesarino (2020), não só de informar desses elementos estéticos, mas também de evocar, gerar, despertar ou angariar afetos.

Em uma das fotos de perfil, a presença da bandeira nacional ao fundo com a imagem de Bolsonaro sugere que o usuário se encontra em uma aparente manifestação de rua pró-Bolsonaro, provavelmente ainda em período de campanha. Em sua descrição de perfil, consta um texto mais elaborado, que apresenta elementos e características pessoais como ser solteiro e não ter filhos, aparência física, signo e religião, no qual o mesmo afirma ser budista. O usuário também apresenta o anseio por *“casar e formar família”* e, corroborando com a imagem de perfil, afirma ser *“direitista”*. O que mais chama atenção na foto, no entanto, é o fato do usuário estar portando uma bandeira do Brasil Império. Esta, por sua vez, é utilizada hoje por manifestantes de extrema-direita ultranacionalistas e reacionários que partilham de um aparente sentimento de aversão às mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas, e um desejo pela volta a um passado histórico, muitas vezes narrado e imaginado como um período de glória da história de uma nação.

Outra foto de perfil e que apresenta a usuária na praia possui um tema utilizando a bandeira nacional e as cores verde e amarelo, referente à campanha de Jair Bolsonaro. O tema apropria-se também de alguns signos da região Nordeste como forma de demonstração generalizada de apoio à Bolsonaro.

Em ambas as imagens, é possível perceber como as cores verde e amarelo e a bandeira nacional são apropriadas pelos(as) manifestantes que se consideram *“direitista”*, *“conservador”* e *“patriota”*. Para aquele(a)s que partilham dos mesmos ideais políticos e conjunto de moralidades dos dois usuários aqui descritos, é possível inferir, como já mencionado, a capacidade desses elementos de despertar um conjunto de sentimentos de identificação, solidariedade, etc.

Em oposição, teríamos os possíveis sentimentos de aversão, raiva e indignação alavancados ao visualizar outras fotos de perfis coletados, cujos elementos estéticos evocam a liberdade de Lula, os signos da foice e martelo e a cor vermelha, em associação a um comunismo imaginado. Igual inferência pode ser feita daqueles(as) que partilham o mesmo conjunto de ideais políticos, morais e afetivos desses últimos. Assim, os elementos simbólicos que constituem as fotos desses(as) usuários(as) seriam igualmente capazes de evocar o conjunto de sentimentos de identificação, solidariedade etc., bem como os possíveis sentimentos de aversão, raiva e indignação alavancados ao



visualizarem as fotos dos(as) usuários(as) com apoio a Bolsonaro.

Outras fotos de perfil que utilizam cores como recursos são aquelas com tema de campanha na parte inferior da foto. Os temas presentes nas fotos tornam a empregar as cores verde e amarelo, algumas com a variação azul e verde, ambas em alusão à apropriação da bandeira nacional e de suas cores como signo estético cujos valores são capazes de expressar e angariar afetos. O uso das cores e da bandeira nacional mescla-se a frases com o slogan oficial da campanha de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, ou à explicitação da preferência de voto do(a) usuário(a) nas eleições daquele ano ao utilizarem textos como “*Presidente Bolsonaro 17 - Muda Brasil de verdade*”.

Um usuário do sexo masculino, 37 anos de idade, que afirma “*Independente e busco semelhantes*”, segue apontando que, para o estabelecimento de um relacionamento duradouro e satisfatório, seria preciso, dentre outras coisas, “*valores compartilhados*”. Tais apontamentos não diriam muito, por si só, no que diz respeito ao tema aqui tratado, no entanto, o mesmo usuário segue a descrição de perfil apresentando alguns de seus valores políticos ao informar: “*P.S. De preferência com ideologias de ‘direita’*”.

Uma segunda usuária utiliza uma abordagem um pouco mais direta ao apresentar sua busca por um(a) parceiro(a) com “*valores compartilhados*”. A usuária de 20 anos, “*Promoter e Modelo*”, deixa bem claro ao dizer: “*Sou de direita, pró Bolsonaro, achou ruim? Dislike tá aí pra isso*”. Dessa forma, transmite diretamente aos demais que, caso haja incompatibilidade com seu posicionamento político, o “*Dislike tá aí pra isso*”, evitando uma curtida em seu perfil e também a identificação com perfis de esquerda, por exemplo. O mesmo se dá com outra usuária, de 27 anos, que afirma “*Se você é LULA LIVRE não perca seu tempo comigo*”. Essa usuária não apresenta qualquer outro texto em sua descrição de perfil, tendo como critério inicial o fato de outros usuários serem pró ou contra a liberdade de Lula. É possível inferir que outros critérios pessoais, como a percepção de beleza, atração física e desenvolvimento de vínculos afetivo, podem vir a ser selecionados apenas depois dos possíveis pretendentes passarem pelo filtro político explicitado.

As descrições ajudam a corroborar a ideia de que determinados conjuntos de valores, dentre eles o político, estariam sendo utilizados como critério para o estabelecimento de experiências afetivo-sexuais no aplicativo. Os demais usuários, embora não sejam diretos ao abordarem e apontarem critérios políticos esperados do outro, também trazem em suas descrições os valores ideológicos dos quais partilham, proporcionando com maior facilidade a atração de outros(as) usuários(as) que também buscam “*semelhantes*”. Embora sejam consideravelmente em menor número, algumas das frases encontradas nos perfis coletados cujos usuários(as) apresentam posicionamento político à direita e/ou apoio ao governo Bolsonaro estão reproduzidas abaixo:



“Bolsonaro 2018”;
“Política: Direita/Conservadora”;
“#TchauPT, agora é com o mito!”;
“De preferência com ideologias de “direita””;
Armamentista, anti-marxista e anti-feminista.;
“De direita. Olavo de Carvalho e Italo Marsili”;
“Sou conservador de direita, patriota e católico!”;
“sô 17, sô nordeste, sou Bolsonaro cabra da peste”;
“Se você é LULA LIVRE não perca seu tempo comigo”;
“Sou de direita, pró Bolsonaro, achou ruim? Dislike tá aí pra isso”;
“Se você super valoriza o consumo de bebida alcoólica, fuma maconha ou usa Hashtagantibolsonaro, vá diretinho no X e economize o nosso tempo”;
“Ela é muito engraçada, pena que me ignorou depois que eu disse #elena0” [...] 17 anos, conservadora [...]”.

Esses(as) usuários(as) evocam a pertença a grupos cujas identidades giram em torno de “*direita/conservadora*”, “*conservador de direita, patriota e católico!*”, “*direitista*”. Neste sentido, chama atenção também a relação entre religiosidade e conservadorismo. Segundo analisa Almeida (2019), há uma íntima articulação entre parte do segmento religioso, em especial o evangélico, com um crescente conservadorismo moral e político no debate público nacional e internacional. No Brasil, a relação entre evangélicos e conservadorismo político seria um dos eventos responsáveis por uma crise na política brasileira – a polarização a partir das eleições de 2014 e o *impeachment* de Dilma, em 2016 –, cujo resultado teria sido a eleição de Bolsonaro em 2018 (ALMEIDA, 2019).

Usuários(as) encontrados(as) aqui, além de apontarem como critérios o posicionamento político e outras preferências quanto a(o) outro(a), explicitam também a religiosidade como parte da apresentação de si, seguida do posicionamento político. Uma usuária expõe em sua descrição ser “*cristã*”, seguida da sua profissão (dentista) e, logo abaixo, “*Direita/Conservadora*”. Podemos estabelecer uma possível hierarquização de valores nessa descrição, por mais que esta tenha sido elaborada sem considerar conscientemente esses fatores hierárquicos. Nessa lógica, ser “*cristã*” seria a prerrogativa de maior importância para a usuária, sendo apresentada primeiro, seguida de outros conjuntos de valores - nesse caso, o político. Uma segunda usuária segue o mesmo padrão: inicialmente, afirma ser *cristã* e, já na frase seguinte de sua descrição de perfil, expõe para os demais usuários que se o outro “*usa Hashtag antibolsonaro, vá diretinho no X e economize o nosso tempo*”⁴.

Podemos tomar como exemplo o próprio slogan de campanha de Jair

⁴ *Tags* são palavras-chave (relevantes) ou termos associados a uma informação, tópico ou discussão que se deseja indexar de forma explícita nas plataformas on-line. *Hashtags* são compostas pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo cerquilha (#), e organizam discussões em torno de tópicos ou eventos específicos.



Bolsonaro, “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, que é utilizado em algumas fotos de perfis de usuários(as), dos(as) quais trataremos posteriormente. Assim como percebido nos perfis analisados aqui, o próprio *slogan* do governo Bolsonaro também apresentaria não somente uma relação entre cristianismo e conservadorismo de direita, mas a apropriação dessa identificação religiosa pela direita política, bem como a possibilidade de hierarquização de valores: ser cristã(o) primeiro e conservador de direita em seguida.

Teríamos, assim, de forma diretamente expressa, uma mescla entre posicionamento político, religiosidade e outros critérios de escolha para as possibilidades de construção de um vínculo afetivo e sexual. O posicionamento ideológico/político/partidário é apresentado enfaticamente tanto na seleção dos(as) usuários(as) quanto no estabelecimento de possíveis vínculos afetivo-sexuais. De tal modo, apresentar-se como cristã(o) e/ou conservador(a) de direita, favorável ou contrário à candidatura de um Presidente da República evoca um conjunto de moralidades sobre ambos(as)os(as) usuários(as) que refletiria tanto nas possíveis curtidas que irão desferir quanto nas curtidas que receberão.

4. "Esquerda política/progressistas/pró-PT/contra Bolsonaro"

Por outro lado, dentre os(as) usuários(as) que se apresentam como de esquerda política/progressistas/pró-PT/contra Bolsonaro, destaca-se o fato de a grande maioria se identificar como estudante.

Ao apresentar-se como *“estudante de história, bastante nerd e petista safado”*, por exemplo, esse usuário parece equiparar em grau de importância o fato de ser tanto estudante e *nerd* quanto ser petista. De igual modo, outra usuária, estudante de Engenharia Ambiental, de 22 anos, apresenta-se como *“Radiante quanto o solahaha, ama cantar e nadar, mãe de pet, gorda, viciada em jogos, comunista, sincera, romântica, companheira, bi e escorpiana”*. Essa usuária se identifica como “comunista” ao mesmo passo em que apresenta, na mesma frase, gostos pessoais, características físicas e interpessoais. Ambos indicam a relevância de expor não somente elementos pessoais que julgam importantes em si para que o outro saiba no ato de curtir ou não seu perfil, como também o posicionamento político-ideológico em meio às características que constituem parte de quem são.

Outros(as) usuários(as) reforçam de forma mais explícita a ideia de que certos valores, dentre eles o político, estariam sendo utilizados como critério para o estabelecimento de experiências afetivo-sexuais no aplicativo. É o caso do estudante de antropologia de 25 anos que, por meio do uso de uma *hashtag*, afirma possuir *“#0pacienciaparabozominio”*. Já outra usuária, de 19 anos, expõe: *“Estudo biologia e sou apaixonada por todas as formas de*



*vida, menos a de bolsominions*⁵. Por outro lado, haveria uma abertura quase espontânea para aquele(a)s que partilham dos mesmos posicionamentos e voto, como é expresso por uma usuária ao afirmar que “*se votou no Haddad pode beijar à vontade*”. Nesse sentido, vemos aqui o mesmo que o apresentado anteriormente, quando alguns usuários afirmam buscar “*semelhantes*” e/ou “*valores compartilhados*”, nos quais muitas dessas semelhanças e valores são referentes ao posicionamento político-ideológico.

Alguns(as) outros(as) usuários(as) possuem descrições de perfil com frases como “*Somos milhões de Lula*”, “*O povo quer Lula Livre*”, “*Dilmista e Lulista*”. Outros(as), por sua vez, possuem elementos referentes ao ex-presidente Lula em fotos de perfil, como usuários(as) com camisetas com foto de Lula e/ou os dizeres “*Lula Livre*”, com o rosto coberto por uma foto do ex-presidente ou estando ao lado de um quadro de madeira com sua gravura. Entre estes(as) usuários(as), são priorizadas características de si como profissão e gostos pessoais, como praia, natureza, viagens, trilhas, leitura, cinema, cultura, meditação, yoga, bordado, músicas, arte, pôr do sol, bicicleta, fotografia, dentre outras coisas, “*falar mal de Bolsonaro*”, utilizando, ainda, frases de efeito, poemas e signo para definir traços da personalidade.

De igual modo, os usuários(as) aqui também utilizam temas de campanha com frases e slogans na parte inferior da foto em apoio ao Haddad, a Lula e ao PT. Também é possível perceber o uso de signos estéticos com valores simbólicos empregados para expressar e angariar afetos, como a utilização de cores, a sigla e o emblema de estrela do Partido dos Trabalhadores.

O uso das cores, do nome do candidato Haddad e/ou da sigla do Partido dos Trabalhadores, mescla-se com frases em apoio à candidatura do petista como “*Presidente Haddad e vice Manuela 13*”, que expressam a preferência de voto do(a) usuário(a) nas eleições daquele ano. Foram utilizadas frases que proclamavam a certeza da vitória do candidato petista, como é o caso do trocadilho com o nome de Haddad e a sigla do partido “*Melhor já ir se HaddaPTando*”, que é também um contraponto à frase bolsonarista: “*Melhor Jair se acostumando*”, que faz o trocadilho com o nome de Jair Bolsonaro e que encheu as redes, embora não tenha aparecido em nenhum dos perfis coletados.

Durante as campanhas eleitorais, diversos indivíduos e grupos se uniram como forma de oposição ou apoio à candidatura de Jair Bolsonaro em torno de “*espaços de afinidade*” (LANKSHEAR et. al., 2015). Um dos grupos que ganhou grande expressividade e de forma muito rápida foi a página de

⁵ A palavra “*minion*” significa “*servo*”, “*ajudante*”, “*auxiliar*” ou “*favorito*”, em inglês. O termo *minion* se tornou muito popular depois do sucesso do filme animado “*Meu Malvado Favorito*” (2010), produzido pela Illumination Entertainment e Universal Studios. *Minions* são pequenas criaturas amarelas, fiéis escudeiras do protagonista vilão Gru, e trabalham voluntariamente como colaboradores dos objetivos de Gru. Já “*bolsominions*” é um trocadilho com o nome de Bolsonaro e o termo *minion*, designando aqueles que trabalham voluntariamente em prol do Bolsonaro, seja em ações ou campanhas pró-Bolsonaro, seja produzindo ou disseminando notícias sobre o candidato ou contra opositores. Seriam um “*exército*” leal de apoiadores prontos a encampar batalhas e ataques de todos os gêneros contra qualquer um que ouse questionar o “*Mito*” (NEMER, 2018).



Facebook “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, criada em agosto de 2018. O grupo é fechado e destina-se exclusivamente às mulheres cis, transexuais e travestis, contando, atualmente, com mais de dois milhões e quatrocentos mil membros.

Criada como forma de organização dessas mulheres, a página se destina à discussão e ao combate de ideais considerados retrógrados e preconceituosos disseminados por Bolsonaro, cujo discurso se volta contra minorias sociais, mulheres, negros, LGBTQIA+ e outros. Posteriormente, o nome do grupo foi alterado para “Mulheres Unidas Com o Brasil”, e visa a união de mulheres brasileiras contra o avanço e fortalecimento do machismo, misoginia, racismo, homofobia e outros tipos de preconceitos. O coletivo “Mulheres unidas contra Bolsonaro” também foi responsável por várias manifestações durante o período de primeiro turno, reunindo centenas de milhares de pessoas, a maior manifestação de mulheres na história do Brasil (OLIVEIRA, 2018; PAULINO; PAULINO, 2019; RIZZOTO *et al.*, 2019; ROSSI, 2018).

Esses coletivos também foram os grandes impulsionadores da *hashtag* “#EleNão” nas redes sociais digitais, que contou com o apoio de inúmeras artistas que ajudaram a alavancar a campanha e que se refletem nos perfis aqui coletados. Dos perfis coletados com a *tag* “EleNão”, 117 são de usuárias do sexo feminino, 48 de usuários do sexo masculino, 02 de casal e 01 sem gênero. As idades dos(as) usuários(as) é de 19 a 37 anos. Os textos das descrições de perfil dos(as) usuários(as) com a *hashtag* apresentam-se relativamente elaborados e exibem elementos como idade, signo, gostos musicais, prática de atividades físicas, filmes e séries, praia etc., “e por último e não menos importante: EleNão”. Os perfis desse subgrupo apresentam, em sua grande maioria, textos sobre si e gostos pessoais, bem como ativismo político, representado por uma grande parcela de usuárias que estampam serem feministas em suas descrições.

Além de elementos pessoais como características e gostos de cada usuário(a), um dos critérios aparentes para curtirem ou serem curtidos no aplicativo está contido na utilização da *hashtag* “#EleNão”. Algumas das variações da *hashtag* “antiBolsonaro” encontradas nos perfis são: “#bolsonaronão, #elenunca, #elejamais, #elenemfodendo, #elenemcapeste, #bolsolixonão, #forabozo”. A presença dessas mulheres nas redes em torno de uma pauta comum, como a expressa com #EleNão, expõe um imaginário social em torno da representação de gênero no cenário político, em uma tentativa de levá-las a um patamar de visibilidade sócio-política. Essa visibilidade permite que

(...) sejam tratadas e pensadas em uma posição de participação, fala, mobilização, presença, valorização e igualdade no campo político. #EleNão significa que as mulheres falaram e se manifestam em um momento político importante do país. (SCHWENGBER; PINHEIRO, 2020, p. 10).

Outros(as) usuários(as) alocados(as) nessa categoria apresentam,



além de características pessoais e gostos em geral, algum tipo de “crítica” à Bolsonaro e ao governo. É o caso de uma usuária que afirma estar “*mais perdida*” - seja no uso do aplicativo, na busca por um par afetivo-sexual, ou “na vida” de forma genérica transcendental - do que “*o Bolsonaro na presidência*”. A usuária aproveita-se de um recurso linguístico para associar a desorientação pessoal com a desorientação do presidente eleito e a sua forma de gerir a coisa pública.

Outros tipos de associação entre características ou gostos pessoais de oposição ao governo Bolsonaro vêm com exemplos como o de uma usuária, estudante de 21 anos, ao afirmar que “*adora comida e odeia o presidente*”; outra estudante de 26 anos que diz “*posso n ser bonita, mas pelo menos n votei no bozo*”; ou mesmo uma outra usuária de 37 anos, também estudante, que afirma gostar de “*ver o Sol, caminhar na praia, falar mal do Biroliro e afins...*”⁶. Um usuário de 27 anos do sexo masculino e estudante, questiona o rótulo dado pelos eleitores de Bolsonaro ao afirmar em sua descrição de perfil que “*Mito é mainha que criou um filho sozinha, o resto é conversa*”. Embora as críticas a Bolsonaro e ao seu governo deem informações relativamente suficientes a outros(as), no aplicativo, esses(as) usuários(as) enfatizam suas características pessoais, gostos e hobbies, que também são destacados como forma de construção da imagem para apresentação de si.

Críticas a eleitores do Bolsonaro também enfeixaram parte dos perfis encontrados durante a coleta de dados para a pesquisa. O nome “bolsominion” foi um dos que mais se destacaram como forma de se referir aos eleitores de Jair Bolsonaro.

Do mesmo modo, muitos(as) usuários(as) do aplicativo *Tinder*, destacando-se mais uma vez o maior número de usuárias do sexo feminino, foram encontrados(as) utilizando a expressão “bolsominion” para se referir e demonstrar a recusa por outros(as) usuários(as) que seriam eleitores(as) de Bolsonaro. Os perfis que apresentam textos como “bolsominion nem de like”, “votou no 17 passa direto”, “minions não, por gentileza” ou qualquer outra menção que se refira a usuários(as) que tenham votado em Bolsonaro são alguns desses exemplos. Muitos dos perfis aqui alocados possuem descrições de perfis mais longas e elaboradas, que apresentam características de si e gostos pessoais, sendo a recusa por eleitores do Bolsonaro a recorrência discursiva mais explícita indicada e comum a todos(as) como critério para seleção do outro. Algumas das frases encontradas nos perfis coletados e que expressam abertamente essa recusa apoiadores de Jair Bolsonaro veem reproduzidas abaixo:

“Bolsominionfóbica”;
“Bolsominion apertem X”;
“Minions e militares, fiquem longe, obrigada”;

⁶ Bozo, Biroliro, Bolsolixo, Bostonaro etc. são alguns dos pronomes pejorativos atribuídos ao presidente Jair Bolsonaro.



“Minha boca jamais tocará a de um Bolsominion”;
“Só quero flertar but, sem match se vc for bolsominion”;
“Defende Bolsonaro? X. Brasil acima de tudo, conservadora? X”;
“Sem tempo para bolsonarista, irmão”;
“Se votou em Bolsonaro nem perde teu tempo”;
“Não encostarás tua boca militante na de um bolsominion’... Ou seja, não percam seu tempo!”;
“Eleitores do Bolsonaro, como tempo é precioso, desde já lhes digo que há uma incompatibilidade inegociável Entre nós”;
“Bolsominions, se preservem, pois, a eleição acabou, mas o ranço por vocês não”;
“Eleitor e defensor do 17 (respeito opiniões divergentes, não aceito quem tenta depreciar as minhas”;
“Bolsominions façam a gentileza de passar a diante, seu ódio e seu preconceito aqui não são bem vindos!”

Compartilhar da desaprovação a Bolsonaro é um elemento significativo para esse grupo de usuários(as), da mesma forma que a busca por semelhantes que possuem “*valores compartilhados*”, como exposto por outro usuário apresentado anteriormente. Os valores compartilhados, nesses termos, seriam não ter votado em Bolsonaro, segundo expressa uma usuária ao afirmar “*que deseja uma distância enorme de quem votou no presidente atual do nosso país cujo nome é Bolsonaro*”; e outra que diz: “*se tu não votou nele já conseguiremos manter uma conversa sadia*”; bem como uma terceira usuária ao sugerir que “*se tu gostar de conversar, teu papo for bom e não tiver votado 17 a amizade já é garantida*”.

Alguns(as) percebem a relação com esses(as) outros(as)usuários(as) como uma perda de tempo que deve ser evitada. A necessidade de economia de tempo ao tentar investir em uma relação seria um dos motivos que teriam levado esses(as) usuários(as) a descreverem em seus perfis a recusa quanto aos “*bolsominions*”. De igual forma, reconhecem que é “*muito bom qdo vcs [outros(as) usuários] colocam a foto com a propagando do Bozo, assim eu não perco tempo dando like*”. Para esses(as) usuários(as), o tempo empregado no estabelecimento da relação com o outro parece ser tratado como um investimento. Investe-se e dedica-se tempo na construção de um relacionamento com a outra pessoa na tentativa de realização de experiências afetivo-sexuais. Nesse sentido, espera-se o retorno de uma relação considerada saudável, com pessoas que “*chegue[m] pra agregar coisas boas*”, no entanto, esse investimento parece não render os resultados desejados caso se descubra estar diante de um eleitor do candidato adversário. Para poupar a frustração de um investimento mal sucedido, opta-se pela prevenção do risco, deixando explícito na descrição de perfil que não é desejado perder tempo com uma pessoa que tenha votado em Bolsonaro.

Outros(as) usuários(as) parecem tentar justificar os motivos pelos quais pretendem manter essas distâncias de eleitores(as) de Bolsonaro. Para esses(as) usuários(as), os “*bolsominions*”, ou ao menos aqueles que ainda permanecem apoiando Bolsonaro, partilhariam os mesmos conjuntos de valores de “*ódio e preconceito*” disseminados por aqueles que fazem parte de seu governo,



considerados por um dos usuários como “preconceituosos, nazistas, fascistas, racistas”. Esse conjunto de valores atribuídos aos eleitores(as) usuários(as) do *Tinder* faz com que haja “*uma incompatibilidade inegociável*” entre os(as) usuários(as) pró e contra Bolsonaro. Portanto, seus apoiadores “*não são bem vindos*”, sendo mais fácil que ambos não “percam seu tempo” um com o outro. Os sentimentos de aversão enfeixados por uma polarização política acirrada impediriam, nesses termos, qualquer possibilidade de diálogo sadio entre usuários(as), visto que, para eles, o grupo de eleitores de Bolsonaro compactuaria com uma depreciação de opiniões divergentes praticada ao longo do período eleitoral. Restaria, portanto, apenas o “ranço” de uns pelos outros.

5. Considerações

Esse trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa em desenvolvida para a realização da dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa buscou, com a observação, coleta e mapeamento dos dados de perfis de usuários(as) habituais do aplicativo *Tinder* na cidade de João Pessoa – PB, no período de abril a dezembro de 2019, apresentar as recorrências discursivas desses(as) usuários(as) como forma de construção de uma imagem de si e os critérios para seleção do outro. Com base nisso, observamos uma grande quantidade de perfis que se utilizaram de imagens, cores, frases, slogans e textos para expressar o posicionamento político, bem como a recusa por usuários(as) de posicionamento político contrário.

A busca por semelhanças e por pessoas com valores compartilhados, nesse sentido, estende-se para além dos corriqueiros elementos de observação nesses tipos de ambientes virtuais, como aparência e status socioeconômico, por exemplo, passando a ser adicionado um novo elemento ao escopo de critérios que permitam a decisão do *like*. Assim, identificar-se com posicionamentos ideológicos de direita e seus signos de pertença (como ser conservador e patriota) ou sendo de esquerda (comunista, petista, afirmar que o impeachment de Dilma foi golpe, usar *hashtag* favorável à liberdade ou condenação de Lula, ou dizendo #elesim ou #elenão etc.) são ações que evocam sentimentos de pertença a esses grupos e que são capazes de gerar identificação ou repulsa do outro. Em muitos casos, essa identificação política vem mesclada a outras características e gostos pessoais, o que pode ser encarado como elemento central para a definição do eu desses sujeitos. Ou seja, estes indicam a relevância de expor a identificação política-ideológica em meio a outras características físicas, *hobbies*, profissão etc., como forma de indicar que ambos fazem igualmente parte de quem são.

Além da predominância dos perfis de mulheres, houve também uma



grande prevalência de sujeitos que compartilham de valores políticos, ideológicos e morais progressistas e de esquerda. Embora o objeto inicial de sentimentos de aversão e ódio tenha sido direcionado a grupos e partidos de esquerda, isso demonstra que essas pessoas também estão imbuídas dos sentimentos direcionados a grupos e pessoas de direita. Os perfis observados reproduziam um discurso dicotômico de nós contra eles, de direita versus esquerda, de Bolsonaro contra Lula etc. Como fora possível perceber com as imagens e descrições de perfis de usuários do aplicativo *Tinder* no período de coleta dos dados, o elemento político está explicitamente presente como critério para seleção do outro e para o estabelecimento de uma relação ou experiência afetivo-sexual. Assim, como exposto até aqui, tentamos defender a hipótese de que esse fenômeno se deu devido à construção de um cenário de grande polarização político-ideológico pelo qual passamos nos últimos anos. Essas experiências de polarização política, ideológica e partidária entranhadas no debate público teriam extrapolado para a vida privada, alcançando até mesmo os discursos afetivos e espaços destinados à busca de experiências afetivo-sexuais.

Para as pessoas de direita, a esquerda, PT, progressistas e feministas seriam os grandes responsáveis pela quebra de valores familiares, cristãos e tradicionais, pela perversidade, pelo mal e depravação e, portanto, devem ser combatidos e extirpados da existência, mesmo que à base de “*uma porrada inesquecível*”, como profere Olavo de Carvalho. Do lado oposto, aqueles de direita, conservadores, reacionários e fascistas seriam os responsáveis pelo enfraquecimento e quebra das instituições democráticas. A revolta e a indignação proporcionadas pelo discurso de Golpe de Estado orquestrado para a remoção da então presidenta, além dos retrocessos em conquistas de direitos sociais pelo projeto de destruição e morte elaborado pelo governo Bolsonaro, também inflamam os ânimos e incitam o sentimento de ódio. Assim, vemos que esse quadro proporcionou a ampliação da polarização política no país e permitiu que os sentimentos de desconfiança, aversão, medo e ódio tomassem conta do imaginário e do repertório emotivo da população em geral.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Raquel. Fake News: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 70, n. 2, p. 9-12, abr.-jun., 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos**: CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 01, p. 185-213, abr. 2019.

ALONSO, Ângela Maria. A política nas ruas: protestos em São Paulo de Dilma



a Temer. **Novos Estudos**: CEBRAP, São Paulo, ed. Especial, p. 49-58, jun. 2017.

BELELI, Iara. Reconfigurações da Intimidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 337-346, jan.-abr. 2017.

BERNARDO, Aristides Ariel. "**Deslize pro lado contrário da tua orientação política**": emoções e polarização político-ideológica nas experiências afetivo-sexuais mediadas pelo aplicativo Tinder. 2021, 220 f.: il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

CAVALCANTI, Hellen Taynan da Silva. **Deu Match! As trocas nos relacionamentos virtuais e a objetificação do sujeito no Tinder**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CAVALCANTE DOS SANTOS, Sheila. **Curtir ou Não Curtir: Experimentações a partir do Tinder**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Revista Internet e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-120, fev. 2020.

DIAS, Fernando Nogueira. O medo enquanto emoção social: contributos para uma sociologia das emoções. **Fórum Sociológico**, n.15/16, p.295-313, 2006.

ELIAS, NORBERT. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FIRMINO, Gustavo Cassanta. Conservadorismo liberal e classes médias: uma análise do "Vem Pra Rua" e do "Movimento Brasil Livre". In: X Seminário do Trabalho: trabalho, crise e políticas sociais na América Latina, 2016, Marília-SP. **Anais eletrônicos do X Seminário do Trabalho**: trabalho, crise e políticas sociais na América Latina. Marília-SP: UNESP, p. 1-17, 2016.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LANKSHEAR, Colin; *et. al.* Pesquisa de práticas na Internet. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (orgs). **Teoria e método de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 202-211, 2015.

LORENTE, José Antonio (Org.). **A Era da Pós-Verdade**: realidade versus percepção. Cambuci - SP: Matavelli Gráfica e Editora, 2017.



MISKOLCI, Richard. San Francisco e a nova economia do desejo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 91, p. 269-295, 2014.

_____. Sociologia Digital: Notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea**, Salvador, v. 6, n. 2 p. 275-297 jul.-dez. 2016.

MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/499414607198716/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

NEMER, David. The three types of WhatsApp users getting Brazil's Jair Bolsonaro elected. **The Guardian**, 25 out 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/oct/25/brazil-president-jair-bolsonaro-whatsapp-fake-news>. Acesso em: 28 abr. 2020.

OLIVEIRA, Joana. Um milhão de mulheres contra Bolsonaro: a rejeição toma forma nas redes. **El País**, São Paulo, 12 set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/actualidad/1536768048_321164.html. Acesso em: 14 mai. 2020.

PAULINO, Simone Campos; PAULINO, Silvia Campos. #EleNão: reflexões sobre ciberativismo feminista no Brasil nas eleições presidenciais de 2018. **Revista Acadêmica Magistro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 19, 2019.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIZZOTO; et. al. #EleNão - conversação política em rede e trama discursiva do movimento contra Bolsonaro no *Twitter*. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2019, Porto Alegre. Anais da Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, p. 1-25, 2019.

ROCHA, Camila. "Imposto é Roubo!": A formação de um contra público ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, p. 1-42, 2019.

ROSSI, Amanda; et. al. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **BBC News Brasil**, 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 14 mai. 2020.

RUEDIGER, Marco Aurélio; GRASSI, Amaro (orgs). **Desinformação na era digital**: ampliações e panorama das eleições 2018. Rio de Janeiro: FGV



DAPP, 2018.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione; PINHEIRO, Naira Leticia Giongo Mendes. Movimento #EleNão: reconhecimento e afirmação do ato de fala das mulheres na política. **Revista do centro de educação da UFSM**, Santa Maria, v. 45, 2020.

SILVA JÚNIOR, Nelson Aleixo da. Junho 2013: a juventude nas ruas pra balançar as estruturas. In: SOUSA, Cidoval Moraes de; SOUZA, Arão de Azevedo (orgs). **Jornadas de Junho: Repercussões e Leituras** [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, p. 98-106, 2013.

SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofélia Elisa Torres. A cobertura do “Vem Pra Rua” pelas revistas nacionais em 2013: uma análise das capas. **Revista de estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 17, n. 42, p. 23-41, jan.-abr., 2016.

SOUSA, Cidoval Moraes de; SOUZA, Arão de Azevedo (orgs). **Jornadas de Junho: Repercussões e Leituras** [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, p. 54-61, 2013.

Como citar este artigo:

BERNADO, Aristides Ariel. A política como (mais um) critério para o estabelecimento de experiências afetivos-sexuais mediadas pelo aplicativo Tinder. **Áskesis**, São Carlos - SP, v 9. n.2, p. 95-116, jul./dez., 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.604>

Data de submissão do artigo: 18/11/2020

Data da decisão editorial: 12/07/2021



Atletas, ex-atletas e participação sociopolítica no cenário pandêmico Covid-19: uma análise de perfis do Twitter

Doiara Silva dos Santos¹
Clarisse Silva Caetano²
Thalia Miranda Rufino³

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a participação social e/ou posicionamento sociopolítico de atletas e ex-atletas brasileiros sobre o cenário pandêmico COVID-19 expressos em suas mídias sociais. Procedeu-se a uma netnografia no Twitter, de março a maio de 2020, catalogando-se postagens e repostagens de atletas e ex-atletas sobre o cenário pandêmico, submetidas à análise do discurso. Nos resultados parciais, nota-se que, entre atletas em atividade, predominam discursos articulados à promoção e realização de ações como forma de potencializar a imagem positiva da figura do atleta e instituições às quais se vincula. Ex-atletas, por sua vez, têm demonstrado percepções, opiniões, críticas, posicionamentos e ideias sobre o contexto sociopolítico geral e a pandemia, para além do campo esportivo.

Palavras-Chave: Netnografia. Esporte. Discursos. Poder simbólico. Participação sociopolítica.

Athletes, Ex-athletes and Sociopolitical Participation within the Context of the Pandemic covid-19: A Netnography

Abstract: This study aims to analyze Brazilian athlete's and ex-athlete's social participation/positioning about the pandemic scenario COVID-19 expressed through their social media. A netnography was conducted from March to May 2020, registering athlete's and ex-athlete's posts and reposts about the pandemic scenario, which were submitted to a discourse analysis. Partial results show that, amongst athletes, discourses on the promotion and realization of solidarity actions to face the effects of the pandemic scenario

¹ Doutora em Educação Física, Professora Adjunta, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4718-7226>. E-mail: santosdoiara@ufv.br.

² Licencianda em Educação Física, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0533-0282>. E-mail: clarisse.caetano@ufv.br.

³ Licencianda em Educação Física, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7909-7145>. E-mail: thaliimirandarufino@hotmail.com.



prevailed, promoting a positive image for them and their stakeholders. Ex-athletes, in their turn, have demonstrated their perceptions, opinions, criticisms, positioning and ideas about the social-political context and the pandemic, going beyond the sport field.

Keywords: Netnography. Sport. Discourses. Symbolic Power. Sociopolitical participation.

1. Introdução

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde anunciou o cenário pandêmico global do novo coronavírus, causador de uma síndrome respiratória aguda grave, ora denominada COVID-19. Desde então, as notícias relacionadas ao tema têm adquirido centralidade nos mais diversos veículos midiáticos, inclusive na internet. As informações em torno da pandemia têm sido apresentadas e atualizadas com rapidez, a partir de perspectivas abrangentes e diversas sobre saúde, economia e questões sociopolíticas.

Em particular, é importante ressaltar o fato de que se trata da primeira pandemia da história em tempos online, uma vez que a internet é um fenômeno social ainda recente e em plena expansão como recurso comunicacional no século XXI (CASTELLS, 2009). Neste momento histórico, as plataformas *online* têm tido papel singular na emergência da participação social em discussões sociopolíticas.

Estudos na área de Comunicação apontam que, embora as ferramentas *online* tenham limitações para um verdadeiro engajamento cívico, a internet potencializa a disseminação da informação e promove discussão coletiva, legitimando-se como ambiente de participação e discussão sociopolítica no Brasil e no mundo, sobretudo a partir das denominadas mídias sociais (LUVIZOTTO, 2016).

Reconhecidamente, participação social e mídias sociais guardam estreita relação. As mídias sociais se apresentam como um conjunto de ferramentas de comunicação *online* que permitem a criação, divulgação e compartilhamento de conteúdo em interação entre diversos atores sociais, reunindo características como conversação, formação de comunidades, etc. (COMM, 2009; MAYFIELD, 2008).

No que se refere ao contexto pandêmico, diferentes atores sociais (inclusive autoridades políticas, instituições científicas, entidades e organizações nacionais e internacionais) têm utilizado as mídias sociais para compartilhar e obter informações, opinar e debater questões. O esporte, como fenômeno social que historicamente tem se articulado com as mídias de forma simbiótica (MAGUIRE, 2011), não fica alheio a esse universo, tampouco os atores sociais que o compõem. A relação entre esporte e mídias se constitui como locus potencial para a análise do tema esporte e sociedade



e, sobremaneira, peculiar diante da pandemia em tempos *online*.

De fato, Evans *et al.* (2020, p.85), ao analisarem a agenda e os desafios da sociologia do esporte face ao cenário pandêmico, chamam a atenção para o “enorme volume de conteúdo relacionado ao COVID-19” à medida que perspectivas biomédicas, socioculturais, políticas e econômicas continuam a emergir em enfrentamento à pandemia. Inexoravelmente, atletas e ex-atletas, tais quais outros atores sociais, também utilizam destas ferramentas para se expressarem quanto a assuntos correlatos ao tema. As expressões e manifestações de atletas e ex-atletas em mídias sociais constituem-se como foco de interesse desta pesquisa.

Para delimitar este estudo, parte-se do pressuposto que muitos atletas e ex-atletas profissionais são sujeitos sociais que desfrutam de notoriedade pública, prestígio social e econômico ou, nos termos de Bourdieu (1989), desfrutam de capital simbólico que tem o potencial de se expandir para além do campo esportivo. É notório, por exemplo, o fato de alguns atletas, após encerrarem suas carreiras profissionais no campo esportivo, tornarem-se políticos eleitos, com suas candidaturas impulsionadas, em grande parte, pelo prestígio e popularidade adquiridos no campo esportivo⁴.

Brown e Brison (2018) apontam que a participação social e o ativismo de atletas em relação a pautas sociopolíticas são pouco abordados na literatura acadêmica internacional. É necessário reconhecer que há várias tensões entre a formação cidadã (política) e as demandas da formação esportiva especializada que podem influenciar o nível e profundidade da participação social de atletas e ex-atletas em temas sociais que permeiam o debate público. Dentre elas, quando se trata de atletas profissionais, estão as relações com vinculações de ordem mercadológica e institucionais do denominado esporte-espetáculo, que trazem implicações para posicionamentos quanto a temas sensíveis ao universo social, como se discutirá ao longo desta análise.

Participação social e ativismo de atletas e ex-atletas não são temas novos e, embora a quantidade de atletas engajados em discutir e/ou posicionar-se sobre movimentos ou causas sociais pareça modesta, a variedade de assuntos sobre os quais alguns têm se manifestado, especialmente nos últimos anos, perpassa questões de gênero, questões étnico-raciais, questões trabalhistas, etc. (BROWN e BRISON, 2018).

Tendo em vista tais considerações, este estudo tem por objetivo geral analisar a participação social e/ou posicionamento sociopolítico de atletas e ex-atletas brasileiros sobre o cenário pandêmico da COVID-19 expressos a partir de uma mídia social (*Twitter*). O fato é que, ao expressarem-se sobre temas sociopolíticos, em específico sobre o cenário pandêmico da COVID-19,

⁴ Como, por exemplo, o ex-jogador de futebol Romário, eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro em 2010, continuando a sua trajetória na política como senador eleito em 2014. Outro exemplo de esportista com carreira política é o ex-judoca João Derly, que se tornou deputado federal pelo Rio Grande do Sul.



atletas e ex-atletas alcançam um certo público⁵ com o qual têm a possibilidade de compartilhar conteúdos e interagirem em suas redes.

Como objetivos específicos, pretende-se, no presente trabalho, caracterizar e discutir conteúdos de publicações de atletas e ex-atletas sobre o cenário pandêmico da COVID-19 no *Twitter*, considerando o sentido de participação sociopolítica, e analisar interações *online* entre atletas e ex-atletas brasileiros com outros atores sociais sobre os conteúdos em questão.

2. Procedimentos Metodológicos

Este estudo é de natureza qualitativa, no qual não se buscam dados e resultados numéricos, mas a análise e interpretações de um fenômeno complexo e dinâmico (MINAYO, 2001).

Utilizou-se como método de investigação a netnografia que, segundo Silva (2015, p.339), “é uma forma especializada de etnografia e utiliza comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet”.

A netnografia amplia o leque epistemológico dos estudos utilizados para descrever comportamentos, costumes e tradições, bem como da coleta de dados por meio de técnicas qualitativas e interpretativas (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008). Sua abordagem é adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais, etc. Trata-se de uma transposição da etnografia, que se caracteriza por ser um processo onde o pesquisador exerce uma imersão em determinada cultura e sua dinâmica, elaborando um estudo descritivo de características socioantropológicas.

As redes sociais são mídias sociais que se popularizaram e, de fato, configuram-se como espaços em que se formam comunidades. A rede social escolhida como plataforma online para a coleta de dados é o *Twitter*, pois trata-se de um *microblog* consolidado quanto ao seu uso por diversas autoridades políticas, institucionais, e outros atores sociais. Através de seu caráter de mensagens rápidas, de fácil propagação de informações, o *Twitter* oferta ampla interatividade e mobilidade (CASELLI e PIMENTA, 2011).

Para a operacionalização da coleta de dados deste estudo criou-se, inicialmente, uma lista de 5 modalidades esportivas coletivas e 5 individuais, buscando representar de modo diverso a cultura esportiva, considerando a classificação dos esportes de Gonzáles (2004). Em seguida, procedeu-se a uma busca na plataforma *Twitter* de perfis oficiais de organizações e confederações brasileiras esportivas das respectivas modalidades. Nestes perfis, identificou-se entre os seguidos e seguidores, no mínimo, dois perfis de atletas e dois de ex-atletas das diferentes modalidades esportivas pré-selecionadas (individuais e

⁵ Os atletas e ex-atletas incluídos nesta análise têm entre 50 mil e um milhão de seguidores no *Twitter*.



coletivas; com e sem estabilidade ambiental).

Em seguida, após prévia visitação a vários perfis, selecionou-se aqueles que continham registros de atividades (postagens) entre março e maio de 2020⁶ com conteúdo correlato ao cenário pandêmico da COVID-19. Tendo-os identificado, realizou-se a imersão no *Twitter* de março a maio de 2020, acompanhando perfis de atletas e ex-atletas, diariamente, com base nos critérios acima estabelecidos.

Foram selecionados postagens e *retweets* de atletas e ex-atletas que tratavam do cenário pandêmico da Covid-19. Os dados foram catalogados em fichas que continham: o nome do autor, data e hora da publicação, número de seguidores, quantidade de curtidas que a postagem em questão recebeu, número de *retweets*, links ativos, bem como *prints* das postagens (uma vez que elas podem ser apagadas a qualquer momento pelos autores) e comentários.

Os comentários, em particular, foram registrados nas fichas em duas classificações: comentários de endosso à postagem e “outros”. Os comentários de endosso correspondem a palavras de apoio, concordância, exaltação do conteúdo da postagem e/ou do próprio autor. “Outros” incluem complementaridades, contrapontos, divergências, questionamentos e outros tipos de interações.

Os dados foram submetidos à análise do discurso, compreendido como prática social e articulado a contextos interpretativos (GILL, 2002). Nesta perspectiva, considera-se a postura crítica diante dos dados e do conhecimento, com uma leitura das realidades percebidas como histórica e culturalmente específicas, comprometida em explorar os fenômenos e problemas ligados às práticas sociais.

3. Atletas e ex-atletas como sujeitos sociopolíticos

Analisando historicamente a figura do atleta, Rubio (2008) afirma que na Antiguidade, sobretudo na sociedade grega, o atleta representava a figura que tinha o principal objetivo de superar seus próprios limites, defender sua polis, em um todo harmonioso de valores e qualidades físicas que se materializava em disputas atléticas, alcançando sucesso e o *status* de semideuses, com grande representatividade simbólica para a sociedade.

Ao longo da história, as práticas corporais passaram pelo processo conhecido como “esportivização”. Trata-se, reconhecidamente, de um

⁶No Brasil, os primeiros casos de COVID-19 foram registrados ao final do mês de fevereiro de 2020, sendo a primeira morte registrada no mês de março de 2020, com repercussão e implicação para diversas atividades sociais, inclusive as esportivas. O recorte temporal aqui delimitado busca contemplar o momento em que o debate público sobre as várias situações, medidas e políticas se construíam diante das primeiras informações sobre a pandemia no Brasil. Além disso, a operacionalização dos dados buscou, também, atender ao cronograma da pesquisa para fins institucionais, divulgando, neste texto, a análise da metade do período de netnografia (do total de março a agosto) caracterizando-os como resultados parciais.



conjunto de transformações que agregou uma série de características da era moderna industrializada ao fenômeno que, então, se constituiu e tornou-se conhecido como esporte (PILLATTI, 2002; SILVA e DAMIANI, 2005). Dentre as principais transformações inerentes à constituição do fenômeno esportivo está a importância e centralidade do rendimento e da competição e, com isso, o aumento das exigências sobre a formação e especialização esportiva, treinamento, performance, culminando na profissionalização do atleta (PILLATTI, 2002).

Tais complexas transformações, incluindo-se aquelas quanto aos sentidos e significados das práticas corporais, têm refletido na figura do atleta no esporte contemporâneo como personagem que resguarda importância, prestígio e expectativas sobre o seu modo de ser e agir com base nos seus feitos. Estas representações são potencializadas, decerto, pela espetacularização do esporte como fenômeno social, sobretudo a partir das mídias (SANTOS e MEDEIROS, 2009; PEREIRA *et al.*, 2016).

De fato, o atleta tem sido tratado e reconhecido como personalidade pública, ídolo, herói, mito e ideal de ego de grande parte da juventude e dos adultos, porque à sua figura estão associados o sucesso, a fama e uma vida vitoriosa, valores cultivados e desejados pela sociedade atual (RUBIO, 2008; AZEVEDO; MEZZAROBA; ZOBOLI, 2014).

No contexto do esporte moderno profissional e espetacularizado, nota-se que a literatura acadêmica brasileira comumente aborda o “ser atleta” como figura arquetípica do herói, sendo ele próprio e seus feitos considerados legados sociais (RUBIO, 2008), como ídolo e/ou mito construído por grande influência das mídias (GIGLIO, 2007; AZEVEDO; MEZZAROBA; ZOBOLI, 2014)⁷.

Em perspectiva sociocultural e qualitativa, predominam na produção científica brasileira as discussões sobre atletas profissionais do futebol masculino, sua relação com os veículos midiáticos como ídolos, heróis e mitos construídos, no contexto da espetacularização e da indústria cultural (HELAL, 1999; MORATO; GIGLIO; GOMES, 2011; CAVALCANTI e CAPRARO, 2013). Os estudos que discutem figuras heroicas esportivas para além do futebol masculino são incipientes, mas têm emergido recentemente. Tais estudos incluem, por exemplo, a perspectiva sobre os atletas com deficiência, bem como as denúncias sobre a invisibilidade e/ou narrativas estereotipadas a respeito do esporte feminino (GONÇALVES; ALBINO; VAZ, 2009; MATTOS *et al.*, 2019). Outros marcadores sociais de diferença também precisam avançar na análise da produção científica sobre atletas e representações sociais como, por exemplo, as questões étnico-raciais. Há, nesse sentido, várias lacunas na análise da figura esportiva dentro da relação esporte e sociedade que, decerto, produzem implicações para o imaginário social sobre o atleta como ator social do esporte, tendo as mídias (inclusive a internet) um papel central nessa

⁷ O herói enquanto figura mítica representa a transcendência do ser mortal e se aproxima da condição de deuses eternizando-se em razão de um grande feito (RUBIO, 2008).



dinâmica.

Nota-se, também, que a literatura tem contemplado, embora em menor abrangência, a posição antagônica a do herói que o atleta pode representar, quando visto como “vilão” ou transgressor (GONÇALVES; COELHO; MEIHY, 2016). Observando-se a perspectiva da Psicologia do Esporte, é possível perceber que

[...] na relação entre o ego e o desempenho de papéis sociais, muitas vezes o atleta se vê identificado com a figura espetacular sugerida pela condição de esportista, aquele capaz de realizar grandes feitos, dificultando sua participação em situações da vida cotidiana e em outras atividades sociais. (RUBIO, 2008, p. 97).

Dessa forma, por muitas vezes o atleta parece estar distante (ou ser distanciando na forma como é representado) dos acontecimentos sociais, tendo sua imagem e construção identitária associadas a seus feitos dentro do campo esportivo ou ainda associadas a significados atribuídos a seus feitos. É preciso lembrar que no campo esportivo encontram-se um universo de práticas semelhantes a outros espaços de produção cultural e material e, por este motivo, é possível encontrar propriedades gerais desses espaços (BOURDIEU, 1983). Não se pode dispensar, pois, que o fenômeno esportivo interage com outros espaços sociais e, por isso, estudá-lo dentro dessa dinamicidade e complexidade colabora para a compreensão de suas diferentes formas de expressão, bem como das interações estabelecidas entre os agentes e a sociedade, diante das relações de classe, produção e consumo, políticas, etc.

Ao mesmo tempo, reconhece-se que

[...] o campo esportivo é diferenciado por ser um espaço social relativamente autônomo, pois tem seu próprio tempo, suas regras de funcionamento singulares, seus atores sociais, suas lutas e seus capitais em disputa específicos” (BUENO e MARCHI JÚNIOR, 2020, p.24)⁸.

Muitas vezes, a figura do atleta se confunde, conforme aponta Rubio (2008, p. 223):

Essa persona mítica habitando um ego-cidadão comum, que muitas vezes se confunde com seu personagem e também é confundido pelo público que o assiste. Porém aqui, mito e cidadão quase não se distinguem, oferecendo mais uma possibilidade de acesso que seria a identificação do cidadão comum com o cidadão comum-atleta mito.

⁸ Como exemplos da especificidade e relativa autonomia do esporte como instituição social pode-se citar a existência de instituições jurídicas próprias (como o Tribunal de Justiça Desportiva) e a pressuposta ingerência estatal sobre as organizações esportivas (como o Comitê Olímpico Internacional, etc.).



Na sociologia do esporte, a literatura aponta que esportistas se tornam modelos de comportamento, referências como pessoas, ou seja, fenômenos humanos considerados como não humanos ou super-humanos (BRACHT, 2005). Essas questões acompanham o atleta até o final da sua trajetória da carreira, ou seja, quando ele se torna ex-atleta.

Ao analisar a transição ou o final de carreira de atletas, Agresta, Brandão e Barros Neto (2008, p. 505) afirmam que o ex-atleta tem dificuldades, pois estabelece uma relação em que “o esporte é a energia que move a vida, é o marco de sua identidade”. Os autores mencionados sinalizam, com base em estudos empíricos, que no processo de conduzirem suas aposentadorias, atletas vivenciam dilemas existenciais e crises de identidade e, ao encerrarem suas carreiras, sentimento de tristeza, conformismo e até depressão, como se verifica abaixo:

[...] deixar a arena esportiva tende a ser um momento difícil da vida de um atleta, pois sempre requer adaptação de papéis sociais e profissionais. Fica claro que essa adaptação torna-se ainda mais difícil quando o atleta tem forte identificação com a figura de esportista. Em geral, apresenta dificuldades psicológicas e vivencia momentos de tristeza, depois de anos de exclusiva dedicação à carreira competitiva (AGRESTA; BRANDÃO; BARROS NETO, 2008, p. 508).

Nota-se uma lacuna na produção científica brasileira quanto à abordagem de atletas e/ou ex-atletas como sujeitos sócio-históricos e sua participação social como cidadãos cujas ações e modos de ser e agir se situam para além do campo esportivo.

Dentro do campo esportivo o atleta desempenha um papel, situando-se num sistema burocrático e hierárquico no qual e do qual emergem e reverberam representações e interações simbólicas. Nesse estudo, tem-se como perspectiva que tais interações têm o potencial de repercutir em outros campos, influenciando o imaginário social. É importante pontuar que, segundo Bourdieu (1989, p.11), “os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento” que cumprem várias funções, inclusive de legitimação. Nesse sistema, é plausível argumentar que muitos atletas profissionais desfrutam do que se denomina capital simbólico, ou seja, de relativo poder dentro do campo esportivo (BOURDIEU, 1989).

O simbólico está diretamente ligado a algo não material, não palpável, sendo possível ser difundido de forma rápida e com grande alcance. Com base em Bourdieu (1989), pode-se pontuar que o capital simbólico pode intervir em diversas relações cotidianas, portanto, extrapolando o campo esportivo no caso do atleta.

Em suma, é necessário ampliar a representação e discussão sobre atletas e ex-atletas no mundo contemporâneo, inclusive na literatura acadêmica, buscando contemplar e reconhecer os mesmos como sujeitos sociais dentro do campo esportivo e para além dele. Assim, o posicionamento sociopolítico



e a participação social destes atletas em questões sociais cotidianas têm relevância para ampliar os conhecimentos sobre o campo esportivo e conhecer o esporte como um fenômeno sociocultural em interação com outras esferas da vida social. As mídias sociais, oportunamente, constituem-se como ferramentas contemporâneas profícuas para perspectivar atletas e ex-atletas e sua participação social, pois, como afirma Luvizotto (2016, p. 297), “muitas ações de caráter político-social se fortaleceram e se potencializaram à medida em que a internet deu suporte a elas, utilizando sua arquitetura em rede para disseminar informação e promover a discussão coletiva”.

4. Resultados e discussões parciais

A análise permitiu identificar discursos produzidos e/ou reproduzidos por atletas e ex-atletas relacionados com o cenário pandêmico que ora restringem-se aos usos da imagem ou influência destes atores nas mídias sociais (poder e capital simbólico)⁹ para a promoção e realização de ações solidárias e ora apresentam interlocução direta com o contexto político, econômico e cultural em face da pandemia.

Verificou-se, nas análises parciais, a tendência de que atletas em atividade postem e repostem conteúdos relacionados a ações solidárias, predominantemente. Ex-atletas, por sua vez, tendem a expor suas percepções, opiniões, críticas, posicionamentos e ideias sobre o contexto sociopolítico geral e a pandemia, para além do campo esportivo.

A tendência das postagens de atletas em atividade pode ser demonstrada, por exemplo, a partir de Gabriel Medina, duas vezes campeão mundial de surfe, com quase meio milhão de seguidores no *Twitter*. Ele fez diversas postagens em que anuncia uma campanha de arrecadação (*#vencendoJuntos*)¹⁰. Na campanha, atletas e ex-atletas têm como foco ajudar 33 mil famílias que estão em situação de vulnerabilidade devido à pandemia. O atleta faz a postagem de um vídeo com um comentário onde ele apresenta a campanha. Nela, ele pede ajuda em forma de doações e compartilhamento da campanha. No texto da legenda, a postagem diz: “ Vocês já conhecem a campanha “Vencendo Juntos”? <http://vencendojuntos.com.br> Participe, compartilhe e faça uma doação se puder. Vamos vencer isso juntos. *#vencendojuntos*” (MEDINA, 2020, texto eletrônico). A retórica é constituída pelo uso da imagem em vídeo, personificando a campanha na figura do atleta, que se concilia com a composição do texto, que apela para o capital e poder simbólico dos feitos de vários atletas como forma de promover a ação solidária em si e, decerto,

⁹ Entende-se o capital simbólico, como situa Bourdieu (1987, p.164) como o reconhecimento ou valor social que atribui poder àqueles que obtiveram tal reconhecimento.

¹⁰ “Vencendo Juntos” foi um projeto voluntário que reuniu figuras públicas do esporte (atletas, ex-atletas, treinadores, etc.). O projeto teve o apoio da Rede Globo de Televisão com a transmissão de um programa em canal fechado para divulgação e arrecadação.



agregar à imagem dos mesmos.

A imagem como texto e a própria mensagem escrita são comuns nas postagens de atletas em atividade. Bruno Henrique, jogador de futebol atuando pelo Flamengo em 2020, aparece com uma foto de perfil em preto e branco, com um semblante sério, com uma chuteira no pescoço. Numa postagem de 18 de abril de 2020, diz:

5 toneladas de alimentos entregue na minha favela. Não conseguir estar presente para poder ajudar fazer essas entregas, por estar no Rio. Deixar aqui meu agradecimento ao meu pai meu irmão @bh27oficial @dr3oficial junto aos meus amigos e membros da BH27 por essa ação. (HENRIQUE, 2020, texto eletrônico).

A postagem é acompanhada por quatro fotos da entrega dos alimentos onde é possível ver uma fila de pessoas utilizando máscaras. O discurso como prática social aparece no todo do contexto social, de desigualdades, sobre as origens do jogador que teve no futebol a sua ascensão social, sobretudo quando no texto Bruno se refere à “minha” favela, constituindo um plano de identidade com aquele coletivo. Em muitos comentários de endosso ao Bruno Henrique, a imagem da ação solidária está diretamente vinculada à figura do atleta e seus feitos na arena esportiva como, por exemplo, @vevecoutinho: “Mete gol dentro e fora das 4 linhas.” (COUTINHO, 2020, texto eletrônico) e, também, @Eribertogregor1: “O maior gol da sua vida, é muito bom fazer o bem.” (GREGORIO, 2020, texto eletrônico).

Em um comentário dissonante, feito em 18 de abril e 2020, @vagnergil16 questiona o valor da ação solidária divulgada pelo Bruno Henrique, comentário que se inicia atenuado pela admiração pelo atleta no campo esportivo:

Sou teu fã nos gramados, mas acabou de pisar na bola. Caridade publicada não é caridade, é mídia. Ninguém precisa/merece ser humilhado dessa forma, ter seu rosto divulgado pq está passando necessidade. Dá tempo de apagar ainda. (GIL, 2020, texto eletrônico).

Esse comentário ilustra a interlocução entre a representação simbólica do atleta e suas ações fora do campo esportivo. O usuário situa-se como fã e usa, metaforicamente, o “pisar na bola” para criticar a midiaticização da ação solidária como algo que a descredibiliza como tal. O fã sugere ainda que o atleta possa apagar a postagem. Essa interlocução permite constatar que

[...] com a internet e as mídias digitais, as formas de comunicação e consumo de informação se modificaram, deixando de ser unilaterais - marca dos meios de comunicação de massa - e passam a ser mais participativas e democráticas” (LUVIZOTTO, 2016, p. 301).

Em discursos de ex-atletas, nota-se elementos peculiares em suas postagens e interações, sobretudo quanto aos temas aos quais aludem em sua



abrangência. Em uma postagem de 16 de abril de 2020, a ex-atleta de voleibol, Ana Moser, publicou a mensagem:

Duas considerações para hoje. Primeiro o capitalismo selvagem que não aprende nem com a desgraça. Faz uns 10 dias que comprei na internet umas máscaras com carvão e tal. Chamava Protect Mask. Ontem entrei no site novamente e o produto mudou de nome. Agora é Corona mask e custa 8 x +. (MOSER, 2020, texto eletrônico).

A atleta utiliza o termo “capitalismo selvagem” e faz uma crítica à exacerbação de preços de um produto considerado importante para os cuidados quanto ao contágio pelo coronavírus. Dizer que não se aprende nem com a “desgraça” denota, na mensagem de Ana Moser, um tensionamento quanto às características do modelo socioeconômico vigente, embora a autora não estenda o tema em postagens posteriores ou dedique qualquer profundidade para a reflexão quanto ao produto e sua diferenciação (“máscaras com carvão”), ao mercado e outras questões.

A mensagem recebeu 29 *retweets*, 397 curtidas e 13 comentários. Dentre as interações verificadas, notam-se comentários que aludem à carreira esportiva da atleta, como @Joamicabeleira: “Bem vinda ao mundo capitalista, mas só pq igual vc não tinha ninguém pela saída de rede.” (CABELEIRA, 2020, texto eletrônico). Revela-se em tal interação o potencial do capital simbólico obtido por meio do esporte, demonstrando uma clara interlocução entre o campo esportivo e outras esferas da vida social.

Por outro lado, a mensagem de @botelhopinto3x trouxe um questionamento incisivo e, ao mesmo tempo, apresentando explicação alternativa ao que Ana Moser chamou de capitalismo selvagem: “Faltou à aula de oferta e demanda, né?” (PINTO, 2020, texto eletrônico). Não houve continuidade na interação entre a ex-atleta e o @botelhopinto3x, mas a discussão se desdobrou com outro usuário da rede, @fabiogalerani, que rebateu a questão sobre oferta e demanda: “Aula de oferta e demanda?? Isso aí é aula de oportunismo combinado com marketing escroto...” (GALERANI, 2020, texto eletrônico).

Outra forma de expressão verificada entre ex-atletas foi a republicação (*retweets*) de postagens de outros atores sociais, inclusive figuras políticas. Esse tipo de interação sugere que alguns ex-atletas agregaram às mensagens de autoria de terceiros o alcance do seu próprio capital simbólico, endossando-as muitas vezes.

Juninho Pernambucano¹¹, ex-atleta de futebol, utilizou-se bastante dos denominados *retweets*. Ao repostar o conteúdo de Manoela D’ávila, jornalista e política brasileira filiada ao Partido Comunista do Brasil, Juninho traz

¹¹ Os posicionamentos de Juninho tornaram-se conhecidos por outros veículos de mídia. Em abril de 2014, Juninho trabalhou na análise de eventos esportivos como comentarista pela Rede Globo. Enquanto comentarista, o ex-atleta deixou a emissora depois de criticar os setoristas dos clubes e repórteres.



subjacente seu posicionamento sociopolítico, compartilhando-o com a sua rede seguidores. A postagem que Juninho compartilhou diz.

Uma fake News circulava na internet dizendo q caixões eram enterrados vazios. O q uma deputada bolsonarista faz? Repete essa mentira na TV. Resultado: famílias estão abrindo caixões lacrados. Quando esses criminosos q espalham fake News serão responsabilizados por seus crimes? (DAVILA, 2020, texto eletrônico).

A repostagem foi curtida por mais de 26 mil pessoas e compartilhada por mais de quatro mil usuários. O conteúdo da postagem remete ao termo fake news, traduzido livremente para o português como notícia falsa. De grande utilização no cenário político, esse tipo de notícia tem se disseminado na sociedade, principalmente por meio de redes sociais, e tem implicações nos mais diversos cenários sociais, inclusive na pandemia (SOUSA JUNIOR et al., 2020). De fato,

[...] no que diz respeito ao novo Coronavírus, as Fake News tomaram conta das redes em uma grande velocidade, talvez tão grande quanto a velocidade de disseminação do novo vírus. (SOUSA JUNIOR et al., 2020, p. 336).

Joanna Maranhão, ex-nadadora, *retweetou* uma mensagem do ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Luis Roberto Barroso, que postou uma mensagem fazendo referência a manifestações pela volta do regime militar como algo assustador e clamando pela defesa da Constituição e das instituições democráticas. Joanna inseriu um texto próprio, acompanhando a postagem do ministro, em que ela dizia, em 19 de abril de 2020:

Junta no combo: ~ barulho em frente a HOSPITAL ~ bolsonarista batendo em mulher na manifestação; ~ atletas de alto rendimento postando foto prestando continência como se nada estivesse acontecendo. (MARANHÃO, 2020, texto eletrônico).

A postagem de Joanna teve 290 curtidas e 22 compartilhamentos. Joanna reporta-se ao grupo de apoiadores do presidente da república que realizou atos em frente a um hospital em São Paulo. Joanna cita diretamente os atletas como classe/grupo social, demandando a participação dos mesmos nos debates, em crítica à falta de manifestação de atletas de rendimento diante do cenário.

Em resposta, alguns comentários endossaram e complementaram o comentário de Joanna. Repetiu-se a tendência de fazer referência à Joanna como personagem do campo esportivo, como mostra a resposta da seguidora @Adriana_Bueno: “É sempre tão agradável te ler, quanto era te ver no esporte.... coerente e dedicada sempre....parabéns!!!!” (BUENO, 2020, texto eletrônico).

O contexto sociopolítico no qual o cenário pandêmico está implicado, de fato, mobilizou narrativas sobre decisões e medidas governamentais para



conter o avanço da doença nas mídias e nos debates sociais. Os discursos dos ex-atletas se articulam a outras narrativas e são anunciados com diferentes recursos retóricos.

A ex-atleta de voleibol, Ana Paula Henkel, publicou uma matéria sobre os possíveis efeitos do fechamento total (*lockdown*) das atividades socioeconômicas nas cidades. Ela *retweetou* e traduziu, em 14 de maio de 2020, uma matéria jornalística de um periódico estrangeiro chamado *The Telegraph*, conforme figura abaixo.



Figura 1 – Postagem de Ana Paula Henkel, Twitter, 14 de maio de 2020.

Mais de sete mil pessoas curtiram a postagem, que teve 1800 compartilhamentos. Muitos comentários endossam e contextualizam o texto repostado por Ana Paula como uma preocupação daqueles que se posicionam com uma perspectiva de direita na filosofia política, num cenário de polarização de visões políticas. Outros, porém, interrogam a veracidade da notícia ou confrontam as informações com a gravidade da pandemia e a importância de preservar vidas. @solbassini, por exemplo, em demonstração de endosso à visão de Ana Paula, diz: “E os GENOCIDAS estaduais continuam em sua árdua tarefa de matar o povo.” (SOLBASSINI, 2020, texto eletrônico).

As interações observadas retratam bem como as mídias sociais possibilitam a articulação de atores sociais tornando-se ambientes de conversação e discussão que, além de espaços de comunicação, manifestam traços e dinâmicas sociais (LUVIZZOTO, 2016).

Ana Paula, morando nos Estados Unidos da América, expõe com



frequência a sua visão sociopolítica e teve embates diretos pelo *Twitter* com a sua ex-colega de seleção brasileira, Ana Moser. Na postagem ilustrada, Ana Paula utilizou *emojis* e a frase “Rapaz...até sentei para ver o nó”, demonstrando disposição aos enfrentamentos que o seu posicionamento suscita, o reconhecimento do alcance de seus discursos e da interação propiciada pelas redes sociais, com caráter provocativo às vozes dissidentes.

Neste trabalho, há vários exemplos das caracterizações dos discursos de atletas em atividade e ex-atletas. Os dados se somam e têm confirmado a tendência de que os atletas em atividade se limitam a promover ações solidárias e sua própria imagem, bem como a de instituições às quais se vinculam.

É importante ressaltar que essa diferença está imbricada com as dinâmicas implicadas na “mitologização” do esporte na contemporaneidade na qual, conforme pontua Assis (2001, p. 91),

[...] a ideologia do mais vale competir do que ganhar deixou de refletir o interesse geral. É preciso vencer, sim, a qualquer custo. As massas desejam recordes que igualam os esportistas aos super-heróis patrocinados por grandes empresas, que investem em tecnologia para esses homens aprimorados correrem cada vez mais, nadarem cada vez mais, pularem cada vez mais e venderem cada vez mais os produtos que são consumidos pelas massas.

Para atletas em atividade, esse cenário mercadológico inerente à profissionalização do esporte, inclusive fomentado e sustentado pelas mídias, parece representar restrições maiores no que tange aos modos de usos de suas mídias sociais quanto ao debate sociopolítico. Não obstante, muitas vezes, a própria tentativa de despolitização da atividade esportiva competitiva, em sua superfície, é pautada por organizações e atletas.

5. Considerações finais

Enquanto a pandemia tem limitado as possibilidades das pessoas, incluindo atletas e ex-atletas, de treinarem e socializarem, Mann *et al.* (2020, p.1) apontam que “dado o presente momento – uma pandemia global – nunca foi mais importante reconhecer, resguardar o direito e negociar os complexos sistemas sociais dos quais os atletas fazem parte”. Segundo os autores, isso significa reconhecer que atletas estão situados – e são parte integral – de comunidades maiores, que incluem outros atletas, suas equipes multidisciplinares, suas famílias e sociedades locais, nacionais e internacionais (MANN *et al.*, 2020).

As mídias sociais parecem potencializar a perspectiva da linguagem e do discurso como prática social. Isso implica em reconhecer que nenhum discurso ocorre num “vácuo social” (GILL, 2002, p. 248), mas orienta ações e influencia dinâmicas do cotidiano. Assim, é importante perspectivar os



discursos no contexto que considera.

[...] as maneiras como as pessoas se relacionam com os objetos no seu mundo vivencial, sua relação sujeito-objeto, é observada através de conceitos tais como opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discurso, cosmovisões, hábitos e práticas. (BAUER; AARTS, 2002, p. 57).

Há muito para se discutir sobre a formação esportiva, formação sociopolítica e liberdade de expressão no mundo esportivo. Exemplos dessa problemática tem emergido e as mídias sociais têm ocupado lugar de destaque neste cenário, como no caso de Carol Solsberg, punida pela Confederação Brasileira de Voleibol e Superior Tribunal de Justiça Desportiva após manifestar-se contra o atual Presidente da República ao final de uma competição em entrevista. Nas mídias sociais, muitas foram as manifestações de intelectuais, fãs do esporte, jornalistas e organizações sobre a punição de Carol, com muita frequência, apoiando a referida atleta. De fato, acontecimentos veiculados noutros canais de comunicação também repercutem nas mídias sociais. Assim, este estudo pretende, em sua continuidade, aprofundar-se para discutir as dinâmicas entre o campo esportivo e midiático, bem como o lugar que as tecnologias e a internet ocupam quanto à participação sociopolítica de atletas e ex-atletas por meio das redes.

Referências bibliográficas

AGRESTA, Marisa Cury; BRANDÃO, Maria Regina Ferreira; BARROS NETO, Turíbio Leite de. Causas e consequências físicas e emocionais do término de carreira esportiva. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, v. 14, n. 6, p. 504-508, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922008000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2020.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Cadernos da Escola de Comunicação**, n.6, p.1-12, 2008. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Netnografia+como+aporte+metodol%C3%B3gico+da+pesquisa+em+comunica%C3%A7%C3%A3o+digital.&btnG=>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

ASSIS, Sávio de Oliveira. **Reinventando o esporte**: possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001.

AZEVEDO, Victor Valdez Dantas; MEZZARROBA, Cristiano; ZOBOLI, Fabio. A



influência da mídia na construção de ídolos esportivos para os jovens. **Kinesis**, Santa Maria, v.32, n.1, p.75-94, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/15603>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BAUER, Martin William; AARTS, Bas. A construção do corpus. In: BAUER, Martin William; GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: Um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. pp.39-63.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: Bourdieu, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. pp. 136-153.

BOURDIEU, Pierre. **Choses dites**. Paris: Minuit, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Deifel, 1989.

BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte**. Ijuí: Unijuí, 2005.

BROWN, Sarah; BRISON, Natasha. More than an athlete: constitutional and contractual analysis of activism in professional sports. **Sports and Entertainment Law Journal**, Arizona State University, v.1, n.2, p.249-289, 2018. Disponível em: <<http://asuselj.org/wp-content/uploads/2018/05/Brown-Brison-Final.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. 2020

BUENO, Adriana. **É sempre...** 19 abr. 2020. Twitter: @Adriana_Bueno. Disponível em: <https://twitter.com/Adriana_Bueno/status/1252028716865277954>. Acesso em: 25 mar. 2020

BUENO, Igor Alexandre Silva; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Conceitos fundamentais para leitura do campo esportivo pela perspectiva teórica bourdieusiana. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 8-28, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/71447>>. Acesso em: 12 de jun. 2020

CABELEIRA, Joami. **Bem vinda...** 16 abr. 2020. Twitter: @Joamicabeleira. Disponível em: <<https://twitter.com/Joamicabeleira/status/1250898347394727936>>. Acesso em: 04 mai. 2020

CASELLI, Thais; PIMENTA, Francisco. Twitter: a nova ferramenta do jornalismo. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo, SP: Fecap, v.1, 2011, p. 1-11. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0578-2.pdf>>. Acesso em: 21 de jul. 2020



CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. New York: Oxford University Press, 2009.

CAVALCANTI, Everton de Albuquerque; CAPRARO, André Mendes. A mídia e o ídolo Ronaldo: analisando as matérias da folha online (2002-2009). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 741-755, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892013000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2020

COMM, Joel. **O poder do twitter: estratégias para dominar seu mercado e atingir seus objetivos com um tweet por vez**. São Paulo: Gente, 2009.

COUTINHO, Verônica. **Mete gol...** 18 abr. 2020. Twitter: @Vevecoutinho. Disponível em: <<https://twitter.com/Vevecoutinho/status/1251548293517238273>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

DAVILA, Manuela. **Uma fake...** 30 abr. 2020. Twitter: @ManuelaDavila. Disponível em: <<https://twitter.com/ManuelaDavila/status/1255913838186201089>>. Acesso em 21 abr. 2020.

BASSINI, Solange. **E os GENOCIDAS...** 14 mai. 2020. Twitter: @solbassini. Disponível em: <<https://twitter.com/Dougpatricas/status/1261042423083479041>>. Acesso em 13 mai. 2020.

EVANS, Adam B. et al. Sport in the face of the COVID-19 pandemic: towards an agenda for research in the sociology of sport. **European Journal for Sport and Society**, v. 17, n.2, p.85-95, 2020. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/16138171.2020.1765100>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

GALERANI, Fabio. **Aula de...** 16 abr. 2020. Twitter: @fabiogalerani. Disponível em: <<https://twitter.com/fabiogalerani/status/1250895725757706241>>. Acesso em: 12 mar. 2020

GIGLIO, Sergio Settani. **Futebol: mitos, ídolos e heróis**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/275222/1/Giglio_SergioSettani_M.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020

GIL, Vagner. **Sou teu...** 18 abr. 2020. Twitter: @vagnergil16. Disponível em: <<https://twitter.com/vagnergil16/status/1251522275024801792>>. Acesso em: 07 mai. 2020.



GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin William; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.

GONÇALVES, Carla Ferreira; COELHO, Joaquim Humberto; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Heróis e/ou vilões olímpicos: duas faces da mesma moeda? In: RUBIO, Katia (org.). **Narrativas biográficas: Da busca à construção de um método**. São Paulo: Képos, 2016. p. 183-212.

GONÇALVES, Gisele Carreirão; ALBINO, Beatriz Staimbach; VAZ, Alexandre Fernandes. O herói esportivo diferente: aspectos do discurso em mídia impressa sobre o Parapan-americano 2007. In: PIRES, Giovani de Lorenzi (org.). **Observando o pan Rio/2007 na mídia**. Florianópolis: Tribos da Ilha, 2009. p.149-67.

GONZÁLES, Fernando. Sistema de classificação de esportes com base nos critérios: cooperação, interação com o adversário, ambiente, desempenho comparado e objetivos táticos da ação. **Lecturas: educación física y deportes**, Buenos Aires, Año 10, n. 71, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd13/taxono.htm>> . Acesso em: 09 abr. 2020.

GREGORIO, Eriberto. **O maior...** 19 abr. 2020. Twitter: @Eribertogregor1. Disponível em: <<https://twitter.com/Eribertogregor1/status/1251897768920186881>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

HELAL, Ronaldo. Mídia, ídolos e heróis do futebol. **Revista de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física**, Santa Maria, v. 2, n.2, 1999. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/4cb518892536d392040cd7bf518544ea.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2020

HENRIQUE, Bruno. **5 toneladas...** 18 abr. 2020. Twitter: @Brunohenrique. Disponível em: <https://twitter.com/Brunohenrique/status/1251517113006727169>>. Acesso em: 18 abr. 2020

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 30, p. 296-312, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-35752016000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jun. 2020.

MANN, Robert H. et al. Athletes as community; athletes in community: covid-19, sporting mega-events and athlete health protection. **British Journal**



of Sports Medicine, v. 54, sep. 2020. Disponível em: <<https://bjsm.bmj.com/content/54/18/1071>>. Acesso em: 10 jun. 2021

MAGUIRE, Joseph. The global media sports complex: key issues and concerns. **Sport in society: cultures, commerce, media, politics**, London, v. 14, n. 7-8, p. 965-977, 2011. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17430437.2011.603552>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MARANHÃO, Joanna. **Junta no...** 19 abr. 2020. Twitter: @Jujuca1987. Disponível em: <<https://twitter.com/Jujuca1987/status/1252026742161788929>>. Acesso em: 11 mai. 2020

MATTOS, Rafael da Silva et al. O mito contemporâneo da heroína esportiva: da guerra ao pódio. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 1, p. 317-324, mar. 2019. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/19587>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MAYFIELD, Antony. **What is social media?** New York: iCrossing, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORATO, Marcio Pereira; GIGLIO, Sérgio Settani; GOMES, Mariana Simões Pimentel. A construção do ídolo no fenômeno futebol. **Motriz**. Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 01-10, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/motriz/v17n1/a01v17n1.pdf>>. Acesso em: 24 de set. 2020.

MOSER, Ana. **Duas considerações...** 16 abr. 2020. Twitter: @anabmoser. Disponível em: <<https://twitter.com/anabmoser/status/1250849707133480960>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PEREIRA, Bruna Opieco *et al.* O esporte e a Indústria Cultural: A espetacularização e mercantilização do esporte na sociedade líquido-moderna. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport** (ALESDE), Curitiba, v. 7, n. 1, p. 1-10, jun. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/46972/34167>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

PILLATTI, Luiz Alberto. Guttman e o tipo ideal do esporte moderno. *In*: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo Figueiredo (org.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 63-76.

PINTO, Botelho. **Faltou à...** 16 abr. 2020. Twitter: @botelhopinto3x. Disponível



em: <<https://twitter.com/botelhopinto3x/status/1250873203808964617>>.
Acesso em: 12 mar. 2020

RUBIO, Kátia. O legado heroico do papel social do atleta. In: DACOSTA, Lamartine. **Legado de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p.217-225.

SANTOS, Doiara Silva; MEDEIROS, Ana Gabriela Alves. O discurso midiático e as representações sociais do esporte: o atleta como modelo de comportamento. **Pensar a Prática**, v. 12, n. 3, nov. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/6937>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina. As práticas corporais na contemporaneidade: pressupostos de um campo de pesquisa e intervenção social. In: SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina (org.). **Práticas Corporais: Gênese de um movimento investigativo em Educação Física**. Vol. 1. Florianópolis: Nauembla Ciência & Arte, 2005. p.17-29.

SILVA, Suelen de Aguiar. Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. **Intercom**, Rev. Bras. Ciênc. Comun., São Paulo, v. 38, n. 2, p. 339-342, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442015000200339&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 de mai 2020.

SOUSA JUNIOR, João Henriques de et al. Da Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 2, p. 331-346, 2020. Disponível em: <<https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/nit/article/view/35978>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

Como citar este artigo:

SANTOS, Doiara Silva; CAETANO, Clarisse Silva; RUFINO, Thalia Miranda. Atletas, ex-Atletas e participação sociopolítica no contexto do cenário pandêmico Covid-19: uma netnografia. **Áskesis**, São Carlos - SP, v9, n.2, p. 117-136, jul./dez., 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.599>

Data de submissão do artigo: 09/11/2020

Data da decisão editorial: 12/07/2021



“Oi, beninas”: analisando as vlogueiras mais famosas do Brasil a partir de uma abordagem feminista e interseccional

Júlia Vargas¹

Flora Villas Carvalho²

Resumo: Partindo de uma abordagem feminista e interseccional, analisamos o conteúdo produzido por vlogueiras brasileiras que, em 2019, despontavam como as *youtubers* com maior número de inscrições no *Youtube*. Apesar de dinâmico, esse ranking pode fornecer aspectos sobre as representações, discursos, práticas e padrões reproduzidos e acessados no país. Com base em uma incursão etnográfica digital, foi identificada a predominância de mulheres brancas, cis, magras e jovens. Discutimos, assim, a relação entre esses padrões e os algoritmos da plataforma, que podem estar contribuindo com a preservação de desigualdades estruturais a partir de seu funcionamento intrincado com os sistemas que embasam a sociedade moderna ocidental.

Palavras-Chave: Gênero. Youtube. Vlogueiras. Interseccionalidade. Antropologia.

Oi beninas”: Analyzing the best-known vloggers in Brazil From a feminist and intersectional approach

Abstract: From a feminist and intersectional approach, we seek to analyze the content produced by Brazilian vloggers that emerge in 2019 as the youtubers with the largest number of subscriptions on Youtube. Although very dynamic, this ranking is able to tell us about the representations, speeches, practices and standards reproduced and accessed in the country. From a digital ethnographic research, we have identified a predominance of white, cis, thin and young women. We discuss, thus, the relations among these patterns and the platform's own algorithms, which may be contributing to the preservation of structural inequalities from its intricate operation with the systems that base modern Western society.

Keywords: Gender. Youtube. Vloggers. Intersectionality. Anthropology.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - Unicamp/Campinas, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1029-6661>. E-mail: juliavargasb.jv@gmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Divulgação Científica e Cultural - Unicamp/Campinas, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0707-9105>. E-mail: floravillascf@gmail.com.



1. Introdução

Este artigo se propõe a analisar, a partir de uma abordagem feminista e interseccional, o conteúdo produzido no *Youtube* por *vlogueiras*³ brasileiras que despontaram como as *youtubers* mais famosas do país, em 2019, considerando o número de inscritos em seus canais. O levantamento dos canais e vídeos foi realizado em 2019. Portanto, trata-se de um recorte temporal específico sobre o cenário dos dez canais mais famosos do Brasil que, apesar de muito variável, permite a reflexão sobre a produção e reprodução de determinados padrões e discursos mais acessados no Brasil.

No *ranking*⁴ de canais com mais visualizações e inscritos do *Youtube* mundial em 2019, dentre os 10 primeiros colocados havia apenas uma mulher⁵, e a segunda aparecia apenas na 16ª posição. No *Youtube* brasileiro, esse padrão majoritariamente masculino se repete, considerando que os dez primeiros canais eram compostos por homens e as primeiras mulheres (com exceção dos canais de conteúdo para criança) – Dani Russo e Kéfera – ocupavam as posições de 26ª e 29ª⁶, respectivamente. Além disso, segundo o site Criadores ID, em 2018, apenas 16 dos 100 maiores canais em número de inscritos no Brasil eram protagonizados por mulheres. Em 2017, segundo Amanda Stabile (2017), entre os 100 maiores canais, apenas oito eram de pessoas negras.

Ao analisar os dez canais mais famosos protagonizados por mulheres, deparamo-nos com o fato de que a maioria delas é mulher, branca, heterossexual, cisgênero e magras e que muitos desses canais – com algumas exceções – são voltados para assuntos que giram em torno de maquiagem, roupas e acessórios ou *vlogs* do dia a dia, temáticas e práticas que reforçam ideais normativas de gênero e beleza, baseadas na brancura e atribuídos ao “feminino” (SANT’ANNA, 2014), tal como seus conceitos associados, como delicadeza, sensualidade e fragilidade (ADELMAN; RUGGI; SANTANA, 2007).

A internet é local de produções socioculturais, afetivas, relacionais e laborais, tendo uma presença importante e cotidiana em nossa sociedade biotecnologicamente mediada (CARVALHO, 2019; HINE, 2020; MISKOLCI, 2016; RAMOS, 2015). O papel desempenhado por *youtubers* como influências midiáticas (mas não apenas) é crescente e perceptível no Brasil ao longo dos anos (MOTA; BITTENCOURT; VIANA, 2014). Partindo desse contexto, objetivamos analisar aspectos como: as relações entre distribuição de

³ O termo “vlogueiras” (ou *vloggers*) refere-se a produtoras de conteúdo audiovisual publicado *online* em suas próprias contas e canais. Nesse caso, como abordamos apenas vlogueiras que compartilham seus vídeos na plataforma *Youtube*, utilizamos em outros momentos sinonimamente o termo “*youtuber*”, que se refere a produtores de conteúdo de vídeo que publicam suas produções nesta plataforma especificamente.

⁴ As listas completas estão disponibilizadas em anexo no final do artigo.

⁵ Uma garota russa de cinco anos do canal LikeNastyVlog.

⁶ Em 2020, ocupam as 48ª e 54ª posições, respectivamente.



acessos, visualizações, inscritos e visibilidade, de acordo com os diferentes arranjos interseccionados das vlogueiras; a própria presença de mulheres entre os influenciadores mais famosos do país, apontando não apenas a sua relevância política, mas também as problemáticas que esse cenário suscita; as práticas performativas de gênero dessas mulheres e a relação com as normas estabelecidas pela matriz heterossexual (BUTLER, 2003); as múltiplas materialidades que perpassam as experiências de *vlogs*, partindo da materialidade de seus corpos e também das redes sociotécnicas (LATOURE, 1994) e ciborgues (HARAWAY, 1985) em que se inserem, atravessadas pelo ambiente digital.

2. Metodologia

Partindo da concepção de internet como lugar e artefato cultural (HINE, 2004; 2020), marcado pela existência de uma continuidade entre o “on” e o “offline” (MILLER; SLATER, 2004; MISKOLCI, 2016), buscamos refletir sobre os corpos, as vivências e as performances situadas entre mulheres influenciadoras digitais na plataforma *Youtube*. Para isso, realizamos uma investigação a partir dos vídeos produzidos nos canais mais conhecidos do Brasil, amparando-nos nas metodologias propostas por pesquisadores de ambientes digitais que propõem diferentes maneiras de etnografar e analisar as redes de relações que compõem a internet, a exemplo de Débora Leitão e Laura Graziela Gomes (2018), com suas proposições metodológicas de “perambulações, acompanhamentos e imersões”⁷ em ambientes digitais e, ainda, colaborações feitas através do conceito teórico-metodológico de “etnografia online” (AMARAL, 2010; LEWGOY, 2009).

Para o desenvolvimento da pesquisa, em 2019, realizamos um levantamento de canais protagonizados por mulheres mais famosos do Brasil, selecionados a partir dos *Trending Topics*⁸ do *Youtube* e elencados de acordo com o Quadro 1. Salientamos que, em termos metodológicos, ainda que as categorias ranqueadas de “visualizações”/acessos sejam importantes para as análises da pesquisa, a categoria “número de inscritos” foi a utilizada para delimitação do recorte para a escolha de quais *youtubers* seriam analisadas. A opção por esta categoria foi feita por entendemos ser aquela que melhor demonstra uma continuidade no acesso e acompanhamento das produções do

⁷ As autoras “propõem entender as plataformas digitais enquanto ambiente cartográfico e etnográfico, no qual se caminha, participa, observa e imerge. Esses ambientes digitais, segundo as autoras, gerariam formas outras de espaços e vivências, conectados com os ambientes offline, mas nos quais seus usuários não estariam mais restritos a espaços e corporificações geograficamente localizados, possibilitando o acesso e a geração de formas estendidas e ressignificadas de ambientes. Cada um desses conceitos/métodos propostos diz respeito a uma forma de trilhar nestas arquiteturas dos ambientes digitais conectados.” (CARVALHO, 2019, p. 23).

⁸ *Trending Topics* é um tipo de ferramenta disponibilizada por algumas plataformas online como um ranking de temas, envios e *hashtags* mais acessados pelos/as usuários/as em determinado período e local.



youtubers pelo público geral. Além disso, excluímos do nosso corpus os canais de artistas (cantoras) e canais infantis que eram ranqueados entre aqueles mais famosos, uma vez que nossos objetivos giravam em torno das relações entre performances de gênero, classe social, racialidade e outras posições sociais associadas ao universo da influência digital. No caso de cantoras e canais infantis, acreditamos que essas questões, mesmo que pudessem ser discutidas a partir de suas produções, estariam “diluídas” em outras variáveis, como a quantidade de visualizações, por exemplo, que nesses canais se dá em função de fatores bastante distintos daqueles de canais de influenciadoras. Desse modo, nosso levantamento se restringiu a canais de *youtubers* protagonizados por mulheres, sem delimitação de temas ou formatos, considerando as exceções já informadas.

Quadro 1 - Canais de mulheres com mais inscritos no Brasil em julho de 2019

Posição	Canal	Inscrições
1 ^a	5inco Minutos	11,1 milhões
2 ^a	Dani Russo Tv	10,8 milhões
3 ^a	Camila Loures	8 milhões
4 ^a	Viih Tube	7,4 milhões
5 ^a	Kim RosaCuca	7,1 milhões
6 ^a	Flávia Calina	6,1 milhões
7 ^a	Mari Maria	6,1 milhões
8 ^a	BIBI	6 milhões
9 ^a	TacieleAlcolea	5,4 milhões
10 ^a	FrancinyEhlke	5,4 milhões

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de Criadores ID (2019).

Ao todo, analisamos cinquenta vídeos, cinco de cada *youtuber*, sendo eles os três vídeos com maior número de visualizações, o vídeo de destaque escolhido pela própria autora (e que se situa na página inicial do canal) e o vídeo elencado como mais recente de cada uma. Desse modo, os vídeos foram assistidos e analisados qualitativamente, buscando identificar os temas abordados, número de visualizações, data das publicações, além de aspectos individuais como raça, orientação sexual, região de origem, idade e outros. Considerando a experiência etnográfica como uma formulação teórico-metodológica (PEIRANO, 2014), buscamos elaborar a análise final cruzando as informações observadas nas produções audiovisuais com a teoria antropológica e sociológica, sobretudo em estudos de gênero e em ciência e tecnologia, propondo uma perspectiva crítica e situada dos conteúdos produzidos por mulheres e mais acessados do Brasil em 2019.

Para essa análise, assistimos aos vídeos escolhidos individualmente



e em dupla, de maneira sistemática, avaliando e categorizando: o conteúdo, a partir de elementos como as temáticas tratadas nos vídeos; aspectos não-verbais do vídeo, como a construção imagética do canal e das apresentadoras; a presença de conteúdo sobre gênero e feminismo; a presença ou ausência de elementos estéticos a exemplo da maquiagem, dentre outros que serão aprofundados ao longo do artigo.

3. Mulheres no Youtube

O *Youtube*, plataforma online voltada para o compartilhamento de vídeos, conta com o acesso mensal de mais de 2 bilhões de usuários logados e está presente em mais de 100 países (YOUTUBE, 2021). O *Youtube* concentra uma grande diversidade de conteúdo e de criadores de conteúdo, o que não necessariamente implica em uma distribuição igualitária de acessos e visibilidade entre *youtubers* e conteúdos diversos quanto a gênero, sexualidade, raça, nacionalidade, regionalidade, classe, etc. Exemplo disso é o fato de que, no Brasil, em 2019, havia apenas um canal não protagonizado por homens entre os dez com maior número de inscritos⁹, sendo esse um canal voltado para crianças (ver Anexo 1). Além disso, entre os 50 canais mais populares do *Youtube* no Brasil, somente nove eram protagonizados por mulheres (LUCAS, 2019).

Apesar de serem minoria entre os canais mais populares, muitas mulheres estão acessando, criando e modificando conteúdos no *Youtube*. De acordo com a pesquisa *Video Viewers 2018*, mulheres brasileiras consumiram naquele ano 14% a mais de tempo assistindo vídeos no *Youtube* do que homens (MARINHO, 2018). A pesquisa foi realizada pela plataforma *Think Google*, o Instituto Provokers e a empresa Box 1824, tendo como objeto o consumo de vídeo da população brasileira.

Segundo essa pesquisa, as mulheres consideram a plataforma um espaço de diversidade, com o qual muitas vezes se identificam, buscam conhecimento, entretenimento e descontração. Em vários casos, elas se tornam também influenciadoras de opinião e estilos de vida, podendo ser vistas e ouvidas de praticamente qualquer lugar do mundo. No entanto, é possível pensar sobre quem são essas pessoas para além da homogeneizante categoria social “mulher”, além de quais conteúdos estão sendo mais buscados e acessados, quais as mensagens estão sendo transmitidas nesses canais e o quê e a quem elas representam, questões que abrem caminhos a diversas reflexões possíveis. É importante ressaltar que diversos são os temas abordados e os tipos de vídeos produzidos pelas *youtubers* brasileiras de modo geral, mas, no

⁹ Em 2020, existiam três canais não protagonizados por homens entre os 10 com maior número de inscritos, sendo eles protagonizados por crianças e/ou direcionados ao público infantil (Galinha Pintadinha; Maria Clara & JP; Valentina Pontes).



presente trabalho, focamos na análise dos canais mais populares em número de inscritos em 2019.

De acordo com Butler (2003), Haraway (2000) e Silva e Ribeiro (2018), não há como considerar a categoria “mulher” como singular ou como uma identidade social única. Segundo Haraway (2000), essa é uma categoria altamente complexa, construída e escorregadia, e “não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres” (HARAWAY, 2000, p. 52). Há inúmeras variações, diferenças e pluralidades entre quem classificamos “mulheres”. Partimos da ideia de interseccionalidade nomeada academicamente nos anos 1990 por Crenshaw (2004) - mas já presente em textos anteriores de outras autoras, como Lélia Gonzales (SILVA & RIBEIRO, 2018), bem como entre ativistas e teóricas do feminismo negro estadunidense (COLLINS, 2017) -, que evoca o intercruzamento de diferentes marcadores sociais e, portanto, de diferentes formas de discriminação, relações de poder etc. Essas relações incidem de múltiplas formas sobre os sujeitos. Assim, consideramos importante refletir sobre quais discursos e vivências estão sendo representados entre os vídeos mais acessados no Brasil e como essa representatividade se torna politicamente importante e também rodeada por incongruências e disputas.

Nesse sentido,

As influências sociais da comunicação no processo das representações sociais estão em seus discursos, que servem para estabelecer ligações e conexões de significado com as quais nos relacionamos e interagimos uns com os outros. Isto significa que a mídia veicula nas informações formas simbólicas indissociáveis a ela, que moldam e são moldados pela cultura (FIGUEIRA, 2009, p. 27).

É importante, então, chamar a atenção para os processos por meio dos quais as mensagens passadas ao público pelos meios de comunicação (incluindo *youtuber* sem seus canais), em geral, historicamente influenciam e também são influenciados pela estrutura binária de gênero e pela sociedade hetero centrada nas quais estamos inseridas (PRECIADO, 2014). Compreendemos que as relações online não se desvinculam do mundo *offline*, sendo importante reiterar a continuidade entre essas duas esferas, como apontam Miller e Slater (2004), Miskolci (2016) e Hine (2020). Assim, a internet também é permeável a pressupostos hegemônicos como gênero, raça, sexualidade, classe, etc. A distribuição desigual de acessos, visualizações, inscritos e, portanto, visibilidade, influência e retorno financeiro¹⁰ na profissão - de acordo com os diferentes arranjos interseccionados das vlogueiras - pode estar contribuindo para a construção de percepções, tratamentos e representações desiguais sobre mulheres na própria sociedade.

Considerando, portanto, o contexto no qual a maioria dos canais mais

¹⁰ Uma vez que tanto a plataforma Youtube traz retorno financeiro - em um processo de monetização das visualizações e inscritos de cada canal - como também as influenciadoras que se destacam nessa plataforma recebem propostas de publicidade remunerada.



populares do *Youtube* no Brasil são protagonizados por homens, muitos deles próximos aos ideais normativos de gênero, sexualidade, raça, classe e etc., é possível destacar a importância da presença e da visibilidade de mulheres na plataforma. É preciso, contudo, refletir sobre diferenças sociais que, para além do gênero, permeiam as vivências dessas mulheres e que constroem sujeitos complexos e plurais.

4. Performatividade e identidade

Judith Butler (2003) descreve que a matriz heterossexual é estabelecida nas sociedades ocidentais enquanto um conjunto de padrões e normas de gênero e sexualidade binárias hierarquizadas que produzem uma continuidade entre noções construídas e impostas de sexo/corpo - gênero - sexualidade. Destaca, ainda, que essa matriz estabelecida como padrão ideal é performatizada de diferentes formas, seja em consonância, seja como forma de transgressão e reconfiguração, sempre em processo e sempre como paródia, uma vez que a norma é um ideal a ser alcançado ou distanciado (BUTLER, 2003). Neste sentido, observamos que todos os canais, vídeos e *youtubers* analisados apresentaram performances bastante próximas aos ideais de feminilidade da matriz heterossexual, ainda que de diferentes formas e através de distintos elementos, como veremos a seguir.

Um exemplo disso é a maquiagem, que aparece enquanto figura fortemente presente, seja como temática em muitos dos vídeos, seja como símbolo performativo da feminilidade dessas mulheres. Denise de Sant'Anna (2014) percorre a trajetória histórica do lugar da maquiagem na percepção brasileira sobre “beleza” e suas relações com o feminino. Segundo a autora, seus usos e sentidos foram mudando ao longo das décadas. No início do século XX, a maquiagem era associada a uma “artificialidade” e à moral duvidosa das moças que a utilizavam. O ideal da “pureza feminina” encontrava contradições com o uso da maquiagem pelas mulheres, em função de seu caráter “artificial” e “falseador” (SANT'ANNA, 2014).

A associação entre beleza, maquiagem e branquitude é também demonstrada historicamente no Brasil. A autora destaca como os anúncios de cremes e maquiagens para o rosto, ainda nas primeiras décadas do século XX, relacionavam as pessoas brancas a “condutas saudáveis e a um modelo único de beleza: ‘uma pele branca, delicada e fina, dentro da qual se vê circular a vida, deve o ser o ideal de toda mulher’. Peles ‘encardidas’, conforme anunciava a propaganda, precisariam ser regeneradas” (SANT'ANNA, 2014, p. 73). Segundo a autora, ainda hoje a maquiagem é associada, em parte, à simulação de uma “beleza inexistente” entre as mulheres, em razão de sua função corretora de imperfeições e de “problemas”. Nesse sentido, observa-se o papel de destaque ocupado pela maquiagem no que concerne aos ideais de feminilidade e beleza



entre mulheres, a partir de seus diferentes usos e significados ao longo das gerações.

Voltando ao objeto do artigo, Mari Maria, Kim Rosa Cuca e Franciny Ehlke são três das *youtubers* que figuram na lista das dez mais famosas e que têm a maquiagem/beleza/moda como temática central de seus canais. Além delas, todas as *youtubers* da lista aparecem sempre maquiadas em todos os vídeos, inclusive em situações como partos, exames de gravidez ou em ambientes domésticos e atividades diárias. Em um de seus vídeos mais vistos, a *youtuber* Kéfera, por exemplo, chega a afirmar que homens com interesse em maquiagem seriam homossexuais, reforçando a pretendida continuidade entre padrões de gênero e sexualidades, de acordo com a matriz apontada por Butler (2003). Ademais, outros elementos considerados como padrões de feminilidade e beleza (inclusive sob uma lógica eurocentrada) aparecem também com certa frequência, como o uso de cabelos longos e lisos, vestimentas tradicionalmente concebidas como femininas, corpos brancos e magros. A *youtuber* Dani Russo, apesar de não apresentar o estereótipo tradicional – puro e casto – de feminilidade (pois usa boné, dança funk, fala sobre sexo, usa muitos palavrões para se expressar, etc.), ainda apresenta alguns elementos citados, como maquiagem, cabelos compridos e magreza.

Com isso, ficam evidentes nas performances marcas do que é entendido como ideal de mulher, tipos de mulheres a serem seguidos (uma vez que são *influencers*), o que ajuda a criar na sociedade ideais de identidade “feminina” e de fetichização dos corpos e estéticas padrões. Por fim, um vídeo que demonstra essas características abordadas é o “E o nosso neném é... CHÁ REVELAÇÃO ♡” (E O NOSSO..., 2017) do canal de Taciele Alcolea, no qual a *youtuber* mostra a festa de chá de revelação¹¹ de seu bebê, com familiares, amigos e uma série de ritos e performances para a descoberta e festejo do “sexo” da criança – tal como mostrar as expectativas gendrificadas e normativas que acompanham cada uma das duas possibilidades, de menino ou de menina, do neném. Para tal “descoberta” do sexo, que autores como Preciado (2014) e Butler (2003) descrevem como parte da própria construção dos corpos e vivências sociais, elementos como calça e blusa de botão azul para a possibilidade de ser um bebê do sexo masculino, e cor de rosa e vestido para feminino, são utilizados como materializações das diferenças sexuais/gendrificadas associadas ao feto. Além disso, o rosa e o azul estão presentes em performances como a cor da vestimenta dos convidados da festa (metade vestia azul e a outra metade rosa; os pais usavam branco) e o balão com purpurina colorida, objeto escolhido para a “revelação” que foi estourado, exibindo a cor rosa em seu interior e informando a posição biologizada de “mulher” para o feto que crescia dentro

¹¹ O chá de revelação é um evento realizado por gestantes e familiares para revelar publicamente o “sexo” da criança esperada. Em geral, “feminino” e “masculino” são representados por cores (por exemplo, rosa e azul) e há várias formas de fazer tal revelação. No vídeo citado, a informação foi divulgada aos pais e familiares ao se estourar um balão de festa que continha papéis picados de uma determinada cor.



do útero de Taciele.

Outro elemento frequente nos vídeos – de maneira quase unânime – é a temática a respeito de namorados, maridos, ficantes ou sobre a própria interatividade afetivo-sexual com homens. Isto pode evidenciar e reforçar padrões e dinâmicas heteronormativas (BUTLER, 2003), além de invisibilizar (pela ausência) as existências e vivências lésbicas (RICH, 2012) e bissexuais, com exceção da *youtuber* Kim Rosa Cuca, que namorava uma mulher há mais de um ano e fala abertamente sobre o assunto em um de seus vídeos (MAQUIEI..., 2019). Dani Russo e Camila Loures, por exemplo, além de *youtubers*, também são cantoras e seus videoclipes estão entre os vídeos mais vistos em seus canais. Suas músicas e videoclipes, assim como as paródias produzidas por Kéfera, trazem letras e temáticas que giram em torno de competição por homens, relacionamentos e “pegação” heterossexuais e rivalidade feminina, reforçando estereótipos heteronormativos.

Em vários vídeos da *youtuber* Vitória Moraes (canal Viih Tube), esses estereótipos são também acionados em diferentes contextos, como webséries, *vlogs* e as chamadas “trollagens”, como no vídeo “Fui trollar meu namorado e olha no que deu” (FUI TROLLAR..., 2015), que tinha cerca de 24 milhões de visualizações em 2019. Nele, a *youtuber* descreve situações em que uma pessoa solteira acompanha casais em diferentes contextos (“ser vela”) e apresenta várias imagens de casais brancos e heterossexuais cuja dinâmica de relacionamento corresponde às formas heteronormativas de agir, como o homem ser o mais forte (que ajuda a namorada indefesa) e a imagem da mulher solteira triste e frágil (e sem ajuda de ninguém), etc. Outros elementos, como a retórica dos ciúmes masculino agressivo e possessivo, por exemplo, também são acionados em outros momentos, especialmente nas “trollagens” que simulam traições, evidenciando certas representações de como a afetividade é expressada a partir de uma lógica binária, monogâmica e heteronormativa entre homens e mulheres, com uma continuidade entre gênero e afetividade.

Observamos também a ausência e/ou poucos debates a respeito de feminismo e papéis e desigualdades de gênero nos canais das *youtubers*. O caso de Kéfera é uma exceção a ser destacada nesse sentido. Isto, pois ela é uma *youtuber* que posta vídeos no *Youtube* desde 2010 e, ao longo dos primeiros sete anos na plataforma, seus vídeos apresentavam temáticas e opiniões polêmicas da vlogueira. A partir de 2017, contudo, o canal vem passando por uma transformação em suas posições¹² e, como ela própria defende, se instruindo a respeito de pautas feministas e alterando também sua estética nos vídeos (com menos ou nenhuma maquiagem e cabelos naturais).

No entanto, os vídeos mais famosos e visualizados de seu canal são justamente os mais antigos e ela é a única *youtuber* dessa lista que perdeu seguidores entre 2017 e 2019, ao contrário das outras que, em geral,

¹² Exemplo disso são suas posições sobre temas como “competição feminina”, as quais a própria *youtuber* fala sobre essa mudança (5INCOMINUTOS, 2018).



aumentaram em pelo menos 1 milhão de inscritos a audiência no último ano, sendo ultrapassada por Dani Russo em 2019, que alcançou 11.206.702 inscritos naquele ano. A perda de inscritos ocorre simultaneamente ao processo de transição no conteúdo, mas essas circunstâncias podem ou não ter relação entre si, tendo de ser considerados também outros fatores, como o tempo de duração do canal na plataforma e a proliferação de novos e novas produtoras de conteúdo para o Youtube ao longo dos anos. Fato é que o canal foi oficialmente finalizado em julho de 2020, ato que contou com um vídeo de despedida em que a atriz afirma: “Tentei agradar um público sendo quem eu não era mais. O que eu propus de novo, também tiveram relutância – como sempre. E eu não tive mais saco para aguentar gente reclamando das minhas mudanças” (KÉFERA... 2020, online).

A massiva presença de pessoas brancas entre as e os *youtubers* mais famosos do Brasil também é um aspecto relevante a ser considerado. Dentre as dez *youtubers* mais famosas, somente uma não é branca, sendo essa a vlogueira Camila Loures. O fato de essas mulheres serem as mais seguidas e influentes evidencia que o privilégio da branquitude (BENTO, 2002) opera em uma via de mão dupla: a condição de branquitude as torna mais susceptíveis a serem famosas, seguidas, visualizadas e influentes; e, conseqüentemente, o fato de serem mais famosas e influentes reforça a noção de que o padrão a ser seguido, imitado e almejado é da mulher branca e do embranquecimento dos corpos, uma vez que:

[A branquitude] implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra (SILVA, 2017, p. 27-28).

É interessante observar não só o fato de que a maioria dessas pessoas que desfrutam do privilégio de maior visibilidade, fama e influência como *youtubers* são brancas, mas também como os ideais de branquitude são performados a todo momento. Maquiagens para afinar o rosto e o nariz, cabelos alisados e a falta de debate sobre qualquer questão racial são alguns elementos observados em praticamente todos os canais. Há duas passagens que se destacam nesse sentido entre os vídeos analisados. Durante a gravação de um de seus *vlogs* (PERDI..., 2017) em que fala sobre ter tido sua primeira experiência sexual com “um cara do Tinder¹³”, na sala de seu apartamento, Dani Russo faz com que a trabalhadora doméstica - negra - que lá trabalha se ausente da residência por pelo menos duas vezes, para que ela fique “à vontade” para gravar o vídeo. Aqui, é possível pensar nas dinâmicas e ambigüidades

¹³ Plataforma/aplicativo online de relacionamento que funciona a partir da geolocalização dos usuários. Nele, é possível visualizar e “curtir” perfis de pessoas próximas geograficamente com o objetivo de formar combinações (“matches”).



entre intimidade e distanciamento, características das relações tradicionais de trabalho doméstico remunerado estabelecidas nos lares brasileiros (BRITES, 2007; KOFES, 2001). Outra situação se encontra numa web série do canal Viih Tube (A ESPERA... ,2017), em que a única atriz negra de toda a série interpreta a vilã invejosa da trama, que se passa em um orfanato no Brasil. A representação dessa personagem, a vilã, por uma atriz negra remete a estereótipos e imaginários sobre “má índole”, historicamente associados a pessoas negras, além de um “medo” das pessoas brancas em relação às negras (BENTO, 2002; FANON, 2008).

Lídia Damaceno Azevedo (2019) nos apresenta a maneira pela qual, por um lado, as redes sociais servem de ferramenta para maior difusão e eclosão de discursos racialmente contra-hegemônicos, mas, por outro, a produção de conteúdo na internet exige uma complexa estrutura de equipamentos e dinheiro a ser investido, o que, por si só, gera massiva exclusão de parte da população negra que representa a maioria de desempregados no país. A autora aponta que, ainda que algumas das influenciadoras digitais negras consigam ter bons engajamentos em suas redes e uma base sólida de seguidores, as empresas na maioria das vezes escolhem influenciadoras brancas ou negras de pele clara e traços fenotípicos embranquecidos em detrimento de influenciadoras negras de pele retinta.

Desse modo, Lídia Azevedo (2019) nos convoca a questionar a respeito de quais configurações interseccionais e temáticas tratadas por mulheres negras no Youtube fazem com que elas consigam ter sucesso, destacando as formas que as violências racistas e as demandas de mercado definem quem são as mulheres negras que fazem sucesso no *Youtube* e a quais delas é permitida ou não a visibilidade na plataforma (AZEVEDO, 2019).

É interessante ressaltar também que a maior parte (seis entre dez) das *youtubers* analisadas são do estado de São Paulo. Há também uma *youtuber* de Brasília, uma de Belo Horizonte e duas do estado do Paraná¹⁴. Não há nenhuma *youtuber* de outros estados e regiões entre as 10 mais famosas em 2019. Outra questão que nos chamou atenção nos vídeos é a faixa etária tanto das *youtubers* quanto das/os seguidoras/es, uma vez que quase todas as mulheres na lista são jovens, na faixa dos vinte a trinta anos, sendo que algumas delas têm menos de 20 anos - como Vitória e Bibi - e fazem vídeos desde a pré-adolescência. Isso nos fez refletir a respeito de questões como: a possibilidade do *Youtube* e das vlogueiras serem um fenômeno predominantemente construído por e para jovens; as temáticas tratadas nos vídeos giram muitas vezes em torno de questões da juventude e têm impactos sobre a juventude dos espectadores e da construção identitária dessa fase da vida; os canais e as temáticas de pessoas acima dos 30 anos muitas vezes recebem menor destaque, tal como as pautas que dizem respeito a outras fases da vida.

As(os) *youtubers* também formam redes entre si, sendo elas de

¹⁴ Mari Maria, Camila Loures, FrancinyEhlke e Kim Rosacuca, respectivamente.



amizades, namoros, *collabs*¹⁵, trollagens e outros, dentro e fora do ambiente da plataforma. Nesse sentido, essa formação interconectada – e perpassada pela tecnologia – de redes constitui não apenas a construção de grupos seletos e com uma identidade própria da categoria de “celebridade da internet”, como também a participação na própria formação de identidades das espectadoras/es e seguidoras/es de seus canais e vídeos, de maneira que o “ser *youtuber*” se torna uma categoria com características próprias a serem apropriadas pelos diferentes sujeitos em um processo relacional de identificação, como indica Hall (1992; 1996). Esse autor se propõe a discutir os processos de formação da identidade e da subjetividade, partindo de uma perspectiva desconstrutivista que coloca em xeque noções essencialistas de identidade. A partir dessa perspectiva, o autor constrói uma importante ideia de identificação - enquanto processo de formação de identidades relacionais - que a vê como uma construção sempre em processo, em transformação, que se faz a partir da articulação entre os diferentes sujeitos, identidades e papéis sociais em diálogo, colocando a identificação como um processo de “suturação”. Pois a “suturação”, enquanto imagem conceitual, se dá sempre de maneira a articular, a juntar diferentes partes, não podendo ser um processo unilateral e sim dialógico, que exige mais do que uma posição passiva do sujeito, convocando-o a investir na posição identitária a qual está sendo chamado. Como descreve Hall,

[...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos’ interpelar’, nos falar ou convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quase se pode’ falar’. (HALL, 1992, p. 111-112).

Na perspectiva do autor, o conceito de identidade é estratégico e posicional, e está em constante processo de mudança e de disputa, social e subjetiva, que fazem com que a identidade seja sempre fraturada e fragmentada, construída de forma plural em discursos e práticas também disputados socialmente, e estreitamente ligada à sistemas de significação e sistemas de representação: “A identidade é um significado - cultural e socialmente atribuído.” (SILVA, 2000, p.88) Essa noção de identidade de Hall (1992) foi retomada, discutida e renovada a partir de autores como Tomaz Tadeu da Silva (2000) e Kathryn Woodward (2000). Pensar a identidade a partir dessa perspectiva nos parece muito frutífero para analisar as maneiras pelas quais as *youtubers* e *influencers* digitais participam da construção identitária de outros grupos, como seus fãs. As *influencers* parecem atuar como parte desses discursos e práticas aos quais os sujeitos estão convocados a dialogar. Ao mesmo tempo, os conjuntos de significações identitárias que veiculam em seus canais não são consumidos de

¹⁵ Mari Maria, Camila Loures, FrancinyEhlke e Kim Rosacuca, respectivamente.



maneira passiva e essencializada, mas sim a partir de negociações dialógicas com os sujeitos que atingem, no caso, seu público/audiência¹⁶.

Outro tópico que se destaca entre as questões observadas nos vídeos e canais analisados é a maternidade. As *youtubers* Flávia Calina e Taciele Alcolea são mães e tratam de suas maternidades nos canais. É interessante notar que em ambos os casos os *vlogs* existiam antes da gravidez e tratavam de outros temas. Contudo, os vídeos recentes, bem como todos os vídeos mais vistos, são sobre partos, gravidez, maternidade, etc., muitos deles, inclusive, protagonizados pelas crianças. Flávia Calina, por exemplo, discute questões relacionadas diretamente à temática apontando, em um de seus vídeos (COMO..., 2016), a importância do papel das mães como pessoas que estão criando e socializando as crianças no mundo e a necessidade das mães não se compararem a outras mães, de não se culpabilizarem caso trabalhem fora e valorizarem suas próprias decisões. No entanto, é importante também ressaltar que ambas as *youtubers* dispõem de certa posição social em relação à maternidade como também à matriz heterossexual, às relações raciais, de classe etc. Além de estarem em relacionamentos heterossexuais, serem brancas e aparentemente de classe média/média-alta - uma delas, inclusive, reside nos Estados Unidos - dispõem de redes de apoio familiar, são casadas, possuem acesso a sistemas e profissionais de saúde de qualidade, etc., o que pode ser facilmente observado nos vídeos sobre os partos, por exemplo. Neles, ambas as *youtubers* aparecem maquiadas durante praticamente todo o trabalho de parto e contam com amplo suporte de familiares e equipes de assistência médica.

Por fim, é preciso destacar que o *Youtube* funciona, hoje, não apenas enquanto forma de rede social digital, mas também enquanto plataforma mercantilizada. Desta forma, tal como apontam Azevedo (2019) e Correa (2018), o *Youtube* opera através de lógicas neoliberais - marcadas pelos racismos e sexismos coloniais - e monetiza o uso da plataforma pagando às e aos *youtubers* salários que variam de acordo com seus números de visualizações, inscritos e acessos diários, transformando os usos da plataforma em uma crescente profissão da segunda década do século XXI.

Após esse processo, os canais passaram a operar de acordo com as demandas e lógicas mercantis que governam a plataforma, construindo suas identidades estéticas, temáticas e técnicas de produção audiovisual de maneira a atender a essas especificidades esperadas. Tal como aponta Azevedo (2019), amparada pelos trabalhos de Achile Mbembe, a profissão de *youtuber* se encontra cada vez mais marcada por lógicas neoliberais que promulgam a lógica do autoempreendedorismo, na qual não apenas “o indivíduo é sua própria empresa”, como o que se é vendido e monetarizado é um estilo de

¹⁶ Outras teorias mais recentes do conceito de identidade que se propõem a pensar suas reconfigurações na era da internet também parecem acrescentar alguns fatores importantes para esse contexto de pesquisa. Ver Ziller (2018) e Ramos (2015).



vida. Isto parece se tornar bastante evidente quando pensamos no caso das *youtubers* analisadas que compartilham com o público – em troca de visualizações e inscritos que serão transformados em dinheiro pelo *Youtube* – partes de seus cotidianos, experiências pessoais passadas ou presentes, seus relacionamentos e amizades, seus estilos de moda, cabelo e maquiagem, suas formas de matinar e criar crianças, suas performances e concepções de gênero e feminilidade (ainda que de forma implícita e não necessariamente verbalizada).

Assim sendo, o processo de monetarização e profissionalização da categoria de *youtuber* gera não apenas a necessidade de correspondência às demandas mercantis – e, dessa forma, estimula estéticas e experiências que se encaixam nos padrões de gênero, raça e sexualidade estabelecidos pela matriz heterossexual -, mas também ao embranquecimento dos corpos negros, a gendrificação marcada e estereotipada dos corpos “sexualizados” e a presença da heteronormatividade e heterossexualidade compulsória. Pode também gerar padrões de *influencers* que estimulam a formação de identidades no público que correspondam (ou busquem corresponder) a essas mesmas normas e padrões. É um processo de dupla e recíproca constituição ou, ainda, de suturação, como definiria Hall (1996).

5. Materialidades dos corpos e das redes

Ao tratar sobre gênero, suas performatividades, normas e desigualdades interseccionadas, é essencial atentar às suas materialidades e materializações. Essa foi uma das preocupações de Judith Butler ao escrever o texto *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”* (1999) e dar corpo às teorias a respeito das formas pelas quais o gênero se insere nas sociedades ocidentais (euro-americanas, principalmente), bem como as formas pelas quais os padrões pré-estabelecidos pela matriz heterossexual (BUTLER, 2003) são incorporados em conformidade à matriz ou transgressivamente. Esse também foi um dos principais eixos que orientaram o trabalho de Donna Haraway ao tratar de corpos ciborgues em seu manifesto de 1985, no qual não apenas corporifica a discussão de gênero e desbiologiza os corpos interseccionados, como também evidencia seu caráter tecnositado, conectado, programado e modificado pelas tecnociências que nos perpassam e constroem cotidianamente. Nesse sentido, ao tratar de mulheres no *Youtube*, é preciso não apenas demonstrar (através dos dados e análises que tentamos rascunhar nesse trabalho) as distribuições desiguais de corpos na plataforma e os impactos dessa desigualdade, como também destacar as materialidades que compõem a rede e o ciberespaço da plataforma, tal como aquelas que ela impõe, interage e constrói através de seus atores ciborgues e sociotécnicos (LATOURETTE, 1994).

É importante destacar que os corpos dessas mulheres se constroem em



uma série de relações. Como afirmam Butler (2003) e Jeffrey Weeks (1986), não apenas nossas identidades e corpos são construídos nas relações e percepções sociais que se fazem dele, mas também em relação a outrem – e isto serve tanto para se falar de identidades de gênero, raça, sexualidade, etc. Sendo assim, na ontologia da modernidade, o mundo é construído a partir de binarismos nos quais a “mulher” só existe enquanto categoria e contraposição: só pode haver corpos femininos (ou, no caso, feminizados) porque, existem, anteriormente, corpos masculinos, de modo que o feminino se constrói dentro de uma lógica de contraposição (hierarquiza) ao masculino.

Dessa forma, os corpos das mulheres que analisamos são construídos nessas relações e nas performances que produzem, como destacamos acima, da mesma forma que os usos que dão aos corpos são construídos a partir do reforço dessas relações desiguais e da constante reiteração dos lugares pré-estabelecidos para os corpos feminizados nessa relação binária. Além disso, são também corpos racializados, que (pelo menos em sua maioria) não apenas incorporam elementos associados e constitutivos da feminilidade – maquiagem, cabelos longos, roupas “feminilizadas”, etc. – como também reforçam e incorporam a branquitude e outros marcadores que lhes acompanham. São corpos “femininos”, brancos e magros e que, ainda que não incorporem isso enquanto categorias identitárias explícitas, – pois, como destaca Haraway (1995), os corpos padrões são tidos culturalmente como neutros e desprovidos de cor, tamanho, sexualidade e etc. - constituem identidades delineadas do que se deve seguir, ser e almejar, pela posição de influência que ocupam.

Assim, ainda que sejam mulheres e, portanto, sofram com as imposições sexistas e machistas das sociedades ocidentais, os corpos dessas mulheres estão inseridos em posições favorecidas socialmente no espectro de categorizações e gerações de direitos/violências delineado por Butler (2003), no qual os corpos são alocados em diferentes camadas/possibilidades que vão desde aquelas em que são considerados sujeitos (de direitos), até aquelas em que se configuram como abjetos – e, portanto, punidos com violências, sanções e apagamentos.

Por fim, ainda tratando das relações que constroem os corpos, identidades e vivências dessas *youtubers*, há aquelas que se fazem com a própria rede cibernética, e através dela, uma vez que se localizam nas plataformas em que as noções de espaço, tempo, “fiscalidade” dos corpos e materialidade das relações é plenamente reconfigurada. Isto, pois, como afirma Ugarte (2008) e Sérgio Amadeu (2009), a rede cibernética é um sistema descentralizado – mas não horizontal e sim imbricado de relações verticais de poder – em que as materialidades são compostas pelas informações interconectadas, geograficamente dispersas e temporalmente modificadas, compondo uma rede que, ao mesmo tempo, constrói relações, identidades e vivências maquinicamente amarradas (RAMOS, 2015) e, por outro lado,



vigilâncias distribuídas (BRUNO, 2013). Dessa maneira, coexistem na internet: os tempos de passado e presente – e isto é indubitavelmente presente nos canais em que os vídeos publicados há cinco ou oito anos e os atuais destas mulheres e suas trajetórias encontram-se dispostos em uma mesma plataforma concomitantemente; os espaços do aqui e dos muitos “lá” – que se expressam no *Youtube* pelo fato do conteúdo ser produzido e disponibilizado em uma geolocalidade específica, mas estar disponíveis para acesso em todo o mundo, a um só tempo; as identidades relacionais - da pessoa que fala e produz os vídeos, de quem os acessa, de quem interage nos comentários, faz usos diversos vídeos, todas com diferentes perfis identitários.

Por conseguinte, os corpos e identidades dessas mulheres se constroem também na relação interconectada com a audiência, as expectativas e os perfis, com o ciberespaço e suas especificidades de distribuição e descentralização dos espaços, tempos e corpos e, por fim, com os elementos ciborgues que controlam a internet e aqueles que permitem a produção de conteúdo para os canais no *Youtube*, como as filmadoras, celulares móveis e o próprio algoritmo da plataforma.

O algoritmo, também chamado de código, se insere nesse contexto como ator importante nessa rede conectada que compõe a interação online do *Youtube* – e de todas as outras plataformas virtuais –, uma vez que é ele o mecanismo programado que regula o funcionamento da plataforma e gerencia quais conteúdos serão ou não acessados, direcionados e/ou indicados para cada usuária/usuário. Tal como afirma Sérgio Amadeu (2009), o algoritmo é o gerenciador das relações e comportamentos na rede cibernética e é aquele que determina acessos, possibilidades e impossibilidades nessa rede. Neste sentido, ainda, é através do funcionamento desse algoritmo para o *Youtube* que certos canais adquirem fama e outros seguem com poucos inscritos e poucas visualizações nos vídeos. É também pelo algoritmo que se geram as “bolhas” de conteúdo e público, uma vez que ele é personalizado para indicar o que cada pessoa costuma consumir, de maneira a vetar muitas vezes que as discussões permaneçam dentro de certos grupos de interesse prévio neles.

Neste sentido, o algoritmo com essas funções tão importantes no funcionamento das relações dentro da plataforma tem que ser questionado, destrinchado e, principalmente, entendido enquanto não-neutro. Isto, pois “os algoritmos [...] são instrumentos que operam de acordo com finalidades pré determinadas” (MEIRELES, 2020, p.46) e a produção do código é feita por pessoas com gênero, cor, sexualidade, classe - portanto, indivíduos que incorporam em suas próprias materialidades e corporeidades ciborgues essas mesmas formas de agir e interagir no mundo (CARVALHO, 2019).

Além disso, o caráter intrínseco dos códigos dessas plataformas parece ser o de manter o padrão normativo das relações digitais, uma vez que ele dá mais visibilidade para quem já a tem, mais sugestões de vídeo para os vídeos que já são mais vistos, mais indicações de possibilidades de canais para



usuários a partir daqueles canais que já fazem sucesso na plataforma. Essas operações se dão, inclusive, a partir de mecanismos de *machine-learning*, em que códigos criados por humanos são aprendidos e reproduzidos pelas máquinas nas plataformas a serem utilizadas por outros humanos (AMADEU, 2017). Desse modo, uma vez que a branquitude, a heteronormatividade e o machismo operam como lógicas fundantes e estruturais da nossa sociedade – de nossos afetos, gostos, relações e construções socioculturais –, o algoritmo tende a perpetuar essas lógicas¹⁷ não apenas visibilizando corpos que se encaixam nessas normas, mas também criando identidades, corpos e vivências que atendem a demanda imposta por ele e pelo mercado que o alimenta. Como afirmam Spinelli e Ramos (2021),

Os diversos estudos sobre algoritmo demonstram, implícita ou explicitamente, múltiplas ordens normativas com as quais os algoritmos estão entrelaçados [...] na construção, implementação ou uso prático dos algoritmos. Os algoritmos estão imbuídos de normatividades e essas moldam e são moldadas pela sociedade (Spinelli e Ramos, 2021, p. 81).

Sendo assim, eles são atores muito importantes na perpetuação e na geração da própria distribuição desigual de visibilidade e, ao mesmo tempo, facilitam que as bolhas se formem em torno dos assuntos, restringindo certas discussões aos mesmos grupos.

6. Considerações Finais

A partir da análise empreendida sobre os dez canais protagonizados por mulheres mais famosos do Brasil em 2019, observamos elementos e performances que permitem refletir sobre as relações desiguais e hierarquizadas de gênero, sexualidade, classe e raça. Considerando algumas exceções, a maioria dessas *youtubers* são brancas, heterossexuais, de classe média/média-alta e performam uma feminilidade muito próxima aos padrões da matriz heterossexual (BUTLER, 2003) por meio de diversos elementos e diferentes contextos. Em geral, as *youtubers* aparecem maquiadas, tratam de temáticas que giram em torno de beleza, maquiagem, maternidade e moda, contribuindo para reforçar noções normativas sobre “ser mulher”. A maioria não se posiciona politicamente sobre pautas como o feminismo, por exemplo. Observamos, ainda, que a maior parte dos canais mais famosos do Brasil são

¹⁷ Esses fenômenos podem ser exemplificados por situações em que os algoritmos foram construídos e treinados com base em repertórios normativos, como os casos de discriminação algorítmica em softwares e aplicativos que utilizam reconhecimento facial e, por vezes, não são capazes de reconhecer pessoas negras, como descreve Ana Lídia Ribeiro (2021); ou aprenderam programações normativas e até mesmo violentas a partir do uso dos usuários, como os algoritmos de resposta do Google para o termo “lésbica” que, em 2019, foi alvo de uma campanha virtual intitulada #SEOlesbienne, na qual o intuito foi “alertar e cobrar a plataforma sobre o viés apresentado nos resultados, que fazia com que a busca pelo termo e correlatos resultasse predominantemente em conteúdos pornográficos” (MOTTER, 2020, p.10).



protagonizados por homens.

Verificamos também que nos canais produzidos e encenados por mulheres, pelo menos entre os dez mais famosos, a visibilidade entre as *youtubers* brasileiras vai de acordo com as normas hegemônicas, reforçando e sendo reforçada pelos padrões normativos de feminilidade, heterossexualidade, raça e classe. Além disso, esses padrões parecem ser estimulados pelos próprios algoritmos de plataformas como o *Youtube*, auxiliando na preservação de desigualdades estruturais a partir de seu funcionamento intrincado com os sistemas que embasam a sociedade moderna ocidental. É preciso, dessa forma, refletir sobre quais ideais de gênero, sexualidade, raça e classe estão sendo mais acessados no *Youtube*, bem como seus impactos sociais. Como a diversidade de corpos, sujeitos e histórias de vida aparece nesse contexto? Quais vivências e narrativas seguem sendo privilegiadas?

Referências bibliográficas

5INCO MINUTOS - COMPETIÇÃO FEMININA (React). Publicado pelo canal 5incominutos. [S.l: s.n], jun. 2018. 1 vídeo (22m47s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3qHaj-5WLKE>. Acesso em 23 mai. 2021.

ADELMAN, Miriam; RUGGI, Lennita; SANTANA, Maria Isabel G. de. Corpo, identidade e a política da beleza algumas reflexões teóricas. In: **Novos Olhares, Muitos Lugares**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

E o nosso neném é... CHÁ REVELAÇÃO. Publicado pelo canal Taciele Alcolea. [S.l; s.n], dez. 2017. 1 vídeo (19m49s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nbyIFcAbw6g>. Acesso em: 26 mai. 2021.

AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. **Revista USP**, [S. l.], n. 86, p. 122-135, 2010.

AZEVEDO, Lídia D. A reorganização política e econômica do trabalho em torno de influenciadoras digitais negras. In: Simpósio Internacional LAVITS VI, 2019, Salvador. **Anais...** Salvador: [s.n.] v.1, 2019. p.1-15.

BENTO, Maria Aparecida S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 25-60, 2002.

BERTOLOTTI, Elisângela; MEDEIROS, Rosângela Fachel de. Passa de maquilante no teu preconceito: tutoriais de maquiagem como performance queer no



Youtube. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 151-176, jun. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/40792>. Acesso em: 09 jul. 2021.

SOCIAL BLADE. **Top 250 youtubers in Brazil sorted by subscribers**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://socialblade.com/youtube/top/country/br/mostsubscribed>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu** [online], [S.l.], n. 29, p. 91-109, 2007.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

COMO APROVEITAR A MATERNIDADE – Flavia Calina. Publicado pelo canal Flavia Calina. [S.l.; s.n], jul. 2016. 1 vídeo (15m56s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ol6zxGqV5U>. Acesso em: 26 mai. 2021.

CARVALHO, Flora Villas. **Encriptando denúncias, revelando opressões: A internet enquanto plataforma para denúncias de violência de gênero em tempos de feminismos ciborgues**. 2019. Monografia (Graduação em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CORRÊA, Júlia de Camargo. **Da diversão à profissão: decisão de carreira entre YouTubers**. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão na Graduação de Administração) - Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.



In: CRENSHAW, Kimberlé. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

FELDMAN, Simone. **Ranking dos maiores canais femininos do Brasil**. Criadores ID, [S.l.], ago. 2018. Disponível em: criadoresid.com/ranking-maiores-canais-femininos-mulheres-brasil/. Acesso em: 12 mai. 2019.

PERDI MINHA VIRGINDADE COM UM CARA DO TINDER?. Publicado pelo canal Dani Russo TV. [S.l.; s.n.], fev. 2017. 1 vídeo (10m21s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EclW94B70g4>. Acesso em: 02 jul. 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIRA, Janaína Moreira. **A mulher caiu na rede: Representações de mulher nos vídeos do Youtube**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Uuniversidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

KÉFERA anuncia fim de canal após 10 anos. **G1**. [S.l.], 25 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/07/25/kefera-anuncia-fim-de-canal-apos-10-anos-tentei-agradar-sendo-quem-eu-nao-era-mais.ghtml>. Acesso em: 26 jun. 2021.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000 [1992].

HALL, Stuart. Who needs identity? In: HALL, Stuart; DU GAY, Paul (eds.) **Questions of cultural identity**, Londres: SAGE Publications Ltda., v.16, n.2, p.1-17, 1996.

HARAWAY, Donna. O Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 10 jul. 2021.

HINE, Christine. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), [S.l.], v. 29, n. 2, p. e181370, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370>. Acesso em: 09 jul. 2021.



- HINE, Christine. **Etnografía Virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.
- KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 1, n. 42, p. 42-65, 2018.
- LEWGOY, Bernardo. A invenção da (ciber)cultura. Virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 2, p. 185-196, 2009.
- LUCAS, Adriano S. **Top 50 maiores canais brasileiros do Youtube**. Top 10, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://top10mais.org/top-10-maiores-canais-brasileiros-do-youtube/>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- MARINHO, Maria Helena. **Pesquisa Video Viewers: como os brasileiros estão consumindo vídeos em 2018**. Thinkwith Google, [S.l.], set. 2018. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/estrategias-de-marketing/video/pesquisa-video-viewers-como-os-brasileiros-estao-consumindo-videos-em-2018/>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- MEIRELES, Adriana Veloso. **Algoritmos, privacidade e democracia ou como o privado nunca foi tão político como no século XXI**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: ciber cafés em Trinidad. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre-RS, v. 10, n. 21, p. 41-65, 2004.
- MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 2, p. 275-297, jul-dez. 2016.
- MOTA, Bruna Seibert et al. A influência de Youtubers no processo de decisão dos espectadores: uma análise no segmento de beleza, games e ideologia. **E-Compós**, [S. l.], v. 17, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1013...> Acesso em: 08 jul. 2021.
- MOTTER, Julianna P. J. A compreensão das lesbianidades a partir do google.



2020. In: Resistência LGBTI+: **Cadernos de trabalho**. Meio Eletrônico: COR. LGBTI, 2020.

BELING, Fernanda. **Os 10 maiores canais do Youtube**. Oficina da net, Santa Cruz do Sul/RS, 21 jun. 2021. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/13911-os-10-maiores-canais-do-youtube>. Acesso em: 02 jul. 2019.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições. pp. 17-44, 2014.

RAMOS, Jair de Souza. Subjetivação e poder no ciberespaço: Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 45, 18 nov. 2015.

RIBEIRO, Ana Lúcia Lira. **Discriminação em algoritmos de inteligência artificial**: uma análise acerca da LGPD como instrumento normativo mitigador de vieses discriminatórios. 2021. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

Maquiei minha namorada e deixei ela princesinha. Publicado no canal Kim RosaCuca. [S.l., s.n.] 1 vídeo (07m15s). 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ME7hFg4y2dg>. Acesso em: 26 mai. 2021.

SANT' ANNA, Denise B. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Cidinha; RIBEIRO, Stephanie. Feminismo Negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Explosão Feminista**: Arte, Cultura, Política e Universidade. São Paulo: Cia das Letras, p. 252-287, 2018.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: Muller, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude**: estudos sobre identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, p. 22-33, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu et al. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Governo dos algoritmos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 1, p. 267-281, 2017.



SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Redes cibernéticas e tecnologias do anonimato. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 30, n. 51, p. 113-134, 2009.

SOCIAL BLADE. **Top 50**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://socialblade.com/youtube/top/50>. Acesso em jul. 2019.

SPINELLI, Egle M.; RAMOS, Daniela O. Normatividade algorítmica e o consumo midiático no YouTube por jovens universitários. **Fronteiras-estudos midiáticos**, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 80-88, 2021.

STABILE, Amanda. **Canais negros lutam por visibilidade no Youtube**. Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: www.sjsp.org.br/noticias/canais-negros-lutam-por-visibilidade-no-youtub-7e80. Acesso em: 12 mai. 2019.

UGARTE, David de. **O poder das redes**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

A Espera - O novato (EPISÓDIO 1). Publicado pelo canal Viih Tube. [S.l.; s.n], mai. 2017. 1 vídeo (8m34s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4WqLAXeOn5U&t=24s>. Acesso em: 02 jul. 2019.

Fui trollar meu namorado e olha no que deu!. Publicado pelo canal Viih Tube. [S.l.; s.n], jul. 2015. 1 vídeo (15m50s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sK0A9I3q1w0&t=829s>. Acesso em: 26 mai. 2021.

WEEKS, Jeffrey. **La invención de la sexualidad**. Sexualidad. [1986]. Barcelona: Paidós Ibérica, 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu Tomaz da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, v. 15, p. 7-72, 2000.

YOUTUBE. Press - **About** . [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/intl/en-GB/yt/about/press>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ZILLER, Joana. Painel 6 - Cibercultura e construção da identidade digital. In: III Seminário Governança das Redes: Políticas, Internet e Sociedade, 3., 2018, Belo Horizonte. **Anais**, Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2018.



Anexo 1 - Listas com os rankings de canais no Youtube

Canais com mais inscritos no mundo - 2019

Posição	Canal
1 ^a	T-Series
2 ^a	Cocomelon-Nursery Rhymes
3 ^a	Câmeras Escondidas Programa Silvio Santos
4 ^a	Zee TV
5 ^a	SET India
6 ^a	LikeNastyaVlog
7 ^a	ABS-CBN Entertainment
8 ^a	SAB TV
9 ^a	Kids Diana Show
10 ^a	Movieclips

Elaborado pelas autoras a partir de Social Blade (2019).

Canais com mais inscritos no Brasil: ranking geral e canais de mulheres em 2019

Posição	Canal - Geral	Inscrições	Canal Mulheres	Inscrições
1 ^a	Canal KondZilla	49 milhões	5inco Minutos	11,1 milhões
2 ^a	whinderssonnunes	35,6 milhões	Dani Russo Tv	10,8 milhões
3 ^a	Felipe Neto	32,3 milhões	Camila Loures	8 milhões
4 ^a	Você Sabia?	24,5 milhões	Viih Tube	7,4 milhões
5 ^a	Lucas Neto	24,2 milhões	Kim RosaCuca	7,1 milhões
6 ^a	GR6 EXPLODE	23,5 milhões	Flávia Calina	6,1 milhões
7 ^a	rezendeevil	23,4 milhões	Mari Maria	6,1 milhões
8 ^a	CanalCanalha	18,5 milhões	BIBI	6 milhões
9 ^a	AuthenticGames	17 milhões	TacieleAlcolea	5,4 milhões
10 ^a	Galinha Pintadinha	16,7 milhões	FrancinyEhlke	5,4 milhões

Elaborado pelas autoras a partir de Beling (2021) e CriadoresID (2019).



Como citar este artigo:

VARGAS, Júlia; CARVALHO, Flora Villas. “Oi, beninas”: analisando as vlogueiras mais conhecidas do Brasil a partir de uma abordagem feminista e interseccional. *Áskesis*, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 137-161, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.612>

Data de submissão do artigo: 20/11/2020

Data da decisão editorial: 12/07/2021



ENSAIO



De perto e de dentro: a atividade docente na periferia em tempos de pandemia

Marcelo Ribeiro Sales¹

Resumo: O presente ensaio traz a minha experiência e observação na atividade docente nesses tempos de pandemia. Sou professor da rede estadual do Rio de Janeiro e aqui relatarei a realidade que vivencio, pois ela reflete em algum grau as condições de ensino público pelas periferias do país. Com as restrições impostas pela gravidade da pandemia, as redes de ensino tiveram que se adaptar e adotar estratégias para cumprir a carga horária do ano letivo, adotando aulas *online*. A pandemia desnudou problemas que já existiam e eram desprezados por grande parte da sociedade e também dos órgãos responsáveis pela educação. Dessa forma, pretendo abordar essa dramática realidade da educação pública no Brasil numa região de periferia do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Atividade docente. Coronavírus. Desigualdade social.

Up close and from inside: Teaching activity in the periphery in times of pandemic

Abstract: The present essay brings my experience and observation, in the faculty activity in these pandemic times. I'm a teacher of the Rio de Janeiro State Network and here I will report the reality I experience, because it reflects to some degree the conditions of public education in the peripheries of the country. With the restrictions imposed by the gravity of the pandemic, teaching networks had to adapt and adopt strategies to fulfill the time cargo of the school year, adopting online classes. However, the pandemic has showed problems that have already existed and were despised by the most part of the society and also the organs responsible for education. That way I intend to approach this dramatic reality of public education in Brazil in a peripheral region of Rio de Janeiro.

Keywords: Teaching activity. Coronavirus. Social inequality.

¹ Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ESS/UFRJ. Mestre em Educação, Cultura e Comunicação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. FEBF/Uerj. Especialista em História e cultura afro-brasileira pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (NUPEC/EDU-UERJ). Professor da rede estadual do Rio de Janeiro. E-mail: grigh2@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0001-8802-0986.



1. Introdução: emoções, literatura e sociedade

No mês de março de 2020, o Brasil sofreu um enorme impacto com as medidas de restrição de locomoção impostas pelas autoridades públicas. Um inimigo, até então inimaginável, chegou ao país, assustando toda a população. Era a disseminação do COVID-19², comumente chamado de coronavírus. Essa doença, um tipo de gripe, segundo a maioria da comunidade científica, teve origem na distante China, especificamente na cidade Wuhan, capital da província de Hubei, na chamada China continental. Faço questão de detalhar essa localização, pois, para a maioria dos brasileiros, essa localidade soa como algo muito distante, sem muita consonância com a realidade do nosso país (VELAVAN & MEYER, 2020).

Ainda no início deste ano, os meios de comunicação informavam sobre a gravidade da epidemia³ na China, mas, como dito anteriormente, para a maioria dos brasileiros, parecia algo muito distante do Brasil.

Com o aumento de casos na Ásia, espalhando-se rapidamente para a Europa e os Estados Unidos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara, no dia 11 de março, pandemia mundial. Nesse mesmo mês, no dia 16, é confirmada a primeira morte por COVID-19 no Brasil (MOREIRA & PINHEIRO, 2020). Rapidamente os governos estaduais⁴, ao analisarem a gravidade da situação, suspendem as aulas para frear a contaminação, pois sua disseminação se dá pela mesma maneira da gripe comum, ou seja, no contato com o infectado, podendo ser por gotículas de saliva, tosse, espirro ou catarro em contato com as mucosas. Dessa forma, os gestores, ao seguirem as determinações de especialistas sobre o assunto, entenderam que o ambiente escolar com muito contato seria um possível difusor da enfermidade para a maioria da população⁵ (MARTINS, 2020).

Chamo a atenção do leitor pela opção da escrita narrativa, pois como é um fenômeno novo para todos os pesquisadores, uma situação tão diferente, não há registro recente de uma pandemia com tantas proporções, visto que

² Segundo o Ministério da Saúde, a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e, desses casos, aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório).

³ De acordo com a OMS, a epidemia se caracteriza quando um surto acontece em diversas regiões. Uma epidemia a nível municipal acontece quando diversos bairros apresentam uma doença, a epidemia a nível estadual acontece quando diversas cidades têm casos e a epidemia nacional acontece quando há casos em diversas regiões do país. Já a pandemia é em uma escala de gravidade, sendo o pior dos cenários. Ela acontece quando uma epidemia se espalha por diversas regiões do planeta.

⁴ Não é o objetivo do artigo analisar as ações políticas dos governos fora do âmbito educacional durante a pandemia, apesar da inabilidade visível de alguns entes públicos.

⁵ A maioria das pessoas que adoece em decorrência da COVID-19 apresentará sintomas leves a moderados e se recuperará sem tratamento especial. Apesar de aparentemente as crianças e adolescentes serem menos atingidos com a doença, o ambiente escolar tem muito contato entre os alunos, podendo um infectado assintomático “carregar” o vírus para a sua residência e contagiar algum idoso ou pessoa com alguma comorbidade. Segundo a comunidade científica, esses são os grupos mais suscetíveis a desenvolver a forma mais grave da doença.



há uma produção acadêmica em curso com o objetivo de entender os reflexos no presente e também em um futuro próximo. Hoje, quem escreve sobre o assunto, independentemente de qualquer área de conhecimento, “bebe da água” da antropologia, pois é uma espécie de observação participante⁶. Esse conceito de Bronislaw Malinowski, descrito na obra *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, nos permite uma melhor compreensão nesses tempos tão adversos. Para Malinowski (2018), observar e participar para entender são melhores que simplesmente perguntar e, nas condições atuais, somos todos participantes, de alguma forma, desse evento.

Nesse sentido, muito do que está contido nesse trabalho vem da observação e das experiências vividas por mim, a partir de um olhar “de perto e de dentro”. Estou dando maior ênfase à “experiência”, mas sem perder de vista a necessidade do rigor científico, o que tem me conduzido a um complexo exercício reflexivo de aproximação e distanciamento (MAGNANI, 2002).

Acredito que essa observação “de perto e de dentro” é uma proposta que melhor sintetiza uma observação mais pragmática. Entretanto, adotei um cuidado para certo distanciamento, indispensável para a objetividade do trabalho e para ampliar os horizontes dessa análise (VELHO 1978; MAGNANI, 2002; CLIFFORD, 1998).

2. O impacto da pandemia nas escolas

Com o avanço vertiginoso da pandemia, as autoridades públicas decretaram o fechamento das unidades escolares por todo o mundo, de maneira que cerca de 1,5 bilhão de estudantes em pelo menos 174 países ficaram fora da escola em todo o mundo (MUÑOZ, 2020).

O impacto no cotidiano da população, por conseguinte, foi inevitável. Segundo especialistas, a melhor forma de evitar o contágio seria o distanciamento social, ou seja, diminuir drasticamente a circulação de pessoas, evitando o contato.

Sendo assim, com o aumento de casos, mortes e o espalhamento da pandemia, houve uma preocupação dos órgãos responsáveis pela educação de interromper as aulas presenciais, mas não prejudicar o ano letivo dos alunos. A opção escolhida pela maioria das redes de ensino foi adotar o EaD⁷ via *internet* (OLIVEIRA, 2020). Tanto as Universidades, quanto outras redes de ensino públicas e privadas, correram para se adaptar a essa nova realidade, já que a pandemia não tinha/tem previsão de cessar. Como descrito anteriormente, a primeira medida a ser adotada foi fechamento de todos os estabelecimentos de ensino. No fim do mês de março não havia mais aulas presenciais em todo

⁶ A observação participante consiste em recurso metodológico para pesquisa de campo que possibilita obter uma perspectiva holística das matérias a serem estudadas. Dessa forma é a técnica de observação e pesquisa em que o observador fica inserido, de alguma forma, no grupo observado.

⁷ Ensino a distância.



o Brasil.

Sou professor de Sociologia da rede estadual do Rio de Janeiro e relatarei a realidade que vivencio, pois ela reflete em algum grau as condições de ensino público pelas periferias.

Minha unidade escolar fica no município de Belford Roxo⁸, em uma matrícula de 16 horas, sendo 4 horas de trabalhos extraclases. Sendo um salário insuficiente para suprir minhas necessidades básicas, complemento com horas extras, chamadas na rede de GLP⁹, distribuído em mais quatro unidades escolares, todas essas no município de Duque de Caxias, totalizando 46 aulas em turma. Esse complemento de carga horária é realizado em turmas do ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, o EJA. Todas as unidades estão na periferia e carregam similitudes e disparidades, sendo que em maior ou menor grau, existem realidades diversas que se aprofundam com a situação de emergência que a pandemia exige.

Assim como a maioria das outras redes, a princípio, optou-se na antecipação do recesso de julho já nos primeiros 15 dias de fechamento, porém o tempo de duração da epidemia é/era imprevisível, sendo assim, foram implantadas aulas à distância para não prejudicar o ano letivo.

Logo de início foi um desafio devido a tantas realidades diferentes, sejam elas regionais ou sociais. Na rede estadual que atuo foi usada a plataforma *Googleclassroom*¹⁰ (TORRES, 2020), no entanto, as dificuldades não demoraram a aparecer. Apesar de vivermos em uma sociedade altamente conectada onde a internet está presente em todas as atividades humanas na atualidade, a plataforma não era usual tanto para a maioria dos docentes como também para a maioria dos alunos.

É tão grande importância da internet que a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o acesso à rede como direito universal, ou seja, desconectar uma pessoa da internet é uma violação aos direitos humanos (MONTEIRO, 2011).

O Brasil, historicamente, é um dos países mais desiguais do mundo. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em 2019, o país ocupou o sétimo lugar em mais desigual, estando atrás de países como Paraguai e Guatemala. O relatório do Pnud destaca, ainda, que apenas o Catar tem maior concentração de renda entre o 1% mais rico da população do que o Brasil. "A parcela dos 10% mais ricos do Brasil concentra 41,9% da renda total do país, e a parcela do 1% mais rico concentra 28,3% da renda". (FORTE, 2020). Isso reflete uma realidade muito difícil, principalmente para

⁸ Assim como várias periferias do Brasil, as cidades de Belford Roxo e Duque de Caxias são marcadas pelo abandono das autoridades políticas e precariedade de serviços públicos. Elas estão localizadas na Baixada Fluminense, que constitui um conjunto de municípios pertencente à região metropolitana do Rio de Janeiro.

⁹ Gratificação de lotação prioritária.

¹⁰ É um sistema de gerenciamento de conteúdo para escolas que procuram simplificar a criação, a distribuição e a avaliação de trabalhos.



aqueles que moram nas áreas rurais e nas regiões das periferias das grandes cidades.

Até aqui procurei relatar os desafios da educação em tempos de pandemia num contexto sem muita profundidade de análise. Contudo, a pandemia expôs profundas fraturas em todo o sistema de ensino, passando pela interpretação da legislação¹¹, falta de diálogos com os representantes de classe, além da omissão por parte dos responsáveis pelas redes, das condições socioeconômicas dos alunos e dos docentes, entre tantas outras situações.

O primeiro entrave, já mencionado aqui, é o acesso à *internet*. A pandemia do novo coronavírus transferiu, de uma hora para outra, as salas de aula para o ambiente doméstico. Impedidos de frequentar o ambiente escolar para não gerar aglomerações, professores e estudantes foram obrigados a viver uma nova realidade, muito chamada pela imprensa como uma espécie de “novo normal”.

Sendo a educação um direito universal, o que fazer e oferecer para os alunos que não dispõem dessa tecnologia? E os alunos que a dispõem de maneira restrita? E aqueles que, mesmo tendo internet, tem que dividir com os pais o computador ou um smartphone que, muitas vezes usam para trabalhar remotamente? E os alunos que tem aparelhos que não são compatíveis com os aplicativos das plataformas? E as localidades que tem deficiência em sinal de internet?

Segundo o professor de didática no Instituto Singularidades (SP), Mauricio Canuto,

[...] não é uma situação estruturada: faltam equipamentos, não há acesso à internet, as pessoas não dominam as tecnologias digitais. O EaD pressupõe que todos estejam conectados e integrados (JORNAL DE BRASÍLIA, 2020).

Paulo Freire, mesmo em tempos em que a tecnologia não era tão popular, nos chama a atenção pelas possíveis desigualdades no acesso à internet: “Nunca fui ingênuo apreciador da tecnologia: não a divinizo, de um lado, nem a diabolizo, do outro. Por isso mesmo sempre tive em paz para lidar com ela”. Contudo, “o avanço da tecnologia pode legitimar uma ordem ‘desordeira’ em que somente os mais abastados têm acesso, criando assim uma massa de excluídos”. (FREIRE, 1996, p. 18). Dificilmente o autor, quando escreveu, poderia imaginar uma situação tão singular como esses tempos de pandemia, mas sua sensibilidade aos temas educacionais ainda o tornam referência sobre as desigualdades no processo ensino-aprendizagem no país. Aqui está um dos temas centrais desse ensaio, a pandemia é um problema muito grave,

¹¹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determina a realização de 200 dias “de efetivo trabalho escolar” e carga horária de 800 horas que podem ser flexíveis em situação de emergência nacional (BRASIL, 1996). No dia 01/04/2020 o governo apresentou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 934, divulgando uma lista de propostas para o enfrentamento dos efeitos da pandemia de COVID-19 na educação na qual lembrou que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, caso a suspensão das aulas se estendesse por vários meses, os 200 dias letivos obrigatórios poderiam ser flexibilizados em até 25%, desde que fosse mantido o mínimo de 800 horas de aula aos estudantes (BRASIL, 2020).



mas a educação já sofria há muito tempo de outras “enfermidades” tão graves e com consequências tão dramáticas quantas as provocadas pela COVID-19.

Ainda sobre as dificuldades no acesso à *internet*, esse problema não se limita aos alunos, os docentes também carecem de acesso e capacitação para essa tecnologia, ou seja, os problemas que afligem os alunos são os mesmos que atingem os docentes.

Todos os dias, os meios de comunicação bombardeiam com notícias e dicas para a realização do trabalho em casa, o chamado *Home Office*. Há uma romantização sobre o assunto, pois faz parecer que é algo simples de realizar¹². Porém, há questões que vão além do lado pedagógico. Os docentes não estavam capacitados para tal empreitada. Como trabalhar com essa tecnologia? Muitas vezes, dentro das residências, não há espaços ou privacidade para fazer vídeos, ou na maioria das vezes, os professores têm crianças em casa. Como alternativa, os gestores incentivam o contato dos docentes com os discentes através das redes sociais, numa espécie de invasão de privacidade para realização de uma tarefa que deveria ser pública. Outra situação muito relatada pelos professores é o aumento do fluxo de trabalho, pois, apesar das redes exigirem o cumprimento das horas trabalhadas na plataforma, o docente passou a exercer suas atividades praticamente 24 horas por dia (OLIVEIRA, 2020b). Muitos alunos não conseguem acesso no horário das aulas por diversos motivos e, dessa forma, o professor fica sempre de “plantão” para tirar alguma dúvida, causando uma sobrecarga de atividades.

A ausência das aulas presenciais também atingiu os pais dos alunos, pois muitos não sabem utilizar e auxiliar os filhos nas atividades a distância.

Citando minha experiência “de perto e de dentro”, no final da década de 2000, a então secretária de educação do estado do Rio de Janeiro, Tereza Porto¹³, informatizou toda a rede de ensino estadual com novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Ela criou o sistema “conexão escola”, onde professores e estudantes poderiam saber de suas atividades na SEEDUC¹⁴. A partir dessa plataforma, o profissional lançaria as notas, frequência, estratégias e conteúdos. Além disso, os professores da rede receberam notebooks e acesso à *internet* com o objetivo de melhorar suas aulas e ter oportunidade de buscar mais conhecimentos¹⁵. Dessa forma, as TICs não são algo novo na rede estadual do Rio de Janeiro.

Apesar da vanguarda na atuação à frente da secretaria de educação, em 2014 a gestão da secretária foi acusada de desperdício de dinheiro público

¹² Ver: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/03/21/internas_economia,835717/covid-19-muda-a-rotina-do-mercado-de-trabalho-com-o-home-office.shtml.

¹³ Tereza Xavier Porto foi secretária de educação na gestão do governador Sérgio Cabral Filho, no período de 19 de fevereiro de 2008 a 05 de outubro de 2010.

¹⁴ Sigla que define a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁵ Ver: <http://www.telesintese.com.br/rio-completa-doacao-de-notebooks-a-professores-da-rede-estadual/>.



pelo Tribunal de Contas do Estado. Segundo o Zuazo (2015), o TCE¹⁶ concluiu que o projeto de informatização da rede de ensino que custou ao estado R\$ 93 milhões não cumpriu o propósito.

No estudo de caso aqui relatado, a minha experiência ao lecionar na rede de educação do estado do Rio de Janeiro reflete as angústias da atividade docente na esfera pública. O maior problema ainda é a questão financeira do profissional da educação no Brasil. A imoralidade que é o salário do professor não é o principal motivo dos baixos índices educacionais dos alunos em relação a outros países, mas com certeza é um dos fatores determinantes para a menor qualidade no ensino. Desde a crise econômica a partir de 2015 no país, os docentes da rede do Rio não tiveram seus salários reajustados de acordo com a inflação; ainda nesse referido ano, houve atraso de salários. A situação ganhou contornos dramáticos com a prisão do ex-governador Sérgio Cabral envolvido em várias denúncias de corrupção, depois comprovadas, que ocasionou a condenação do político por diversos crimes na gestão pública. Para piorar a situação, como a crise nas contas públicas estaduais não arrefecia, houve um aumento na alíquota previdenciária de 11% para 14% para todo funcionalismo estadual. Isso precarizou ainda mais a situação financeira dos servidores e, por consequência, dos professores (ANDRADE e PIMENTEL, 2017).

Retomando a ideia desse trabalho, há uma pressão em cadeia para as aulas a distância acontecerem com sucesso. No entanto, pela minha experiência em diferentes escolas, percebo que não há uma centralização de trabalho a fim de dinamizar as atividades dos docentes e dos alunos. Cada unidade escolar age a sua maneira. Cito como exemplo a exigência de preenchimento de diários escolares: algumas escolas querem diários em papel, outras querem por meios eletrônicos. Há uma exigência para os professores formarem grupos por turmas no *WhatsApp*, sobrecarregando ainda mais a atividade laboral dos profissionais de educação, além de invadir a privacidade do docente. Por fim, há uma pressão dos gestores para que os docentes e discentes “entrem” na plataforma nos seus respectivos horários, não considerando se os envolvidos têm *internet* disponível naquele determinado momento. Essa pressão para o sistema educacional funcionar não é novidade, mas é uma realidade do cotidiano da atividade docente, pois o sistema tem que funcionar, tem que apresentar resultados, mesmo com tantas adversidades

¹⁶ O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro é um órgão de controle externo do estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Assim como outros tribunais análogos, deve fiscalizar as contas estaduais e as dos municípios nele localizados, com a especial exceção na capital fluminense.



3. Considerações finais

Enquanto escrevo esse ensaio, os números oficiais de mortos passam de 450 mil no Brasil. Essa grave realidade tem consequências imprevisíveis em todas as esferas sociais, pois os números não param de crescer. Sendo assim, muitas atividades laborais estão paradas ou sendo exercidas de maneira restrita, entretanto, a atividade dos docentes na maioria das redes públicas não cessou, mesmo com inúmeras realidades aqui citadas. A pandemia ajudou a expor o quanto a atividade docente no Brasil é uma tarefa árdua e complexa. Isso fica mais evidente nas difíceis condições que alunos e professores passam nas redes públicas. A precariedade da educação pública brasileira é resultado de baixos investimentos, desvios de dinheiro público, baixa qualidade do ensino, desvalorização do professor, entre outros tantos problemas. Portanto, mesmo sendo a educação um direito garantido por lei, sem distinção e condições, não é o coronavírus que está prejudicando o processo de ensino-aprendizagem, mas sim o histórico descaso das autoridades responsáveis.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Hanrrikson de; PIMENTEL, Mauro. Alerj aprova e servidores do Rio pagarão mais por Previdência; protesto tem conflito. **Portal Uol**, Rio de Janeiro, 24 mai. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/05/24/alerj-aprova-e-servidores-do-rio-pagarao-mais-por-previdencia-protesto-tem-conflito.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 28 mai. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 abr. 2020, seção 1, p. 1. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 20 set. 2020.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

ESTUDANTES E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA RELATAM OBSTÁCULOS DO ENSINO À DISTÂNCIA DURANTE A QUARENTENA. **Jornal de Brasília.** Brasília. 05/05/2020. Disponível em: < <https://jornaldebrasil.com.br/nahorah/>



estudantes-e-professores-da-rede-publica-relatam-obstaculos-do-ensino-a-distancia-durante-a-quarentena/> Acesso em: 20/06/2020.

FORTE, Bárbara. Por que Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo. **Portal Uol**, São Paulo, 20 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/20/por-que-brasil-e-o-setimo-pais-mais-desigual-do-mundo.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/?lang=pt>. Acesso em: 25 mai. 2021.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Editora Ubu, 2018.

MARTINS, Elisa. Pesquisa estima que volta às aulas pode causar infecção de até 46% de alunos por Covid. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/pesquisa-estima-que-volta-as-aulas-pode-causar-infeccao-de-ate-46-de-alunos-por-covid-24602179>. Acesso em 25 mai. 2020.

MONTEIRO, Daniele. A ONU declara o acesso à Internet como direito universal. **Tech Tudo**, São Paulo, 10 jun. 2020. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2011/06/onu-declara-o-acesso-internet-como-direito-universal.html>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MOREIRA, Ardilhes. PINHEIRO, Lara. **Portal G1**. OMS declara pandemia de coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml> . Acesso em: 25 mai. 2021.

MUÑOZ, Rafael. A experiência internacional com os impactos da COVID-19 na educação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rafael-munoz/2020/04/a-experiencia-internacional-com-os-impactos-da-covid-19-na-educacao.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

OLIVEIRA, Elida. Estados adotam plataformas online e aulas na TV aberta para levar conteúdo a estudantes em meio à pandemia de coronavírus.



Portal G1, 09 abr. 2020a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/04/09/estados-adotam-plataformas-online-e-aulas-na-tv-aberta-para-levar-conteudo-a-estudantes-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OLIVEIRA, Joana. Em meio à rotina de aulas remotas, professores relatam ansiedade e sobrecarga de trabalho. **El País**, São Paulo, 21 mai. 2020b. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-21/em-meio-a-rotina-de-aulas-remotas-professores-relatam-ansiedade-sobrecarga-de-trabalho.html>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

TORRES, Livia. Alunos da rede estadual podem acessar plataforma on-line com conteúdo de aulas a partir desta segunda-feira. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/30/alunos-da-rede-estadual-podem-acessar-plataforma-on-line-com-conteudo-de-aulas-a-partir-desta-segunda-feira.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

VELAVAN, Thirumalaisamy P.; MEYER, Christian G. The COVID-19 epidemic. **Medicina tropical e saúde internacional**, v. 25, n. 3, pág. 278, 2020.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**: a aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ZUAZO, Pedro. TCE do Rio aponta desperdício de R\$ 93 milhão na educação. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 17 mai. 2015. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/tce-do-rio-aponta-desperdicio-de-93-milhao-na-educacao-16178992.html>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

Como citar este artigo:

SALES, Marcelo Ribeiro. De perto e de dentro: a atividade docente na periferia em tempos de pandemia. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 163-172, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.505>

Data de submissão do artigo: 18/06/2020

Data da decisão editorial: 28/05/2021



O papel da Política de Assistência Social em um contexto de pandemia: possibilidades e contradições

Eveline Tonelotto Barbosa Pott¹

Resumo: Este ensaio tem como objetivo discutir as possibilidades e contradições presentes no atual contexto de pandemia causado pelo novo coronavírus. Pretende-se discutir as implicações sociais e psicológicas da pandemia na população que já vivia em situações de vulnerabilidade social e que tiveram suas condições ainda mais agravadas em decorrência da atual conjuntura social. Ainda, pretende-se discutir o papel da política de assistência social, em especial o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no amortecimento da desigualdade social ainda mais acentuada no atual contexto.

Palavras-Chave: Pandemia. Assistência social. Vulnerabilidade social.

The role of Social Assistance Policy in a pandemic context: possibilities and contradictions

Abstract: This essay aims to discuss the possibilities and contradictions present in the current pandemic context caused by the new coronavirus. It is intended to discuss the social and psychological implications of the pandemic in the population that already lived in situations of social vulnerability and that had their conditions even more aggravated due to the current social situation. Still, it is intended to discuss the role of social assistance policy, especially the Unified Social Assistance System (SUAS), in dampening social inequality even more accentuated in the current context.

Keywords: Pandemic. Social assistance. Social vulnerability.

¹ Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia. Pós-doutora pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora titular da Universidade Paulista. São Carlos, SP, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8263-6093>. Email: evelinebarbosaa@gmail.com.



1. Introdução

Em 26 de Fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) no Brasil (BRASIL, 2020a). Em poucos meses, o vírus se disseminou pelo país e o número de infectados ainda está aumentando, atingindo a marca de mais de 950 mil casos confirmados (BRASIL, 2020b).

A disseminação do vírus atingiu tamanha magnitude que, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia global. Neste aspecto, a etimologia da palavra pandemia remete a "todo o povo", ou seja, que afeta todas as pessoas (SANTOS, 2020). Frente a essas informações, alguns questionamentos tornam-se necessários para as discussões que este ensaio se propõe a fazer: a pandemia causada pelo coronavírus afeta as pessoas de diferentes regiões do mundo de uma mesma forma? Se sim, seria um vírus que insere a população em um mesmo nível hierárquico? Se o referido vírus afetasse a população de uma mesma forma, estaríamos falando de um vírus democrático, o que não é verdade.

A consolidação de uma pandemia ressalta e agrava ainda mais os contextos de vulnerabilidade e fragilidade que um país enfrenta. Este é o caso do Brasil: problemas já existentes tomando proporções ainda mais alarmantes e colocando em evidência ainda mais a desigualdade social tão característica de nosso país. São inúmeros os contextos de vulnerabilidade que enfrentamos, envolvendo diferentes tipos de violências, abusos, falta de moradia e saneamento básico, pessoas sem empregos, entre muitas outras situações que uma parcela significativa da população vive (MARQUES, 2020). Em relação às situações de violência doméstica contra mulheres, crianças e jovens, os casos notificados cresceram significativamente nos últimos meses, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2020c). Frente a esses contextos, é importante questionar: como fica a integralidade física, psicológica e moral dessas pessoas? Quais são suas possibilidades de proteção? Essas questões nos levam a refletir que, para as pessoas em vulnerabilidade social, outras complexidades são somadas ou multiplicadas junto às dificuldades e aos anseios que um contexto de pandemia normalmente gera.

Em diversos meios de divulgação, sejam eles de cunho científico ou informativo, ressalta-se o importante papel das políticas públicas na assistência às pessoas afetadas pela pandemia. Um exemplo é o protagonismo que o Sistema Único de Saúde (SUS) assumiu neste contexto de pandemia. É em função dele que pessoas de baixa renda têm acesso à assistência para avaliação e acompanhamento relacionados ao vírus. Ainda outra política que tem se destacado no cenário atual, porém que não tem sido tão frequentemente discutida e citada como o SUS, é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse sistema visa oferecer assistência às pessoas que se encontram



em situações de vulnerabilidade e risco social e psicológico. Neste ensaio, pretende-se discutir as possibilidades e contradições do SUAS na assistência às pessoas em vulnerabilidade social em um contexto de pandemia.

2. O SUAS e seu papel social

Durante a década de 70 e 80, o contexto brasileiro foi marcado por um período de surgimento de diferentes movimentos de luta por valores democráticos que, de modo imbricado, articulavam-se com a necessidade de construção e consolidação de políticas públicas. Até então, o cuidado à população em vulnerabilidade social era feito por meio de uma prática assistencialista realizada, via de regra, pelas igrejas e instituições filantrópicas (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).

Sendo assim, foi em um contexto de muita luta pelos direitos sociais que nasceu uma regulamentação da oferta de assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Foi em 1988 que houve a promulgação da Constituição da Assistência Social enquanto política e que a proteção social passou a ser direito do cidadão e dever do Estado, junto com a saúde e a previdência social. Contudo, foi somente em 2004 que houve um movimento para consolidar a proteção social através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), para que, logo em seguida, fosse promulgado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual organiza e estrutura as ações para o combate aos contextos de vulnerabilidade social (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).

Neste sentido, pode-se considerar que o SUAS foi implementado tardiamente em uma realidade em que a necessidade pela proteção social é gritante. O SUAS foi implantado em 2005 e suas ações são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. Sendo assim, os programas, projetos, serviços e benefícios devem ser desenvolvidos nas regiões mais vulneráveis, tendo a família como foco de atenção (BRASIL, 2005).

As ações da assistência social no SUAS são organizadas em dois tipos de proteção: básica e especial. A proteção social básica destina-se à prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza; de exposição a inúmeras formas de privações, como ausência de renda, precariedade ou ausência de acesso aos serviços públicos, falta de saneamento básico, dentre outros; e/ou fragilização de vínculos afetivos no contexto familiar, por exemplo, discriminações étnicas, de gênero, por deficiência, dentre outras. Os serviços de proteção social básica são executados prioritariamente pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, os quais encontram-se localizados em regiões e bairros mais periféricos,



onde existe um contexto de maior vulnerabilidade e dificuldade de acesso à assistência (BRASIL, 2005).

A proteção social especial envolve o cuidado do sujeito em situações em que já houve uma violação de direitos. Em outras palavras, esse nível de proteção destina-se a assistência às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco físico, psicológico e social por ocorrência de abandono, violência física ou psicológica, jovens em medidas sócio-educativas, pessoas em situação de rua, entre outros contextos de violação dos direitos humanos (BRASIL, 2005).

A proteção social especial é subdividida em média e alta complexidade. No âmbito da média complexidade, ocorre a assistência às famílias e às pessoas que passam por alguma situação de violação dos direitos humanos, mas que ainda preservam seus vínculos familiares. Em outras palavras, este nível de atendimento é voltado para as pessoas que, apesar da situação vulnerável, não se encontram em risco maior, permanecendo em seu ambiente familiar. O acompanhamento da atenção especial de média complexidade é realizado principalmente pelo CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social. Já a proteção social de alta complexidade envolve situações em que os vínculos familiares precisam ser rompidos, na maioria dos casos, por mediação judicial, já que o ambiente familiar oferece maiores riscos à pessoa. Portanto, o serviço de proteção social especial de alta complexidade garante cuidado social integral, oferecendo moradia, alimentação, higiene, entre outras medidas que ofertem referências para a construção de um novo núcleo familiar ou comunitário (BRASIL, 2005).

Sendo assim, após a implementação do SUAS temos um sistema que busca ofertar diferentes níveis de proteção para as famílias e indivíduos que se encontram em situação vulnerável de existência e que, por muito tempo, não possuíam nenhuma forma de proteção garantida pelo Estado. Conforme apresentado, nos diferentes níveis de proteção social, temos instituições que favorecem o acolhimento e acompanhamento dessas pessoas em risco iminente ou potente e que, em um contexto de pandemia, também tiveram que sofrer modificações a fim de garantir o isolamento social e a não propagação do vírus. No entanto, a demanda da assistência social não foi apenas mudar a forma de atendimento, a qual na maioria dos casos passou a ser realizado na modalidade de teleatendimento, mas também em relação ao aumento crescente dos contextos de vulnerabilidade que o isolamento social traz e que suscita diferentes questões, tais como: Como ficar em casa se é no próprio lar que o sujeito sofre algum tipo de violência? Como fazer isolamento social se o sujeito divide um pequeno espaço com muitas outras pessoas?

Para alguns, ficar em casa é sinônimo de proteção e segurança, para outros é sinônimo de violência e risco iminente. Para alguns, ficar em casa é sinônimo de comer exageradamente em função da ansiedade, para outros é o risco de não ter o que comer. Essas são algumas situações que nos provocam



e fazem pensar sobre a desigualdade social que marca nosso contexto e traz a clareza de que esse novo vírus não afeta as pessoas de uma mesma forma. É importante destacar que, com essas reflexões, não se busca questionar a necessidade do isolamento social. Muito pelo contrário, defende-se sua importância e seu papel na atual conjuntura. O que se pretende provocar com essas reflexões é a necessidade de se discutir e dar visibilidade para essas pessoas que se encontram em risco e vulnerabilidade ainda mais acentuados num contexto de pandemia, além de discutir o papel do Estado na proteção dessas pessoas.

3. O SUAS em um contexto de pandemia

É pela reflexão e certeza de que a pandemia causada pela COVID-19 não afeta as pessoas de uma mesma forma que se torna necessário a reflexão sobre o papel das políticas públicas voltadas para a assistência social, como é o caso do SUAS.

Avançando na reflexão proposta, localizado em área de maior vulnerabilidade social, representado pela atenção social básica, o CRAS tem como principal foco a atenção às famílias e indivíduos em seu próprio território familiar e que, neste contexto de pandemia, assume um papel ainda mais importante para ajudar as famílias em contextos de vulnerabilidade. Por conta da pandemia, teve-se que suspender as intervenções em grupo que realizava e passou a atuar de modo mais intensivo na oferta de cestas básicas às famílias que precisam, além de fornecer orientações sobre o acesso ao auxílio emergencial disponibilizado pelo Governo Federal, entre outras ações que visam a proteção social das pessoas e famílias.

Na proteção especial, as equipes continuam realizando seus trabalhos acompanhando as famílias que se encontram em uma situação de vulnerabilidade, e que muitas vezes tiveram seus quadros agravados por conta do contexto atual de desemprego, permanência em casa em funções do isolamento, entre outras demandas. Já na proteção social especial de alta complexidade, representada principalmente pelos abrigos de longa permanência, crianças, jovens e idosos estão confinados ao espaço institucional, não podendo realizar atividades que acabavam diversificando o contexto em que vivem, como ida para a escola, parques, atividades de lazeres, entre outros contextos. Também, somado a essa limitação, precisam conviver com o medo de serem contaminados, em especial para a população da terceira idade, os quais possuem maior risco de evolução desfavorável se infectados.

Apesar das dificuldades enfrentadas, essas pessoas em vulnerabilidade estão tendo, de certo modo, proteção social. Sendo assim, discutir políticas públicas como a questão do SUAS é remeter aos seus benefícios no sentido de ofertar um acompanhamento para as pessoas que precisam, mas também



é necessário ressaltar que em muitas localizações essas políticas não se fazem presentes ou, pelo menos, não como deveria ser. Em muitas regiões do país, a falta de assistência e proteção às situações de vulnerabilidade torna-se corriqueira e por vezes instaura-se um mecanismo subjetivo e social de naturalização e manutenção desses contextos em que o Estado não se faz presente em relação à garantia da proteção. Segundo Martin-Baró (1996), o fatalismo acaba sendo a lógica predominante no pensamento de muitas pessoas em contexto de vulnerabilidade e favorece a manutenção das condições sociais pautadas pelas diferentes formas de injustiça e desigualdade social.

Sendo assim, discutir políticas públicas é falar sobre seus alcances, possibilidades e conquistas, mas também de seus espaços onde elas não se fazem presentes, pelo menos não da forma como deveriam estar. Assim, alguns questionamentos são importantes, tais como: como viver em um contexto de vulnerabilidade em que seus riscos são ainda mais agravados em função de uma pandemia? Como passar por situações complexas do ponto de vista de risco social sem a presença efetiva de uma política que ofereça proteção social?

Pensar nesses contextos de vulnerabilidade somado à falta de concretização das políticas públicas é compreender essa trama complexa com bastante dificuldade e desesperança no que se refere ao conceito de transformação discutido por Martin-Baró (1996). Sem a oferta da proteção social, a família ou o indivíduo encontra-se refém de uma ação filantrópica que muitas vezes é incerta em relação a sua chegada. Fazer essas reflexões me faz pensar em um poema de Carlos Drummond de Andrade, chamado José, que diz o seguinte em um trecho:

E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você?
você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José?

O contexto de proteção social é a possibilidade da oferta de condições humanas de desenvolvimento, sem o qual o sujeito perde as esperanças, naturaliza sua condição social e acaba por padecer psicologicamente e socialmente. Em contextos de vulnerabilidade social, em que o sujeito é exposto a inúmeras formas de violência e riscos sociais e psicológicos, acaba-se por congelar uma das funções psicológicas mais importantes que temos como seres humanos: a imaginação ou a criatividade humana. Segundo Vigotski (2009), essas são funções responsáveis por guiar e impulsionar nosso desenvolvimento humano, já que favorece a construção de novos horizontes de



futuro. Isto significa dizer que o sujeito frente às condições de subcidadania e sem nenhum amparo das políticas públicas perde a esperança, não consegue ver novos caminhos e possibilidades que o tirem desta condição, resultando em uma constituição da subjetividade humana que mantém a realidade.

Portanto, as discussões em torno da importância de uma política de assistência social efetiva para diferentes regiões do nosso país se tornam urgentes, em especial num contexto de pandemia onde os problemas sociais são ainda mais agravados, conforme se discutiu ao longo deste ensaio.

4. Considerações Finais

Pensar em um contexto social, com todas as suas contradições acentuadas e ressaltadas pelas dificuldades de uma pandemia, sem a presença efetiva de uma política de proteção social, é questionar-se permanentemente de modo metafórico, como ilustra o poeta Carlos Drummond de Andrade: E agora, José?

O objetivo norteador deste ensaio foi promover uma reflexão sobre o papel e a importância de uma política efetiva de assistência social em nossa realidade, a qual ainda que não seja potente o suficiente para eliminar a desigualdade social que marca a trajetória histórica do Brasil, seja capaz de promover proteção social, oferecendo recursos que podem potencializar o processo de desenvolvimento humano e a criação de formas mais saudáveis, ou pelo menos mais toleráveis, de existência.

Sendo assim, as discussões realizadas ressaltam a importância da presença do Estado na construção da ideia de bem comum, a fim de assegurar direitos básicos que visem a dignidade humana. A realização desta discussão torna-se de fundamental importância, tendo em vista resgatar as discussões em torno do papel do Estado na constituição de uma nação, ideia esta que parece cada vez mais distante tendo em vista a lógica neoliberal. Ao observar os discursos que circulam no cenário atual, tendo como pano de fundo os respingos causados pelo contexto da pandemia, observa-se expressões como: “sou o culpado pela perda de meu emprego”, “talvez não tenha feito o meu melhor”, “não consigo sustentar minha própria família”, entre outras falas que revelam a lógica hegemônica em que vivemos. Ainda, estes discursos revelam subjetividades humanas que são constituídas a partir de uma lógica neoliberal, que tem como uma das principais funções colocar no sujeito a causa pelas dificuldades vividas em um contexto social marcado por exclusões historicamente construídas. Essas subjetividades humanas socialmente constituídas favorecem um mecanismo de manutenção das ideias neoliberais e a negligência do Estado, resultando em um ciclo marcado pela difícil tarefa de se viver dignamente.

Sendo assim, para além da oferta de uma rede assistencial que vise oferecer proteção para as pessoas em risco social, é necessário também



promover um contexto de fortalecimento e reflexão crítica sobre os contextos sociais que estas pessoas vivem. Somente a oferta da assistência não é suficiente para tirar o sujeito de sua condição de miséria e risco iminente. É preciso ir além, fazendo com que os sujeitos desenvolvam uma consciência crítica sobre si e sua realidade circundante a fim de que consigam perceber o importante papel do Estado na oferta de direitos humanos. Este é um dos principais desafios da equipe profissional que atua na assistência social e que o Psicólogo faz parte: oferecer um atendimento para além dos fundamentos assistencialistas, focalizando também no potencial de desenvolvimento da consciência crítica. Somente desta forma rompemos com pensamentos fatalistas, que cristalizam as injustiças sociais.

Referências bibliográficas

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

_____. Brasil confirma primeiro caso da doença. Ministério da Saúde, 2020a. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>. Acesso em 10 jun. 2020.;

_____. Coronavírus Brasil. Ministério da Saúde, 2020b. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 18 jun. 2020.;

_____. Governo lança canais digitais de atendimento para enfrentamento à violência doméstica durante a pandemia. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/governo-lanca-canais-digitais-de-atendimento-para-enfrentamento-a-violencia-domestica-durante-a-pandemia>. Acesso em 10 jun. 2020.;

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. In: **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 1, n. 2, p. 7-27, jun. 1996.;

MARQUES, Emanuele Souza et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p.1-6, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.



SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. In: **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.24, n. 2, p. 293-299, ago. 2012.

VIGTSKI, Lev. **La imaginación y el arte em la infância** (9° ed). Madrid: Ediciones Akal, 2009.

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de; BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. In: **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 686-699, dez. 2009.

Como citar este artigo:

POTT, Eveline Tonelotto Barbosa. O papel da Política de Assistência Social em um contexto de pandemia: possibilidades e contradições. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 173-181, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.512>

Data de submissão do artigo: 26/06/2020

Data da decisão editorial: 28/05/2021

RESENYHA

The background of the page is a solid teal color. Overlaid on this background is a complex, abstract pattern of thin, light-colored lines. These lines form a series of overlapping, irregular polygons and shapes, creating a sense of depth and movement. The lines are scattered across the entire page, with some forming larger, more prominent shapes and others being smaller and more delicate.



Democracia em colapso? A posição de Levitsky e Ziblatt

Democracy collapsing? Levitsky and Ziblatt position

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2018.

Denise Cardozo¹
Matheus A. Botelho²

1. Resenha

Apresentamos aqui uma breve resenha da obra dos professores de ciência política na Universidade Harvard, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, traduzida para o português por Renato Aguiar e prefaciada pelo Professor titular do Departamento de Ciência Política da UFRJ, Jairo Nicolau.

Para responder a questão central do texto “A democracia norte-americana está em perigo?”, os autores fazem um estudo sobre o fracasso de democracias em diferentes lugares e tempos - em especial o período pós-depressão dos anos 30, na Europa, e do autoritarismo dos anos 60 e 70, na América Latina - voltando a atenção para os tempos atuais em seu próprio país.

Apesar de considerarem que as democracias são sempre frágeis, eles reafirmam o “combo americano” de que uma Constituição inspirada nos ideais de liberdade e igualdade, economia robusta, bons níveis de saúde e educação, e setor privado forte e diverso, blindaria os Estados Unidos da debilidade democrática que aconteceu em diversos países do mundo.

Ao longo do texto os autores demonstram os meandros políticos (legais) e golpes de Estado que, ao longo do século XX e início do século XXI, possibilitaram a quebra democrática de vários países, reflexão central da obra, sobre como as democracias morrem atualmente, minadas e subvertidas por

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar. São Carlos – SP, Brasil. E-mail: cardozode1861@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6415-5875.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI), São Carlos – SP, Brasil. E-mail: mat_botelho94@hotmail.com. ORCID:0000-0001-9540-5892.



presidentes eleitos. Esses, que do alto de seus poderes políticos conquistados através do processo eleitoral, atentam sobre as instituições, deixam vulneráveis os sistemas democráticos, num grave quadro de retrocesso.

No Capítulo 1, *Alianças fatídicas*, os autores trazem um interessante quadro didático de comportamento autoritário, que inclui os seguintes indicadores: rejeição das regras democráticas do jogo político; negação da legitimidade dos oponentes políticos; tolerância ou encorajamento à violência; e propensão à restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. Para eles, democracias não devem banir partidos ou proibir candidatos de concorrerem em eleições, mas asseveram que a responsabilidade de manter políticos autoritários longe do jogo político é antes dos partidos e líderes partidários, afirmando-os como os guardiões da democracia.

O capítulo narra exemplos de democracias que não caíram na armadilha de aceitar demagogos no poder, incluindo a responsabilidade dos partidos pró-democracia de manter autoritários em potencial fora das chapas eleitorais, sugerindo, no texto, como os partidos predominantes podem forjar uma frente única para impedir que extremistas conquistem o poder e ameacem a democracia.

No Capítulo 2, *Guardiões da América*, os autores, numa narrativa inteligente, seguindo a realidade política e os estudos e registros históricos, afirmam que antes de 2016 existiram muitas figuras extremistas na política norte-americana (nos anos 30 havia cerca de oitocentos grupos extremistas nos Estados Unidos), o que demonstra que os norte-americanos têm, há muito tempo, uma veia autoritária. Porém, para eles, todos os casos de outsiders populares narrados no texto foram impedidos de disputar, pois a verdadeira proteção contra autoritários não foi o comprometimento da população com a democracia, mas antes, os guardiões e os partidos.

Levitsky e Ziblatt (2018) apontam que a Constituição de 1787 criou o primeiro sistema presidencial do mundo, afirmando que os vanguardas da democracia estadunidense, por não confiar plenamente na capacidade do povo de avaliar a aptidão de candidatos ao cargo, criou o Colégio eleitoral, formado em cada estado por homens proeminentes da região, responsáveis para escolher o Presidente.

Porém, acontecimentos políticos de desdobramento eleitoral desencadearam reformas de longo alcance, que emergindo, assim, um novo sistema de primárias vinculantes, em que os delegados seriam pré-selecionados pelos próprios candidatos, afrouxando o controle de seus líderes sobre o processo de seleção dos candidatos e abrindo-o alternativamente para os eleitores, mudanças que contornaram o caminho para indicação, pois não havia mais que passar pelo establishment do partido. Nos anos 1980, os cientistas políticos da época questionaram se as primárias vinculantes eram mais democráticas, ao colocar indicações presidenciais nas mãos de eleitores, enfraquecendo a função de revisão dos partidos como guardiões e abrindo a



porta para outsiders, advertindo, assim, que o sistema levaria ao surgimento de candidatos extremista e demagogos.

O Capítulo 3, *A grande abdicação republicana*, explica que o sistema de primárias após 1972 era especialmente vulnerável para que outsiders, com bastante fama e/ou dinheiro, pudessem passar pela “primária invisível” e, embora de nenhum deles tenha conseguido a indicação (outsiders celebridades sempre fracassaram), todos usaram dinheiro e o status de celebridades para rivalizarem como competidores.

Os guardiões do partido, segundo os autores, eram apenas uma sombra do que tinham sido no passado, e as regras do jogo não eram mais capazes de impedir que um outsider extremista fosse nomeado à presidência, por falharem na “primária invisível”. Isso explica como Trump, arditosamente, usou sua popularidade e fama, o apoio da mídia e o dinheiro para ganhar sua indicação presidencial, e suas visões extremistas o alinhavam positivamente para os quatro parâmetros do teste para autocratas, cujos indicadores são representados pelos autores no Capítulo 1 do livro.

No capítulo 4, *Subvertendo a democracia*, os autores afirmam que autoritários eleitos destroem as instituições democráticas de uma só vez ou de maneira gradativa, numa escalada de retaliações a um establishment político ameaçado. Para eles, bons árbitros, ou seja, funcionários, mandatários ou cidadãos comuns comprometidos, que figuram o sistema judiciário, agências reguladoras e tributárias, órgãos de imposição de leis e serviços de inteligências, de maneira independente para que possam denunciar, punir e impedir abusos governamentais e fraudes, são instrumentos de proteção da democracia, porém, se controladas por sectários, protegendo o governo de investigações e processos criminais que podem levar ao afastamento do poder, servem como instrumentos do aspirante a ditador.

Para os escritores, extremistas eleitos podem comprar jogadores importantes do jogo político, como políticos de oposição, líderes empresariais, meios de comunicação e figuras culturais que tenham certo status moral público.

No Capítulo 5, *As grades de proteção da democracia*, os autores explanam que as democracias têm regras escritas (constituições), que são fortalecidas por regras não escritas do jogo presentes na política norte-americana, dentre as quais duas delas se destacam no funcionamento de uma democracia: a tolerância mútua e a reserva institucional. O texto explica que existe uma tolerância e uma aceitação de sua legitimidade, afirmando que sendo as normas de tolerância mútua frágeis, é difícil sustentar a democracia.

Explicam, também, que a outra norma não escrita de sobrevivência da democracia, a “reserva Institucional”, significa limitar o uso de um direito legal. Isso pode se dar de algumas maneiras: por presidentes que tentam aparelhar a Suprema Corte ou contornar o Congresso governando por Decretos ou Medidas Provisórias; por Congressos que tentam bloquear todos os movimentos



presidenciais, não aprovando medidas ou votando pelo afastamento (impeachment) do presidente sem base ou por motivos dúbios; ou, ainda, por Supremas Cortes aparelhadas, que acabam julgando inconstitucionais quase todos os projetos ou leis, retirando poderes Legislativos. Para eles, o “jogo duro constitucional” coloca em erosão a tolerância, resultando em uma política sem grades de proteção, em colapsos democráticos por degradação de normas básicas.

O Capítulo 6, *As regras não escritas da política norte-americana*, discorre sobre várias situações em que, no século XX, todos os políticos norte-americanos usaram prerrogativas institucionais que, se utilizadas sem comedimento, podem enfraquecer o sistema: ordens executivas, indulto presidencial e modificação da composição da corte (poderes disponíveis para o presidente); e obstrução dos trabalhos legislativos (poder do Senado de aconselhar e consentir o impeachment, poderes do Congresso), prerrogativas estas que, se tivessem sido usadas como arma, poderiam gerar um colapso democrático.

O Capítulo 7, *A desintegração*, inicia com o resgate do acontecimento da morte, em 2016, do magistrado Antoni Scalia. Houve uma resistência política dos democratas em aceitar a indicação feita pelo presidente Barack Obama, do juiz Merrick Garland para ocupar a vaga, resistência esta não pelo critério de mérito (o indicado era qualificado e ideologicamente moderado), mas pelo critério político. Numa clara violação da norma, um ano depois e com um republicano na Casa Branca, o Senado rapidamente aprovou a indicação de um magistrado conservador, Neil Gorsuch, e o partido saiu ileso da violação da norma democrática, chancelando as medidas de Trump como violador em série de normas.

O texto relembra que este não foi o início, mas o apogeu do jogo duro constitucional, iniciado nos anos 1990, com a votação do impeachment de Bill Clinton, em 1998, num processo politizado de guerras partidárias; e com o governo de George W. Bush, governando marcadamente à direita e sem qualquer pretensão de cooperação bipartidária, gerando uma decadência política contra a tolerância e reservas mútuas, de violação reiterada da norma que se estendera para o século XXI.

O texto relembra, também, o declínio da reserva institucional na campanha presidencial de 2008, marcada pela intolerância partidária e pela histeria antimuçulmana criada pelo 11 de setembro de 2001, momento em que o então candidato Barack Obama foi pintado de “marxista”, “terrorista” e “antiamericano”, em discursos inflamados de seus opositores. Com a vitória de Obama, renasceu a esperança do retorno de um tipo mais civilizado de política, mas sua gestão foi marcada por extremismo crescente e guerra sectária, com questionamentos da legitimidade do Presidente por seus opositores, que abandonaram as normas de tolerância mútua (apoiados por conservadores, maioria brancos e cristãos). O obstrucionismo do Senado como tática de minar



a gestão presidencial durante o mandato de Obama fez dos republicanos um partido de comportamento radicalmente antissistema, o que enfraqueceu as grades flexíveis de proteção da democracia.

O Capítulo 8, *Trump contra as grades de proteção*, descreve como Trump iniciou seu mandato lançando ataques contra seus adversários, questionando a legitimidade de juízes e atacando a mídia, em meio a rumores de laços da campanha presidencial com Rússia, tentando punir ou expurgar agências que atuavam com independência (policiais, serviços de inteligência, agências éticas e tribunais) em um primeiro ano de mandato do Presidente outsider exibindo claros instintos autoritários.

No Capítulo final, *Salvando a democracia*, lembram os autores que não há nada na Constituição ou na cultura norte-americana que os imunize de um colapso democrático, apontando que, não só nos Estados Unidos, mas em todo mundo há uma percepção crescente de que a democracia está recuando.

Para os autores, o enredo do livro salienta uma lição central: quando a democracia norte-americana funcionou, ela se baseou em duas normas: tolerância mútua e reserva institucional, regras não escritas que legitimam rivais concorrentes e subutilizam prerrogativas institucionais próprias no espírito do jogo limpo, cuja inexistência faz com que o sistema de freios e contrapesos constitucional não funcione.

O livro torna-se leitura fundamental para pesquisadores, estudantes, e para todo cidadão que queira refletir e posicionar-se sobre os riscos reais de degradação democrática em nosso país e no mundo.

Referências bibliográficas

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2018.

Como citar este artigo:

CARDOZO, Denise; BOTELHO, Matheus A. Democracia em colapso? A posição de Levitsky e Ziblatt. *Áskesis*, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 183-187, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.543>

Data de submissão do artigo: 31/07/2020

Data da decisão editorial: 31/05/2021



Aberrações tropicais: representações da monstruosidade no teatro Latino-Americano

Tropical freaks: representations of monstrosity in Latin American theater

SANTANA, Analola. *Freak Performances: Dissidence in Latin American Theater*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2018; 266 pp.

Marco Antônio Gavério¹

1. Resenha

O termo *freak*² é frequentemente relacionado a uma rotulação, uma classificação pejorativa de determinados tipos de pessoas que não se "enquadram nas normas". Mais comum ainda é pensar o termo "aberração" como uma forma estigmatizada, mas ao mesmo tempo disruptiva, relativo àqueles e àqueles que são "desviantes". E os "desviantes", quando enquadrados como "aberrações", são reproduzidos como disformes, assimétricos, degenerados, retardatários, defeituosos, deficitários, grotescos.

Nesse sentido, a ideia de "aberração" tem sido trabalhada teoricamente e politicamente em torno da noção de deficiência. Pelo menos desde os anos 1980, pessoas com deficiência, e uma boa parte dos debates culturais nas ciências sociais e humanas, vêm explorando como essas noções das "aberrações" se correlacionam culturalmente a determinados tipos de corpos e comportamentos. Em suma, há uma ligação historicamente empírica, que inclusive depende de todo um aparato tecnocientífico moderno, entre o que chamamos de "deficiência" e aquilo que é visto como uma "aberração da natureza".

Entretanto, a semântica da "aberração" é também uma forma de conceber

¹ Cientista Social pela UFSCar, mestre e sociólogo pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da mesma Universidade. Também integra o grupo de pesquisa SEXent/PPGS-UFSCar. Suas pesquisas possuem financiamento público CAPES, instituição a qual o autor agradece. São Carlos, Brasil, marcaosemacemento@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0744-3520>.

² Termo que pode ser amplamente traduzido como aberração. Ao longo da resenha será usado este termo em português ao invés de seu original.



e classificar culturalmente o "outro". Ou seja, a noção de "aberração" é uma forma de enquadrar e produzir o "outro" como uma figura intrinsecamente desviante. De certa maneira, a "aberração" é uma representação social e cultural que enquadra, mais ou menos, determinados formatos e desenvolturas corporais e comportamentais.

É dentro desse contexto que encontramos as discussões de "Freak Performances – Dissidência No Teatro Latino Americano", de Analola Santana. Para Santana (2018), a "aberração" é uma "performance", uma encenação, um figurino, e também uma figuração sobre os processos coloniais e pós-coloniais que formaram a identidade latino-americana como um outro "selvagem" e "exótico". A autora se nutre das discussões sobre "monstros e aberrações" mescladas com análise cultural. Desde as perspectivas dos "disability studies" e "freak studies", Santana analisa como esse enquadramento aberrante produziu a América Latina como um grande outro. Santana perpassa pela leitura semiótica e geopoliticamente coordenada de uma série de peças teatrais contemporâneas latino-americanas. Essa leitura se situa na intensificação do "processo neoliberal", exemplificados pelo experimento chileno nos anos 1970, pelo "Consenso de Washington" nos 1980 e seus efeitos após os anos 1990 (SANTANA, 2018, p. 13).

Santana aponta duas coisas centrais na sua investigação. As "aberrações" das peças teatrais e artísticas latino-americanas são representações performáticas que indicam corpos e comportamentos que violariam suas representações normativas. Nesse sentido, as imagens consideradas como aberrantes estão condensando "corpos indisciplinados como performances de protesto" (SANTANA, 2018, p. 3). Ao mesmo tempo, essas figuras e representações, são formas de reconfigurar a própria formatação dos corpos e comportamentos latino-americanos como não cabíveis nos imaginários imperialistas e coloniais de normalidade (SANTANA, 2018, p. 5).

A autora toma a aberração como uma "alegoria" híbrida das construções da identidade latino-americana, marcadas pela ambiguidade entre os processos coloniais e pós-coloniais e as possíveis críticas a esses "modos de ver o outro". De forma bem concisa, Analola Santana aposta que os processos de "se tornar aberrante", que examina a partir das performances artísticas contemporâneas, "contestam o enquadramento hegemônico e imperialista anglo europeu" (SANTANA, 2018, p. 2).

Ao longo da obra há um corte entre a antiguidade, as formas clássicas e modernas de consideração das monstrosidades. Nesse caso, a figura do monstro antigo está mais ligada à cosmologia divina e é identificado em termos de "excesso, defeito ou hibridez" (SANTANA, 2018, p. 6). Já as aberrações são espécies herdeiras dessa monstrosidade cosmológica, mas inseridas em uma lógica que tende a secularidade e ao cientificismo. É com o avanço das dimensões científicas e jurídicas, com relação a uma taxonomia da natureza, que a monstrosidade passa também a ser compreendida como um desvio de



determinadas ordens naturais (SANTANA, 2018, p. 10).

É dessa noção clássico-moderna, em que o monstro e o prodígio antigo se tornam espécies patológicas, que emerge a figura da “aberração”. A autora postula a aberração como uma espécie de monstro moderno, que amplifica as próprias ambiguidades que podem representar e serem representadas culturalmente por este termo. Segundo Santana (2018, p. 11), “A aberração surgiu a partir dessa ruptura de percepção e do fascínio que a Europa do século XIX tinha por todas as formas de diferença corporal e comportamental”.

A base para essa afirmação utilizada pela autora é uma referência à literatura gótica do século XVIII-XIX. Essa literatura basicamente explorou os fenômenos identitários e culturais humanos que estavam à beira da “normalidade” (SANTANA, 2018, p.11): criminalidade, barbarismo, perversão e degeneração. Contudo, o termo “aberração” tem sua popularização no século XIX com as exposições das Cabines de Curiosidades. Segundo Chemers (2008), foram essas Cabines, as Feiras e Circos de Exposições itinerantes europeias que serviram de base para os *Freak Shows* norte-americanos de P.T. Barnum entre o século XIX e XX³.

Em suma, a identidade latino-americana é construída também a partir de um “enquadramento colonial” tecnocientífico e popularmente cultural anglo-europeu. Esse enquadramento colonial teria formatado corpos e comportamentos não europeus como naturalmente “monstruosos”, “aberrantes”. Santana diz que o sentido para o uso que faz do termo aberração está em “em todas as suas conotações e manifestações - o grotesco, o deformado, o deficiente, o excluído visual/moral/socialmente, a prostituta, o mendigo, o terrorista, o anti-herói e o homossexual, entre muitos outros tipos” (SANTANA, 2018, pp. 3-4).

Portanto, a pesquisadora defende que o corpo latino-americano é objetivado através de “construções discursivas da outridade” (SANTANA, 2018, pp. 13). Essas construções são as de raça, etnia, classe e gênero que, por suas vezes, estão em transformação ao longo dos últimos 40 anos de investida neoliberal na América Latina. As práticas e políticas neoliberais que têm composto os governos e Estados latino-americanos buscam atrelar noções de normalidade às características corporais de produtividade no ambiente do mercado. Nesse sentido, Santana observa que a própria figura da “aberração” pode estar sendo reapropriada pelas políticas socioeconômicas neoliberais e, com isso, modificando a própria configuração moderna e colonial da monstruosidade e da aberração.

³ Para maiores considerações sobre os *Freak Shows* e a figura do empresário do entretenimento P.T. Barnum ver: FIEDLER, Leslie. **Freaks: Myths and Images of the Secret Self**. Simon and Schuster, 1978; BOGDAN, Robert. **Freak Show: Presenting Human Oddities for Amusement and Profit**. University of Chicago Press, 1988; GARLAND-THOMSON, Rosemarie (Ed.). **Freakery: Cultural Spectacles of the Extraordinary Body**. NYU Press, 1996; LEITE JÚNIOR, Jorge. **Monstros, bufões e freaks: riso, medo e a exclusão dos anormais. Caderno dos doutores da alegria**, n. 2, 2006; SILVA, Mariana Morais Santana da. SILVA, Mariana Morais Santana da. **Freak show no século XXI: a exibição de corpos extraordinários como entretenimento e a construção do traje de cena**. 2017. Dissertação (Mestrado em Têxtil e Moda) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.



Santana faz uma distinção entre realidade e representação a partir das noções de "aberrações reais" e "performances aberrantes". Em ambas as dimensões os monstros e aberrações são "alegorias", "modos de ver o outro". Entretanto há uma distinção entre corpos que seriam propriamente "aberrações" e como esses corpos podem servir de metáfora para expor problemáticas relacionadas às dimensões de raça, etnia, classe e gênero (SANTANA, 2018, pp. 19). Em outras palavras, Analola Santana argumenta que a identidade latino-americana possui uma normatividade que ainda opera por uma lógica da "outridade estigmatizada" (SANTANA, 2018, p.26). Segundo a autora, "raça, classe, gênero, sexualidade, condição mental, tendências políticas e assim por diante, constituem elementos de um corpo aberrante que é mais fácil de marginalizar do que aceitar" (SANTANA, 2018, pp. 26-27).

Entretanto, é preciso ter cuidado para não colocar essas categorias analíticas de forma muito anacrônica. O olhar colonial também vai dar as condições para essas diferenças emergirem. A "aberração" não é relativa somente às diferenças corporais específicas, o que chamamos atualmente de "deficiência/doença", mas também a um enquadramento cultural do outro, a partir de uma série de diferenças entre o material e o simbólico. Aqui a questão fica bastante nítida em relação a como as cabines de curiosidades, os *sideshow*s e os *freak shows* operavam as diferenças corporais em consonância com as diferenças étnicas, como coisas fantásticas e, ao mesmo tempo, científicas. Ou seja, a proposta de Santana é mostrar como o choque colonial produziu a América Latina e suas identidades culturais. E como essa produção evoca as figuras dos monstros e das aberrações para enquadrar e produzir esse outro "espetacular" a ser enquadrado e esquadrihado.

Então, a figura "aberrante", elaborada nas peças culturais abordadas por Santana, exploram criticamente essa construção colonial da América Latina como um dos grandes outros do "Ocidente": um outro selvagem, canibal, sujo, exótico, desviante. O imaginário das aberrações elaborado nessas instâncias artísticas aborda as diferenças corporais em sua "exoticidade". Dessa forma, demonstra politicamente como as diferenças culturais extrapolam a própria tentativa de naturalizar o processo colonial que fundou a América Latina. A "aberração" é um enquadramento crítico e desafiador da ordem colonial e neocolonial. As "performances aberrantes" mantêm sob tensão os procedimentos de naturalização das relações e processos geopolíticos que produzem o próprio jogo entre "metrópole/colônia", "colonizador/colonizado", "centro/periferia". Nesse sentido, o instigante do livro é sua proposta de interligar a crítica colonial da América Latina com as políticas neoliberais da região através dessa normalização das "aberrações" em torno de dimensões de flexibilidade, produtividade e eficiência de mercado.

Em suma, o monstro e a "aberração" possuem fortes ressonâncias e operam basicamente com a estabilização de variadas diferenças corporais e comportamentais, consideradas contra-naturais ou degeneradas. Eles



também são produtos culturais, historicamente localizáveis, dessas próprias formas de visualizar, descrever e delimitar o "eu" e o "outro".

Referências bibliográficas

CHEMERS, Michael M. **Staging Stigma: A Critical Examination of the American Freak Show**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2008

SANTANA, Analola. **Freak Performances: Dissidence in Latin American Theater**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2018; 266 pp.

Como citar este artigo:

GAVÉRIO, Marco Antônio. Aberrações tropicais: representações da monstruosidade no teatro Latino-Americano. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 188-192, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.548>

Data de submissão do artigo: 10/08/2020

Data da decisão editorial: 28/05/2021



ENTREVISTA



Investigando os usos sociais da internet: uma entrevista com Larissa Pelúcio, Tarcízio Silva e Felipe Padilha

Investigating the social uses of the Internet: an interview with Larissa Pelúcio, Tarcízio Silva and Felipe Padilha

Ana Carolina Costa dos Anjos¹
Karina de Camargo²
Milena de Lima e Silva³

1. Apresentação

A digitalização ou plataformização da sociedade são conceitos que, cada vez mais, adentram aos debates teóricos da Sociologia contemporânea. A discussão sobre os usos sociais da *internet*, tema deste dossiê, faz-se necessária, sobretudo em um momento peculiar, no qual o isolamento social devido à pandemia do covid-19 escancara a digitalização das relações sociais. Desde fazer uma videochamada para conversar com pessoas queridas, participar de uma aula, um congresso ou reunião, assistir a uma das milhares de *lives*, fazer compras, gerenciar os desejos (em um momento que os encontros face a face estão suspensos), tudo passou a ser mediado digitalmente. Pensando nesse conjunto é que apresentamos uma entrevista realizada com a pesquisadora Larissa Pelúcio e os pesquisadores Tarcízio Silva e Felipe Padilha.

Larissa Pelúcio é Livre-Docente em Estudos de Gênero, Sexualidade e Teorias Feministas. Atua como professora de Antropologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e integra o quadro de docentes do

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), bolsista CNPq; Mestre em Ciências do Ambiente, Graduada em Comunicação Social/Jornalismo, ambos pela Universidade Federal do Tocantins. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2047-592X/>. E-mail: carolcdosanjos@gmail.com.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição, foi bolsista FAPESP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4444-3527>. E-mail: kah.mgo@gmail.com.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, bolsista CAPES-PrInt na Universidade de Oxford (Inglaterra); Mestre pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo; Graduada em Ciências Sociais, ambas pela Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0031-2832>. E-mail: milenalima.e.silva@gmail.com.



Programa de Pós-Graduação em Comunicação, na mesma instituição.

Tarcízio Silva realiza Doutorado em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC (UFABC) e é Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Co-fundador e Diretor de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD).

Felipe Padilha é professor substituto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa em Sociologia Digital (FURG) e ao Núcleo de Estudos em Ambiente, Cultura e Tecnologia - NAMCULT (UFSCar).

Os convidados e a convidada aceitaram conceder uma entrevista à Revista *Áskesis* por intermédio das organizadoras deste dossiê. Nossos encontros aconteceram em modalidades e dias diferentes. Com Larissa e Felipe tivemos um encontro digital, no final da tarde do dia 12 de novembro de 2020, na ocasião Tarcízio não pôde comparecer, mas enviou-nos as respostas de todas as perguntas. Em abril, gentilmente, leram a entrevista e complementaram informações que nos auxiliaram na construção do texto abaixo feito por várias mãos e, como o próprio tema inspira, em tempos síncronos e assíncronos, possibilitados pela mediação digital.

2. Entrevista

Iniciando essa conversa gostaríamos que vocês contassem sobre a trajetória e como chegaram às temáticas que pesquisam hoje.

Tarcízio: Em grande medida, a empolgação com a aparente quebra de hierarquias e assimetrias comunicacionais no início do milênio foi um fator que moldou os meus primeiros anos de engajamento científico. Acredito que para responder esta questão é impossível descolar das próprias condições estruturais de acesso ao conhecimento científico, seja pelas potencialidades seja pelas restrições. A paixão pelos temas começou mesmo antes da entrada na universidade, em 2005, no curso de Produção em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ao entender, nas primeiras oportunidades de acesso aos recursos da internet, como esses poderiam ter potencial transformador, mesmo que individualmente. Na primeira metade da década passada, o acesso à web ainda era um recurso limitado, mas mesmo com esse tipo de acesso era permitido encontrar comunidades, livros, artigos e vídeos, mas não tinha acesso devido à origem pobre. Nesse período, a ideia de “web 2.0” ganhava corpo, o movimento wiki, blogs e fóruns auto-hospedados mostravam que os nichos de interesse até então inacessíveis poderiam ser encontrados. Ao longo da graduação e mestrado, a lente sobre os fenômenos digitais estava regulada para observar a internet como um lugar de abundância



de recursos e conexões. Em minha dissertação, defendida em 2012, “Aplicativos de análise de informações sociais: mapeamento e dinâmicas interacionais” estudei como aplicativos sociais permitiram novos modos de relação com informações sociais dos indivíduos sobre si e sobre o entorno social. Ainda antes de recursos como a *timeline* que organizada em registros históricos do Facebook ou recursos como “*Onthisday*” que resgatam acontecimentos, desenvolvedores e artistas exploravam o acúmulo de publicações e dados dos indivíduos para gerar reflexão dos próprios indivíduos. Entretanto, com o fortalecimento das corporações de plataformas digitais, esse fluxo de dados foi crescentemente moldado para fins mais escusos, ao mesmo tempo diminuindo a capacidade dos desenvolvedores e artistas produzirem aplicativos para exploração lúdica ou social das informações e incrementando a modulação algorítmica para fins comerciais.

O desencanto com o potencial da web, ainda minoritário no campo da Comunicação, começou a tomar dimensões maiores com práticas nocivas de massa, como aumento do discurso de ódio, discriminação algorítmica, fechamento crescente das plataformas, concentração do ecossistema midiático e uso dos anúncios hipersegmentados para erosão democrática.

Pesquisadoras da afrodiáspora, em especial dos Estados Unidos, já acompanhavam tais questões há décadas, a exemplo de Alondra Nelson⁴ e Oscar Gandy Jr⁵. Descobrir as produções desses e de outro(a)s intelectuais que desvelam os modos pelos quais a supremacia branca⁶ se incorpora nas tecnologias desenvolvidas em torno do Atlântico Negro⁷ e isso gerou inspiração para minhas pesquisas e atuação nos últimos anos.

Atualmente me afilio a uma abordagem sobre racismo algorítmico que trata o modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos fortalece a ordenação racializada de epistemes, recursos, espaços e violência em detrimento de grupos racializados pela branquitude detentora das epistemologias e capitais hegemônicos que definem o horizonte de ações da

⁴ Escritora e pesquisadora premiada, afro-estadunidense, preside o Social Science Research Council, cátedra School of Social Science do Institute for Advanced Study e professora de Sociologia na Columbia University, em Nova Iorque (EUA).

⁵ Professor aposentado da Escola de Comunicação da Universidade da Pensilvânia, estudioso da economia política da informação. Trabalha com temas de privacidade, raça, tecnologia da informação, enquadramento de mídia, desenvolvimento de mídia e subsídio educacional.

⁶ A perspectiva de supremacia branca se dá a partir das colaborações de Charles W. Mills, em especial na obra “The Racial Contract”, onde aponta a necessidade de se estudar como um sistema político formador do mundo contemporâneo - desde o colonialismo -, e a construção da ideia de raça e racismo através de ferramentas teológicas e científicas. Com o objetivo de distribuir o mundo em favor da branquitude e a manutenção da exploração de povos racializados. A supremacia branca cria uma linha do colonialismo histórico até transformações como o imperialismo estadunidense, que atualiza o projeto supremacista branco iniciado no colonialismo europeu do século XVI.

⁷ O autor Paul Gilroy (2017), em seu clássico estudo “O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência”, apresenta a ideia de “Atlântico Negro” como uma categoria analítica, posto que seria, um sistema cultural e político inaugurado com o processo de escravidão. Para o autor, a escravidão desencadeia um “padrão fractal de trocas e transformações políticas que o autor procurou teorizar e termos de crioulização e sincretismo. Tais conceitos tiveram o objetivo de indicar como as culturas políticas negras têm sido significativamente renovadas não somente pelos povos do Caribe, mas, também, da Europa, da África e das Américas” (FLOR, 2020, p. 136).



inteligência artificial em sistemas algorítmicos. Mas, para além do diagnóstico e descrição de tais modos, estou interessado no mapeamento de produção de incidências multidisciplinares contra o racismo algorítmico. Isto significa uma conexão com áreas tão diversas como educação midiática, advocacia legislativa, explicabilidade na computação, associativismo e cooperativismo por tecnologias emergentes e outras.

Felipe: Minha graduação em Ciências Sociais foi na Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde se deu meu processo de iniciação científica, sob orientação das antropólogas Marta Ramirez-Galvez e Leila Jeolás⁸ que, à época, lideravam um grupo de pesquisa chamado “Corpos e Tecno-maquinas”, interessado nas relações entre corpo e tecnologia. Assim, desde o início, minha formação foi marcada por uma vinculação forte com trabalho de campo, atravessado por questões de gênero, sexualidade, feminismo e tecnologia. Embora ainda não tratasse das tecnologias digitais, desde cedo me interessei pelas relações entre sexualidade e tecnologia. Minha iniciação científica, por exemplo, ambicionava desenvolver uma etnografia das masculinidades na prisão. Nosso grupo de pesquisa era bastante diverso, com pessoas interessadas em diferentes temas, mas que de algum modo estavam conectados pelo eixo temático corpo-tecnologia.

Já na pós-graduação, minha intenção inicial foi estudar um grupo de homens que se autodenominavam “g0ys”. Descobri o grupo em um site que veiculava as ideias do mesmo. De início, chamou minha atenção o esforço para criar uma classificação capaz de escapar da oposição hetero e homossexual. Nesse momento ainda não conhecia o professor Richard Miskolci⁹, que mais tarde viria a ser meu orientador. Escrevi o projeto e submeti à seleção. O projeto foi aprovado, então comecei o mestrado, em 2013.

O professor Richard, nesse momento, estava particularmente interessado em pesquisas com mídias digitais e sugeriu o estudo sobre os aplicativos especializados na busca de parceiros por georreferenciamento. Desenvolvi uma pesquisa que contou com um conjunto de acasos bem aproveitados, algo da sorte e do momento. Exatamente em 2013, os equipamentos de *smartphone* tiveram o preço limitado à R\$ 1500 por meio de uma legislação do governo

⁸ Martha Celia Ramírez-Gálvez é Professora adjunta no Departamento de Ciências Sociais da UEL, trabalha com Antropologia, com ênfase em Antropologia e Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, reprodução, aborto, biotecnologia, reprodução assistida, família, adoção, conforme lattes da autora. Leila Sollberger Jeolás é professora aposentada da UEL e professora-sênior do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. Tem experiência na área de Antropologia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: Juventudes, Saúde Sexual e Reprodutiva; Juventudes e Serviços de Saúde; Risco e Prevenção; Velocidade e Corridas Ilegais de Carros e Motos; (R)existências Juvenis, conforme Lattes.

⁹ Richard Miskolci Escudeiro atualmente é professor titular de Sociologia do Departamento de Medicina Preventiva da UNIFESP, coordena a área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, anteriormente foi professor no Departamento de Sociologia da UFSCar. É pesquisador e parecerista do CNPq, da CAPES, da FAPESP, da FAPERJ e de diversos periódicos na área de ciências sociais e estudos de gênero e sexualidade, conforme seu perfil na plataforma Lattes.



da Dilma Rousseff¹⁰. De modo que, quando comecei a pesquisa, ocorreu um aumento exponencial do número de pessoas comprando esses equipamentos. Um fenômeno interessante de ser observado. Era algo mais ou menos assim: em um mês a plataforma/aplicativo tinha 50 usuários e no outro 200.

Nesse primeiro ano, muitas pessoas passaram a ter um smartphone e então comecei a me convencer de que a pesquisa fazia sentido. Digo isso porque, no início, pensava que as pessoas não iriam parar para relatar o que procuravam na internet. Meu orientador, mais experiente, dizia que as pessoas contariam tudo e acabei descobrindo que, em muitos casos, contam mesmo. Passei a juntar e sistematizar as evidências sobre 'o que organizava' essa forma de busca de parceiros tendo como campo empírico a região de São Carlos - SP. Queria entender como as mídias e a tecnologia eram utilizadas nas estratégias de busca e me deparei com uma busca mediada pelo segredo. A partir dos trabalhos de Georg Simmel passei a compreender o segredo como uma rede de pessoas incluídas e excluídas, ou seja, as que sabem e as que não sabem daquilo que se pretende ocultar. Trabalhar dessa forma permite neutralizar o juízo moral a respeito do que está oculto, jogando luz sobre outra dinâmica: 'quem oculta o quê, de quem e por quais razões'. Também inspirado por outros autores como Erving Goffman e Howard Becker comecei a pensar nas especificidades das relações locais, como por exemplo, o peso do estigma que cercavam as considerações sobre a homossexualidade.

Já no doutorado, continuei investindo nos aplicativos de busca por parceiros, mas com foco nas discussões sobre tecnologia. O resultado foi a tese "Entre Macacos Velhos e Queerpiras: uma etnografia nas interfaces dos aplicativos de busca de parceiros no interior paulista", defendida em 2019. Minha intenção foi discutir a tecnologia e a sua relação com a sexualidade a partir de um contexto empírico bem delimitado. O argumento é que essas tecnologias, voltadas à busca de parceiros, geram os protocolos para as interações sociais. Não se trata de uma simples mediação tecnológica, mas de compreender como interações e relações sociais são moldadas a partir da tecnologia. Não se trata de um processo vertical em que o aplicativo ordena o que a pessoa deve ou não fazer. Desde o início, o processo de converter-se em um perfil envolve interpelações, são solicitadas informações, imagens e há uma maneira de fazer as coisas que as pessoas aprendem fazendo. Em plataformas de relacionamento o perfil é a base da interação.

Larissa: Acho que posso começar pelo que une a minha trajetória a do Felipe. Temos em comum ter estudado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e o Richard como alguém entrou nas nossas vidas acadêmicas. O

¹⁰ Richard Miskolci Escudeiro atualmente é professor titular de Sociologia do Departamento de Medicina Preventiva da UNIFESP, coordena a área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, anteriormente foi professor no Departamento de Sociologia da UFSCar. É pesquisador e parecerista do CNPq, da CAPES, da FAPESP, da FAPERJ e de diversos periódicos na área de ciências sociais e estudos de gênero e sexualidade, conforme seu perfil na plataforma Lattes.



Richard também foi meu orientador durante um período do doutorado¹¹, no qual trabalhava a questão de Saúde e o modelo preventivo de AIDS voltado para travestis que se prostituem. E ficou muito latente que era preciso me aproximar das discussões de gênero e sexualidade, as quais estavam implicadas nas percepções sobre o que era saúde-doença. Inclusive a própria forma de lidar com a pandemia do HIV-AIDS, um outro momento pandêmico que foi muito importante e transformador para os estudos de gênero e sexualidade.

No campo etnográfico percebi que tinha que conversar com os clientes das travestis que se prostituíam. Uma travesti falou isso: “Você tem que conversar com as mariconas, nós sabemos tudo sobre prevenção, sobre camisinha. Isso é nosso trabalho, nossa sobrevivência”. E realmente era preciso falar com os clientes e não sabia como fazer. Não poderia ficar no ponto de prostituição e simplesmente perguntar ao cliente se ele gostaria de dar uma entrevista ou fingir que me prostituía. Por coincidência o Orkut estava começando naquele momento. Uma amiga mandou um convite e veja bem; não bastava a internet ser discada, o Orkut Beta, você ainda tinha que receber um convite e era tudo em inglês. Olhei o Orkut todo e comecei a ver as comunidades e, então, criei uma comunidade “Homens que gostam de travestis” e deu certo. Para ter uma ideia, quando o Orkut morreu, a comunidade tinha mais de 7 mil membros. No começo eram membros mesmo, eretos, eram outros tempos da internet. Era muito comum essa identidade iconográfica com a exposição da genitália¹² em comunidades associadas a que criei. É aquilo que o Luiz Felipe Zago fala sobre a “rostificação do pênis”¹³.

Essa foi uma experiência interessante, passei a monitorar a comunidade, coloquei um texto que dizia que era um assunto sério, coloquei o link para Lattes, etc. Para criar o perfil precisava de uma foto digitalizada e eu tinha uma câmera. Esse aparelho, uma novidade na época, facilitou a aproximação com as travestis. Muitas delas me pediam para tirar as fotos para usarem no MSN, porque trabalhavam por lá com clientela. Assim comecei a perceber o poder que a fotografia tem. Para acessar o MSN elas iam aos Cybers.

Descobri que essa tecnologia de comunicação estava sendo bastante utilizada. As pessoas iam aos Cybers e ficavam muitas horas lá. Pagavam valores que compensavam, porque elas marcavam programas por ali e começaram a construir uma rede interessante, na qual circulavam informações sobre as

¹¹ Era orientanda da professora Marina Denise Cardoso que, no momento, foi fazer uma pesquisa no Xingu e ficaria sem contato comigo. A professora Marina transferiu momentaneamente a minha orientação. Marina é professora titular da UFSCar. Tem formação, experiência de pesquisa e publicações na área de Antropologia Social, atuando principalmente nas seguintes áreas: antropologia da saúde, antropologia da medicina e da psiquiatria, e saúde indígena, conforme informações da plataforma Lattes.

¹² Não havia censura. O Orkut te “prendia”, caso fosse denunciado(a) por alguma inadequação, que podia ser inclusive a exposição de órgãos genitais. Apagava sua foto e você ficava atrás de grades, indicando que você estava suspenso por um tempo.

¹³ O processo de rostificação do pênis está descrito na dissertação de Zago (2009, p. 100), na qual fala que se trata de uma “decupagem dos corpos”, uma “genitalização das representações” com a “hiper presença do pênis”.



casas e cidades para onde poderiam migrar ou formas de transformar o corpo. No primeiro momento as travestis não estavam no Orkut, porque a plataforma era totalmente em inglês, e eu estava em contato com travestis que vinham das classes populares, com uma vida escolar muito interrompida. Mas, em pouco tempo o Orkut alcançou popularidade e passou a ter versão em português, devido ao número significativo de usuários¹⁴.

Mesmo com crescente número de pessoas contatadas ainda não tinha certeza que estava fazendo algo que teria um crédito científico, afinal, as pessoas poderiam mentir. Fiquei insegura e fiz um extenso relatório metodológico para a, então, orientadora. A professora Marina, super clássica e levistrossiana, disse: “As pessoas mentem em qualquer situação, mesmo no face a face. As pessoas constroem histórias para gente. Muitas vezes dizem que a gente quer ouvir. O nosso trabalho é de análise e de investigação antropológica”. Então fiquei um pouco mais confiante e fui aprendendo a juntar vários elementos como, por exemplo, essa identidade iconográfica às comunidades que determinada pessoa estava associada no seu perfil, etc. Assim fui fazendo meu diário de campo, quantificando, classificando, descobrindo que aquelas pessoas não eram *fake*, poderiam ter um perfil *mask*, para não serem identificadas, mas havia muita verdade nos perfis.

Mesmo com essa imersão no Orkut não tinha noção de que a internet é realmente uma rede. Recebi um e-mail de um cara que me passou o MSN dele e pediu o meu. O adicionei e passamos a conversar e foi nessa experiência que percebi a tessitura dessa rede, os fóruns de e-mail, os blogs, um mundo no MSN, sites e o mundo fora das telas. Nesse momento se rompeu a perspectiva binária de que tem um *on* e um *off*, um virtual e um real, e que estariam apartados.

Nesta época passei a frequentar o Dia T¹⁵, o que foi uma outra sorte desse momento de pesquisa, em que essas pessoas estavam se organizando a partir da internet para ter encontros presenciais. Assim pude estar com clientes de travestis que se prostituíam nos espaços off-line também. Era interessante ver como o off alimentava o online e vice-versa. Depois de cada Dia T meu MSN “bombava”. Foi aí que começou esse *crush* entre mim e a internet, não somente como pesquisadora.

Felipe: Gostaria de compartilhar algo a partir dessa fala da Larissa, pois mesmo nos conhecendo há bastante tempo, nunca tinha ouvido dizer que você (Larissa) tinha criado a comunidade. Interessante isso, porque quando comecei minha pesquisa de certo modo as comunidades estavam prontas. Isso

¹⁴ O Brasil e a Índia foram os países que mais utilizaram a plataforma. Um importante texto que apresenta uma historicização do Orkut é a dissertação do mestrado em Antropologia Social de Carolina Parreiras Silva: “Sexualidades no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line”, defendida em 2008.

¹⁵ Em 29 de janeiro de 2004, a população T indicou como o Dia da Visibilidade Trans, na ocasião um grupo de homens e mulheres trans e travestis, no Congresso em Brasília, lançaram a campanha “Travesti e Respeito”.



é um dado metodológico que está relacionado ao processo de desenvolvimento da tecnologia, mas também nos permite pensar como a tecnologia tem afetado nossa noção de empírico. Não apenas porque passamos a dar forma de rede para o social, mas principalmente porque o tempo todo temos as interfaces mediam nossas relações e essa operação tem impacto nas nossas percepções. A cronologia que Larissa estabelece me fez pensar na descrição de um dos interlocutores da minha pesquisa que, a partir de uma outra experiência e outro conjunto de relações, também recupera o contato com a internet tendo como ponto de partida os espaços coletivos como a *Lan-house* e o *Cyber café*, etc. Estou dizendo isso porque acho que esses elementos são fundamentais para entender a experiência brasileira com internet que é muito anterior ao *smartphone*, sem perder de vista as especificidades dos nossos processos. Os usos eram coletivos e progressivamente passaram a ser individualizados. Talvez por isso, quando comecei a pesquisa nos aplicativos tinha a sensação constante de estar lidando com um espaço extremamente individualista. Quando conversávamos entre colegas que conheciam o ambiente do aplicativo não era incomum o emprego do adjetivo “violento” para qualificar as interações. Essa percepção talvez fosse o resultado do estranhamento em relação a um espaço individualista que projeta o sujeito para o centro das escolhas.

É interessante perceber como a dimensão da experiência brasileira com a internet perpassa as pesquisas de vocês. Poderiam falar mais sobre os processos histórico-sociais da internet?

Larissa: Posso começar. O Orkut chega no Brasil em 2004, e essa comunidade que montei foi um pouco depois disso, mas ainda em 2004. Escrevo sobre no livro: “Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids”¹⁶, publicado em 2009. Nesse momento, o MSN ganhou muita centralidade na sociabilidade de jovens, filhos da classe média profissional, que vinham com uma experiência do ICQ. Nos *cybers* as pessoas começaram a acessar o MSN e o Orkut e era perceptível a escolha de lugares mais reservados quando queriam fazer usos privados dessas plataformas. Algo importante é que os homens da classe média profissional já tinham feito esse movimento de erotizar o mundo do trabalho, porque o computador doméstico custou um pouco a chegar nas casas e quando chegou era compartilhado. Diferente do celular que é um aparelho pessoal. Pegar o celular de uma pessoa é quase como violar correspondência. E isso que o Felipe falou da individualização, que fica clara com a conectividade e a portabilidade, ainda mais sublinhada no universo dos aplicativos de paquera.

¹⁶ O livro é resultado da tese de doutorado “Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids” (2007). Tanto a pesquisa de doutorado quanto a publicação do livro tiveram financiamento da Fapesp. A referencia completa encontra-se ao final da entrevista.



Felipe: Em 2007, com o lançamento da segunda geração de iPhones® da Apple®, o suporte tecnológico possibilitou a concessão de um pacote de dados que passou a permitir o desenvolvimento de aplicativos. Foi quando um número maior de pessoas passou a criar aplicativos destinados a realizar todos os tipos de funções. Além disso, é no final da década de 2010 que experienciamos a passagem de um modelo baseado na “conexão”, ou seja, guiado pelo usuário, para a “conectividade”, um tipo de uso mediado por algoritmos, como mostra o trabalho da socióloga holandesa José Van Dijck¹⁷. No caso da busca por parceiros sexuais, há um conjunto de diferenças que marcam a passagem das salas de bate-papo e sites para a era dos aplicativos.

O repertório e a dinâmica da interação mudam quando se tem o telefone em mãos. O texto do professor Richard Miskolci e Fernando Balieiro (2018) apresenta um argumento interessante: a ideia de quanto maior a tela menor a nossa exposição a ela e mais coletivo o uso. Assim, nas telas grandes do cinema a exposição era mais coletiva e mais curta e se dava num espaço público. Quando surge a televisão, a dinâmica continua sendo coletiva, porém, de forma mais intensiva porque passamos a um nível de exposição diária. Além disso, durante muito tempo, apenas famílias ricas podiam ter mais de uma televisão em casa, o que implicava em negociações. Caso uma pessoa quisesse ver o jornal e outra a novela, era preciso negociar e ainda se tinha um nível de coletividade. Em parte, isso explica porque quando o computador doméstico chega vai parar na sala, tem a ver com uma percepção que deriva da televisão. Além disso, a partilha de um computador por toda a família era uma realidade. Os equipamentos eram caros e isso restringia o acesso. Quando chegamos na era do *smartphone* estamos diante um microcomputador de mão, algo completamente individual. Não se trata só de ser o telefone de uso pessoal, é mais do que isso, é um equipamento que propõe um tipo de uso individual, baseado no interesse, personalizado. Quando estamos na sala assistindo a novela, cada um pode estar pensando individualmente, mas todos estão vendo o mesmo vídeo¹⁸. Com o telefone é possível ter dez pessoas numa mesma sala e cada uma habitando universos de interação completamente diferentes.

Larissa: Adicionando uma informação, em 2013 é o primeiro ano em que o PNAD registra um número muito alto de venda de *smartphones* e isso tem tudo a ver com a alíquota. E dentre os 50% da(o)s brasileira(o)s que passaram a ter celular 80% tinham acesso à internet só pelo *smartphone*. A pergunta era: “Nos últimos 3 meses você acessou a internet?”. Antes as respostas eram que sim, acrescidas da afirmação que era pelo computador da empresa. Ou seja, o acesso tinha classe e gênero, pois eram sempre executivos, pessoas

¹⁷ Professora da Universidade de Utrecht, autora do livro “The Culture of Connectivity” (2013).

¹⁸ O argumento seis do livro “Dez argumentos para você deletar suas redes sociais” de Jaron Lanier (2018) traz uma reflexão semelhante a que Felipe discorre.



ligadas ao mundo da TICS. E isso ficou muito presente na minha pesquisa de doutorado. Era muito comum que esses caras – que se autointitulam de *T-lover's* – fossem desse ramo de trabalho. Pois já há muito tempo tinham acesso aos sites pornográficos. Nos fóruns e lista de e-mails falavam sobre truques para não deixar rastros dos sites que tinham visitado, compartilhavam senhas desses sites, etc. Estamos falando também da trajetória do computador, do aparelho que adentra a casa e que seu uso era mais coletivo, de modo que a pornificação era mais dificultada.

É interessante que quando as classes populares têm acesso à internet de maneira mais consistente é pelo *smartphone*, não tem esse passado que pode ser contado quase que de uma forma evolucionista. E todos esses dados estão nas pesquisas do PNAD.

Podemos falar sobre os processos metodológicos e os percursos das suas pesquisas? E como vocês veem as Ciências Sociais e a Comunicação Social de modo geral. Os pontos fortes e os limites que têm percebido.

Felipe: Continuo trabalhando com a temática de sexualidade. Tenho acompanhado as lógicas de negociação em plataformas para adultos como o *Twitter* e *Only Fans*. Nesse caso, estamos falando de interações online que envolvem diretamente sexo e dinheiro. Venho me dedicando a compreender as diferentes maneiras pelas quais sexo, dinheiro e reconhecimento interagem na internet. Estou escrevendo um texto no qual ‘converso’ com uma propaganda do *Pornhub*. A propaganda aparece automaticamente, logo quando você abre o aplicativo, e diz: “Porque consumir pornografia quando você pode fazê-la. Bem-vindo ao novo nível da sua experiência pornográfica”. Em seguida, a publicidade apresenta o site e suas funcionalidades. A propaganda parte do reconhecimento tácito de que essas tecnologias alteram as formas de relações sociais, colocando a nossa experiência em outro nível. A ideia de que existe uma pessoa de carne e osso por trás do computador com um objetivo específico, que pode ser desde pedir uma comida na esquina ou encontrar sexo no bairro, tem consequências interessantes para nossas pesquisas. Com o desenvolvimento das tecnologias digitais passamos de uma compreensão marcada pelo espaço, quando fazíamos “cyber-coisas” e começamos a entender como nos relacionamos com a tecnologia. Um avanço fundamental é a percepção de que não existe uma diferença entre o *on* e o *offline*, como pontuou Larissa. São dinâmicas mais relacionais, como diz ScottMcQuire¹⁹. Trata-se de um “espaço relacional” no qual as pessoas estão inseridas e com o qual estão se relacionando.

Outro avanço que considero relevante diz respeito à compreensão

¹⁹ Professor associado da Universidade de Melbourne. Sua pesquisa explora os efeitos sociais das tecnologias midiáticas, com especial atenção a seu impacto sobre as relações sociais no espaço e no tempo, e a formação da identidade e da dinâmica das cidades.



dos limites estabelecidos por uma visão determinista da tecnologia. O determinismo tecnológico é uma questão que exige vigilância porque oferece explicações fáceis, causais, que costumam ser muito sedutoras. Acho que deveríamos ler Judy Wajcman²⁰.

Nas Ciências Sociais, demorou para incorporarmos essas tecnologias levando a sério a sua relevância para a compreensão da sociedade, seja como objeto ou como instrumento de análise.

Tarcízio: A afiliação disciplinar é um primeiro desafio particular. Observar os objetos e temas de pesquisa de forma multidimensional requer evocar recursos de várias disciplinas e campos, mas ao mesmo tempo tal expediente significa perder um pouco do aprofundamento teórico. Enunciando de outra forma: como entender a resistência a violências raciais epistêmicas incorporadas nas tecnologias? Para responder essa questão, é preciso enfrentar de início o que tenho chamado de dupla opacidade, o modo pelo qual os discursos hegemônicos invisibilizam tanto os aspectos sociais da tecnologia quanto os debates sobre a primazia de questões raciais nas diversas esferas da sociedade – incluindo recursivamente²¹ a tecnologia. Esse negacionismo tem fins convergentes, quando ambas as faces da dupla opacidade representam a interdição ao debate sobre as estruturas e manutenção do poder.

No caso do Brasil, temos ainda o assujeitamento pelas manutenções da colonialidade nas relações internacionais e na presença de uma, como bem nomeou Jessé de Souza, “elite do atraso” racialmente e geograficamente situada que promove a exploração e saque dos próprios concidadãos. A interdisciplinaridade teórica e metodológica em minha produção se volta mais a um projeto de promoção de saberes de lugares decoloniais-afrodiaspóricos que dialogam com abordagens críticas sobre raça, racismo e branquitude, de um lado, e de outro com colaborações críticas para o desvelamento das políticas da tecnologia.

Quanto à metodologia, por se tratar de uma busca de produção sobre racismo algorítmico e suas resistências possíveis, em um primeiro momento parte-se do questionamento de uma autoridade epistêmica da interdição. Racismo algorítmico não trata de “algoritmos racistas” como se os códigos ou softwares possuíssem agência por si só, trata das redes de delegações, trocas e danos materializadas nos sistemas algorítmicos. Para compreendê-lo, é preciso estabelecer uma conexão entre as políticas das tecnologias – com as contribuições dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade – e as abordagens da teoria racial crítica e sociologia afrocentrada e decolonial.

²⁰ Professora do Departamento de Sociologia da London School of Economics and Political Science. Desenvolve pesquisa sobre as relações entre gênero, feminismo e tecnologia. O livro escrito por ela e por Donald MacKenzie (1985), apresenta um conjunto de críticas às abordagens deterministas da tecnologia.

²¹ Para mais informações ler o texto “Teoria Racial Crítica e Comunicação Digital” (SILVA, 2019).



Larissa: Estamos aqui com desenhos metodológicos distintos. Em diálogo com tudo isso, penso que as Ciências Sociais talvez tenham sido mais refratárias ao universo digital. O que é uma contradição da própria área, porque nós elegemos Marx como um dos patronos das Ciências Sociais, da Sociologia, e o próprio Marx dizia sobre a questão das tecnologias constituírem os modelos de sociedade de relações sociais. E o Castells, mais recentemente está lembrando para gente, em mais de um momento, a importância das tecnologias. Como elas conformam sociedades, mas como elas também são conformadas pela sociedade²².

E concordo muito sobre o quanto elas modelam, o quanto também nos constroem em termos de possibilidades de comunicação e de interação. Hoje, com a algoritmização, muitas vezes não percebemos o quanto o desejo está sendo modelado. Você acha que está escolhendo livremente no aplicativo de paquera e não está.

Acho que nos falta, como cientistas sociais, buscar mais esse diálogo com essas caixas pretas do mundo tecnológico, da Ciência da Informação, dos Big Data e também da Comunicação Social. A Comunicação, de modo geral, está 'olhando', sobretudo para a produção da Sociologia e dos Estudos Culturais e acho que agora precisamos fazer esse movimento de também ir atrás da Comunicação. Pensar em mídiatização, nos ecossistemas de desinformação e na reflexão que a disciplina já está fazendo para fenômenos absolutamente contemporâneos.

Felipe: Realmente, devemos colocar como parte da agenda de pesquisa esse diálogo com a Comunicação. É uma área que desde sua origem produz conhecimento sobre as mídias, levando em consideração aspectos sócio midiáticos e, portanto, tem muito a nos dizer. Penso que há uma razão muito simples na nossa dificuldade em lidar com as interações e relações mediadas pela tecnologia: todo o edifício teórico das Ciências Sociais foi produzido para pensar um mundo de interações face-a-face, formado por pessoas adultas, em pleno gozo das suas faculdades mentais. Em resumo, as Ciências Sociais sempre projetaram o sujeito da teoria como sendo um ser humano adulto, indivíduo racional, no limite, como um homem branco, de origem europeia, sem nenhum problema físico ou deficiência cognitiva. Tais limites se revelam quando deslocamos o enquadramento para perceber as interações a partir de outros pontos. A Sociologia da Criança, por exemplo, tem muito mais a dizer quando se articula com Psicologia, História e Pedagogia. Então, certamente teremos muito a ganhar estabelecendo um diálogo mais estreito e sincero com outros saberes, como a Comunicação e as Ciências da Informação, por

²² Manuel Castells é um sociólogo espanhol, nascido em 1942. Entre suas obras com maior destaque está a trilogia "A Era da informação: Economia, sociedade e cultura", composta pelos volumes "A sociedade em rede" (1996) [2005], "O poder da identidade" (1997) [2018] e "O fim do milênio" (1998) [2020]. Mas, a citação refere-se a textos mais recentes como o "Poder da Comunicação" (2009).



exemplo.

Pensar os limites de pesquisa também nos faz refletir sobre a Ética, os usos de ferramentas de análise científica e a própria pesquisa na internet. O que podem nos dizer sobre?

Larissa: Antes é preciso pensar sobre o que a gente dá conta de pesquisar, onde conseguimos entrar. Por exemplo, uma discente, de 23 anos, está entrando no mestrado e quer pesquisar a sociabilidade em um presídio masculino. Há diversos fatores sociais que irão impedir. E isso não tem relação com a capacidade da pessoa. Assim, é preciso reconhecer os limites pessoais e os impedimentos institucionais para que possa realizar uma pesquisa, caso contrário já se começa fadado a não dar certo, isso cabe também para o universo da internet.

Começando a responder sobre a Ética, quero deixar uma alerta: “O que está na internet não é público”. É preciso ter muito cuidado. Cuidado de não expor nomes dos grupos estudados, escolher um nome que possa trazer uma síntese de identificação, sem identificar. E também de não redigir literalmente o que cada pessoa falou.

A essa perspectiva ética as pessoas não estão muito atentas, por exemplo, colocam captura de tela em artigos. Borram o nome, mas a frase está lá e a identificação é fácil. Ou ainda, ao trabalhar com grupos muito diminutos, mesmo que seja na internet, é preciso usar um pouco da “etno-ficção”, isso é ir além de usar nomes fictícios para preservar o anonimato. Trata-se de criar personagens reais mixando histórias que são contadas e aparecem no campo.

Felipe: Na minha tese, por exemplo, juntei dois ou três perfis muito parecidos e troquei as informações dos personagens. Se a ordem não altera o produto, altera a identificação da pessoa. Recentemente, em parceria com a colega Lara Facioli, escrevemos um texto chamado “Ética e pesquisa em ciências sociais: reflexões sobre um campo conectado (2019)”, no qual refletimos sobre a importância e a necessidade de se revisar os códigos de ética à luz das questões colocadas pela internet. Acessamos diversas fontes e percebemos que há pouco material sobre ética e pesquisa na internet. Foi também o que nos motivou a escrever o texto. Se eu pudesse recomendar uma fonte para o começo dessa conversa sugeriria o Código de Ética da Association of Internet Researchers (AoIR), no qual estão estabelecidos alguns princípios fundamentais para o estudo de relações mediadas pela internet²³.

Larissa: Outra questão que é muito cara à pesquisa de modo geral é a confiança. A confiança não é só um substantivo. É um elemento ético e

²³ No site da AoIR, na aba Ethics é possível baixar todas as versões gratuitamente, inclusive a mais recente “2019: Internet Research: Ethical Guidelines 3.0.”



metodológico da construção da pesquisa. Quando trabalhamos com alguns grupos que buscam uma história, um registro de uma história, que vá para além da oralidade, é ainda mais delicado. Na pesquisa de doutorado vivi esta experiência, o grupo de travestis que pesquei queria seu nome, queria ter a história registrada. Antes do texto ser publicado, passei para uma das pessoas que eram sujeitas da pesquisa ler. Ela levou muito tempo para ler porque era pouca alfabetizada, mas quis ler tudo. Quando voltei para perguntar o que tinha achado, ela estava super emocionada e falou “Larissa, obrigada, é tão linda minha história”. E falei que talvez tivesse que mudar o nome dela, por questões éticas, e ela disse “por favor, não muda”. Durante muito tempo apresentei resultados parciais da pesquisa em congressos sem mudar o nome. Lembro tanto da Mirian Pilar Gross²⁴, como da Regina Facchini²⁵, falando pra mim da importância de mudar os nomes, de que as relações humanas têm fluidez e, de repente, aquelas mesmas pessoas poderiam mudar de opinião. Algumas relações podem se desgastar. Outro dado da pesquisa é que muitas vezes as interlocutoras estavam no limite da legalidade.

Tarcízio: Acredito que no campo dos estudos de plataformização e tecnologias digitais um desafio contemporâneo é a falsa crença sobre a abundância de dados. Acompanhando o que os colegas comentaram, me parece essencial sublinhar que os códigos de ética devem ser prioridade em pesquisas sociais, sobretudo quando o escopo da pesquisa envolve indivíduos específicos, suas histórias e trajetórias. Porém, parece que a ideia de abundância de dados online para pesquisadores como nós - de universidades brasileiras - impressiona se não compararmos com os dados que empresas detentoras de plataformas de mídias sociais, buscadores, aplicativos e afins possuem hoje. Pesquisadores atuantes nestas empresas, com objetivo de desenvolver pesquisa aplicada visando lucro, possuem muito mais dados do que qualquer universidade - mesmo as maiores do mundo - imaginariam obter. Mas sem a transparência e exigência científica que atores da pesquisa científica pública precisam se adequar. Em minha opinião, essa é uma das maiores questões da atualidade e de difícil resposta.

Como vocês veem os usos de imagens pelos usuários? Isto é, como as plataformas incentivam a construção de representações visuais de si mesmos e de outros, como também de seus valores, aspirações e desejos.

Tarcízio: As representações dos usuários e as negociações

²⁴ Professora da UFSC, desenvolve pesquisas sobre Teoria Antropológica, História das mulheres no campo antropológico, Antropologia Francesa contemporânea e Metodologias qualitativas de pesquisa.

²⁵ Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e professora permanente do Programa de Doutorado em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, todos na UNICAMP.



simbólicas resultantes das representações digitais e seus ordenamentos ou transformações algorítmicas são centrais para a minha pesquisa sobre racismo algorítmico e imaginários sobre resistências. Uma primeira camada aparentemente mais explícita é o poder da construção dos indivíduos e suas marcas como paradoxalmente mecanismo de construção de presença online, com benefícios resultantes em diferentes tipos de capitais ou formação de comunidades, mas também o estabelecimento de uma dependência da própria plataforma. Os perfis nas mídias sociais e aplicativos mobile tornaram-se recursos essenciais para boa parte das trocas afetivas, profissionais e construção de laços. Uma expressão de Jenny Sundén, enunciada em 2003, resume bem essa construção de si ao falar sobre a criação de perfis em mídias sociais era “*typeoneselfintobeing*” ou algo como “digitalar-se em existência”. Com diferentes graus de controle, pela primeira vez o registro de informações e imagens pessoais de milhões de cidadãos comuns tornava-se público, voluntário e relativamente acessível aos pares 24 horas por dia e 7 dias por semana.

Atualmente esse estado de coisas sobre informações online é tomado como algo dado, como parte da paisagem, mas gerou profundas mudanças na relação entre indivíduos, instituições, empresas e Estado. Entre expressões intencionais ou dados coletados pelas interfaces - sem necessariamente a compreensão do usuário -, as mídias sociais normalizaram a abundância de compartilhamento de dados pessoais e em rede. Essa abundância em ambiente regulatório e social permissivo viabilizou grande parte da evolução da inteligência artificial, em campos como processamento de linguagem natural, visão computacional e etiquetamento de imagens. Associado ao tecnochauvinismo²⁶ dos campos das *startups* foram normalizados os padrões de uso dos dados privados e sensíveis - tanto individuais quanto coletivos - que só recentemente estão sendo levados em conta na definição de regulamentação legislativa ou políticas públicas. Em um momento onde a plataformização não só engoliu os fluxos da comunicação - circulação de afetos, produção cultural, mobilidade e comércio - mas também os próprios mecanismos de governança do estado, a circulação de imagens torna-se algo mais crucial.

Entre os vários modos de incidência da inteligência artificial nas manifestações do racismo algorítmico, temos a implementação desenfreada de reconhecimento facial para fins policiais. Mesmo com índices inaceitáveis de erro de identificação das pessoas, problema agravado em estados racistas onde o encarceramento em massa é a norma, como Brasil e EUA; a leniência da sociedade em entender e combater esse novo tipo de tecnologia algorítmica carcerária se coaduna tanto com a ideologia punitivista quanto com a normalização da profusão de imagens pessoais.

²⁶ Uma discussão sobre o conceito pode ser encontrada no texto: “(Des)Inteligência Artificial: como computadores não compreendem o mundo”, resenha do livro *Artificial Unintelligence* de Meredith Broussard. Disponível no site pessoal de Tarcizio Silva.



Larissa: Gostaria de comentar, em diálogo como que o Tarcízio acaba de colocar. Pensando no que as pessoas têm feito nas plataformas e aplicativos no que se refere às relações étnicos raciais. Como muitos homens negros entenderam que se racializar era muito importante, não para se sexualizar, mas para se empoderar. Negro como cor política. Ser negro é também ser bonito e competitivo em um mercado muito disputado como o mercado dos afetos. Um dos meus colaboradores tinha uma foto no perfil de um aplicativo e quando começou a conversar com uma menina no WhatsApp estava com uma foto mais atualizada, com o cabelo Black Power, e moça falou “nossa eu não sabia que você era assim”, ele perguntou “assim como?”, ela respondeu “com essa cara de petista nojento” e bloqueou ele. Esse código do cara que entendeu que ser negro não é ser subalterno, que os códigos da negritude precisam ser assumidos para serem ressignificados, isto fez com que a moça o lesse como um cara que não é de direta e o classificou como ‘petista’. Pelo menos em uma leitura rápida que as pessoas conseguem fazer. Não acho que ela, a bloqueadora, tenha se esforçado para fazer análises sociológicas, penso que ela fez uma análise para ler esses códigos e o fez a partir de códigos e valores largamente disseminados. Foi de imediato, entrou e viu que a foto dele e percebeu que não tinha entendido quão negro ele era e se assumia isso. E o rapaz, que tinha sua foto no aplicativo desatualizada não estava tentando se branquear, simplesmente estava com o cabelo curto no momento em que abriu o perfil.

Felipe: Nas pesquisas com os aplicativos sempre achei que existia uma correspondência muito grande entre o que a propaganda apresentava e o uso que as pessoas faziam da plataforma. A propaganda mostra a imagem de homens, muitos sem mostrar o rosto, contendo apenas recortes do abdômen ou do torso, e esse enquadramento se replica nos perfis produzidos pelos usuários. Existe uma pedagogia do uso e ela passa pela propaganda. Encontrei na obra de Stuart Hall²⁷ a noção de “regimes de representação” que tentei alinhar ao debate sobre reconhecimento. A rede de conexões com a qual trabalhava era basicamente formada por homens gays em busca de parceiros sexuais. Em redes com essa configuração a pornografia ganha centralidade. A questão da motivação por trás do uso era uma das questões em que estava interessado e me inquietava saber o que tornava o aplicativo tão atraente. Nesse processo, pelas mãos da Larissa e do Richard, conheci o trabalho do Shariff Mowlabocus²⁸, que mostra como para os homossexuais nunca houve um espaço de representação seguro das expressões do desejo. Por exemplo,

²⁷ Duas obras traduzidas que trazem essa discussão são: “Cultura e Representação” (2016) e “Da diáspora: identidades e mediações culturais” (2011).

²⁸ Doutor em Mídia e Estudos Culturais pela Universidade de Sussex (2006). Desde 2019 atua como professor do departamento de Comunicação e Estudos de Mídia da Fordham University. Autor de *Gaydar Culture*, publicado em 2010, que representa uma das primeiras análises substantivas de como as minorias sexuais usam os recursos da mídia digital para negociar questões de identidade sexual, comunidade, prática e saúde.



por que nunca teve o beijo gay na revista? Por qual motivo que se tem tanta discussão em torno do beijo gay na novela? A consequência é que não temos um espaço onde essa representação é lida como bonita e desejável. Quando o gay parece nas representações midiáticas tem um monte de traços, pressupostos psicológicos (o pedófilo, o abusador de criança ou aquela pessoa que não é bem resolvida com a própria sexualidade e se volta contra o mundo, como se a “culpa” fosse mesmo da homossexualidade), estereótipos, etc. Por diferentes caminhos o trabalho do Mowlabocus mostra como um dos únicos espaços midiáticos em que ver dois homens másculos se beijando como algo legal e positivo é na pornografia. É o único lugar seguro que funciona. Então é compreensível que essas estéticas estejam muito entrelaçadas. A pornografia empresta a retórica para os aplicativos.

Richard Miskolci apresenta outro argumento interessante sobre como essa “cultura gay”, vamos dizer assim, se constitui em termos de consumo, inclusive, de produtos sexuais, que guardam uma vinculação íntima com a pornografia. Em plataformas como os aplicativos acaba sendo esse o repertório cultural a partir do qual as pessoas se leem. Por isso que a minha discussão vai da pornografia para o reconhecimento, porque o tempo todo as pessoas estão lidando também com a contrapartida dessa demanda.

Se você perguntar para qualquer usuário do *Grindr*, e ouvi isso diversas vezes, as pessoas vão falar: “isso parece um açougue”, “as pessoas se tratam como um pedaço de carne”. Entretanto, há perfis que se inscrevem dizendo: “pergunte sobre mim”, “eu procuro alguém inteligente”, e ao começar uma conversa logo vem a frase: “manda um nude”. O aplicativo é um ambiente saturado de emoções sexuais. Por exemplo, os grupos de onde surgem as categorias “urso”, “barbie”, “twink” ou “daddy”? A origem está na pornografia ou se relaciona com ela. E os usuários vão respondendo a esses padrões. Não quer dizer que elas simplesmente sejam manipuladas e o aplicativo faça as coisas de cima para baixo. Prova disso é como o próprio aplicativo foi se adequando às demandas e pressões de mercado, tomando medidas para garantir a segurança das pessoas. Não que eu acredite que o aplicativo estivesse preocupado com as pessoas, mas creio que a empresa respondeu diante da possibilidade de ser alvo de processos.

As adequações dos aplicativos também ocorreram em torno de novas questões de gênero, devido a demanda dos usuários. Penso que nesse ponto esteja a vinculação com uma ideia de organização política. Por exemplo, o aplicativo foi se tornando menos agressivo em relação a lógica da pornografia e foi se tornando mais flexível a outras orientações de gênero, incorporando pronomes de tratamento não-binários, algo que não existia no começo. E a própria interface dele foi se tornando mais comercial. A modelagem não se dá somente na tecnologia, as coisas acontecem juntas e na relação.

O segundo ponto que quero destacar é sobre as fotografias. A internet é extremamente visual. É o imperativo da imagem, como diz o texto da Iara Beleli



(2015). Tem o fato de as câmeras estarem disponíveis e a história social dessa mudança. No caso dos aplicativos para homens gays, o peso da pornografia das imagens é evidente, faz parte do jogo (justamente porque tem um peso da pornografia/estigma). O jogo do segredo está colocado, um jogo de mostrar-se e esconder-se.

Larissa: Acho que são as duas coisas. Trata-se de um espaço muito violento e o esvaziamento do *Facebook* é flagrante. As pessoas vão para o *Instagram*, justamente porque existem algumas limitações no *Instagram*, como por exemplo, de compartilhamentos. Estava acompanhando a migração, acredito que devido à hostilidade e à violência de um espaço como o *Facebook* (e a gente sabe as consequências políticas disso), as pessoas foram adquirindo um vocabulário político por meios digitais também, isso não significa que elas saibam a origem teórica daquele conceito, ou mesmo que aquilo é um conceito. Ainda assim, essa apropriação é muito interessante e, acho, aponta para um vazio semântico que tínhamos para abordar certos temas. Existem um conjunto de pessoas que conhecem os novos conceitos e os difundem pelas redes on-line e isso é instrumento importante para que se crie um discurso de enfrentamento. Não basta, mas é potente. Por exemplo, faltava a nós, mulheres, determinado vocabulário para a gente saber que aquele nosso riso sem graça diante de uma abordagem machista, constrangedora, tinha um nome; assédio, e que deveríamos conversar, reagir e explicar.

Adquirir esse vocabulário, que passou a circular de maneira mais presente e intensa, tem também a outra face que é muito violenta que é o não tolerar que o outro não conheça este mesmo vocabulário. Então há o cancelamento, a ilegitimidade como ator/atriz daquele movimento ou daquele lugar. De se chegar com muito medo num grupo de feministas como uma menina recém adentrada e se vigiar a fala, a cada segundo e, ainda assim, vir uma “mana” e te corrigir, dizer que não é daquele jeito e nem sempre de maneira delicada... Como a gente transformou toda essa força política em algo muito violento e igualmente comercial, como o Felipe estava falando. A gente cancelava serviços e não pessoas. As pessoas passaram a ser canceladas por deslizos nos novos vocabulários²⁹. Muitas vezes não se tem aquele movimento de ouvir, de ensinar e de ensinar de uma maneira que não seja arrogante. Ninguém gosta de ser repreendido em público, muito menos uma pessoa que já é adulta. Há um movimento de considerar as pessoas homofóbicas ou machistas por conta de um artigo que escrevera e não esteve atenta(o) a esse novo vocabulário. Muitas pessoas ainda não tiveram tempo ou oportunidade

²⁹ O livro “Batalhas Morais - política identitária na esfera pública técnico-midiatizada”, do professor Richard Miskolci (2021) traz um debate importante sobre o tema, no qual aponta como houve a construção de um léxico e uma estética política de empreendedores de si que tecem discursos de escracho e ‘cancelamento’ pautados em uma política identitária essencializada. Indicamos também a leitura do texto, de co-autoria da própria Larissa, sobre o cancelamento e as perdas que se tem nas agências que tomam esta estética política como tal, trata-se do texto “Cancelando o cuier”, publicado no v. 10, n.1 da Revista Contemporânea 2020.



de aprendê-lo, embora, às vezes, possa ser má vontade mesmo. Um vocabulário político que se disseminou muito rapidamente pelas plataformas e que é muito importante, mas ainda está sendo assimilado.

A visualidade está articulada com o suporte tecnológico, com a lógica de funcionamento das plataformas e também com a sociabilidade. Poderiam explorar um pouco mais esse ponto e relacionando-o com os marcadores sociais da diferença a partir de suas pesquisas?

Larissa: Posso comentar sobre como percebi algumas distinções entre o Adote Um Cara e outros aplicativos. Quando se observa o *Happn*, principalmente porque o app leva muito a sério a geolocalização e trabalha com distâncias menores (que implicam certos riscos) é possível fazer algumas inferências. Em São Paulo, fico na região da Augusta, perto da Paulista e notei que assim que o aplicativo começou a operar no Brasil, não é de se estranhar, não tinha pessoas negras o utilizando. Não precisa fazer muito esforço para responder, mas estranhamente também não tinha nipônicos, orientais. Acho que estavam em outros aplicativos. É a questão da intersecção classe/raça aparecendo. O *Happn* era muito mais branco e outro fator flagrante sobre a visualidade foi ver as fotos dos homens dentro de carro ou de elevador de aço escovado. Desde que o carro foi inventado ligar carro com masculinidade e com sexo, não é nenhuma novidade.

E fiquei pensando nisso como as pessoas lidam com a autoimagem e o que as plataformas e aplicativos oferecem, por exemplo, os filtros são racistas, porque no máximo te bronzeiam, para te enegrecer só se for zoeira, os filtros para te embelezarem são para branquear.

Felipe: Inclusive porque filtros tendem a produzir um tipo específico de traços fenotípicos, em geral, diminuem o nariz e a mandíbula. São traços racializados, o olho grande, nariz grande.

Larissa: Exatamente, Felipe. Voltando às fotos dos caras no elevador, penso que pode ser para dizer que eles tinham carro ou se estavam empregados como executivos (pelo elevador). Outro ponto é a vaidade do *self* que é ligada a uma postura feminina, algo que te feminiliza e infantiliza também. Então, esses homens pegam um momento em que supostamente não tem ninguém olhando, o elevador, o carro, instantes em que, no máximo, há pessoas anônimas passando. E nessas fotos comunicam várias coisas.

Outra estratégia comum são as fotos de esportes radicais, que tem a ver com masculinidade, com adrenalina e também a questão financeira, que remete a questão de classe. Há também as clássicas fotos com monumentos internacionais.

Outro ponto é como lêem as fotos das mulheres, era muito comum os



interlocutores de pesquisa dizerem para mim “não suporto mulher que faz biquinho em foto”, “já dei X³⁰”. É uma lógica também muito mercantil, de quanto custa meu coraçãozinho, porque no *Happn* e no *Adote Um Cara*, há limite de uso, uma hora acabou sua cota do dia de likes. De modo que, é preciso fazer um cálculo muito racional.

Percebo nisso que a própria linguagem emocional emprestada do universo do trabalho e do mercado traz para o mundo dos afetos uma camada dessa masculinidade hegemônica. O acúmulo, otimizar, o calcular, a flexibilidade. O neoliberalismo teve essa capacidade de transformar palavras tão legais como empreender, flexibilizar em violências e em precariedades. Tanto para o trabalho como para as relações humanas. E nesse universo das fotografias, muitas pessoas não chegam a colocar algo escrito, porque não julgam que seja necessário nesse ambiente, nesse catálogo.

Está muito conectado com o mundo das metas, da busca permanente de fruição, de emoção. Essa coisa que o Deleuze³¹ já falava, que na sociedade disciplinar você está sempre na imposição das metas, um corpo que servia às metas e agora você nunca vai cumprir as metas na sociedade de controle. A ideia de que se você parar aqui, que nos faz eternas buscadoras e buscadores, pode ser que a tua felicidade esteja no próximo perfil³². Então essa lógica do descarte traz muita infelicidade porque é uma conta que não fecha, que é: como é que você vai ter relações de qualidade sem intimidade? A gente está com dois modelos de amor e de construção de relação, um que é do mundo industrial, que é o amor romântico e o outro que é do momento neoliberal, que é esse tipo de relação contemporânea, muito ligada a essas urgências, descarte e ao cumprimento de metas. Para falar de gênero, sem querer ser binária, mas relacionando com o que o senso comum percebe como o ‘masculino’ e ‘feminino’, a modalidade de amor contemporânea do momento neoliberal é masculinizada, falando grosseiramente.

Felipe: Preciso fazer um comentário sobre esta fala da Larissa. É compreensível que o aplicativo *Adote Um Cara* só tenha dado certo na França. Só pode dar certo numa sociedade baseada em confiança, na qual as pessoas têm certa margem de segurança para se expor e com noções de privacidade muito bem estabelecidas. A privacidade é um processo social. Só existe privacidade em uma sociedade que reconhece a privacidade como um valor e uma prática social. Qualquer final de semana na minha casa com meus pais você vai descobrir isso. A privacidade não é um bem que alguém tem, é uma

³⁰ O ‘x’ é uma marca gráfica nos apps para recusar o perfil.

³¹ Gilles Deleuze foi um filósofo francês pós-estruturalista, nascido em 1925 e falecido em 1995.

³² Para aprofundar neste tema indicamos a leitura de três obras: o livro que é fruto da livre-docência da professora Larissa: “Amor em tempos de aplicativos: masculinidades heterossexuais e a negociações de afetos na nova economia do desejo”, o livro de autoria do professor Richard Miskolci “Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online” (2017); como também “O amor nos tempos do capitalismo” da socióloga franco-israelense Eva Illouz. (2011).



negociação, um processo coletivo, um valor burguês. Chamo atenção para isso, pois trata-se dos usos coletivos e sociais das coisas auxilia a entender o porquê que alguns aplicativos sejam bem-sucedidos em determinados contextos e sejam muito mal em outros. Aplicativos muito mais precários em termos técnicos que o Adote Um Cara, por exemplo, como é o *Tinder* (que pega informações do *Facebook*), funcionam bem no Brasil. Isso está diretamente relacionado ao nosso contexto. O Facebook permite mapear a rede de relações, o que também pode ser entendido como uma estratégia que visa à segurança em uma sociedade insegura.

Houve repercussão da polarização política nacional nas pesquisas que vocês têm desenvolvido? Sobre tudo ao pensar a agência de sujeitos, movimentos e/ou coletivos que se valem da internet como meio de atuação política.

Larissa: Estou trabalhando com midiatização, feminismo, internet e democracia, estudando um fenômeno que apareceu sem querer quando estava fazendo outra pesquisa de pós-doc na França. Fui surpreendida com o número de brasileiras e latino-americanas organizadas em pequenos grupos e coletivos feministas, e meninas que muitas vezes não tinham nenhuma ligação com militância, com ativismo, e não têm uma formação consistente, mas que encontraram no vocabulário político do feminismo ferramentas para enfrentamento e garantia dos direitos recém conquistados dessa democracia sexual (dos direitos reprodutivos, sexuais, dos direitos de simetrias de gênero). Assim, elegi um grupo específico para estudar, cujas características eram de mulheres mais novas, com menos trajetória de ativismo e que começavam a adentrar nesse universo. Tomo-o como um grupo de formação de consciência, pois elas fazem reuniões presenciais quinzenais, ou melhor faziam (pararam devido a pandemia). E têm um WhatsApp muito ativo. Ele deriva de um outro grupo do Facebook, no qual as administradoras formam um grupo muito sério, confiável e as mulheres se sentem muito acolhidas e protegidas ali, mas nele é proibido falar de política e de religião.

Quando veio o segundo turno das eleições de 2018, alguém postou uma mensagem, as administradoras disseram “olha, a gente até concorda com você, mas é um combinado do nosso grupo não falar de política”. Então essa pessoa disse que iria montar outro grupo para poder fazer discussões com pautas políticas e foi assim que nasceu esse grupo que hoje é o sujeito coletivo da pesquisa que desenvolvo. Isto é, nasce da e na internet, muito provocado pelos grupos de família de WhatsApp, porque essas mulheres começaram a ser bombardeados com um monte de questões familiares, que eram na verdade como o político se tornou o pessoal – um caminho contrário agora que o feminismo faz, não é o pessoal que é político, mas como político se torna pessoal – e elas precisavam fazer alguma coisa, mesmo estando distantes.



Formaram esse grupo, que sobrevive desde então, e que foi se tornando também um grupo de formação de consciência. Não estou estudando uma dinâmica que é digital, que é na internet, mas estudando um fenômeno que é muito contemporâneo e quero saber o quanto a internet e o feminismo podem contribuir para a democracia, tudo isso pensando nessa transnacionalidade, lembrando que o #elenão aconteceu em mais de 80 cidades no mundo.

Felipe: Permitam-me uma breve história inversa. Acompanho há quatro anos um grupo de homens no Whatsapp, o parceiro do administrador já produziu mais de 500 vídeos para a plataforma XVideos³³. Nesse período, a regra para o bom funcionamento do grupo era que não se falasse de política ou religião. Afinal, o objetivo do grupo era o sexo. Durante muito tempo o grupo funcionou bem, basicamente um grupo de troca de pornografia e quando muito de incentivo e elogios ao produtor, até que chegou o período eleitoral e algumas relações ficaram mais complicadas. Algo interessante aconteceu, pois sendo um grupo de homens gays e que se compreendem como tal, havia uma inclinação à crítica das formulações bolsonaristas, mas também havia homens gays bolsonaristas dentro do grupo. Isso começou a gerar uma tremenda tensão. Como os bolsonaristas eram minoria, e as interações frequentemente resultavam em brigas, acabaram sendo expulsos ou abandonando o grupo por iniciativa própria. É um fenômeno que de certo modo se conecta com o que a Larissa comentou, um fenômeno em que o político passa para esfera do pessoal.

Tarcízio: Do meu ponto de vista, a ideia de polarização não dá conta de descrever a intensificação dos acirramentos dos aspectos políticos nas diferentes esferas da sociedade. Parece-me que a impressão de uma polarização política é também a constatação de que algumas vozes alternativas – que não se afiliam ao que foi construído simbolicamente como sinônimo de humano como eurocêntrico, colonial, branco, masculino e capitalista – teimam em rejeitar a disposição de poder hegemônica como natural. As mobilizações digitais feministas como o #MeToo e o #MeuAmigoSecreto, por exemplo, ganharam corpo nas redes digitais e rapidamente foram rechaçadas por grupos com acesso a meios comunicacionais de grande visibilidade. De modo similar, e recebendo mais virulência quando intersecciona raça e gênero, movimentos discursivos antirracistas, sobretudo afrocentrados, são alvo de acusações de polarização da direita à esquerda. Essa dinâmica paradoxal de conflitos assimétricos que são cobertos pelo discurso hegemônico como uma polarização inexistente motiva táticas diversionistas que se apropriam de parte das críticas contra-hegemônicas em discursos reformistas.

³³ Trata-se de uma plataforma de compartilhamento de conteúdo pornográficos disponibilizados por usuários. O site dispõe de uma interface aberta e gratuita e outra acessível mediante assinatura.



Falando especificamente das políticas das tecnologias digitais, o exemplo mais interessante me parece a cooptação de críticas às *big tech* pelas próprias *big tech*. O recente documentário da Netflix sobre o tema foi um caso de apagamento de conhecimentos, que me parece motivado pelo crescente movimento de rechaço decolonial à dominação tecnológica por um punhado de empresas como a FAANG (Facebook, Amazon, Apple, Netflix e Google/Alphabet). Através de uma supostamente tardia descoberta dos impactos nocivos das plataformas de mídias sociais, um grupo selecionado de desenvolvedores e empreendedores brancos do Vale do Silício protagonizou o documentário que intencionalmente ignora décadas de pesquisa e ativismo no tema, inclusive nos EUA, proveniente de críticas feministas à tecnologia, dos *estudos de ciência, tecnologia e sociedade (STS Studies)* ou de abordagens da Teoria Racial Crítica. A diluição intencional do debate com os recursos dos próprios negócios da plataforma redirecionou parte da esfera pública a se aproximar de uma posição reformista – antes sequer de descobrir as alternativas radicais propostas contra os impactos nocivos da plataforma.

Nesses últimos meses, por conta da necessidade do isolamento social, pessoas das mais diversas profissões, classes sociais, gênero e pertencimentos étnico-raciais se depararam, em algum grau, com a comunicação mediada por plataformas quase que como uma necessidade cotidiana. Como vocês têm percebido esses ‘novos’ ou ‘diferentes’ usos? Como se aproxima e se afasta dos seus campos e/ou temas de pesquisa?

Tarcízio: Parece que dois fatores geraram uma atmosfera social e política de mais atenção sobre as incidências das decisões e delegações algorítmicas na vida cotidiana. O primeiro fator reúne a intensificação de horas/dia de conexão online e a mediação digital de mais atividades profissionais, sociais e afetivas devido ao distanciamento social. Ao crescer a importância percebida do digital na vida de mais pessoas, a pandemia acabou por incentivar, para muitos, tanto a qualificação do olhar sobre o digital quanto a estafa tecnológica que, colateralmente, parece trazer algum nível de suspeição até para os mais integrados. Multiplicaram-se as conversas vernaculares – mas também a desinformação – sobre o algoritmo enquanto objeto social que molda comportamentos, oportunidades e barreiras ao pleno aproveitamento do uso de recursos digitais.

Larissa: Na minha pesquisa, percebi que à medida que caíram as reuniões presenciais por conta da pandemia, também caíram os contatos no WhatsApp. Percebi como as reuniões alimentavam também essa efervescência do grupo do WhatsApp. Claro que teve um momento de exceção, que foi o momento logo que se começou a falar da pandemia, quando veio o isolamento social na França. Nesse primeiro mês, elas não faziam outra coisa senão estar no WhatsApp. Quinze dias depois de decretado o confinamento é que



as administradoras começaram a organizar as reuniões online. Eu não podia estar nas reuniões presenciais, mas com a pandemia, tenho a possibilidade de participar de todas, e participo.

Outro ponto interessante também foi como a pandemia colocou para alguns ambientes, alguns universos de pesquisa, campos etnográficos, problemas que são muito maiores e têm a ver com as formas de comunicação entre as pessoas. No meu, por exemplo, houve rupturas definitivas. Conflitos em que lideranças importantíssimas do grupo saíram, tensões que foram aparecendo, com divergências que agora não tinham a ver diretamente com posições políticas, mas com táticas e estratégias comunicacionais.

Felipe: Alguns aspectos desse processo chamam muito a atenção, talvez por estar diretamente relacionado a eles, vou citar dois: o primeiro é na esfera das relações pessoais e da sexualidade que foi uma alteração significativa inclusive na moral coletiva. No início do isolamento social, chegamos ao ponto de os governos incentivarem as pessoas a assistirem pornografia nas suas casas e deixassem de procurar contato físico com outras pessoas, encontros casuais, etc. Isso é uma mudança interessante a ser analisada. Muitos sites passaram a disponibilizar acesso gratuito ao conteúdo pago como parte dessa estratégia.

O segundo aspecto é o da Educação, isto porque, a tecnologia tem sido apresentada como se tivesse sido inserida dentro de um modelo de Educação que já estava pronto e a tecnologia entraria como um acessório. Minha experiência com essas plataformas e pesquisas sobre como a relação que as pessoas estabelecem com elas, mesmo que seja a partir da sexualidade, levam-me a suspeitar que ocorra o inverso. Isto visto que, as plataformas geram procedimentos, ou seja, protocolos que governam modos de interação. É ingenuidade acreditar que a Educação simplesmente vá incorporar a tecnologia. O mais provável é que a Educação se adeque aos processos das plataformas e ao tipo de interação que elas limitam que o usuário tenha. Isso tem a ver com recursos técnicos, com a economia e uma série de outras questões, como mudanças na esfera do trabalho, por exemplo.

Tarcízio: Outro ponto que podemos discutir sobre este momento pandêmico é a da promoção da normalização das tecnologias de vigilância como solução para a gestão da cidade e das pessoas. Tanto grandes corporações globais quanto *start-ups* aproveitaram o medo generalizado para promover o tecnosolucionismo, indo de *contacttracing* (rastreamento de contatos) difuso baseado em metadados até a promoção de mais câmeras de vigilância, inclusive com sensores de calor. A venda de infraestrutura de hiper-vigilância nas cidades se coaduna com projetos neofascistas de controle da movimentação das pessoas – sobretudo grupos minorizados e/ou ativistas. A maior parte das implementações públicas de sistemas de reconhecimento facial no Brasil, por exemplo, começou em redes de transporte público. Com a tecnologia já



disposta fisicamente, vendida através de *lobby* das empresas e com frequente dispensa de licitação pelo caráter emergencial, os dispositivos então tornam-se prontos a serem crescentemente aplicados para outros fins escusos.

É importante estar atento que, no Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados isenta forças policiais de segurança e violência de estado a se adaptarem às exigências, tanto legisladores quanto políticos do executivo aproveitam a pandemia como oportunidade para avançar a normalização de inequidades e desrespeito aos direitos humanos. Assim, a pandemia e a falha – intencional – de Estados tão díspares quanto Brasil, Estados Unidos, Reino Unido e Itália de combaterem efetivamente os danos e mortandade fortaleceu o desrespeito a condições e padrões básicos de vida ou coletividade e respeito mútuo para fins sociais. O repetido argumento de que a vigilância não é um problema, pois “o inocente não tem nada a temer” representa tanto um individualismo exacerbado quanto desdém sobre os impactos coletivos possíveis que emergem do cruzamento em escala dos dados dos indivíduos.

Referências bibliográficas

BELELI, Iara. O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. **Cadernos pagu**, n. 44, p. 91-114, 2015.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7891, de 23 de janeiro de 2013**. Regulamenta a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, e a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7891.htm#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.783,de%2026%20de%20abril%20de. Acesso em: 30 abr 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Portaria nº 87, de 10 de abril de 2013**. Estabelece os requisitos técnicos mínimos dos telefones portáteis que possibilitam o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone, beneficiados pela desoneração fiscal instituída pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e regulamentada pelo Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/portaria-mc-87-2013.htm>. Acesso em: 30 abr 2021.

FACIOLI, L. R. R, PADILHA, F. A. Ética e pesquisa em ciências sociais: reflexões sobre um campo conectado. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, jan./abr., 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index>.



php/mediacoes/article/view/33130. Acesso em: 15 mar. 2021.

FLOR, C. G. **Diáspora Africana**: por uma crítica transnacional da política cultural negra. Orientador: Andreas Hofbauer. 2020. 424f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/202564>. Acesso em: 20 fev. 2021.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Trad. Cid Knipel Moreira. 2. Ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2017.

LANIER, J. **Dez argumentos para você deletar suas redes sociais**. Trad. Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

MACKENZIE, D.; WAJCMAN, J. **The social shaping of technology**: how the refrigerator got its hum. Milton Keynes Philadelphia: Open University Press, 1985.

MISKOLCI, R.; BALIEIRO, F. D. F. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. In: **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 6, n. 12, 1 jan. 2018.

PADILHA, Felipe André. **Entre macacos velhos e queerpiras**: uma etnografia por entre as interfaces dos serviços comerciais de busca por parceiros online no interior paulista. 2019. 203f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

SILVA, T. R. da. Teoria Racial Crítica e Comunicação Digital: Conexões contra a dupla opacidade. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, **Anais** [...] Belém, Pará. 2019.

Obras Mencionadas

ASSOCIATION OF INTERNET RESEARCHERS (AoIR). **Internet Research: Ethical Guidelines 3.0** Association of Internet Researchers. Chicago, 2019. Disponível em: <https://aoir.org/ethics/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1. Trad. Roneide Venancio. 8. Ed., rev. e ampl.; São Paulo: Paz e Terra, 2005.



CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CASTELLS, M. **O fim do milênio**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

DIJCK, J. V. **The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FACIOLI, L. R. R.; PADILHA, F. A.. Ética e pesquisa em ciências sociais: reflexões sobre um campo conectado. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 228-258, 2019.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Arthur Ituassu (org. e ver.), Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Sovik Liv (org.). Trad. Adeliane L. G. Resende et al., 1. ed. 1 reimp. atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. (Coleção Humanitas)

ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MISKOLCI, R. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizada**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. (Cadernos da Diversidade).

MISKOLCI, R. **Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line**. 1. Ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Coleção Argos, 4)

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume, 2009.

PELÚCIO, L. **Amor em tempos de aplicativos: masculinidades heterossexuais e a negociações de afetos na nova economia do desejo**. São Paulo: Annablume, 2019.

PELÚCIO, L. DUQUE, T. "Cancelando o cuier". **Revista Contemporânea**, v. 10, n.1, p. 125-151, aj./abr., 2020.

SILVA, C. P. **Sexualidade no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade On-line**. 2008. 198 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2008.



SILVA, L. M. P. **Nos nervos, na carne, na pele:** uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 2007. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SILVA, T. R. da. **Aplicativos de análise de informações sociais:** mapeamento e dinâmicas interacionais. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Salvador, 2012.

SILVA, T. **(Des)Inteligência Artificial:** como computadores não compreendem o mundo. In: SILVA, T. Site Tarcizio Silva. São Paulo, 24 ago. 2018. Disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/desinteligencia-artificial-como-computadores-nao-compreendem-o-mundo/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

THE SOCIAL Dilemma. Produção de Jeff Orlowski, roteiro Jeff Orlowski, Davis Coombe e Vickie Curtis. 2020. (99 min).

Como citar esta entrevista:

ANJOS, Ana Carolina Costa dos; CAMARGO, Karina de; LIMA E SILVA, Milena; Investigando os usos sociais da internet: uma entrevista com Larissa Pelúcio, Tarcízio Silva e Felipe Padilha. **Áskesis**. São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 194-221, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.747>

Data de submissão do artigo: 18/05/2021

Data da decisão editorial: 21/08/2021



ARTIGOS



Como os casamentos exogâmicos em Portugal são influenciados pelas migrações brasileiras para o território lusitano

Amanda Matos Valente¹

Resumo: O presente artigo tratará da migração de brasileiros que se mudaram para Portugal e acabaram realizando casamentos binacionais. O texto revelará as motivações, acordos entre BRA-PT e as consequências dos casamentos exogâmicos. Para corroborar a hipótese, também será discutido a assimilação segmentada como integração plena entre portugueses e brasileiros, como forma de adotar características da população nativa, garantindo uma heterogeneidade. Desta maneira irá articular uma discussão sobre a crescente migrações de brasileiros para território lusitano.

Palavras-Chave: Casamento exogâmico. Portugal. Brasil. Migrações.

How exogamous marriages in Portugal are influenced by Brazilian migrations to Portuguese territory

Abstract: This article deals with Brazilians who move to Portugal and end up performing binational marriages. The text is revealed as motivations, agreements between BRA-PT and consequences of exogamous marriages. To corroborate a hypothesis, segmented assimilation as full integration between Portuguese and Brazilians will also be interrupted, as a way of adopting characteristics of the native population, allowing a heterogeneity. In this way a discussion will be articulated about the growing migrations of Brazilians in the Lusitanian territory.

Keywords: Exogamous marriage. Portugal. Brazil. Migrations.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela PUC Minas. Barbacena, Minas Gerais, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6940-7368>. E-mail: amanda.matosvalente@gmail.com.



1. Introdução

“Pior que não terminar uma viagem, é nunca partir” (KLINK, 1985). A história de nossos antepassados se constrói a partir da natureza nômade, a qual sujeitava os indivíduos a permanecerem em constante movimento na busca de recursos para subsistência. Foi a partir da migração que a terra foi povoada e também foi a partir dela que as Américas foram [re]descobertas². Em outras palavras, a migração é uma atividade que faz parte da nossa história e da própria natureza humana. A migração de uma região ou país, para outro é considerado um acontecimento cotidiano, pessoas saem de suas cidades, regiões e países em busca de uma qualidade de vida melhor. Atualmente, a partir de dados coletados pela Organização das Nações Unidas (ONU) (2016), existem 244 milhões de pessoas que saíram do seu país de origem, para viver em outro por inúmeros motivos, dos quais cerca de 20 milhões, diferentemente do migrante, são considerados refugiados.

Ao decorrer deste trabalho, irá se desmantelar as incógnitas por trás do fenômeno dos brasileiros/as que mudam – migram – para Portugal com finalidade de se casarem, isto é, para constituir uma família em território lusitano através do matrimônio exogâmico entre brasileiros e portugueses. A partir da análise de conceitos e dados obtidos do texto “Padrões de Casamento dos Imigrantes Brasileiros Residentes em Portugal³” das autoras Ana Cristina Ferreira e Madalena Ramos, divulgado no ano de 2012, aplicar-se-á a Teoria da Assimilação Segmentada para compreender a real questão da temática deste trabalho. Os critérios analisados serão: o contexto histórico, o nível de integração entre as culturas luso-brasileira, a escolha de Portugal como país de destino, o perfil dos brasileiros que escolheram Portugal como residência, os motivos dos mesmos para emigrar, assim como, as repercussões desse fenômeno para as relações Brasil-Portugal.

Faz-se importante aclarar que não resumiremos o texto indicado para leitura, embora, iremos utilizá-lo como texto base para criar a nossa própria análise respondendo aos questionamentos correspondentes. Ao que tange os textos complementares, acredita-se, que ajudarão a dar um melhor encerramento e uma postura diferente para as indagações, tratando também de outros pontos de vista do fenômeno. Considerando a parcela de brasileiros que vivem em Portugal, - conformam 25% de todos os imigrantes - o brasileiro assume uma postura de pedra angular ao tratar-se das variáveis “migração” e “Portugal”.

Não obstante, o texto base utiliza os dados em duração de somente 8

² Há indícios que outros povos já estiveram aqui antes de Cabral e Cristovão Colombo. Por isso [re] descobertas, já que uma vez poderiam ter sido descobertas por outros povos. Colombo, pedindo financiamento ao governo Português devido a sua posição estratégica de lançamento ao mar, teve seu pedido negado. Então, partiu para Espanha a fim de arrecadar dinheiro para suas expedições marítimas, a rainha o concebeu, realizando enfim sua aventura ao mar.

³ Ref.: Rev. bras. estud. popul. vol.29 no.2 São Paulo July/Dec. 2012.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982012000200009>.



anos, isto é, entre 2001 e 2009, os quais as autoras tiveram acesso a dados sóbrios e concretos e também, tendo em vista a data em que a obra foi produzida. Pela lacuna de tempo deixada desde 2009 a 2017, as autoras nos conferem a liberdade de complementar o texto, utilizando novos índices e dados que reflitam melhor a situação dos casamentos mistos entre brasileiros e portugueses e sua consequente migração para Portugal nos dias atuais.

2. Histórico da colonização brasileira por Portugal

Os descobridores eram como pássaros há muito mantidos em uma enorme gelada gaiola medieval chamada Europa (BLAINEY, 2009). De acordo com o autor, a grande mudança que estava ocorrendo na Europa, devido à emergência da nova forma de pensar e calcular o mundo, intitulada Renascença⁴, desencadeou a possibilidade para que grandes descobertas fossem feitas, não somente no campo das artes, mas também, na cartografia. Navegadores audazes zarparam dos portos de Portugal e Espanha, ao longo da costa do Atlântico (BLAINEY, 2009).

Em 1492, Cristóvão Colombo, munido em três naus, zarpou da Espanha, rumo ao desconhecido, ou ao que parece, ao Novo Mundo, podendo ser sua expedição uma das mais significativas de todo o milênio. Em consonância com o autor, Portugal ao se deparar com tanta riqueza encontrada no Novo Mundo, também se deslumbrou e lançou-se ao mar. Inicialmente, as viagens portuguesas se dirigiam a Índia, seu roteiro era regular, contudo, considerando a rota e as dificuldades das navegações, os soldados portugueses começaram a desertar.

É imprescindível para o estudo da migração no Brasil falar sobre a relação dos colonizadores portugueses com os nativos indígenas e, além disso, sobre a migração forçada de escravos africanos. Compreender o contato dos indígenas, portugueses e dos escravos africanos durante o período do Brasil colonial é de suma importância para o estudo da formação da identidade brasileira atual.

Para Gilberto Freyre, a nossa sociedade em formação conseguiu “equilibrar” os antagonismos entre essas culturas diferentes para formar uma nova cultura, uma cultura original, até então não existente no mundo: a cultura brasileira. Podemos dizer, portanto, que a cultura brasileira é híbrida, isto é, miscigenada, formada por elementos que vêm de culturas muito diferentes entre si; e ela é também plural, pois suas manifestações são diversas e têm raízes múltiplas, que podem ser populares ou eruditas. Europeus das mais variadas origens (com predominância dos portugueses), africanos

⁴ Novo movimento de mudanças e conquistas culturais que acontecia na Europa. Levavam em consideração descobertas nas áreas da filosofia, arte, sociologia, política, ciência, dentre outros. Seu período se concretizou entre o século XIV e XVI, marcando o período entre a transição da idade média para a idade moderna.



(com predominância dos nativos da Costa do Ouro) e índios constituíram a base de nossa sociedade, que se desenvolveu a partir das misturas possíveis (no plano humano e cultural) entre essas três componentes (GOMES; ROCHA, 2016, p. 99).

Entretanto, apesar do equilíbrio para a formação de nossa sociedade, é importante ressaltar que o contato entre europeus, índios e africanos, não foi de forma alguma amistoso. Desde o início, os portugueses que aportaram no Brasil no que consideramos, ainda hoje, o descobrimento do país, viam os povos nativos como seres atrasados e que não estavam a altura deles. Tal visão se dava pelo que chamamos de eurocentrismo, assim, como exposto por Gomes e Rocha (2016), os europeus concebiam que sua cultura como um todo era superior aos de outros povos que não tinham os mesmos preceitos.

De tal maneira, a “inferioridade alheia” servia de justificativa para sobrepor sua cultura a qualquer um que não partilhasse dela, de maneiras por vezes brutal. E este é um ponto essencial no processo de colonização e para os processos de identidade nacional e de migração nos dias atuais. Os colonizadores europeus, boa parte das vezes, não prezaram pela manutenção da cultura dos colonizados, pois a viam como inferior, e além disso, enxergavam na própria cor e caracteres dos povos nativos de outros locais algo subalterno.

No início da relação entre índios e portugueses, os primeiros eram vistos pelos colonizadores como forma rápida e fácil de obter o pau-brasil, visto que conheciam a geografia do local. O método de troca conhecido como escambo mudou a vida nos índios, os quais passaram a ter maior facilidade para realizar tarefas diárias como caça e pesca por conta dos utensílios obtidos dos portugueses. Entretanto, os novos objetos não mudaram a cultura indígena como um todo visto que, como posto por Florestan Fernandes (2018a).

Os bens culturais, recebidos através do escambo, não chegaram a desencadear mudanças culturais profundas. A razão disso é evidente. [...] A difusão desses elementos culturais não afetava [...] o equilíbrio do sistema organizatório tribal. De um lado, porque o uso de tais artefatos não se fazia acompanhar da aceitação das técnicas europeias de produção, de circulação e de consumo. De outro, porque os próprios indígenas selecionavam os valores que desejavam incorporar à sua cultura, rejeitando os demais, às vezes até de forma desagradável para os brancos [...]. O essencial é que os brancos não tinham poder, nessas condições, de obriga-los a agir de outra forma e a promover a substituição de instituições tribais que lhes pareciam “bárbaras”. Em consequência, o processo de mudança cultural seguia o curso determinado pela capacidade de assimilação de inovações dos aborígenes (FERNANDES, 2018a, p.102-103).

Diversas questões confluíram para que ocorresse o processo de desmonte da cultura e tentativa de submissão dos índios, talvez o mais importante, o medo da coroa portuguesa de perda de poder sobre o território e a necessidade iminente de o colonizar, de fato, através do povoamento da terra. De tal maneira, podemos pontuar a importância da cobiça pela terra



como chave para os entraves entre indígenas e portugueses que viriam a ser travadas nos anos seguintes. O índio, neste ponto “passou a ser encarado como um obstáculo à posse da terra, uma fonte desejável e insubstituível de trabalho e a única ameaça real à segurança da colonização. Passamos, então, do período de tensões encobertas para a era do conflito social com índios (FERNANDES, 2018a, p.105)”.

Um dos pontos chaves do plano da coroa portuguesa para a submissão dos índios ocorreu por meio das missões dos jesuítas. Diversos subterfúgios foram utilizados, o principal deles foi dar aos índios uma educação “portuguesa”, que os ensinaria a língua, religião e o modo de trabalhar de seus colonizadores, tentando aproximá-los o máximo possível do ideal português de cultura. Entretanto, os índios muitas vezes não aceitavam o tratamento ao qual eram submetidos, o que criava conflitos, os quais em conjunto com diversas epidemias por doenças trazidas pelos colonizadores dizimavam os nativos e sua cultura.

Apesar da proibição pelo papa Paulo III através da bula *Veritas Ipsa* em 1537, através da qual se afirmava “que as populações autóctones da América possuíam alma e que não deveriam ser objeto de maus tratos ou escravização” (OLIVEIRA, 2010, p.26), a escravização do povo indígena continuou, principalmente com justificativa das chamadas “guerras justas”.

Em sua empreitada para colonizar o Brasil, Mem de Sá, o terceiro governador-geral, dirigiu diversas guerras contra os nativos. Parte da violência provocada se dava para tornar aqueles que resolviam se rebelar um exemplo as outras tribos. Assim,

[...] Durante duas décadas, o terceiro-governador geral moveu guerras (decretadas como “justas”) contra os Tupinambás no Recôncavo baiano; os Tupiniquins, no sul da Bahia e Espírito Santo; os Caetés, em Pernambuco. Nas décadas seguintes novas “guerras justas” foram dirigidas por outros governadores contra os Aymorés, em Porto Seguro e Ilhéus, e contra os Potiguaras, da Paraíba e do Rio Grande do Norte (OLIVEIRA, 2010, p.22).

A reação dos nativos ocorre de diferentes maneiras conforme a tribo e o local que estava sendo disputado. No que concerne a reação violenta, o fracasso frente aos portugueses ocorre não só pela falta de uma equidade de armamentos, mas também a falta de coesão entre diferentes tribos para lutar contra os portugueses. Os índios tinham o conhecimento geográfico necessário para combater as invasões portuguesas, mas sem coesão entre as tribos para tal empreitada, tornou-se quase impossível combater as invasões, restou, muitas vezes, a submissão voluntária ou a migração para áreas de difícil acesso aos portugueses ou nas quais estes pouco tinham interesse. (FERNANDESa, 2018)

O processo de submissão dos indígenas conjurado pela coroa portuguesa foi de extrema importância para o processo de colonização do território brasileiro, assim como foi importante para o povoamento do



território. As possibilidades de obter terras e mão de obra barata para cultivá-la foram um grande incentivo para a vinda de muitos portugueses para as terras brasileiras. Além disso, ao serem convertidos ou mandados a outros territórios, os indígenas passam a fazer parte do “contingente populacional português”. Pero de Magalhães Gândavo (1995) *apud* João Pacheco de Oliveira (2010) propõe como exemplo do crescimento populacional na época, que a Bahia em 1570 tinha cerca de 6 mil pessoas, vinte anos depois já seria 5 vezes maior, chegando a 30 mil moradores, sendo quase metade desses composta de índios.

Após a escravidão indígena se tornar ilegal e em partes devido a necessidade pela coroa portuguesa de obter um mercado comercial mais vasto, tem início o processo de tráfico negreiro para o Brasil, notavelmente o maior processo de migração forçada da história. Assim como aconteceu com os indígenas, os escravos africanos eram vistos como seres inferiores aos olhos europeus, não só pela sua cultura, mas também pelas suas características físicas. A escravidão africana, diferente do que ocorreu com a indígena, não suscita uma resposta mais rápida para ser contida, demorando mais de três séculos para se tornar ilegal.

O escravo negro era visto como um objeto, e não uma pessoa escravizada, assim ele pertencia a um senhor branco e a ele devia sua própria vida – a qual por vezes ao menos era considerada algo importante. Assim como ocorreu com o indígena no início do século XVI, o escravo africano foi a mão de obra utilizada pelos colonos nas décadas que viriam a seguir, sendo considerado uma das faces mais comuns no Brasil colonial. Por quase um século e meio, as terras do Brasil colônia seriam geradas de maneira ligeiramente linear, com um fluxo constante de migração forçada de escravos africanos e portugueses vindo em busca de riquezas. Uma mudança maior só viria a ocorrer no final do século XVII, com a descoberta de ouro em Minas Gerais.

O que chamamos hoje de Ciclo do Ouro, recrudescer as migrações para o Brasil de maneira acentuada. Além de ser muito atrativo para aqueles que queriam explorar as preciosidades da terra, o garimpo necessitava também de muita mão de obra. A certo ponto houve um número tão acentuado de portugueses migrando para as terras brasileiras em busca de riqueza que a coroa passou a firmar leis de punição para aqueles que deixassem Portugal pelo Brasil sem permissão.

A mão de obra escrava e o aprimoramento do maquinário pelos ingleses foram utilizados em larga escala como afirmam Schwarcz e Starling (2018) em seu livro *Brasil: Uma Biografia*. Os sertanistas aprenderam a estratégia de sobrevivência e os meios de adaptabilidade capazes de garantir as formas de permanência no sertão das Minas: manter-se vivo e em relativa segurança num lugar isolado, cercado por um ambiente natural intratável, desconhecido e dominado por feras e índios hostis (SCHWARCZ; STARLING, 2018). De acordo com as autoras o caminho para as Gerais havia sido desbravado, porém, a



permanência no local seria de difícil [con]vivência, tanto com os nativos quanto com as condições que cercavam a terra nova.

A novidade dos descobertos de ouro circulou rápido pela colônia; em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador muita gente comentava e enviava mensagens alvoroçadas para parentes em Portugal. Não havia mais o que fazer. Nem o esforço da Coroa em manter em segredo sobre a localização das Minas, receosa da cobiça das potências rivais, nem o susto das autoridades locais diante da debandada de moradores dos núcleos de povoamento do litoral, nem mesmo a áspera travessia da Mantiqueira, nada conseguia impor limite à ambição desenfreada, e uma massa alucinada se deslocou para aquela região. [...] Gente de toda espécie se espremia no afã de se arriscar pelas trilhas de acesso ao ouro e, no meio da multidão havia de tudo: os que careciam de esperança para sair da miséria, os que se deixaram levar pelo sonho da riqueza fácil, os que precisavam escapar do turbilhão político e religioso. [...] A proveniência dessa gente era bastante variada. Uma parte procedia de Portugal e deixou para trás mulher e filhos. Uma população também numerosíssima, vinda das demais capitanias, sobretudo de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, vendeu o que possuía, jogou a sorte no mundo e deslocou-se para lá (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 114-115).

Assim, nota-se que o Ciclo do Ouro em Minas foi de suma importância para a questão da migração para o Brasil, e muito mais que isso, a importância deste período para os modelos de urbanização que viriam nos anos posteriores. Podemos observar durante este período que a urbanização da região de Minas Gerais foi fortemente incentivada devido ao caráter comercial do local e por conta da massiva leva de portugueses que vieram em busca de riquezas, as quais foram por vezes utilizadas no próprio processo de urbanização das cidades mineiras. Algo parecido veio a ocorrer no Rio Janeiro, durante a vinda da corte portuguesa para o Brasil.

Um tema polêmico, que até hoje se discute é a fuga (ou mudança) da corte portuguesa para o Brasil quando Napoleão⁵ em uma de suas investidas tentou conquistar o território lusitano. Vários termos foram adotados para traduzir esse fluxo em massa de portugueses para a terra de Santa Cruz⁶, como por exemplo: “transferência voluntária”, “transplantação”, “transposição da sede portuguesa” ou mesmo “transmigração”. A rainha, seus príncipes, princesas e toda a nobreza abandonaram o país para viver do outro lado do mundo (GOMES, 2007).

De acordo com Gomes (2007), os dois mundos tiveram um encontro em 1808 na cidade do Rio de Janeiro, cada um com suas vantagens e carências. O próprio Conde de Palmela, ao chegar ao Brasil em 1817, referiu-se ao país nas palavras de Gomes (2007) como uma terra que: “falta gente branca, luxo, boas estradas, enfim, faltam muitas coisas que o tempo dará”.

⁵ As Guerras Napoleônicas, datadas de 1803-1815, tinham como missão fazer com que o Império Francês dominasse a Europa ou pelo menos a maior parte dela, foi uma ramificação das Guerras Revolucionárias de 1792.

⁶ Como o Brasil era chamado antigamente.



De um lado, havia uma corte que se julgava no direito divino de mandar, governar, distribuir favores e privilégios, com a desvantagem de não ter dinheiro. De outro uma colônia que já era mais rica que a metrópole, mas ainda não tinha educação, refinamento ou qualquer traço de nobreza (GOMES, 2007).

A necessidade de branqueamento da população permeou a história do Brasil. A mudança da família real para a sua, então, colônia, tornará essa questão mais fática. Os portugueses, principalmente a aristocracia, viam no Brasil um local extremamente atrasado, não só devido à falta de estrutura, mas também sem cultura. Colocavam a culpa na própria população, a qual devido à mestiçagem teria ficado atrasada, como visto pelo comentário do Conde de Palmela sobre a “falta de gente branca”. Viam no branco, europeu, o modelo correto de ser e viver, qualquer outra maneira era menor e errônea.

Entre 10.000 e 15.000 pessoas acompanharam o príncipe regente na viagem ao Brasil. Era muita gente levando em conta que a capital de Lisboa tinha cerca de 200.000 habitantes (GOMES, 2007). O autor ainda salienta que entre a tripulação, encontravam-se conselheiros reais, pessoas da nobreza, médicos, bispos, padres, conselheiros reais, militares, juízes, advogados, damas de companhia, camareiros, pajens, cozinheiros e cavaleiros, comerciantes e toda sua família.

Em consonância com Gomes (2007), o Atlântico dividiria os dois potenciais “rivais”, de um lado havia uma Europa cansada de guerra, empobrecida e humilhada, e do outro, uma ex-colônia que na mesma época havia enriquecido e se tornado um país próspero “e agora contemplava o futuro com esperança e otimismo”. A porta da gaiola abria-se: os pássaros fugiram, primeiro um a um, depois em grupos de quatro; em sua nova liberdade, eles mostravam sua plumagem de verão e cantaram como nunca haviam cantado antes (BLAINEY, 2009).

A visão do Conde de Palmela sobre o Brasil, sua estrutura e população retomam um fator importante da questão da identidade brasileira. É fato que o brasileiro, apesar de ser um povo que é primordialmente mestiço desde sua formação, ainda considera o branco como epítome do que é ideal. Diversas teorias foram criadas ao longo dos anos para tentar justificar o atraso de determinadas raças sobre outras.

No Brasil, ainda no final do século XIX, surgem os primeiros estudos nesse sentido. A maioria deles coloca os indígenas e negros como o ponto de atraso ou causa das “más qualidades” da população brasileira. Raimundo Nina Rodrigues (1938) citado por Pelegrini (2014) propunha que os negros seriam ponto principal do atraso nacional por conta de sua evolução primitiva e da escravidão, a qual teria “retirado do negro o desejo pelo trabalho, interpretado como exploração (PELEGRINI, 2014, p.17)”.

Pelegrini (2014) explicita que Silvio Romero (2001) em seu estudo das raças, procurou dar um tom mais positivo a cada contribuição das raças



para a miscigenação no Brasil. Entretanto, há uma pontualidade interessante, mesmo com o tom positivo, Romero também coloca os indígenas e negros como seres atrasados, e, assim, o branco tem o papel principal de civilizador em seu estudo, utilizando do pensamento evolucionista errôneo de sua época.

Apesar dos estudos de Rodrigues e Romero terem sido publicados entre o final do século XIX e início do século XX, eles corroboram com o pensamento do Conde de Palmela em 1817. Vê-se na miscigenação brasileira um caráter de pobreza cultural, de atraso e o único modo para reverter tal fato seria através do branqueamento da população. Florestan Fernandes (2018b) faz um comentário pontual sobre essa questão ao dizer que

De um modo geral, as variações individuais gravitam em torno do tipo branco, que tende a absorver os demais tipos (o negro e o indígena), que pouco a pouco desaparecem como unidades raciais. Esse processo de absorção dos outros elementos pelo branco tem sido a característica por excelência da formação étnica brasileira. [...] os elementos fundamentais que entraram na formação brasileira foram o índio, o branco e o negro, e [...] desde os fins do século XIX, há novos aspectos na miscigenação brasileira, graças às colônias do sul. Mas, como elementos que integram esses núcleos não são muito numerosos [...] é possível que eles sejam totalmente assimilados à corrente branca que vem dos portugueses, da era colonial (FERNANDES, 2018b, p.14 -17).

Assim, se percebe nas migrações brasileiras, desde seu início, um caráter muito próprio, o da necessidade do deslocamento. A colonização se dá somente quando foi necessário povoar o território para não perde-lo. Aqueles que aqui já habitavam, são visto como atrasados, portanto serviriam somente como um modo de “ocupar espaço” seja como mão de obra ou em quantidade populacional. Por sua vez, os negros, migrantes forçados em tal quantidade, conseguem se inserir na cultura a ponto de serem vistos por estudiosos como causa do “atraso brasileiro”.

O branco - em sua maioria, o português - nesta miscigenação será visto como a “encarnação salvadora da pátria”, uma visão que permeará a visão idealista do brasileiro por muitos séculos, inclusive no próprio norteamento sobre as escolhas de destino para emigrar.

3. Redes Migratórias Brasileiras em Portugal

As redes migratórias são caracterizadas por um conjunto de atores ligados entre si através de grupos de migrantes. São aqueles grupos que, apesar de não estarem na sua terra de origem, mantem a sua cultura e sua identidade dentro do lugar de destino.

Para Massey, redes migratórias podem ser definidas como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes,



migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (1988, p. 396). Outra definição acentua algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como “agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos” (Kelly, 1995, p.129) (MASSEY, 1998; KELLY, 1995 apud TRUZZI, 2008, p.203).

De acordo com o ACNUR (2016), migrar é entendido como um processo de mudança de espaço, que envolve cambiar sua residência para outra região, território, país, etc. e, por certo período de permanência. Os laços das redes migratórias são representados pelos próprios fluxos populacionais, ou seja, pelas migrações.

Os motivos que levam as pessoas a migrar são diversos, porém, majoritariamente, os indivíduos saem do lugar onde se encontram buscando fugir de estruturas institucionais precárias, como, por exemplo, a dificuldade para acessar serviços de saúde ou de educação de qualidade, além de situações como o desemprego ou a pobreza, influenciam para que as pessoas decidam sair de um local inicial e se desloquem para outra região.

Nos últimos anos, foi possível perceber um aumento do fluxo migratório de refugiados, principalmente oriundos do oriente médio, que por sua vez são categorizados a partir da

[...] Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), são refugiados, as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa. Posteriormente, definições mais amplas passaram a considerar como refugiados as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos (ACNUR, 2016).

Porém, mesmo que necessário nos dias atuais, assuntos referentes aos refugiados, não nos concerne neste trabalho, somente colocar em evidência sua diferença e participação na rede migratória – levando em consideração a grande preocupação da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) em estabelecer uma diferença entre os dois termos.

Em suma, os indivíduos se deslocam para migrar quando percebem melhores condições de vida em outros espaços para se viver - ou sobreviver, neste caso o migrante estaria fugindo de certas situações ou mesmo, se enquadrando na categoria de refugiado. A escolha do país de destino, geralmente, é feita com base na chamada similitude cultural ou proximidade com o país de destino. Mannheim (1993), expressa o seguinte sobre o assunto:

O termo ‘proximidade’ pode ser interpretado sob diversos



ângulos, tanto em termos sociais e culturais como em aspectos espaço-temporais. Desse modo, favorecem a proximidade de fatores, como compartilhar uma crença religiosa, possuir a mesma língua ou ter hábitos de vida similares. (MANNHEIM, 1993).

As distâncias entre localidades são “encurtadas” pelo avanço dos meios de transporte e comunicação, essa proximidade continua a exercer um papel preponderante nas relações sociais, sendo esta, o surgimento das nações para os dois Estados. Assim, ainda em consonância com Mannheim (1993), a partilha histórica de valores e de padrões culturais entre ambas as sociedades, como a busca por um status econômico comparável ao do local de origem, são variáveis relevantes para a escolha do lugar ao qual se elege para migrar. Sobre tal questão, Truzzi (2008) citando Ramella (1995), coloca que

[...] nesse último sentido, compreende-se que os vínculos sociais possam ser valorizados não apenas na sociedade de origem, instruindo a decisão de emigrar, mas também na sociedade de recepção, após a emigração. Daí o valor estratégico dos vínculos comunitários também no período de integração à nova sociedade, normalmente estudados segundo uma série de indicadores, entre os quais os padrões residenciais, ocupacionais, matrimoniais e o vigor das associações étnicas (especialmente associações de socorro mútuo organizadas por origem) são os mais comuns. O que se deseja, em cada um desses casos, é justamente aferir o grau em que as redes pré-emigratórias ainda operam no novo país, a ponto de influenciar, respectivamente, aglomerações espaciais, opções profissionais, taxas de endogamia e esferas de sociabilidade próprias a cada grupo de imigrantes [...] (RAMELLA, 1995 apud TRUZZI, 2008, p.210).

De tal forma, a integração entre ambas as culturas é indispensável para compreender o incremento dos casamentos entre portugueses e brasileiros nas últimas décadas e a sua relação, diretamente proporcional do ponto de vista das autoras (2012), com a integração de ambas as comunidades. A integração é considerada típica de uma sociedade a partir da sua disposição para abertura de fronteiras com características de acolhimento, sendo os casamentos exogâmicos vistos como uma amostra da fácil adaptação dos brasileiros à sociedade de destino.

Segundo Martins (2010), a partir da absorção da cultura portuguesa, da sua história, seus valores e padrões sociais, a migração torna-se facilitada pelas similitudes com a própria cultura brasileira que por sua vez foi colonizada de forma a desencadear uma institucionalização do povo brasileiro pelo lusitano. Devido a esses fortes laços entre Brasil e Portugal, as redes sociais existentes entre os dois países são grandes, permitindo uma maior confiança nas informações trocadas e uma maior chance da decisão por migrar, visto que haverá também apoio mais facilitado na chegada daquele que migra.

Assim como foi promulgado pela assimilação segmentada, tema e teoria que trataremos no próximo capítulo, quanto maior for essa semelhança,



menor será o perigo de migrar, em outras palavras, quantos maiores forem os pontos de convergência entre suas culturas em território estrangeiro, mais facilmente o indivíduo considerará a nova sociedade uma opção atrativa e a adotará como sua.

4. A Teoria da Assimilação Segmentada aplicada ao processo de migração

As redes sociais funcionam como facilitadoras do processo de transição de uma localidade para outra, funcionando como fontes de informação para a redução dos obstáculos de migração, isto é, estreitam-se as fronteiras para o intercâmbio de conhecimento. Principalmente no que diz respeito às incertezas que surgem sobre o novo local, as redes sociais são interessantes para promover informações tais como condições de vida, bem-estar, adaptabilidade à costumes locais, remuneração, mercado de trabalho, moradia, dentre outros, tornando-os fundamentais para os fluxos migratórios. Desta forma tais informações atraem os migrantes que acabam criando laços entre elas e, ao mesmo tempo, espaços de migração ou regiões de migração (BARBOSA, 2015).

As redes sociais são fundamentalmente o meio pelo qual os sistemas migratórios se processam. As análises devem considerar o migrante não somente por seus atributos pessoais ou intenções individuais, mas sim como uma entidade dotada de relações que se conecta a outros conjuntos definidos por laços de parentesco, amizade, conhecimento, trabalho. Nesta perspectiva, os movimentos populacionais são, também, a expressão das possibilidades criadas por um conjunto de relações nas quais o indivíduo se insere (SOARES, 2002).

De acordo com Soares (2002), uma rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. A rede pessoal representa um tipo de rede social que se funda em relações sociais de amizade, parentesco e laços familiares. Já a rede migratória é um tipo específico de rede social que conteria apenas as relações de indivíduos, famílias e organizações, envolvidas direta ou indiretamente com o processo migratório, sua convergência de hábitos e seus costumes. Ou seja, seriam redes sociais adaptadas à migração (BARBOSA, 2015). Estudos recentes sobre os movimentos migratórios vêm considerando um conjunto complexo e dinâmico de elementos econômicos, sociais e estruturais, expressos nas redes sociais na migração (SOARES, 2002).

Oswaldo Truzzi (2008), em seu estudo *Redes em processos migratórios*, explicita a classificação de Charles Tilly (1978) sobre as migrações. Segundo esta, existiriam quatro tipos principais de migração: locais, circulares, de carreira e em cadeia. No caso brasileiro em Portugal, nos concerne discutir



sobre a última possibilidade, visto que as migrações em cadeia visam aquelas pessoas que buscam determinado destino motivados por informações garantidas por pessoas de confiança já instaladas no local (TRUZZY, 2008, p.200).

Assim, a definição de cadeias migratórias de Tilly (1978) vai de encontro a de redes dada por Massey (1988), de modo a concluir a influência de suma importância de conhecer, por fontes confiáveis, o local para onde pretende se migrar. Além disso, mostra o caráter que importância “dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou restando projetos, expectativas e investimentos futuros (TRUZZI, 2008, p.203)”.

A partir da Teoria da Assimilação Segmentada, são analisados três diferentes níveis de assimilação dos imigrantes nas sociedades acolhedoras: 1. Aqueles que se adaptam totalmente ao ambiente, acolhe e é acolhido pela sociedade; 2. Aqueles que apresentam uma receptividade à nova cultura apenas parcialmente e normalmente unem-se em grupos minoritários; e por último 3. Estão aqueles que não serão assimilados nunca, pois não estão abertos para assimilação de novos costumes, rejeitando-os. Estes três níveis são categorizados com base em três fatores sociais: a exposição e permeabilidade do indivíduo à sociedade acolhedora, a idade na qual se estabelece no país de destino, a língua, o local de nascimento, etc. (FERREIRA; RAMOS, 2012).

A teoria predominante para explicar a integração social dos imigrantes e a sua assimilação (isto é, integração plena) na sociedade receptora. Neste sentido, os casamentos entre imigrantes e nacionais ilustram a integração social desses indivíduos, estando um número elevado destas uniões associado a sociedades onde as barreiras culturais e socioeconômicas foram diluídas e os imigrantes adotaram características da população nativa (Alba e Golden, 1986; Dribe e Lundh, 2008; Pagnini e Morgan, 1990).

Torna-se relevante neste ponto explicitar algumas questões sobre o conceito de aculturação, visto que é um termo importante não só para compreender a questão das migrações, mas também da inserção do migrante no local e na rede que o acolherá. Além disso, ele detém, até certo ponto, similaridades e complementaridades com o conceito de assimilação.

De certa maneira, podemos compreender que o conceito de aculturação está inserido no escopo do que conhecemos por assimilação. Isso ocorre, pois o primeiro conceito denota um arcabouço de valores inerentes ao indivíduo durante sua formação que acabam por ser modificados em sua inserção em uma nova comunidade. Ou seja, ao modificar suas ações e valores, entendemos que a pessoa já modificou certa parte de sua cultura primária, assim o sujeito se submete a outra cultura de maneira a ser assimilada ao novo espaço do qual faz parte (WILLEMS apud KOSMINSKY, 2007).

A identidade por assimilação ou apropriação, eventualmente



também chamada de aculturação, corresponde ao processo de submissão do sujeito a um outro ou a uma comunidade, ou de uma comunidade a outra, em que se funde. Diz-se que a comunidade maior assimila o 'corpo [inicialmente] estranho' e que o sujeito se apropria da cultura (valores, história, língua) do grupo (REZENDE, 2010, p.40).

De maneira distinta, podemos compreender que a assimilação, por sua vez seria somente um processo da aculturação. Aqueles que pensam segundo esse viés, como é o caso de Borges Pereira (1974), procuram explicar que o conceito de aculturação seria a mudança perpassada pelos indivíduos após o contato de culturas distintas continuamente, ou seja, para que a aculturação ocorra ela depende de muitas variáveis, dentre elas a assimilação e as personalidades individuais. Assim, enquanto a assimilação é a aceitação de novos moldes culturais devido ao contato com um novo povo, a aculturação é o fenômeno resultante do contato, ou seja, é visto como a concretização das mudanças ocorridas devido ao contato entre culturas distintas (PEREIRA, 1974; WILLEMS, 1980 apud KOSMINSKY, 2007).

Willems (1980) citado por Kosminsky (2007) faz uma pontuação muito relevante sobre a questão da miscigenação no Brasil. Segundo o autor,

Entre nós mede-se, muitas vezes, a "assimilabilidade" de um grupo étnico pelo grau de miscigenação. Quem não casa com brasileiro é geralmente considerado "inassimilável". Com efeito, pensar assim significa atrelar o carro adiante dos bois. A organização da família e os padrões de sexualidade pertencem, com toda a certeza, às esferas íntimas de qualquer criatura humana. É improvável que a assimilação se possa iniciar justamente por esta esfera à qual todas as sociedades aplicam um sistema de controle destinado, a um tempo, a evitar desajustamentos internos e penetração externa. Todas as sociedades conhecidas cercam as questões ligadas à aproximação e associação dos sexos, ao matrimônio e à criação dos filhos, com cuidados inúmeros e, não raro, extraordinariamente complicados. Contatos entre grupos culturalmente diferentes precisam ser demorados e íntimos para que se chegue a uma compreensão mútua das concepções atinentes ao sexo, ao matrimônio e à família. E nem sempre a compreensão recíproca facilita a fusão. Ao contrário, as diferenças culturais verificadas podem distanciar mais ainda os grupos em contato, pois estes percebem que a miscigenação lhes desorganizaria o setor mais resguardado de sua cultura (WILLEMS apud KOSMINSKY, 2007, p.799).

Através da pontuação de Willems (1980) citado por Kosminsky (2007), podemos depreender que a questão do casamento é um ponto especialmente importante para entender a assimilação de migrantes com a nova cultura em que se inserem. Mais do que isso, conseguimos enxergar se o migrante se inseriu na cultura alheia e passou a exteriorizá-la como própria, ou seja, ocorreu aculturação, a subordinação de seu valores e cultura a uma nova. De tal maneira, para o viés do presente estudo, se compreende que aculturação é o processo através do qual o indivíduo se subordina a uma nova cultura para



a qual migrou e se fundiu.

5. Casamentos exogâmicos luso-brasileiros em Portugal e suas conseqüentes migrações

De acordo com Rocha-Trindade (1995), os imigrantes brasileiros, superaram o número de imigrantes africanos, se tornando a parcela mais significativa de estrangeiros em Portugal. É interessante notar que o número de casamentos exogâmicos em Portugal é diretamente desproporcional ao número de casamento exogâmicos de brasileiros dentro do território português, em outras palavras, enquanto o número de casamentos de estrangeiros diminui no geral, o número de matrimônios de brasileiros tende a aumentar. Do mesmo modo acontece com a união entre os próprios portugueses, o número tende a decrescer enquanto os casamentos mistos entre portugueses(a) e brasileiros(as), ainda assim, aumenta.

A teoria da Assimilação Segmentada⁷, em contraponto a teoria da Assimilação Clássica⁸, considera que as sociedades por serem diversas fomentam a integração, já a Clássica pressupõe que para a integração ocorrer em sua plenitude é necessário que a comunidade seja homogênea. Como a teoria proposta apresenta a integração da sociedade a partir da sua heterogeneidade, estudar como já anteriormente explanado a teoria da Assimilação Segmentada, se torna mais pertinente para o tema proposto.

Tendo em mente o tema apresentado, de acordo com Ferreira e Ramos (2012) haveria três tipos de imigrantes, aqueles que se comprometem a assimilar a cultura alheia, de modo a aculturar-se, outros que pertenceriam a grupos minoritários dentro de uma comunidade majoritária, assimilando parcialmente os costumes da sociedade inserida e aqueles que se recusam a adotar novos hábitos e perpetuam o modo de vida do país de nativo. Desta forma, ainda segundo as autoras, indivíduos provenientes de países lusófonos teriam uma maior facilidade para estreitar fronteiras e se acostumarem com os hábitos do país que os colonizaram.

De acordo com o texto apresentado “Padrões de casamento dos imigrantes brasileiros em Portugal” (2012), das autoras supracitadas, os casamentos

⁷ A teoria da assimilação segmentada consiste de três partes: a) identificação dos três principais fatores exógenos em ação; b) descrição dos principais obstáculos com os quais os filhos dos imigrantes de hoje se defrontam; c) previsão das trajetórias previstas a partir da articulação dessas forças. Os fatores exógenos podem ser conceituados como os principais recursos (ou a falta deles) com os quais as famílias de imigrantes contam ao se defrontarem com os desafios externos enfrentados por seus filhos (PORTES, 2008). Ref.: Tempo soc. vol.20 no.1 São Paulo, 2008.

⁸ A Assimilação clássica que anteciparam o avanço geral da nova segunda geração ganharão consolo com essas constatações. Suas conclusões otimistas, entretanto, devem ser relativizadas pelo fato de que os resultados subestimam o número de pessoas que sofrem mobilidade descendente (devido à seletividade da amostra) e de que, mesmo sem esse ajuste, uma minoria considerável tem sofrido tal mobilidade descendente com todas as sérias conseqüências, individuais e coletivas, que isso implica. Isto é, uma maior exposição à sociedade de acolhimento não significa necessariamente maiores aspirações.



mistos são um bom indicador da interação das comunidades imigrantes na sociedade de acolhimento, uma vez que representam diminuição da distância social entre grupos minoritários e grupos dominantes (FERREIRA; RAMOS, 2012). Ou seja, quanto maior o estreitamento de fronteiras entre os países, maior é seu laço de interações.

É importante salientar que as autoras (2012) citam os casamentos mistos como motor de mudanças sociais e culturais e a própria relevância da comunidade brasileira que vive em Portugal, para analisar os “padrões” de casamentos entre nacionalidades diferentes – com ênfase na brasileira. Os padrões analisados pelas autoras (2012) foram: sexo, idade, habilitações, existência de filhos de casamentos anteriores, forma de celebração do casamento, estado civil anterior, regime de comunhão de bens e as características do cônjuge, entre outros.

Um dos fatores que promove a união entre brasileiros e portugueses, é o fato de haver inúmeros brasileiros residindo em Portugal, causando, assim, encontros maiores e por consequência, casamentos exogâmicos. Um fato que pode intensificar os casamentos entre estrangeiros é a idade dos brasileiros que migram para Portugal, que por sua vez estão em idade ativa, isto é, idade com probabilidade de maior número de matrimônios, com predominância de indivíduos jovens que buscam na imigração a concretização das suas aspirações econômicas e profissionais (MASSANET; PADILLA, 2010). Não obstante, além da idade, o tempo de permanência do estrangeiro no país, influência também para aumentar a probabilidade de casamentos mistos.

Como tal, um fator essencial no âmbito da teoria da assimilação é o tempo de permanência dos imigrantes no país receptor: grupos com uma permanência mais longa têm mais probabilidade de casar fora do grupo de origem do que grupos pertencentes a vagas de imigração mais recentes. Outros fatores de integração social que potenciam a união entre grupos estrangeiros e nativos são o domínio da língua e a aquisição de certas competências pessoais (conhecimento da cultura e dos estilos de vida) próprias do país de destino (VAN TUBERGEN E MAAS, 2007).

Os indivíduos com idade economicamente ativa dirigem-se para cidades litorâneas com maiores propensões de crescimento como: Lisboa, Faro, Setubal, as quais contam com um posicionamento geográfico estratégico em relação ao resto da Europa, podendo exercer um comércio facilitado com o resto do Sistema Internacional. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) apud Ferreira e Ramos (2012) a partir de 2008 a comunidade brasileira passou a ser a maior comunidade residente em Portugal. É interessante citar que o leste europeu também teve sua representatividade em residência estrangeira no país, como imigrantes da Ucrânia, Romênia e Moldávia.

Considerou-se imigrante brasileiro todo indivíduo nascido no Brasil e não aquele com nacionalidade (constante no bilhete



de identidade) brasileira, uma vez que a nacionalidade é mais facilmente sujeita a alteração (por exemplo, por casamento) enquanto a naturalidade permanece a mesma ao longo da vida (FERREIRA; RAMOS, 2012, p. 372).

Desde 2001 a migração para Portugal tem aumentado com o propósito do matrimônio. É interessante levar em consideração que os casamentos civis são superiores aos casamentos realizados em cerimônias religiosas.

No que se refere ao país dos cônjuges, a maioria dos brasileiros escolhe um português para se casar (exceção para o caso em que o cônjuge é um homem brasileiro) [...] mudança no comportamento dos brasileiros no período entre 2001 e 2009, com tendência para aumento de “casamento dentro do grupo”, especialmente acentuado para os homens (FERREIRA; RAMOS, 2012, p. 374).

De facto, à luz da teoria da assimilação (Alba e Golden, 1986; Dribe e Lundh, 2008; Paginini e Morgan, 1990), podemos considerar este tipo de uniões como um indicador do grau de abertura a diferentes grupos sociais por parte das sociedades de acolhimento, de que Portugal é um exemplo porque se enquadra indubitavelmente naqueles países abertos às interações sociais e afetivas com cidadãos estrangeiros (RAMOS; GASPARELLO e FERREIRA, 2013).

6. A volta dos descendentes de portugueses para Portugal

A identidade por diferença é um componente comum às outras formas identitárias. No processo temporal da consciência histórica, a afirmação dos indivíduos e dos grupos se dá na sucessão e na contemporaneidade do pensamento e da cultura produzidos pelos próprios homens mediante a constituição da diferença (MARTINS, 2010).

O emigrante quando sai de seu país, possui novas e eufóricas expectativas para melhorar sua qualidade de vida, evoluindo em sua condição socioeconômica na sociedade de origem. De acordo com Rocha-Trindade (1995) [...] desde o momento que se cristaliza a intenção de partir, o emigrante é, na generalidade, acompanhado ao longo de seu itinerário geográfico e temporal, pelo desejo (ou intenção potencial) de regressar um dia ao seu país de origem.

Portugal enxerga de forma positiva a imigração de mão de obra qualificada e, sobretudo, jovem, já que a sua população também migra, de maneira crescente, para os demais países da União Europeia em busca de trabalho –levando em consideração a crise econômica⁹ que afetou

⁹ A Crise Econômica imperou na Europa, ou melhor dizendo, na Zona do Euro, impactou severamente vários países europeus. Os assim denominados pejorativamente PIIGS + Chipre: Portugal, Itália, Irlanda, Grécia, Espanha e Chipre foram os países mais afetados pela crise, em razão do crescente endividamento, e do alto déficit público em relação ao PIB. Assim, os jovens migram para países mais ricos esperando uma condição de vida melhor, bem como, os brasileiros se mudam para Portugal.



severamente o país. Rocha-Trindade (1995) explicita que outro fator pode ser percebido através da faixa etária da população residente em Portugal que por sua vez é majoritariamente adulta – com idade avançada - e idosa. Portanto, é de interesse do Governo Português renovar sua força de trabalho, caso o emigrante seja de uma país que partilhe a mesma matriz cultural, linguística e de uma parcial adaptação social, sua atratividade eleva-se no conceito de agregar valor para sua filiação ao país.

Realizando uma retrospectiva, em 1971 foi firmado o Estatuto da Igualdade Brasil-Portugal¹⁰ que adveio da assinatura da Convenção sobre direitos e deveres entre brasileiros e portugueses. Esse tratado em forma de Estatuto vigorou até o ano de 2001, quando foi substituído pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta¹¹. De acordo com o Consulado de Portugal em São Paulo (2005), no ano 2000 a Assembleia da República nacional aprovou a ratificação do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e Brasil, que havia sido assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000 e promulgado em setembro de 2001. Ficou reafirmado pelo tratado a vontade mútua de ambos os países em estreitarem as boas relações e continuarem a cooperarem em diversas áreas, como já era de costume entre as duas partes desde o tratado precedente, porém, dessa vez a cooperação transbordava para outras áreas e se tornava ainda mais extensa.

No que tange estritamente as questões de visto e passaporte, o consulado (2017) lembrou que, para além das facilidades culturais e linguísticas que viabilizam em grande parte a migração, a diretoria do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) de Portugal anunciou no início do ano de 2016 que: de julho em diante os portadores de passaporte brasileiro poderiam utilizar um sistema eletrônico (chamado *Rapid*) que efetua a leitura dos documentos sem intervenção humana, facilitando o tramite de entrada no país. O sistema fotografa a identidade da pessoa, que se confirmada libera o acesso. É necessário lembrar que a entrada de brasileiros já era facilitada pela isenção do visto.

Os acordos se dão em diversas áreas, inclusive na cooperação em defesa. No início desse ano foi assinado o documento que tornava mais fácil e maior o acesso da indústria brasileira ao mercado português e europeu, garantindo também que sejam feitas ações militares conjuntas no Atlântico Sul. A cooperação é ilustrada quando vemos a área industrial criada por Portugal onde atuam duas unidades da empresa brasileira Embraer, na cidade de Évora.

¹⁰ O Estatuto regulamenta que os brasileiros e portugueses podem ter o mesmo direito de um cidadão do país de destino, mesmo que ainda seja um estrangeiro. Ou seja, um cidadão português pode usufruir dos mesmos direitos que um cidadão brasileiro enquanto estiver no país e vice-versa.

¹¹ Quando o indivíduo encontra-se morando no país, ele tem o direito de adquirir um documento parecido com o cartão de identidade que o compara a um europeu em seus direitos e deveres. Ou seja, para ter direito aos benefícios do Estatuto, é preciso que o requerente tenha autorização de residência no país solicitado.



7. Considerações Finais

À medida em que os brasileiros imigravam para Portugal e permaneciam em solo português em decorrência principalmente do vínculo matrimonial, acordos e incentivos entre os países foram sendo firmados. A abertura de Portugal para os brasileiros foi e está sendo consolidada progressivamente. De acordo com o Consulado Geral de Portugal em São Paulo (2017), existem cerca de 15 acordos vigentes entre os dois países atualmente. Podemos dizer que o tratado que estabelece a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) propiciou ainda mais o estreitamento e viabilizou futuros acordos.

Prova disso é a de que Portugal tomou a iniciativa em novembro de 2016 de firmar um acordo com os demais países lusófonos que previa maior acesso a estudantes e trabalhadores estrangeiros, sobretudo brasileiros e com elevado nível de qualificação. Como parte do acordo estava a garantia de acesso aos direitos sociais e trabalhistas e recebimento automático dos vistos de residência e trabalho. A previsão, quando o acordo foi firmado, é de que o mesmo entrasse em vigor em até dois anos, ou seja, até 2018.

Desta forma, e a partir dos exemplos supracitados, podemos concluir que quanto maior o grau de similitude cultural, ou seja, de identificação entre as culturas das sociedades, maior é o grau de assimilação segmentada. Em outras palavras, a assimilação segmentada entre brasileiros e portugueses é vista a partir do primeiro princípio da teoria, aonde o migrante já tem um grau de identificação com a cultura parecido, porém, também se propõe a se aculturar. O aumento de casamentos binacionais neste sentido, são o reflexo das relações entre as duas nacionalidades e da própria teoria da assimilação, uma vez que somente os casamentos mistos entre lusitanos e brasileiros têm se elevado, enquanto casamentos entre portugueses com outras nacionalidades tem decrescido.

A assimilação cultural neste sentido, é vista como a refutação da hipótese apresentada: quanto maior o grau de similitude, maior o grau de integração e aculturação que geram casamentos mistos, em outras palavras, o brasileiro por pertencer a uma matriz cultural parecida com a portuguesa consegue se inserir na sociedade com mais facilidade, gerando um maior grau de integração matrimonial entre as duas nacionalidades.

Referências bibliográficas

ACNUR. **Captação de Recursos**. 24 maio 2016. Disponível em: <http://acnur.org/t3/portugues/o-acnur/junte-se-a-nos/captacao-de-recursos/>. Acesso em 24 de maio de 2016.

ACNUR. **Refugiado ou migrante?** O ACNUR incentiva a usar o termo correto.



1 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.acnur.org/po> HYPERLINK "http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/"rtugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/. Acesso em 24 de maio de 2017.

BARBOSA de C., Garden. A dimensão espacial das redes migratórias. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Redes**, v.20, n.3, Rio de Janeiro, 2015.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Mundo**. Editora Fundamento Educacional Ltda., 2009.

BLASTING NEWS. **Governo Português cria acordo e incentiva brasileiros a se mudarem para Portugal**. 1 novembro 2016. Disponível em: <http://br.blastingnews.com/mundo/2016/11/governo-portugues-cria-acordo-e-incentiva-brasileiros-a-se-mudarem-para-port> HYPERLINK "http://br.blastingnews.com/mundo/2016/11/governo-portugues-cria-acordo-e-incentiva-brasileiros-a-se-mudarem-para-portugal-001224435.html"ugal-001224435.html. Acesso em 23 de maio de 2017.

CASTILHO, Élida. **Notas sobre o Estatuto da Igualdade Brasil-Portugal**. Disponível em: <http://domtotal.com/direito/pagina/detalhe/29495/notas-sobre-o-estatuto-da-igualdade-brasil-portugal>. Acesso em 23 de maio de 2017.

CHAGAS, Paulo. AGÊNCIA BRASIL. **Portugal amplia as relações com o Brasil, diz primeiro ministro português**. 1 de novembro de 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-11/portugal-amplia> HYPERLINK "http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-11/portugal-amplia-relacoes-com-brasil-diz-primeiro-ministro-portugues"-relacoes-com-brasil-diz-primeiro-ministro-portugues. Acesso em 23 de maio de 2017.

CONSULADO GERAL DE PORTUGAL EM SÃO PAULO. **Tratados e acordos entre Portugal e Brasil**. 2005. Disponível em: <http://consuladoportugalsp.org.br/dados-sobre-portugal/tratados-e-acordos-entre-portugal-e-brasil/>. Acesso em 23 de maio de 2017.

FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis. In: DAVID, Antônio. (Org.) **O Brasil de Florestan**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Perseu Abramo, 2018a. p. 85 – 111.

FERNANDES, Florestan. Elementos étnicos na formação brasileira. In: DAVID,



Antônio. (Org.) **O Brasil de Florestan**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Perseu Abramo, 2018b. p. 10 – 19.

GOMES, Alessandro Martins; ROCHA, Roberto Barroso da. Descobrimento/Achamento, Encontro/Contato e Invasão/Conquista: a visão dos índios na descoberta da América Portuguesa. **Indentidade!**, São Leopoldo, v.21, n. 1, jan-jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2742>. Acesso em 11 de março de 2020.

GOMES, Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. Editora Planeta do Brasil, São Paulo, 2007.

KOSMINSKY, Ethel V. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.15, n. 3, p.773-804, dic. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300016&lng=es&nrm=iso. Acesso em 11 de março de 2020.

MANNHEIM, K. **El problema de las generaciones**. [Tradução: Ignacio Sánchez de la Yncera], Revista Española de Investigaciones Sociológicas, n. 62. 1993.

PORTAL BRASIL. **Brasil e Portugal assinam acordo de cooperação em defesa**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/02/brasil-e-portugal-assinam-acordo-de-cooperacao-em-defesa/> HYPERLINK "http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/02/brasil-e-portugal-assinam-acordo-de-cooperacao-em-defesa". Acesso em 23 de maio de 2017.

MASSEY, Douglas. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review**, 14: 383-413, 1998.

REZENDE M., Estevão: **Cultura e Poder**, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Editora Saraiva, 2a Ed., 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. **Anuário Antropológico [Online]**, 2010. p. 10-40. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/758>. Acesso em 11 de março de 2020.

PELEGRINI, Carolina Vieira. **O embranquecimento da nação miscigenada: a representação brasileira na Feira Internacional de Nova York, 1939-1940**.



2014. 96 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16413/1/2014_CarolinaVieiraPelegri.pdf. Acesso em 11 de março de 2020.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das Migrações**. Disponível em: <https://www.wook.pt/livro/sociologia-das-migracoes-maria-beatriz-rocha-trindade/88881>. Acesso em 22 de maio de 2017.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOARES, W.: **Da metáfora à substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo soc.**, São Paulo, v.20, n. 1, p. 199-218, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702008000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 março de 2020.

Como citar este artigo:

VALENTE, Amanda Matos. Como os casamentos exogâmicos em Portugal são influenciados pelas migrações brasileiras para o território lusitano. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 223-244, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.359>

Data de submissão do artigo: 14/10/2019

Data da decisão editorial: 27/05/2021



A Erótica como Religião Terrena do Amor: um Estudo das Afinidades Eletivas entre Max Weber e Ulrich Beck

Caio César Pedron¹

Resumo: Este trabalho pretende apresentar uma comparação entre o pensamento de Ulrich Beck e Max Weber no que tange as suas interpretações sociológicas do amor. Ambos os autores teorizaram sobre a emergência de uma esfera (ou um horizonte de sentido) de valoração da experiência amorosa em si mesma, secularizada e, por isso, afastada dos mecanismos de organização, hierarquização e dominação tradicional das relações sexuais. A hipótese que procurarei defender no percurso da investigação é a de que o trabalho de Beck consolida e amplia a proposta analítica de Weber, apresentando pontos de inflexão no qual podemos aprofundar a compreensão do amor enquanto fenômeno social em sua autonomia na relação com outras esferas da vida.

Palavras-Chave: Salvação intramundana. Erótica. Sociologia do amor.

Erotica as an Earthly Religion of Love: a Study of the Elective Affinities between Max Weber and Ulrich Beck

Abstract: This work intends to show a comparison between the thinking of Ulrich Beck and Max Weber about their sociologies of love. Both of them theorized about the emergency of a sphere (or an horizon of meaning) of valuing the love experience in itself, secularized and, because of that, far way from the organizational and hierarchical mechanism of traditional domination of intimate relationship. The hypothesis I will try to defend in this investigation is the idea that Beck's work consolidate and expand the analytical proposal raised by Weber, showing the inflection points at which we can deepen the understanding of love as a social phenomenon in the autonomy of relation with the others spheres of life.

Keywords: Intramundane salvation. Erotic. Sociology of love.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas com ênfase em teoria sociológica clássica. E-mail para contato: caiopedron99@gmail.com. Link orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0774-0138>.



1. Introdução

A investigação que projeto para esse artigo está restrita às discussões propostas por Max Weber no subcapítulo “esfera erótica” do seu afamado estudo *Considerações Intermediárias*², por isso não tecerei longas explicações da função teórica deste texto para o conjunto geral de sua sociologia empírico-histórica³. Pretendo centralizar a discussão aqui apresentada na ideia de que a consolidação da erótica como esfera de valor autorreferente e o seu choque com a religião – exposto na concorrência entre a religiosidade de salvação e a sexualidade sublimada em seu caráter extracotidiano e redentor – permanecem sendo diagnósticos válidos para a compreensão das relações amorosas neste século.

Para tanto, faremos uma análise comparativa da erótica weberiana com o diagnóstico proposto por Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (2017) no livro “O caos totalmente normal do amor”, mais especificadamente, nos dedicaremos a exegese do capítulo VI onde Beck tece suas considerações finais, seu diagnóstico conclusivo da situação do amor e das relações amorosas no final do século XX. Em “A religião terrena do amor” propõe-se desvendar as consequências do processo de **individualização** – processo no qual se intensifica a contingência e as alternativas possíveis de escolha das biografias individuais em contradição com o ordenamento (no caso do amor) das relações matrimoniais e parentais instituídas pelo modelo da família nuclear – para as formas de organização, hierarquização e significação social das relações amorosas.

Como em Weber, acredita-se na intensificação da importância do amor como resposta aos dilemas de um mundo cada vez mais racionalizado e impessoal no qual as relações de proximidade e pessoalidade – com seu fundo irracional – tornar-se-iam as únicas formas de experimentação de relações não mercantis ou mediadas por qualquer princípio de cálculo; portanto, a *erótica assumiria na modernidade tardia o papel de religião terrena do amor*.

Esse trabalho possui três capítulos, o primeiro é uma espécie de introdução teórica básica, sendo que quero, com ele, apresentar quais os princípios teóricos que guiam cada um dos textos, demonstrando suas especificidades e possibilidades de relação; no segundo quero explorar a construção tipológica e conceitual das genealogias da erótica – de Weber e de

² WEBER, Max. **Ética Econômica das Religiões Mundiais**: Ensaios comparados de sociologia da religião. Vozes, 2016.

³ A “Ética Econômica das Religiões Mundiais” é um compêndio de ensaios nos quais aparece, de maneira mais evidente, a sociologia empírico-histórica de Max Weber. Estes trabalhos são a extensão e consolidação do problema de pesquisa levantado na “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, que consiste na investigação das peculiaridades que permitiram que se desenvolvesse – somente na Europa – o capitalismo “ocidental”. Em minha dissertação pude explorar a esfera erótica em sua singularidade e, também, na relação de sua teoria para com os estudos empíricos da “Ética Econômica das Religiões Mundiais”, ver: PEDRON, C.C. A Gênese Social da Esfera Erótica: um estudo compreensivo sobre o contexto de emergência da erótica weberiana. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.



Beck – e das problematizações básicas que orientam a ideia de transformação presente nos constructos históricos dos dois autores. No terceiro capítulo pretendo apresentar a consequência da problematização de cada uma das teorias, os resultados da construção teórica de cada um dos autores e os paradoxos que apresentam como fruto do desenvolvimento de uma relação amorosa valorativamente significativa. Por fim, nas conclusões, procurarei explorar os pontos positivos e limites da comparação entre os dois autores, com isso pretendo delimitar as possibilidades e os dilemas da organização dos estudos do amor na sociologia contemporânea.

2. Interlúdio teórico

Antes de nos dedicarmos exclusivamente à esfera erótica e à religião terrena do amor, faz-se necessário compreender um pouco qual é o sistema teórico no qual ambas as conceituações estão inseridas. A “*Consideração Intermediária*” propõe-se apresentar a rejeição religiosa das ordens do mundo e suas direções, rejeição essa que é hiperbólica porque construída – enquanto tipo ideal – para salientar o conflito entre as esferas de valor e a religião, isso limita as possibilidades de compreensão das relações não conflituosas entre a religião e as esferas, como também, o choque das esferas entre si. O objetivo central da discussão é destacar quais são os pontos de maior tensão entre a ética da fraternidade – espécie de tipo ideal que conjugaria as religiões de salvação, em especial as religiões ocidentais – e as **ordens da vida**.

Das sete **ordens da vida** que orbitam o universo social, apenas três possuem características que impedem a sua total racionalização, são elas: erótica, estética e a religião. A intensificação do conflito seria mais aparente entre essas três esferas, pois elas disputariam o mesmo conteúdo subjetivo: *valorar a experiência humana através de atributos pessoais e irracionais*; isto é, produzir um escape as frias mãos esqueléticas da razão instrumental presente nas esferas de valor “racionais”, como a política, a economia ou a esfera intelectual. É o fenômeno da **secularização**⁴ que defenestrou a religião do seu papel de cimentadora dos laços sociais, retirou o seu primado da significação do universo e lhe colocou em pé de igualdade para que tivesse de competir com os outros subsistemas sociais.

⁴Sei que a atribuição do termo secularização a esse aspecto da teoria de Max Weber é contraditória. Contudo, usando-me do próprio Antônio Flávio Pierucci, que fez a crítica e também usou do termo para fins explicativos, teimo em afirmar que o processo de **secularização** está circunscrito a emancipação das esferas de valor e a defenestração – conduzida pela ciência – da religião de sua antiga centralidade na organização e simbolização da vida; em seguida vem o **desencantamento do mundo**, processo de amplitude maior que parte do profetismo judeu para alcançar o asceta protestante e compreende a secularização, o seu lado b. Por fim, a **racionalização do mundo** é o macroprocesso que abarca ambos os movimento anteriores e se concretiza na história da humanidade, desde a concepção da magia – como forma de explicação e tentativa de domínio da natureza e da cultura – até as mais sofisticadas descobertas laboratoriais do século XX. Ver: PIERUCCI, Antônio Flávio. **O Desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. 2. ed. São Paulo, SP: USP: Editora 34, 2007.



A teoria da **racionalização do mundo**, em especial o seu processo menor (a **secularização**), é o pano de fundo no qual se desenrola a narrativa weberiana, tanto no seu aspecto teórico abstrato quanto no desenvolvimento da sociologia empírico-histórica. No caso de Ulrich Beck, a teoria da **individualização** não tem a pretensão de explicar um processo tão gigantesco com a racionalização weberiana, mas pretende compreender o desenvolvimento e a consolidação do amor como principal recurso de significação simbólica e pessoal da existência humana.

Em sua proposição do **amor como religião terrena** – resultado e oposição da individualidade típica do período moderno – também se propõe uma genealogia do amor romântico como o conhecemos; faz-se isso para escapar dos pensamentos que tentam a-historicizar o amor, como se fosse resultado igual de todas as épocas, e apregoam isso citando Shakespeare, Platão e até Aretino. O drama do amor, diz Beck, pode até ser parecido nas diferentes épocas, mas a forma como ele é experimentado e a centralidade que ganha no período industrial tardio é completamente distinta daquela que foi vivenciada pelos gregos.

Inquirimos, antes, a respeito do amor com um mundo simbólico cultural em relação a outros mundos simbólicos, como privação material, religião, carreira, riscos tecnológicos, consciência ambiental. De modo semelhante às sociedades guerreiras medievais ou à sociedade de classes industrial, a sexualidade e o amor também desempenhavam um papel, mas não o central na experiência das pessoas; em nossa avaliação, está ocorrendo o inverso atualmente (e ocorrerá ainda mais no futuro): experiências de classe ou de poder explícitos passam, com o aumento do bem estar social, para segundo plano, e o centro da percepção e preocupação culturais é ocupado pelo frenético embate amoroso na esteira da desintegração do sistema de papéis da esfera privada (BECK; BECK-GERNŠHEIM, 2017, p.204).

Mais radical que a tese da esfera erótica weberiana, já que para esta a erótica seria apenas uma dentre sete esferas que podem conduzir – com os seus valores – os fios de nossas existências, em Beck defende-se a tese de que o amor adquire, no final do século XX, o papel de principal arena de conflitos e disputas nos quais homens e mulheres digladiam-se, desejam-se, amam-se e divorciam-se. Isso é importante porque sintetiza a tese do autor e, ao mesmo tempo, refuta a a-historicidade do amor, pois há uma intensificação de sua importância para os modernos, estes concebem o amor como um horizonte de significação simbólica que valoriza a experiência humana.

O conceito central proposto pelo autor é o de **individualização**, cujo conflito se sustenta na relação entre família, liberdade e igualdade, pois as certezas tradicionais instituídas na forma de organização da família nuclear – trabalho doméstico e assalariado como fator de distinção e hierarquização entre os sexos, instituição de papéis fixos de comportamento na relação amorosa, maternidade – não se sustentam mais diante de um mundo onde



as categorias de trabalho, família, relação amorosa são diferentes. Em outras palavras:

A biografia das pessoas se desvincula dos modelos e certezas tradicionais, de controles alheios e das leis morais suprarregionais e é posta na ação de cada indivíduo, de modo aberto, dependente de decisões e como uma tarefa. Diminuem as cotas de possibilidades de vida que, por princípio, não são passíveis de decisão, enquanto aumentam as cotas da biografia, que está aberta à decisão e construção próprias. A biografia normal transmuta-se em biografia de escolha - como todas as obrigações e “congelamentos de liberdade (WYSOCKI,1980)” que resultam dessa troca (BECK; BECK-GERNSEIM, 2017, p.17).

O choque entre a “esfera doméstica” e suas determinações amparadas nos valores da família nuclear e as necessidades de cada biografia individual – de decidir os arranjos familiares que melhor se adequam a cada biografia – produz incerteza e angústia diante do conflito. Uma leitura weberiana desse processo de individualização salientaria que o indivíduo, em sua subjetividade, sentir-se-ia fragmentado diante dos diferentes valores que disputam de maneira conflituosa o direito por conferirem sentido e orientarem as ações humanas.

3. A esfera erótica ou o amor como religião intramoderna

A esfera erótica weberiana é construída – enquanto tipo ideal – em dois “momentos”, sendo que no primeiro, Weber estabelece uma espécie de genealogia da erótica através da qual narra o processo de intensificação das relações eróticas sublimadas na história, com forte ênfase na direção tomada por essa “evolução”⁵. Em um segundo momento, é a vez de narrar as problemáticas que essa erótica produz do ponto de vista do choque desta para com a religião e, também, das contradições que o próprio desenvolvimento dela produz. Como resultado, Weber problematiza tanto a possibilidade da **salvação intramundana** do ponto de vista subjetivo quanto o de sua apropriação por um movimento coletivo; e termina propondo uma solução tampão: o casamento por amor. Partimos do primeiro movimento na narrativa weberiana para apresentar um quadro de desenvolvimento da genealogia⁶ da

⁵ O termo escolhido por Weber para sua sociologia comparativa foi *Entwicklung*, algo como desenvolvimento, e foi escolhido o termo “desenvolvimental” nas traduções; embora tenha uma sonoridade esquisita na nossa língua. Seria impossível produzir sociologia histórica e comparativa sem que termos como evolução, desenvolvimento ou transformação fossem tomados como categorias centrais. A respeito da discussão dessa ideia em Weber ver: SCHLUCHTER, Wolfgang. ¿Ley Histórica o tendencia de desarrollo? Sobre la limitada capacidad de pronóstico de lascienciassociales. In: SCHLUCHTER, Wolfgang. **Acción, orden y cultura: estudios para um programa de investigación en conexión con Max Weber**. Buenos Aires: Prometeolibros, 2008.

⁶ A periodização seguida aqui tem função didática e instrumental, pois Weber não tratou de especificar e periodizar em séculos o processo genealógico e o que queremos é, tão somente, materializar exemplarmente as definições. Sabemos que esse modo de nomeação temporal é uma



erótica:

1) **Grécia pré-clássica (XII a IX A.C.):** neste período se destaca o romantismo de cavalaria. A mulher era tratada como bem material, fundamento mesmo da organização social e do direito, pois o direito de transmissão da propriedade estava intimamente relacionado a prole. O rapto de mulheres é a atividade de intensificação erótica do período, contudo, a brutalidade deste ato impede qualquer tipo de intelectualização do amor. A direção da intensificação, por sua vez, é heterossexual.

2) **Grécia Clássica (V a IV A.C.):** no período do helenismo destacam-se as relações de proximidade entre os homens, a masculinização das relações eróticas se acentua a ponto de o objeto de desejo ser transferido para o *camarada* – jovem da comunidade que compartilha de experiências sexuais até a maturidade com um dos cidadãos. A pederastia substitui o rapto de mulheres e passa a ser o destino mesmo da intensificação sexual, esta que é homoerótica no período.

3) **Idade Média (V a XV D.C.):** neste período o trovadorismo exemplifica um resultado distinto do greco-romano. É que a relação entre a Dama – mulher do outro – e do vassalo ganha contornos eróticos bem definidos, uma competição sexual entre os homens produz, pela primeira vez, a valorização do desejo erótico feminino e a popularização da trova e da literatura de correspondência como intensificações intelectuais do desejo erótico. O **juízo do olhar** é a atividade “transformadora” do período e, pela primeira vez, é conduzido pela mulher que passa de agente passivo – e objeto de valor – para participante ativo da relação erótica.

4) **Renascença (XV a XVI D.C.):** esse período é como que um retorno à brutalidade do helenismo, parece ser mais um desvio da intensificação da intelectualização sexual do que propriamente um avanço. Entretanto, se pensarmos que é na Renascença que são cultivadas algumas das obras artísticas mais eróticas como a de Pietro Aretino (1492-1556) e que a intensificação homossexual também pode conter elementos de sofisticação e intensificação do gozo – para além de Weber e, talvez, contra ele –, talvez possamos entender esse desvio não como involução, mas como um outro caminho possível de desenvolvimento erótico.

5) **Ancient Regime (XVI a XVIII D.C.):** nesse período a cultura de salões substitui a masculinidade anterior, a dama retorna para conectar a **intelectualização do sexo** e a **extracotidianidade** da experiência erótica. A **conversa intersexual** permite que a masculinidade do cavaleiro seja direcionada para a atividade de galantear, de seduzir a dama, dado que não é mais somente a relação do olhar que está em jogo na arte da conquista. É interessante ressaltar que nesse período a **racionalização** do sexo e sua

construção social e que, muitas vezes, periodizações diferentes compreendem períodos anteriores ou posteriores a depender da leitura teórica e analítica que as enforma; por exemplo, para alguns autores a Renascença começa no século XIV e, para outros, o Antigo Regime pode ser colocado na mesma data tendo temporalidade muito maior que a circunscrita no nosso modelo.



intensificação irracional não são tidas como opostas ou contraditórias, são resultados distintos e complementares da relação erótica no período.

6) **Era Vitoriana (XVIII a XIX D.C.):** na Alemanha é conhecida como período wilhemiano. É marcada por uma intensificação do controle da sexualidade como nunca antes vista. A luta entre sexualidade e religião agora se acomoda em uma lógica de competição entre os valores, sendo que, enquanto o puritanismo pretende racionalizar o ato sexual no sentido de neutralizar as emoções “impuras” e naturaliza-lo de maneira que seja apenas reprodutor; o erotismo pretende cristalizar as formas sublimadas de sexo e fortalecer o caráter **extracotidiano** e irracional da sexualidade, através dos relacionamentos extraconjugais.

São duas as forças de intensificação da erótica que surgem nesse desenvolvimento genealógico: a **extracotidianeidade do erotismo** experimentado como fuga da vida rotineira e da racionalidade das formas de organização social e a **intelectualização do sexo**, racionalização formal dos conteúdos atinentes ao desejo erótico que aprimora as formas de conquistas, as técnicas de experimentação e o gozo sofisticado da sexualidade.

Sob o prisma conceitual do processo de **individualização**, proposto no capítulo anterior, é que se constitui a genealogia do amor em Beck, ela é menor – em seu desenvolvimento temporal – que a da erótica e acaba por se concentrar na passagem da sociedade feudal para a burguesa, salientando, em sua especificidade, as diferenças entre o período heroico do protestantismo e o moderno capitalismo industrial do século XX. Um quadro geral pode projetar de maneira mais clara essa proposta analítica:

QUADRO 1 -Três formas de relação entre o amor e a natureza

Forma da relação amor/natureza	Tipo de relação conjugal	Intensificação erótica
1) Antiguidade e Idade Média	Matrimônio religioso com função social de manutenção da hereditariedade. A nobreza permitia-se cultivar a erótica contanto que fora do casamento.	O amor e as paixões são um pecado contra o casamento
2) Vitorianismo e Wilhemianismo (XIX)	Imposição da moral puritana estendida democraticamente a todos os casais, inclusive a nobreza.	Repressão dos desejos e banimento do erotismo para a categoria de “comportamento sexual desviante” medicalizada.
3) Sociedade Industrial do século XX	Experimentação de relações amorosas as mais diversas, com forte ênfase para o fortalecimento dos casos extraconjugais e das formas heterodoxas de relacionamento sexual.	Amor como encontro com o eu, criação enfática do mundo a partir da relação eu-tu. Romantismo banalizado e massificado como religião terrena do amor.

Fonte: Elaborado pelo autor.



As três fases de Ulrich Beck concentram as “seis” dispensações⁷ de Max Weber exatamente no período de transformação das relações amorosas. A comparação evidencia que o conflito que Weber apresentava como sendo o “último” era, na verdade, uma fase passageira que foi “superada” pela individualização progressiva dos relacionamentos amorosos, presos só a legalidade interna das biografias individuais a que, respectivamente, diziam respeito.

O intercuro sexual não está mais amarrado a estabilidade das relações matrimoniais, o direito moderno – e a tecnologia do DNA – destituiu o matrimônio de sua função de determinar os herdeiros legítimos de um espólio. Beck destaca aquilo que já havia sido levantado por Weber: *há uma relação de afinidade eletiva entre a ruptura do feudalismo pelo empreendedor burguês e o ímpeto do adúltero* (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2017, p.210). O pessimismo weberiano diante de uma sensualização egoísta e antivalorativa da erótica não se concretizou, ou, pelo menos, a romantização do amor nos relacionamentos conjugais permitiu – em tese – uma intensificação ainda maior dos relacionamentos amorosos.

A intensificação da **extracotidianeidade** erótica parece ser o resultado das repressões insuportáveis do puritanismo e do processo de racionalização ocidental que tornou o mundo cotidiano e mesmo banalizado. A própria subjetividade burguesa produziu o romantismo como antídoto ao moralismo higienista do puritano, e foi esse romantismo o precursor legítimo da **religião terrena do amor** como a vivemos hoje. No próximo capítulo trataremos de apresentar as contradições do amor na esfera erótica weberiana e no amor como religião de Beck. Pretende-se apresentar o diagnóstico de ambos sobre as condições das relações amorosas modernas como, também, os limites das propriedades redentoras do erotismo.

4. Os alcances e os limites da salvação intramundana

No passado o amor rebentou laços comunitários e normas. Com a dissolução das normas e barreiras feudais e familiares, ele cada vez mais se debate contra o vazio. Ele não é mais o princípio garantidor de liberdade e individualidade em oposição as constrições sociais, não encontra mais resistência, nem é mais amoral em seu cerne. Isso significa que ele se volta sobre si mesmo, devora-se, tornando-se, por assim dizer, “autoreflexivo” (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2017, p.213).

O que Ulrich Beck denota nessa passagem é uma transformação

⁷ Faço aqui uma comparação entre as dispensações bíblicas propostas pelo fundamentalismo protestante e as distinções temporais como concebidas por Weber. Alguns movimentos hermenêuticos do fundamentalismo diziam que havia sete dispensações que marcavam “épocas” da relação do homem com Deus, e outras, fiéis a Joaquim de Flora, defendiam a separação em três idades. A analogia nos permite imaginar as relações entre esse modo de separar a história em fases e suas relações com o pensamento religioso.



determinante do amor que ocorreu durante sua última fase. No final do século XX o amor não é mais amoral, pois a própria moralidade vem se transformando e se adequando a **individualização** brutal que faz de cada um o seu próprio inquisidor. Depois de se emancipar de todos os controles institucionais da esfera doméstica e de todos os esteios morais da religião, cabe ao amor dobrar-se sobre si mesmo, num movimento autofágico que empreende a ressignificação contínua dos valores e das relações amorosas, sendo que ele intensifica a contingencialidade de suas formas tornando-se ainda mais singular a cada caso representado.

Todavia existe certa regularidade nas lógicas sob as quais as diferentes relações amorosas se reproduzem, “tal como acontece com o capital e o poder, no caso do amor também se trata de *um espectro predeterminado de comportamentos e crises*” (BECK; BECK-GERNSHEIM, p.215) um conjunto de disposições e lógica de relações próprias a sua “referencialidade interna”. O autor propõe um conjunto de legalidades intrínsecas do amor, formas de expressão esquemática de sua lógica e de seus conflitos. Vale a pena salientar algumas que dialogam explicitamente com a esfera erótica weberiana:

A) Amor como resgate frente a transformação dirigida pelo processo de individualização social, combate a solidão que procura instituir uma utopia, idealismo da relação a dois que funciona como contraideologia da individualização (BECK; BECK-GERNSHEIM, p.215). O casamento por amor é o resultado dialético da própria individualização.

B) Amor como “modelo de *responsabilidade*, não de anonimato e mecanicismo” (BECK; BECK-GERNSHEIM, p. 215). Propõe-se a relação amorosa como um modelo de agente em referência a um mundo de mecanismo e sistemas. Os indivíduos prestam contas de suas ações, escolhem as melhores ou as mais doloridas decisões, enfrentam situações de estresse emocional ou de luta aberta por amor a alguém ou porque já não amam mais (em divórcios e separações litigiosas). Ainda não é possível escapar da interação humana e de suas contingências quando falamos de relações amorosas.

C) A justificação do amor nunca se sustenta em bases tradicionais ou formais, ela é sempre emocional e individual. Pessoalizada e, por isso, refém de impulsos de afeto – quer sejam eles de amor ou ódio –, mesmo quando racionalizadas em formas de conduta ou experiências sofisticadas.

D) “O amor é padrão oposto à racionalidade de fins. O amor não é um fim objetivável, não pode ser obtido, nem tecnicamente assegurado ou aperfeiçoado” (BECK; BECK-GERNSHEIM, p.217). O amor é refém de um modo de vida impossível de racionalização, seu fim é irracional e, por isso, não é adequado a uma racionalização plena. Deixar que um algoritmo decida – melhor que você – quem é seu parceiro ideal, permanece sendo um pesadelo próprio das distopias de uma série de ficção científica⁸.

⁸ A esse propósito, o capítulo “Hang the Dj” da série blackmirror é bastante intuitivo. Nele assistimos a diferentes encontros amorosos pelo qual dois jovens passam para se reencontrarem. O match do



Se compararmos esses “valores” aos que foram propalados por Weber na esfera erótica encontramos uma rica coincidência. A intensificação do processo de **racionalização do mundo** e, mais especificadamente, da **secularização**, garantiu que as relações sociais comunitárias e a sexualidade natural do camponês fossem substituídas pelo cálculo e pelas relações mediadas por contratos derivados do direito formal (impessoais). A fuga desse mundo racionalizado se daria através de uma reconexão com “o único elo inextirpável com a animalidade” (WEBER, 2016, p.391), **salvação intramundana** através da experimentação sexual, mas as regras do matrimônio e o controle do direito e da religiosidade – nos tempos de Weber – indicavam que o relacionamento **extraconjugal** seria a única forma de garantir a liberdade das relações sexuais.

Nas tipologias da ação weberiana poderíamos enquadrar o amor como ação afetiva, em contraste com a tradição da esfera doméstica ou religiosa e, também, com a racionalidade fins das esferas econômica e política. Um interessante *insight* foi proposto por Jessé Souza (1997), para ele a erótica está a meio passo entre a racionalidade-valor e a ação afetiva, seria uma espécie de reconexão entre razão e emoção que proporcionaria, por isso, uma experiência de redenção. Isso faz ainda mais sentido quando adotamos a tese de que a esfera erótica comunga de uma sexualidade sublimada, como **intelectualização do sexo**, e de uma experiência sexual de **extracotidianeidade**, que é irracional na sua forma e que, por isso, permite a sensação de salvação⁹.

Por fim, a erótica é sempre uma relação entre agentes individuais que, quando juntos, formam um nós, e é exatamente nessa relação que se sustenta a ideia de comunhão experimentada, pois:

Do ponto de vista do erotismo esse sentido, justamente com o conteúdo de valor da relação repousa na possibilidade de uma comunidade que é sentida como um pleno tornar-se um [*volle Einswerdung*], uma vertigem no “tu”, uma comunidade tão intensa, que só se explica “simbolicamente”: como sacramento (WEBER, 2016, p.391).

A própria sensação de comunhão com o objeto de amor é resultado da relação de **individualização** que provocou essa “saudade” da unidade perdida, combate a solidão da individualidade que proporciona um terreno fértil a utopia do amor romântico. É, também, resultado do processo de **racionalização**, pois foi este que distanciou o homem moderno da sexualidade primária do

aplicativo é, no entanto, anterior ao encontro real do casal, assistimos durante todo o capítulo ao exercício matemático dos algoritmos calculando qual seria a melhor escolha entre pares diante de um modelo probabilístico. Ainda que seja cedo para tanto, aplicativos de encontros casuais e relacionamentos já existem e estão por aí racionalizando as relações sexuais. Ver: HANG the DJ (Temporada 4, ep.4). Black Mirror [Seriado]. Direção: Tim Van Patten. Produção: Charlie Brooker, Barney Reisz, Annabel Jones. UK: Endemol. 2017.

⁹ Poderíamos pensar na ideia de que a intelectualização do sexo seria uma espécie de racionalização dos meios eróticos e não, necessariamente, dos fins. Deste modo seria possível conjugar **intelectualização** do sexo e **extracotidianeidade**, sem qualquer conflito. Para Beck vemos que o potencial erótico está preservado, outros, como Marcuse, acreditam que essa potência se perdeu na racionalização capitalista ou em uma perversão fetichizada.



camponês, fragmentou a experiência do indivíduo em diferentes subsistemas sociais autoreferenciados que não lhe permitem mais experimentar a vida como um cosmos de sentido unívoco. *A irracionalidade do sexo é um protesto contra a racionalização da vida, e o seu caráter consubstancial, uma provocação à radical subjetividade individualista.*

A legalidade intrínseca expressa em B) me parece ser a mais potente, porque permite pensarmos uma relação amorosa como relação humana não passível de racionalização meio-fins. A importância crescente do amor durante o século XX é resultado deste caráter singular e intrínseco da própria esfera erótica, ela produz relações consensuais e um padrão de sentido social ligado a autonomização das subjetividades, deste modo, produz *um horizonte comum compartilhado de ressignificação simbólica da própria existência*, nas palavras de Weber:

O amante se sabe implantado no cerne do verdadeiramente vivo, daquilo que é para sempre inacessível a todo esforço da razão; ele se sabe completamente solto das frias mãos esqueléticas das ordens racionais, bem como da mesmice do cotidiano. Ao amante, que sabe estar ligado ao “que existe de mais vivo”, as experiências do místico lhe parecem sem objeto, pálido reino situado atrás do mundo [hinterweltlich] (WEBER, 2016, p.392).

O misticismo é, para o amante, algo sem sentido e pouco material. Nisso a reflexão das “Considerações intermediárias” se conecta com as categorias apresentadas na “Einleitung”, esta que apresenta os principais conceitos utilizados pelo autor em seus estudos histórico empíricos. O par **misticismo** e **ascetismo** é fundamental, pois nos apresenta os dois tipos de expressão da religiosidade, o contraste da erótica com o misticismo está nesse caráter **extra-cotidiano** que compete com a irracionalidade da experiência mística, esta que pretende implodir toda individuação (WEBER, 2016, p.392). Pelo lado do ascetismo, além de incomodar esse aspecto irracional e animalesco da cópula carnal, o erotismo também compete na sua sanha pela **intelectualização** e sublimação do sexo: na capacidade de sofisticação da sexualidade encarada como perversão. Se a erótica se reconecta com a natureza humana, no seu caráter animalesco e irracional, em contrapartida:

A ascese racional intramundana (a ascese da profissão) só pode aceitar o casamento racionalmente regulamentado como uma ordem de vida divinamente disposta para a criatura irremediavelmente corrompida pela “concupiscência”, e é dentro dessa ordem que toca viver de acordo com os fins racionais dela: a procriação e a educação dos filhos, além da mútua emulação no estado de graça, e somente nele. Uma ética como essa tem que rejeitar qualquer refinamento que leve ao erotismo como divinização da criatura, idolatria da pior espécie. De sua parte, ela inscreve numa ordem racional da criação justamente a sexualidade natural primordial própria do camponês, em sua forma rústica e não sublimada (WEBER, 2016, p.394).



O choque entre o asceta vocacional e o sensualista erótico daria a tônica do mundo moderno e a luta do instinto sexual contra a moralidade religiosa seria a sua expressão psicológico-subjetiva. O principal receio de Max Weber, *da impossibilidade de relações autenticamente eróticas e éticas*, se desfez na permanência do mito do amor romântico e na férrea crença moderna na procura da felicidade como “felicidade amorosa”. O caráter pessoal do sexo – em sua potência como relação bidirecional/consustancial (eu+tu = nós) – não foi substituído por qualquer hedonismo crasso. Foi, isso sim, exagerado, banalizado e massificado no “todo social” e, mesmo assim, permaneceu oferecendo suas limitadas e efêmeras, porém factíveis, possibilidades de reencantamento da existência.

Os problemas do amor em tempos caóticos são outros e, ao mesmo tempo, os mesmos. Beck os expressa através de um conjunto de paradoxos, são eles: **liberdade, autenticidade¹⁰ e ação**. Paradoxal que a busca pela liberdade produzida pelo encontro amoroso tenha como resultado a procura da “subjugação voluntária da liberdade alheia” (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2017, p.220), entrega incondicional que parece ser procurada por cada uma das partes que se amam. Paradoxal, também, que Max Weber (2016, p.392-393) já tenha diagnosticado, muitos anos antes, o mesmo resultado: “violação da alma do parceiro menos brutal como um refinado – pois, aí se trata da mais humana das entregas de si – um dissimulado gozo sofisticado de si no outro”.

Mas como atingimos, preservamos e sobrevivemos ao amor se não pelo receituário da racionalidade meio-fim que está a nossa disposição? O que acontece quando todos perseguem um alvo que não é acessível, ou pelo menos não do modo como estamos fazendo? E se descobrimos que rechaçar esse alvo é o caminho mais curto para ele? Ou se o alvo, depois de alcançado, se reverte no oposto do que é esperado? (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2017, p.222).

O segundo paradoxo, citado acima, é diagnose da incerteza que paira sobre relação erótica. As regras do jogo não são estipuladas de maneira racional, não respondem a um cálculo previsível e formal. São antes arbitrárias e podem muito bem produzir como resultado de toda a espera e de todo esforço amoroso – como que por um **paradoxo das consequências¹¹** – o oposto do que era pretendido. “Quem sabe o príncipe virou um sapo” ou a idealização de um jardim encantando se tornar a representação do inferno na terra. Não

¹⁰ Não apresentarei aqui o paradoxo da autenticidade, Beck para apresentá-lo usa-se de um texto de Niklas Luhmann sobre o amor. A ideia geral é a de que o amor cobra a autenticidade que, contudo, se narrada de maneira racional, perde o seu caráter autêntico, pois vira discurso passível de manipulação e interpretação. Autenticidade que procura ser sólida em relações transitórias e marca, definitivamente, as relações amorosas com seu selo de originalidade ou unicidade.

¹¹Paradoxo das Consequências é um conceito de Weber usado para diagnosticar a ambiguidade da solução do protestante asceta, queria alcançar o reino dos céus e, por isso, trabalhou. Como resultado, contudo, produziu o a relação entre ideias que guiariam como manobras as ações dos homens em direção ao capitalismo. O clássico de Gabriel Cohn explica, muito melhor que eu, essa conceituação weberiana, ver: COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação**: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.



existem regras de comportamento ou modelo de ação que possam ser usados de maneira geral para conquistar ou manter uma relação amorosa.

É para não cair na irracionalidade plena que Weber propõe sua solução tampão, o matrimônio eticamente regulamentado que comungasse razão valorativa e ação afetiva. Para o autor – diferentemente de Beck – o problema central era o sexo se tornar uma relação na qual o outro era um meio e não um fim em si mesmo¹². Engraçado que a solução de Weber – por mais inocente e romântica que pareça – continua sendo, hoje, a meta de toda a idealização do amor: *a ideologia contra-individualista do romantismo é expressa, de maneira literal, na ideia do casamento ou da união por amor.*

Cabe, então, terminarmos o nosso capítulo com uma expressão acabada desta crença coletiva:

De um ponto de vista puramente intramundano, somente a junção do matrimônio com a ideia de responsabilidade ética recíproca – uma categoria da relação que é heterogênea a esfera puramente erótica – poderia contribuir com o sentimento de que pode haver algo de singular e sublime nas modulações por que passa o sentimento amoroso consciente de sua responsabilidade no percurso orgânico da vida em toda as suas nuances: “até o pianíssimo da idade avançada”, com o crédito mútuo e débito mútuo (no sentido de Goethe). Raras vezes a vida o concede puro: aquele a quem for concedido, que fale de fortuna e graça do destino – mas não: de “mérito” próprio (WEBER, 2016, p.395).

5. Conclusão

Este trabalho não teve a pretensão de esgotar as possíveis relações de atribuição causais, tipológicas ou só levemente comparativas em relação ao trabalho de Ulrich Beck e a esfera erótica de Weber. É de se destacar a regularidade temática entre ambas as obras, chega a gritar aos olhos¹³ a proximidade nas análises como resultados de contexto completamente diferentes e, também, de conceitos – **individualização** e **racionalização** – bastante específicos a cada teoria. Uma pequena degustação dessa relação pode ser vista em Beck¹⁴.

¹²No texto sobre a “Neutralidade Axiológica” Weber usa como um dos seus exemplos a relação amorosa sob esse véu de tensão kantiano entre tratar o outro como meio ou fim. A ideia de reponsabilidade ética como proposta por Marianne Weber e pelo próprio Max parece ser produto deste dilema ético.

¹³ Estranho que Beck não cite as “Considerações Intermediárias” de Weber e, quando vai citá-lo no que tange ao amor, cita partes da Ética Protestante. Não sabemos se o autor escolheu não citar Weber e as problemáticas que muito bem se “casariam” as suas ou se não conhecia esse pequeno texto.

¹⁴Uma época que, no ápice de sua racionalidade voltada para a tecnologia, se apaixonou pelo amor, por assim dizer, entregar-se àquele que talvez seja o último alvo (de felicidade) não racionalizável, que se esquia das garras da modernidade e extrai precisamente disto sua sedução, seus emuladores e seus asseclas. Tal como a angústia, que, de resto, é apenas o reverso da individualista “religião do amor” na sociedade de risco, o amor não é justificável, irrefutável, em última análise, nem discursivamente verificável e apesar, ou talvez por causa, da inflacionária tagarelíce sobre os relacionamentos, não é intersubjetivamente divisível e comunicável (BECK;BECK-GERNSHEIM, 2017, p. 222).



Aqui encontramos vários temas que já estavam presentes na esfera erótica: compreender o amor como última via de escape a racionalização da modernidade, também a indiscutível autorreferencialidade, do legítimo por si mesmo e, por isso, injustificável sob qualquer critério racional (meio-fins). A incomunicabilidade da experiência do amor e a impossibilidade de extensão intersubjetiva ou, até mesmo, comunitária, dialogam com Weber (2016, p.393).

Há, também, algumas diferenças que parecem inacessíveis à primeira vista, como a temporalidade dos escritos que precisa ser ressaltada. Mais de setenta anos separam os dois textos e, o que parecia à Weber uma tensão insolúvel, se mostra ao longo da história como um pequeno problema, facilmente contornado pelo amor e seus asseclas. Mas, o que poderia ser a fraqueza da comparação, parece-me ser o ponto mais interessante, pois após setenta anos o texto parece dialogar de maneira magistral com o de Beck, inclusive, os dois se conectam na problemática central que procuram responder: a do caráter redentor e significativo da experiência sexual. Os dois conceitos guia, **individualização** e **racionalização**, também podem servir a sustentação de uma tese compartilhada, pois o processo de racionalização produziu a separação do homem de seu ciclo de vida natural, fragmentado entre diferentes “valores” com os quais o indivíduo deve “jogar”.

O único limite que me parece inacessível à correlação Weber-Beck é a ideia de massificação e banalização do amor romântico, esta é a verdadeira causa de preocupação do segundo, pois limitaria e “impessoalizaria” as relações amorosas. “Não jogue o amor ao léu”, diria um hit sertanejo que, talvez, Max Weber na década de vinte não entenderia diante do erotismo que ainda era tratado como algo que concernia à elite esclarecida burguesa e aristocrática.

Falo, portanto, de uma afinidade profunda entre as duas concepções teóricas do amor, pois parece que os elementos abstratos que conformaram cada tese se encaixam perfeitamente um no outro, combinam-se para produzir um diagnóstico ampliado das condições do amor na extensão do século XX. Afinidade que se expressa na possibilidade de confirmar algumas “predições” do velho “herói dos bosques teutônicos”¹⁵ através do teórico da sociedade do risco, como também, a consolidação de uma sociologia do amor que tem por interesse o caráter simbólico/significativo da experiência sexual. Sociologia que tenta entender a “função” do sexo na sociedade contemporânea sem renunciar à interpretação histórica e microsociológica da ação dos indivíduos sob parâmetros não estereotipáveis em relações meio-fins.

¹⁵ Descrição bastante romântica de Marianne Weber (2003, p.249) do seu marido ao relatar sua vitória frente a um aluno em uma disputa de cerveja (*Bierjunge*). As metáforas presentes nas cartas trocadas entre ambos no período têm esse conteúdo filosófico/espiritual, a invenção do amor romântico havia contaminado a geração mais jovem do período wilheminiano. Ver: WEBER, Marianne. *Weber*: uma biografia. Casa Jorge: RJ, 2003.



Referências bibliográficas

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM. **O caos totalmente normal do amor**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BLACK MIRROR. Hang the DJ (Temporada 4, ep.4). Duração: 51 minutos. Direção: Tim Van Patten. Produção: Charlie Brooker, Barney Reisz, Annabel Jones. UK: Endemol. 2017. Disponível em: NETFLIX. Acesso em: 20 abr. 2021.

COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação**: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.

PEDRON, C.C. **A Gênese Social da Esfera Erótica**: um estudo compreensivo sobre o contexto de emergência da erótica weberiana. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O Desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. 2ª ed. São Paulo, SP: USP: Editora 34, 2007.

SCHLUCHTER, Wolfgang. ¿Ley Histórica o tendencia de desarrollo? Sobre la limitada capacidad de pronóstico de lascienciassociales. In: SCHLUCHTER, Wolfgang. **Acción, orden y cultura**: estudios para um programa de investigación en conexión con Max Weber. Buenos Aires: Prometeolibros, 2008.

SOUZA, Jessé. **Patologias da modernidade**: um diálogo entre Habermas e Weber. São Paulo: Annablume, 1997.

WEBER, Marianne. **Weber**: uma biografia. Casa Jorge: RJ, 2003.

WEBER, Max. **Ética Econômica das Religiões Mundiais**: Ensaios comparados de sociologia da religião.v.1, Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

Como citar este artigo:

PEDRON, Caio Cesar. A Erótica como Religião Terrena do Amor: um Estudo das Afinidades Eletivas entre Max Weber e Ulrich Beck. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 245-260, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.469>



Data de submissão do artigo: 09/05/2020

Data da decisão editorial: 27/05/2021



Há reflexividade do ator leigo? Objetivação, prática social e consciência reflexiva em Pierre Bourdieu e Anthony Giddens

João Matias de Oliveira Neto¹

Resumo: O presente artigo busca promover uma reflexão crítica dos conceitos de prática social e consciência reflexiva para investigar uma provocação advinda do próprio Bourdieu sobre se haveria ou não reflexividade do ator leigo. A partir desta provocação, adentramos criticamente o modo como cada um dos autores pensa os espaços e lugares onde o ator social poderia desenvolver um prenúncio de consciência reflexiva, seja através do efeito de histerese ou da objetivação sociológica em Pierre Bourdieu (2009), seja através do conceito de dupla hermenêutica advinda da teoria de Anthony Giddens (2003). Em comum, propõe-se uma reflexão sobre o próprio processo de objetivação na sociologia, além do modo como pensamos o “outro” tanto em termos ontológicos como teórico-metodológicos no ofício do sociólogo.

Palavras-Chave: Pierre Bourdieu. Anthony Giddens. Reflexividade.

The lay actor has a reflexivity? Objectivism, social practice and reflexivity in Pierre Bourdieu and Anthony Giddens

Abstract: This article promotes a critical reflection of the concepts of social practice and reflexivity to investigate a provocation by Bourdieu himself about whether or not there is reflexivity in the lay actor. From this provocation, we promote a critical reading about the way in which each of the authors argument about the spaces and places where the social actor can create a principle of reflexive conscience, either through the effect of hysteresis or the sociological objectification in Bourdieu (2009), or from the concept of double hermeneutics from Giddens' theory (2003). In common, we propose a reflection on the objectification process itself in sociology, in addition the way we think the “other” in sociology, both in ontological and theoretical-methodological in the sociologist's profession.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador associado do Instituto de Estudos da África (IEAF-UFPE). Docente vinculado ao Departamento de Educação na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus III), em Guarabira, Paraíba, Brasil. ORCID: 0000-0003-2746-5628. E-mail: j.matias@msn.com.



Keywords: Pierre Bourdieu. Anthony Giddens. Reflexivity.

1. Introdução

Alguns dos principais problemas encarados pelas Ciências Sociais remontam a questões que surgiram na origem da própria institucionalização da disciplina. De acordo com Levine (1997), seria possível identificar como, por exemplo, o problema de pensar uma ordem social humana, entre a origem natural de sentimentos sociais ou sobre como a sociedade lida com sistemas naturais demonstrou, pelo menos na corrente francesa da sociologia clássica na qual Comte e Durkheim se sobressaem como expoentes, o quanto algumas das principais correntes teóricas da sociologia são resultado tanto de “tradições empírica e práticas quanto filosóficas e teóricas” (LEVINE, 1997, p. 247).

Referindo-se ao contexto da própria formação da sociologia como ciência, essa origem natural de sentimentos sociais prescreveu dilemas sobre a origem das ideias e da própria sociedade que guiaram a pauta de cientistas sociais pela diversidade de métodos, abordagens e coletas de dados posteriormente definidas em correntes teórico-metodológicas. Levine (1997), por exemplo, aponta para uma fonte de enfraquecimento dos critérios objetivistas de análise e apreensão da realidade social com a guinada subjetivista como forma de responder aos proponentes que desacreditavam a “crença de cientistas sociais na viabilidade de padrões e argumentos objetivos” (LEVINE, 1997, p.247). Com tais dissensões internas, ameaçadoras da consolidação e autonomização do campo, houve um espraiamento dessas esferas autônomas de discurso para setores de estudos centrados na especificidade do objeto, a exemplo de estudos de etnias, nações, representações, entre outros.

Porém, como toda fragmentação, há igualmente a demanda por trabalhos de síntese e aproximação de correntes e tradições teóricas nestes mesmos anos de 1960. Buscavam-se tanto sínteses transdisciplinares quanto supradisciplinares e interdisciplinares (LEVINE, 1997). E o mal-estar gerado, todavia, refletia a inadequação de formas pelas quais os cientistas sociais organizavam seu entendimento sobre aquilo que fazem. Torna-se compreensível o momento a partir do qual Bourdieu (2009) e Giddens (2003) assumem o trabalho de uma superação de dualismos dicotômicos, nos quais a Ciência Social se viu enredada como um problema de sua origem: a relação entre agência e estrutura, bem como do subjetivismo e do objetivismo enquanto problemas ontológicos e teórico-metodológicos na orientação destes novos caminhos.

O presente trabalho busca recuperar uma questão na mesma época em que ambos, Bourdieu e Giddens, desenvolveram seus trabalhos diante de um estruturalismo em ascensão com a derrocada da fenomenologia existencialista



de Sartre e da alternância para possibilidades supradisciplinares na própria forma como as Ciências Sociais veem o seu objeto (PETERS, 2013). Assim, e pela natureza complexa e incompleta do tema, buscamos comparar os conceitos de práticas sociais e consciência reflexiva entre a teoria da prática de Bourdieu e a teoria da estruturação de Giddens, complementando com uma questão-problema advinda de uma leitura do próprio Bourdieu: há reflexividade do ator leigo? Menção que faz referência ao fato da auto-objetivação, para o sociólogo francês, estar acessível apenas a um poder de reflexividade conferido a um sujeito sociológico ou *erudito*, isto é, uma experiência *sui generis* de objetivação sociológica capaz de observar os encadeamentos e relações lógicas possíveis de estruturação do próprio *habitus*.

Como haveremos de mostrar, tal auto-objetivação inacessível ao ator leigo esbarra em conceitos fundamentais desenvolvidos por Giddens, para quem o princípio de dupla hermenêutica, presente na observação sobre conceito e categorias, bem como na consciência prática e reflexiva do próprio agente em suas escolhas do dia-a-dia viriam a complementar ou mesmo discordar dos espaços ou lugares onde o ator ou agente poderia desenvolver um prenúncio de consciência reflexiva em Bourdieu.

Peters (2013) levanta argumentos que levam a induzir a abordagem bourdieusiana como neo-objetivista, por não superar todas as barreiras do objetivismo como o próprio intenta fazer, incorrendo em um estruturalismo objetivista no qual o caráter tácito ou pré-reflexivo da operação do *habitus* é insuficiente na teorização negligente quanto à “significação agêntica da consciência reflexiva ou discursiva do ator” (PETERS, 2013, p. 48). Deste modo, a abordagem praxiológica não ofereceria uma alternativa às modalidades objetivistas, mas uma operacionalização das mesmas, caracterizando as estruturas objetivas como “constituição processual contínua dos modos como são historicamente produzidas ou transformadas pelas práticas de agentes hábeis” (PETERS, 2013, p. 50).

Considera-se que os espaços de reflexão possíveis para o ator, em Bourdieu, seriam através de duas possibilidades elencadas pelo próprio. Uma delas, através do efeito de histerese e outra através da auto-objetivação sociológica. Dado que a relação histórico-dialética entre trajetórias dos agentes e reprodução histórica das estruturas coletivas não são ontologicamente separadas, contribuindo para a própria corporeidade das práticas sociais, de modo que não haveria o senso prático sem elas, amparamos nossa análise sobre o princípio de “cumplicidade ontológica” que aproxima ambos os conceitos (PETERS, 2013, p. 52). Gênese das próprias práticas sociais, essa articulação inextricável entre os polos de ação e de estrutura, do sentido subjetivo e das relações objetivas, servirá para entender como a natureza pré-reflexiva de um *habitus* socialmente estruturado e estruturante se relaciona com a atualização prático-intuitiva da conduta nas diferentes situações de existência social, impedindo ou mesmo conservando intactos os pilares da



estruturação original diante das possibilidades de mudança.

De outro lado, também as tentativas de consensos entre teorias tiveram reflexo na teoria da estruturação de Anthony Giddens (2003). Esta, por sua vez, baseia-se no fato de que agentes têm como aspecto do que fazem a capacidade para entender o que fazem enquanto fazem, sendo estas capacidades reflexivas envolvidas de modo contínuo nos contextos da atividade social. Reflexividade que opera no nível discursivo, a consciência prática lhes confere a independência sobre aquilo que os atores conhecem tacitamente, mesmo sem dar uma expressão discursiva direta. Para Giddens (2003), os espaços de apropriação reflexiva se encontram no cotidiano, na rotina e no caráter recursivo com que as possibilidades de mudança se instalam em uma recriação constante das propriedades estruturadas da vida social e do próprio dualismo a que a estrutura está sujeita. Veremos, então, até que ponto ambas as teorias se aproximam e se distanciam na resposta à nossa questão problema.

2. Teoria da Prática e Reflexividade

A exata dimensão da dissensão entre os polos subjetivistas e objetivistas, os quais buscou Bourdieu (2009) superar, encontram-se reunidos na sua definição de práticas sociais. Através deste universo de práticas, a aliança entre o sentido objetivo como “sentido feito coisa e as disposições como sentido feito corpo” (BOURDIEU, 2009a, p. 73) podem ser observadas no tocante à construção deste mundo social e das práticas como estratégias explicitamente orientadas. Permeia a obra de Bourdieu a tematização da transcendência de um objeto social no qual o efeito da recorrência ou da materialização da recorrência nos objetos culturais e nos corpos fosse problematizado à luz, por exemplo, de uma constância ou inércia das formas e dos conteúdos. Razão, talvez, pela qual sua leitura da obra de Sartre foi inserida dentro da definição de uma antropologia filosófica que buscava, sem sucesso, garantir que a crença fosse algo não-corpóreo e, portanto, não-prático (BOURDIEU, 2009a, p. 76).

Trazendo a concepção de que uma ciência do homem se faz do homem, do objeto, mas também do “sujeito da ciência” (BOURDIEU, 2009a, p. 76), a rejeição intempestiva aos imperativos do objetivismo ou do subjetivismo tiveram naquele que negou o purismo de uma teoria da ação e o finalismo do interacionismo um *destruidor* de dualismos dicotômicos. Para Bourdieu, a decisão de crer, esta crença entendida como razão pré-reflexiva de adesão a um campo, seria a própria consequência lógica do argumento da aposta, sendo sua durabilidade a superação de “intermitências da consciência e da vontade” (BOURDIEU, 2009a, p. 80-81). Uma vez que a razão não manteria duravelmente a crença, o costume persuade e o espírito se instala na verdade que prenuncia a própria economia das práticas, definida como razão imanente que “não encontra sua origem nem nas decisões da razão como cálculo



consciente nem nas determinações de mecanismos exteriores e superiores aos agentes” (BOURDIEU, 2009a, p. 84).

Definida dentro desta origem lógica, as práticas são a lógica de ações razoáveis sem ser o produto de um plano razoável, “séries de ações objetivas sem ser explicitamente organizadas em relação a um fim constituído” (BOURDIEU, 2009a, p. 84). Nesta origem já se percebe, portanto, o quanto os objetos de conhecimento são construídos dentro das disposições estruturadas e estruturantes que se constroem dentro da própria prática e orientando-se para ela, em oposição à concepção de que os objetos são passivamente registrados por representações imagéticas.

Ao mesmo tempo que há, em Bourdieu, essa recusa ao objetivismo como uma não-redução das interações com o objeto restritas ao conhecimento ou trocas simbólicas (BOURDIEU, 2009b), a sociologia reflexiva bourdieusiana é cética quanto a possibilidade de tematizar reflexivamente como se dá a apreensão e a reflexão sobre tais objetos em um processo contínuo (PETERS, 2013). Definindo-se a natureza da prática como produtos objetivados e incorporados da prática histórica, os *habitus* e a estrutura a que se refere Bourdieu não prescindem de uma lógica circular, abstracionista e reprodutivista com que, por exemplo, o próprio conceito de *habitus* se fecha a encadeamentos mais maleáveis (KAUFMANN, 2003) ou mesmo variedades empíricas raras de comportamento (PETERS, 2013, p. 56).

Enquanto o *habitus* se traduz em condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência, funcionando como disposições duráveis e transponíveis, o chamado cálculo estratégico do *habitus* estima possibilidades do efeito passado em objetivo esperado bastante limitadas às condições sociohistóricas de produção e de adaptação (BOURDIEU, 2009b). Excluindo a deliberação, a maneira *prático-intuitiva* (menção ao senso prático) com que esse *habitus* se adapta às situações de sua existência social desconsideram as situações hipotético-reflexivas de sua criatividade e inventividade para além das fronteiras objetivas estabelecidas em sua própria gênese e dentro da sua própria constituição (PETERS, 2013).

Como resultado deste senso prático que tende a se adaptar às situações impensáveis ou inapropriadas do “não é para nós”, submetendo-se a uma ideia de ordem em nome da recusa ao recusável e adesão ao inevitável, o cálculo de probabilidades se dá de forma que as antecipações de práticas fundadas na experiência passada pautam as chances possíveis que recaem sobre este mesmo cálculo de probabilidades. Quando a própria condição de existência se encontra refém de uma classe determinada ou mesmo de sua historicidade circular, a conformidade das práticas e a sua constância ao longo do tempo fixam alternativas que estão inscritas em um estado anterior ao próprio sistema, governando corpos, forças interiores, motivações e decisões (BOURDIEU, 2009b). A prática é governada pela própria estrutura da qual ela é produto e, na proposição de superar tanto o determinismo como a



liberdade, Bourdieu formula uma praxiologia fundada na “capacidade infinita de engendrar uma liberdade controlada”, sendo esta liberdade igualmente produto de uma classe determinada de regularidades objetivas, objetivamente reguladas à lógica específica de um campo e à “reprodução das regularidades imanentes” (BOURDIEU, 2009b, p. 92).

Esta liberdade, portanto, surge quanto maior for a posse do *habitus* sobre os meios de expressão objetivamente disponíveis, quando as improvisações são reguladas e se percebe a capacidade do corpo, depois do sentido objetivado, levar a sério uma magia performativa do social como a própria virtude da incorporação dentro de um campo (BOURDIEU, 2009b). A produção de objetividade e de consenso sobre o próprio sentido das práticas e daquilo que o mundo assegura, senso prático tornado senso objetivado (BOURDIEU, 2009b), faz com que o *habitus* tenda a “garantir sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança”, garantindo um meio “ao qual esteja tão pré-adaptado quanto possível” (BOURDIEU, 2009b, p.100). Observa-se, como demonstra Peters (2013), que a teoria da prática se baseia em uma cumplicidade ontológica, na qual a origem de dois conceitos como *habitus* e campo não encontram uma operacionalidade prática caso não estejam juntos, destacando-se, contudo, que nessa relação dialética a gênese sempre começa pelo conceito de campo.

Eis que surge desta rusga entre campo e *habitus* os indícios contingentes que induzem Bourdieu a tratar as deliberações dentro das disposições como ocasiões raras de disjunção entre campo e *habitus*, ao mesmo tempo em que disponíveis para atores conscientes reflexivamente dos encadeamentos objetivos de suas próprias condutas. Para tanto, uma vez que as experiências passadas desenvolvem nos atores o evitamento não-consciente e não desejado de uma informação desnecessária que pusesse em cheque a própria natureza das condições objetivas sobre as quais o *habitus* se fundou, ocorreriam “disposições mal ajustadas às possibilidades objetivas” (BOURDIEU, 2009b, p. 103) e, portanto, o efeito de histerese no processo de adaptação ou inadaptação aos “ajustamentos” antecipados do *habitus* ao campo.

Para Bourdieu (2009b), à parte do efeito de histerese, a ação racional possível não ocorreria a não ser com eruditos, pois precisaria de um conhecimento de todas as intenções dos particulares, tecendo um novo sistema de possibilidades objetivas, nos quais os agentes teriam acesso à “totalidade dos passos e das circunstâncias de suas ações” (BOURDIEU, 2009b, p. 104). Esse esforço por parte do agente de auto-objetivação sociológica, para Peters (2013), permitiria o acesso reflexivo e consciente do ator especializado a dimensões do seu próprio *habitus*. Somente, portanto, a esse ator sociologicamente reflexivo seria permitido enxergar os “ajustamentos ou antecipações às exigências de um campo” (BOURDIEU, 2009b, p. 108), possuindo uma noção da transição entre história incorporada e história objetivada, de modo que o senso do jogo e, portanto, o próprio senso prático como produto das estruturas objetivas do



espaço do jogo, fosse nítido e compreensível.

Uma vez que o pertencimento a um campo implicaria o senso do jogo, isto é, a magia performativa que permite ao jogador não questionar sua própria formação, é no jogo que o conceito de campo se oferece pelo que é, sendo a entrada no jogo um contrato de adesão infraconsciente do *habitus* às disposições objetivadoras do campo (BOURDIEU, 2009c, p.109). O ator sociologicamente reflexivo seria capaz, portanto, de perceber o papel da crença no pertencimento a um campo, a fé prática e restritiva a tudo que põe o jogo em risco, os atos de reconhecimento, os capitais simbólicos e, por fim, a adesão imediata entre *habitus* e campo. Este ator não seria o autômato que arrebatava o espírito sem que ele perceba (BOURDIEU, 2009d).

Com a teoria da prática de Pierre Bourdieu ancorada na existência da relação causal e cúmplice de uma interrelação entre “matrizes socialmente adquiridas de produção da conduta social (*habitus*)” e as “propriedades estruturais dos contextos de socialização, atuação e experiência dos agentes (campo)” (PETERS, 2013, p. 52), a disjunção ou desencaixe no processo ocasionaria um descarrilamento, gerando um rompimento no ciclo em que o confronto com uma nova realidade desencadearia na interiorização e incorporação de inesperados esquemas alternativos (KAUFMANN, 2003).

Dentro da teoria bourdieusiana da prática, os processos de autorreflexão e autotransformação reflexiva só poderiam ocorrer, como foi descrito, a partir do ator não-leigo capaz de auto-objetivar sua própria trajetória ou perceber o processo de histerese. Processo de mudança social discutido na obra de Bourdieu, o efeito de histerese ocorre quando a “ativação das disposições encarnadas no *habitus* é exigida em contextos diferentes daqueles que o produziram”, havendo o desajuste entre “condições de produção” e “condições de funcionamento” entre *habitus* e campo (PETERS, 2013, p. 54).

Isto é, em uma das hipóteses, o ator reflexivamente munido de uma erudição pregressa à própria condição enquanto sujeito sociológico é capaz de reconhecer, nos seus passos e valores cultivados, as características que são fundadas e governadas pela estrutura em favor dela; de outro, a quebra da cumplicidade ontológica entre *habitus* e campo, entre “expectativas e disposições subjetivas” e “condições e efeitos objetivos” (PETERS, 2013, p. 54-55), abre espaço para motivações reflexivas impingidas por esta dissonância.

O que se critica, tanto dentro da perspectiva de Kaufmann (2003) como de Peters (2003), é a necessidade de um fenômeno ou desencaixe de circunstâncias sociais e históricas para que os atores possam sair do automatismo estrutural. E, dentro dessas experiências de disjunção, a capacidade criativa desse sistema de disposições ainda se encontra refém de uma cumplicidade em não ameaçar as estruturas do campo ou mesmo que sua inventividade se encontre dentro de limites objetivos. Bourdieu, neste sentido, não ultrapassa, como propõe, o objetivismo, subordinando teoricamente o “polo da agência ao polo da estrutura” (PETERS, 2013, p. 55).



Em comparação com Giddens, haveria um déficit de reflexividade no retrato bourdieusiano deste ator. Para Peters (2013), Bourdieu trata *habitus* e campo como duas estruturas e, não sendo tratada como tal, o *habitus* permitiria uma reflexividade ao ator leigo. A ação no autor é caracterizada, pois, pela dialética entre estruturas objetivas do passado e as do presente, lugar no qual a “atualização” contínua dos contextos estruturais tem maior dimensão que o poder de reflexividade do ator leigo.

Os espaços que compreendem essa consciência reflexiva do ator e, portanto, de não-cumplicidade ontológica, em Bourdieu, são escasseados para além do que o próprio autor poderia admitir, em seu construto teórico, sobre a importância da contingência, das experiências pessoais e de aprendizado ao longo da vida deste ator. Por fim, também ao ator leigo cabem ser consideradas todas as restrições ou aparentes restrições empíricas a uma efetiva não-reflexividade induzida por uma urgência da prática

3. Teoria da Estrutura e Reflexividade

Giddens, por sua vez, concentra-se sobre a natureza da ação humana e do *self* atuante em relação à maneira como a interação deve ser conceituada e em contato com as instituições. O autor, assim, reafirma seu afastamento dentro do que é o consenso ortodoxo em leis que buscam generalizações de seus conceitos. À parte seu afastamento de uma das controvérsias de caráter epistemológico na teoria social, concentrando-se na natureza ontológica do próprio objeto, o autor se preocupa em estimular uma reelaboração do modo como os cientistas sociais trabalham. Em outras palavras, novas concepções do fazer humano, ser humano, reprodução e transformação social são a base para a chamada teoria da estruturação.

A teoria da estruturação, por sua vez, baseia-se no que Giddens (2003a) concebe por dualidade da estrutura, isto é, a capacidade inerente que os polos de agência e estrutura têm de se misturar. Centrado no fluxo contínuo da conduta cotidiana e nos contextos da atividade social, os atores possuem uma consciência prática através de um conhecimento prático daquilo que fazem sem necessitar de uma expressão discursiva, ao passo que uma consciência reflexiva, a qual lhes permite refletir sobre o curso da ação, dialoga com o conhecimento pelas práticas serem constantemente objeto de reflexão e renovação, com base em novas percepções. Segundo Cohen (1999), a proposta inaugurada por Giddens visa não só reconciliar ação e coletividades, mas contribuir para um debate cujas raízes positivistas sobre o superdimensionamento da ação estavam até então espalhadas em princípios de uniformidades da práxis.

Tanto Bourdieu como Giddens demonstram uma preocupação de sair dos polos de domínio do objetivismo: um pela praxiologia estrutural-objetivista,



outro reformulando as expectativas acerca do objeto das ciências sociais. Na teoria da estruturação, todavia, o que está em jogo não é a diferença entre pontos de vista epistemológicos sobre um mesmo objeto constituído, mas a forma como se observa e como o construímos. A saber, “não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo.” (GIDDENS, 2003b, p. 2). Sendo recursivas, as atividades sociais humanas são continuamente recriadas pelos atores através dos meios pelos quais estes se expressam como atores, não havendo a fundação do universo das práticas a partir de um só ponto. Na reprodução destas atividades, os próprios atores reproduzem as condições propícias para que elas se deem, havendo uma cognoscitividade no envolvimento dos atores com a ação (GIDDENS, 2003b).

A *cognoscitividade*, para Giddens (2003b), descreve a relação consciente do ator com o universo das práticas e de sua continuidade. Contrariamente a ser um ator passivamente sujeito da ação, a ordenação recursiva destas práticas sociais presume que a reflexividade esteja diretamente relacionada com a continuidade de práticas, tornando isto possível através de uma relação com o tempo e o espaço que fazem estas práticas nitidamente “as mesmas” (GIDDENS, 2003b, p. 3). Em outros termos, a consciência do ator em relação às práticas que, naturalmente, se repetem ou levam a determinados fins, em determinados locais e na observação da própria realidade circunstante, fundam uma autoconsciência do caráter monitorado de um fluxo contínuo da vida social.

Em termos modernos, conforme Giddens (1991) assegura em sua discussão sobre a modernidade, conceitos como confiança e tradição estão diretamente relacionados à maneira como os atores são autoconscientes de suas ações no espaço e no tempo. O desenvolvimento desta ação estaria diretamente ligado a como os atos são “constituídos apenas por um momento discursivo de atenção à *durée* da experiência vivida” (GIDDENS, 2003b, p. 4). E a monitoração reflexiva da ação, por sua vez, estaria ligada não só a essa *durée* da experiência do indivíduo em relação aos outros, mas na própria característica de racionalização e motivação da ação.

A base para que os atores desenvolvam um entendimento teórico de suas atividades não está no controle ou fluxo de suas atividades, mas em sua percepção dos aspectos físicos e sociais dos contextos sobre os quais eles se movem. Isto é, muito além da necessidade de elaborar uma consciência discursiva sobre suas ações, os atores são sujeitos de motivação apenas como potencial de ação nas situações de ruptura para as quais um motivo seja requerido. A monitoração reflexiva, por sua parte, está ligada ao modo como suas ações se encaixam nos ambientes que as recebem e, por sua vez, são também racionalizados e objeto de monitoração (GIDDENS, 2003b).

Para Giddens (2003b), a noção de consciência prática torna-se útil à medida que nem toda ação é motivada. Em uma tensão entre a consciência



reflexiva e a consciência prática haveria, assim, a diferença entre o que pode ser dito e o que pode ser feito. A chamada *durée* cotidiana ocorre em um fluxo intencional de ação, em um contexto no qual os atores são reflexivos com seu contexto e os resultados de suas ações, sendo os lapsos e as chamadas consequências impremeditadas derivativos de atos nos quais a agência, segundo Giddens (2003b, p.10) “não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar”.

A ação surge como missiva independente nos encadeamentos que são capazes de produzir, ou seja, não é preciso haver um ato intencional, calculado ou exercício de poder da agência para que, em um efeito dominó, uma série de eventos ocorra sem que o agente que ocasionou o perceba. Deste modo, os atos involuntários podem ser separados das “consequências involuntárias das ações”, não estando a realização de alguns eventos ao alcance do poder do agente (GIDDENS, 2003b, p.12). Um dos exemplos modernos utilizados por Giddens (1991) estaria no modo como operam os sistemas peritos e como estaria justificada a confiança nos procedimentos de segurança utilizados pelos especialistas para assegurar, por exemplo, a segurança em uma viagem de avião. Muito embora os eventos de uma ação impremeditada não dependam da agência, a consciência reflexiva na “prevenção” contra acidentes é parte do monitoramento de desastres aéreos.

As ocasiões em que há um *feedback* não reflexivo baseado nas condições reconhecidas de uma ação anterior é pertinente, todavia, para saber como algumas consequências intencionais tornam-se regularmente distribuídas enquanto “subproduto do comportamento regularizado reflexivamente sustentado como tal por seus participantes” (GIDDENS, 2003b, p. 16). Isto é, a relação lógica entre ação e poder ocasiona que o caráter de criação de sistemas de eventos está muito mais na ação e, portanto, na capacidade do indivíduo em gerar um estado de coisas do que de um controle efetivo sobre ele. É um poder que escapa à capacidade de exercício do próprio poder em nome de uma práxis, aproximando-se Giddens de Bourdieu pelo menos no que tange a um grau de independência da ação em criar eventos dentro de sistemas.

Para Giddens, o polo oposto ao da agência, a estrutura, deve ser ontologicamente questionada, no sentido de que esta foi largamente emprestada às teses funcionalistas como fator de coerção e restrição. O dualismo dessa estrutura estaria ligado, assim, ao próprio dualismo entre sujeito e objeto social, sendo mais uma “padronização de presenças” e menos uma “redução ao comum” (GIDDENS, 2003b, p. 19). Definindo a estrutura,

Dizer que estrutura é uma "ordem virtual" de relações transformadoras significa que os sistemas sociais, como práticas sociais reproduzidas não tem "estruturas", mas antes exibem "propriedades estruturais", e que a estrutura só existe como presença espaço-temporal, em suas exemplificações em



tais práticas e como traços mnêmicos orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva. (GIDDENS, 2003b, p.20).

Tal sentido atribuído às estruturas, entretanto, não nos impede de reconhecer que elas estão hierarquicamente organizadas em termos de expansão espaço-temporal das práticas que elas recursivamente organizam. Assumindo que estas propriedades estruturais são formas de poder, e que as regras envoltas delas não poderiam ser conceituadas separadamente de recursos, referindo-se ao modo pelo qual “relações transformadoras são realmente incorporadas à produção e reprodução de práticas sociais” (GIDDENS, 2003b, p. 21), é que podemos dizer do ator social leigo ser, em si, sociologicamente reflexivo.

Para Giddens (2003b), todo ator social seria um “teórico social no nível da consciência discursiva e um especialista metodológico nos níveis da consciência prática e discursiva” (GIDDENS, 2003b, p. 21). Sobre o ponto de vista deste ator reflexivo, mesmo críticos de Bourdieu afirmam ser melhor utilizar a ideia de sistemas sociais para trabalhar com “redes de relações cooperativas” ou conflitivas nos quais estes atores se inserem (PETERS, 2013, p. 68). Para o próprio Giddens, aliás, reavaliando os usos da palavra estrutura, os conceitos de “sistema” e “estruturação” cumpririam muito desta função de constituir-se enquanto regras e constituição de significados nos modos de conduta social, sendo também as regras e os recursos meios de reprodução desse sistema. O ator social, assim, estaria livre para que seu curso de ação escape ao controle das regras, podendo este concordar ou não com elas, estando aquém do que seriam práticas rotineiras (GIDDENS, 2003b, p. 25).

Os termos de análise social deste ator reflexivo concebem que o conhecimento das técnicas de fazer na atividade social são metodológicos por excelência, estando as regras mais submetidas à reprodução de práticas institucionalizadas “mais profundamente sedimentadas no tempo-espaço” (GIDDENS, 2003b, p. 26), do que na reprodução de condutas ou padrões de conduta dos atores, como quer Bourdieu. O princípio de dupla hermenêutica nas teorias e descobertas das ciências sociais não está totalmente apartado do universo de significado e ação de que elas tratam, algo que prenuncia uma reflexividade do ator leigo sobre categorias e conceitos utilizados por sociólogos e, portanto, um grau de “consciência metodológica” conferido ao ator (GIDDENS, 2003b).

Em Giddens (2003b), a constituição de agências e estruturas não parecem dadas independentemente, mas respeitam uma dualidade evidente. A reprodução de sistemas sociais significa analisar a maneira como tais sistemas, fundamentados na atividade cognoscitiva dos atores apoiados em regras e recursos na diversidade de contextos de ação, podem ser “produzidos e reproduzidos em interação” (GIDDENS, 2003b, p.30). A dualidade da estrutura, logo, demonstra que essa estrutura não é externa aos indivíduos,



sendo antes organizadas como propriedades de sistemas sociais e conjuntos de relações de transformação organizados. Não é somente externa, conforme é concebida por outras tradições teóricas, mas também interna, à medida que transmite propriedades sistêmicas.

Sem ser vista como coerção, a estrutura é restritiva e facilitadora. Essa estrutura não teria, sobretudo, existência independente do conhecimento que os agentes possuem a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana. Para Giddens,

Os agentes humanos sempre sabem o que estão fazendo no nível da consciência discursiva, sob alguma forma de descrição. Entretanto, o que eles fazem pode ser-lhes inteiramente desconhecido sob outras descrições, e talvez conheçam muito pouco sobre as consequências ramificadas das atividades em que estão empenhados. (GIDDENS, 2003b, p. 31).

Pela maneira como se retrata o polo da agência em conexão com o polo da estrutura, sobretudo no modo como se percebe a monitoração reflexiva dentro de determinados contextos, há tanto potencialidades como limitações. O esforço, todavia, de reflexividade do mundo social estaria tão restrito aos atores como igualmente às ideias produzidas pelos teóricos quando tendem a ser inevitavelmente realimentadas dentro da própria vida social. Os processos de integração, neste meio, dependem mais de uma relação entre atores e coletividades, baseados no uso que estes fazem dos recursos, do que da monitoração reflexiva, gerando recursos tanto para monitorar e “controlar” objetos quanto pessoas (COHEN, 1999, p. 414) baseados no conhecimento que subentende a prática social e o seu aprendizado.

4. Considerações Finais

Para Pires (2007), as propostas de Bourdieu e Giddens possuem polos em comum, referenciando “duas componentes dos processos de incorporação e dois modos de generatividade” (PIRES, 2007, p.35). Ambas as teorias, para o autor, são dimensões complementares de uma estrutura internalizada no processo de incorporação de ordenamentos ou processos de aprendizagem do social, havendo polos hiper-reflexivos ou sub-reflexivos nos graus de liberdade a que estas ações estão sujeitas. Possibilidades, pois, de limites da ação que ganham por não serem caso geral, mas domínios, circunstâncias e tempos específicos.

Do ponto de vista da capacidade do ator reflexivo em desenvolver esta reflexividade, a questão se assenta sobre os espaços possíveis. Em Bourdieu (2009d), a historicidade circular das práticas e os encadeamentos de disposições objetivadas somente permitem que essa consciência reflexiva seja desenvolvida nas duas possibilidades anteriormente previstas. No



caso de Anthony Giddens (2003b), o potencial reflexivo do ator leigo, isto é, não-sociólogo, não diferencia a possibilidade de apreensão do mundo social entre eruditos e não-eruditos, considerando que a própria prática e a vida em sociedade subentende “conhecimentos mútuos” (COHEN, 1999) e metodologias de caráter reflexivo.

Aquilo que pode faltar, tanto em um autor como em outro, diz respeito aos processos contingenciais de apropriação do social através de uma memória dos objetos, dos corpos e de experiências não abordadas diretamente por eles, algo que consideraria a consciência reflexiva em um nível de modo contínuo não só de relação com pessoas, mas com o próprio corpo e com as coisas que compõem a vida social como um todo. Isto é, percepção de processos de ruptura ou mudanças bruscas, por exemplo, ao se conceber as alterações do curso da ação derivados de pensamentos alternativos e da relação com os objetos, conforme o propõe Kaufmann (2003).

Como demonstra Bourdieu, a reflexividade do ator leigo se encontra amparada pela auto-objetivação e pelas disjunções entre agência e estrutura. Giddens, de outro modo, formula ontologicamente tanto o ator em seu processo de racionalização da ação, como também a própria natureza ontológica deste conhecimento. Um conhecimento, por sua vez, acessível e sociológico em todos os níveis, muito embora os espaços, condições e lugares de suposição da reflexividade nos atores sejam percebidos de formas diferentes por ambos os autores.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A antropologia imaginária do subjetivismo. In: _____. **O Senso Prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009a. p. 70-86.

_____. Estruturas, habitus, práticas. In: _____. **O Senso Prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009b. p. 86-108

_____. A crença e o corpo. In: _____. **O Senso Prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009c. p. 108-133

_____. A objetividade do subjetivo. In: _____. **O Senso Prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009d. p. 226-239.

COHEN, Ira J. Teoria da Estruturação e Práxis Social. In: Giddens, Anthony e Turner, Jonathan (Orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

GIDDENS, Anthony. Introdução. In: _____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.



_____. Elementos da Teoria da Estruturação. In: _____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003b. p. 1-47.

_____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

LEVINE, Donald N. Formando e Transformando uma Disciplina. In: _____. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

PETERS, Gabriel. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.28, n.83, p. 47-71, 2013.

PIRES, Rui Pena. Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura. **Sociologia, problemas e práticas**, Oeiras, n° 53, p.11-50, Jan-2007.

KAUFMANN, Jean-Claude. **Ego**: Para uma sociologia do indivíduo. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

Como citar este artigo:

OLIVEIRA NETO, João Matias de. Há reflexividade do ator leigo? Objetivação, prática social e consciência reflexiva em Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 261-274, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.476>

Data de submissão do artigo: 01/06/2020

Data da decisão editorial: 31/05/2021



O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares como a materialização do (neo) conservadorismo na educação pública brasileira

Renata Cecilia Estormovski¹

Resumo: O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) foi instituído com o objetivo de qualificar o ensino público ofertado em contextos de vulnerabilidade social, em uma colaboração entre Ministério da Educação e Ministério da Defesa. Neste estudo, intenta-se compreender os vínculos desse Programa com o movimento neoconservador e discutir suas implicações para a educação pública, em específico para seus processos de gestão. Para isso, realiza-se uma pesquisa qualitativa e documental com o procedimento de análise de conteúdo, sendo abordados os modelos pelos quais o Estado brasileiro se constituiu historicamente, entendendo os laços de autoritarismo e de privatismo que seguem presentes na cultura política e sua relação com a conjuntura neoliberal e neoconservadora que se materializa.

Palavras-Chave: Neoconservadorismo. Escolas cívico-militares. Gestão escolar.

The National Civic-Military Schools Program as the materialization of (neo) conservatives in brazilian public education

Abstract: The National Civic-Military Schools Program (Pecim) was created with the aim of qualifying public education offered in contexts of social vulnerability, in a collaboration between the Ministry of Education and the Ministry of Defense. In this study, we intend to understand the links between this Program and the neo-conservative movement and discuss its implications for public education, specifically for its management processes. For this, the analytical-reconstructive methodology and the content analysis procedure are used, approaching the models by which the Brazilian State has historically been constituted, understanding the ties of authoritarianism and privatism

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo – Bolsista CAPES - e professora da rede pública estadual do Rio Grande do Sul. Soledade, Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5714-8928>. E-mail: renataestormovski@gmail.com.



that are still present in political culture and its relationship with the neoliberal and neoconservative conjuncture that materializes.

Keywords: Neoconservatism. Civic-military schools. School management.

1. Introdução

As escolas militares são referenciadas no Brasil, em discursos de senso comum, como sinônimo de qualidade e de rigor. Nos discursos proferidos pela população, a admiração por esse modelo educativo é notória, o que é reforçado quando da divulgação de seus resultados positivos em avaliações externas e quando há aparições coletivas dos discentes em desfiles realizados em datas cívicas. Isso é ilustrado pela alta procura por vagas nessas instituições, geralmente disputadas por muitos candidatos em processos seletivos com elevado grau de dificuldade. Tais escolas, mesmo sendo classificadas como públicas, possuem uma sistemática própria, que diverge de normas constitucionais, como a da gratuidade, constantemente contrariada com a cobrança de taxas, e do acesso universal, barrado por vestibulares próprios, o que é aceito com relativa naturalidade e questionado por poucos grupos.

Valendo-se desse reconhecimento popular ao modelo, a ampliação da militarização das escolas públicas, mesmo que em um formato de implementação particular, foi uma das principais propostas da equipe eleita para comandar o governo federal no período entre 2019 e 2022. Um de seus primeiros atos, inclusive, foi a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, com o Decreto nº 9.465, em 02 de janeiro de 2019, sucedido pelo Decreto nº 10.004, de 05 de setembro do mesmo ano, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). O objetivo deste estudo, diante disso, é analisar esse Programa e compreender sua relação com o movimento neoconservador que se assenta na conjuntura atual associado a preceitos neoliberais, discutindo, a partir disso, suas implicações para a educação pública, em específico para os processos de gestão. Considerar-se-á, ainda, essa vinculação com os modelos que pautaram a cultura política historicamente no Brasil e que se consolidaram mediante percepções e práticas autoritárias e privatistas, com as quais não houve uma ruptura e que corroboram com a concretização de projetos como o analisado.

Essa construção é realizada por meio de uma pesquisa documental e qualitativa, adotando como procedimento a análise de conteúdo, e é organizada a partir da explicitação de teorias que discutem a organização do Estado brasileiro, seguida da descrição do Pecim e, com o embate reflexivo entre ambas, da construção de uma análise que dê conta dos objetivos delineados. O conceito de relação em Lukács (1958) é utilizado como forma de compreender a vinculação da iniciativa em análise com a conjuntura macrossocial, considerando que, para o autor, o singular e o universal se



estabelecem em um constante movimento mediatizado pelo particular.

2. O (neo)conservadorismo como condutor das políticas educacionais brasileiras

As políticas públicas podem ser conceituadas como ações do Estado voltadas à coordenação de meios públicos e atividades privadas com vistas ao alcance de propósitos “socialmente relevantes e politicamente determinados” (BUCCI, 2006, p. 39). Seu processo de formulação implica na tradução de intenções em dispositivos com legitimidade política que resultem em alterações reais nas condições de vida da população, produzindo mudanças concretas na sociedade (SOUZA, 2003). Essa ação, contudo, não é neutra, e está em relação com a cultura política que rege as instituições públicas e que interfere na maneira como o Estado articula sua atuação e o provimento dos serviços públicos.

Como cultura, Jordan e Weedan definem um “conjunto de práticas materiais que constituem valores, significados e subjetividades” (apud ALVAREZ et al, 2000, p. 18, grifos do autor) que não são uma esfera, mas que se estabelecem como uma dimensão das instituições, sejam elas políticas, econômicas ou sociais. Assim, tais práticas e representações, quando imbricadas em ações públicas e privadas, trazem interpretações distintas que materializam, por meio do Estado, políticas particulares. Como consequência, interferem na forma como os cidadãos são impactados ao utilizarem, ou ao serem privados, de um determinado serviço público. Na estruturação do Estado brasileiro, Filgueiras (2018) identifica três modelos norteadores da maneira como a administração pública se constituiu, a partir da cultura política em voga, e arquitetou suas ações nos mais diferentes setores, entre eles o educacional: o patrimonialismo, a burocracia e o gerencialismo.

O primeiro modelo é referenciado por Filgueiras (2018) como aquele em que não há impessoalidade e racionalidade na administração pública, com a permeabilidade entre interesses públicos e privados e a legitimação dos privilégios que reforçam as separações entre as classes sociais, impedindo a mobilidade entre elas. Mendonça (2001) acrescenta como característica marcante do patrimonialismo a troca de favores, que historicamente reforçou as políticas públicas brasileiras não como construções universais que visassem à melhoria da vida dos sujeitos, mas como ações parcializadas, engendradas por meio da máquina estatal, direcionadas a grupos específicos que favoreciam interesses de classe. Mesmo sem um patrimonialismo “puro”, como reforçado por Mendonça (2001), essa percepção enraizou-se na cultura política do país e perdurou mesmo com a insurgência de novos formatos de se conceber a administração pública.

A segunda fase, retratada como o modelo burocrático, buscava justamente



incorporar à ação estatal as condutas racionais e impessoais faltantes na etapa anterior de acordo com prescrições weberianas². Contudo, como Filgueiras (2018) destaca, a particularidade do caso brasileiro não permitiu uma ruptura com o formato patrimonialista anterior, mesmo com reformas voltadas à modernização - “pelo alto” (FILGUEIRAS, 2018, p. 73) - da gestão estatal. Tendo o Poder Executivo como articulador das reformulações almejadas, as condutas orientadas por esse modelo fortaleceram um “projeto centralizador e autoritário” (FILGUEIRAS, 2018, p. 73), que defendia a interferência estatal na economia e que, com a ascensão do desenvolvimentismo do período militar, oportunizou um arranjo político particular. No entanto, em meio a crises desse formato, engendraram-se alterações, como a administração indireta de empresas estatais e a orientação do Poder Público seguindo padrões mais próximos aos do mercado, que trouxeram contradições e aprofundaram as dificuldades na condução do modelo.

Com a burocratização do aparelho estatal, um sistema de privilégios típico do patrimonialismo, como descrito por Filgueiras (2018), permaneceu, agora com feitos modernizantes e uma visão tecnocrática que resultou “no descontrole financeiro, na falta de responsabilização de governantes e burocratas perante a sociedade, na politização indevida da burocracia, além da fragmentação excessiva das empresas públicas, com a perda de foco na atuação governamental” (FILGUEIRAS, 2018, p. 74). Com a reabertura democrática, a partir da década de 1980, os problemas desse modelo se tornaram notórios, motivando uma nova gama de reformas que pretendiam rearticular a forma como o Estado brasileiro se organizava. Na década seguinte, a mais marcante delas foi estabelecida com a publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, em que o modelo gerencial, terceira etapa definida por Filgueiras (2018), tornou-se tácito e passou a orientar as práticas públicas.

Com a incorporação dessa visão, a economia tornou-se orientadora da política e a administração do setor privado foi classificada como a forma mais eficiente para se pautar os serviços ofertados pelo Estado (FILGUEIRAS, 2018). Fomentado pela receptividade a preceitos neoliberais, o modelo gerencial buscou a desburocratização e consolidou o conceito de cidadão cliente, em que o sujeito que usufruía das políticas públicas o fazia como se estivesse em mercado competitivo, aos moldes da Nova Gestão Pública. Era essa concepção quem dava as diretrizes a serem seguidas, com a atuação estatal baseando-se:

na profissionalização da gestão, na preferência por indicadores quantitativos e padrões explícitos de mensuração de performance, no controle quantitativo de resultados, na distribuição de recursos de acordo com a performance da política pública, na descentralização das atividades da burocracia, na competição entre agências do Estado, na flexibilidade da

² Em referência a Max Weber, sociólogo alemão que discutiu a burocracia e seus efeitos na organização estatal. Mais em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/4847/3585>>.



gerência, na disciplina no dispêndio de recursos, no corte de custos diretos e na criação de limites aos custos de transação da burocracia pública (FILGUEIRAS, 2018, p. 75).

Essa construção, todavia, não se desconectou, mais uma vez, dos modelos anteriores, tanto que a tradição burocrática foi reinvocada após os anos 2000, especificamente em sua característica de centralizar decisões, para fortalecer o serviço público por meio do que teóricos mencionam como neodesenvolvimentismo ou novo-desenvolvimento. Como Branco (2009) destaca, esse movimento teve uma duração menor do que quinze anos e buscou estimular o crescimento econômico ao mesmo tempo em que propunha políticas sociais voltadas à equidade. Esse ciclo, que não rompeu, mas flexibilizou alguns dispositivos orientadores do modelo gerencial, enfraqueceu-se principalmente a partir de meados dos anos 2010, em que alterações no contexto governamental propiciaram que afluências neoliberais, que influenciaram de forma estratégica o modelo gerencial e continuavam implícitas nas práticas políticas, se intensificassem.

Dessa construção, depreende-se a compreensão de que os modelos apontados por Filgueiras se constituíram em relação com cargas simbólicas e materiais de formatos anteriores, sem rupturas que demarcassem significativamente o abandono de certas concepções, e de seus entraves, para que se adotassem outras visões de administração pública. Assim, na atualidade, vestígios desses modelos ainda são identificáveis e norteiam, mesmo que indiretamente, a cultura política e a maneira como as políticas públicas são formuladas. Em um cenário em que o neoliberalismo intensifica suas prescrições, dando ao modelo gerencial um formato distinto, inserem-se, associados a ele, princípios neoconservadores, que invocam a reincorporação de práticas autoritárias que, somadas a outras privatistas, tornam as políticas particulares, com materializações como a do Pecim, abordado neste estudo. Dada a relevância desses conceitos, estruturais na análise em curso e na conjuntura que se consolida convencionou-se a necessidade de sua explicitação. De acordo com Harvey, o neoliberalismo é:

[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2005, p. 12).

Ao adotar suas prescrições como norteadoras das práticas econômicas e sociais, Harvey (2005) salienta que o Estado deve ser afastado de funções voltadas à economia, já que não teria informações suficientes para realizar os melhores arranjos no mercado e também por estar sensível a grupos que poderiam usá-lo para o alcance de seus próprios interesses. Dessa maneira, sua atuação precisa ser reduzida à criação e manutenção de estruturas



institucionais que garantam a estabilidade desse modelo, apoiadas por um arcabouço legal e militar que dê sustentação ao funcionamento do mercado, ou que favoreça sua criação caso ainda não exista. Suas concepções foram acolhidas a partir da década de 1970 na maior parte dos países, utilizando-se da crise do Estado de bem-estar social, e tornaram-se hegemônicas (HARVEY, 2005), sendo incorporadas ao pensamento e aos discursos cotidianos, modificando a forma como os sujeitos passaram a interpretar o mundo.

A neoliberalização, aplicação de tais preceitos à realidade, contudo, denota que, ao enquadrar todas as ações humanas em relações contratuais de mercado, reforça-se uma ética particular (TREANOR apud HARVEY, 2005), que substitui as crenças até então cultivadas e redireciona todas as relações sociais com base nesse novo paradigma. Há, assim, o cultivo de desconfiança com a democracia, tida como um risco “aos direitos individuais e às liberdades constitucionais”, e sendo um luxo possível somente em condições de afluência e de “forte presença da classe média para garantir a estabilidade política” (HARVEY, 2005, p. 77) e com formas de solidariedade social, como aquela resultante da organização sindical (HARVEY, 2005). Isso faz com que haja uma ampliação de parcerias público-privadas como forma de “integrar a tomada de decisões do Estado à dinâmica da acumulação do capital e às redes de poder de classe” (HARVEY, 2005, p. 86). Diante disso, além da diminuição da atuação do Estado nas políticas sociais, da privatização, da desregulamentação e da flexibilização que, como Harvey (2005) ilustra, resulta em instabilidade e desproteção do trabalho, baixos salários e perdas de benefícios para os sujeitos, incentiva-se também a competição, o individualismo e a busca incessante por lucro, redirecionando as intenções dos sujeitos e tornando instáveis as relações, o que, como alerta Harvey, pode resultar em um caos social.

A fim de evitar tal desordem, a convocação de uma resposta neoconservadora poderia conter a permissividade moral resultante da exacerbação de interesses individuais, em um movimento que, como Harvey explica, é compatível “com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado” (2005, p. 92). Além disso, o neoconservadorismo se torna adequado por “restaurar um sentido de propósito moral, alguns valores de ordem superior que constituam o centro estável do corpo político” (HARVEY, 2005, p. 93). Busca o controle social para legitimar suas concepções, com a criação de uma comunidade moral centrada no “nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de uma certa modalidade evangélica), nos valores familiares e em questões de direito à vida” (HARVEY, 2005, p. 94). Ainda, tais valores se pautam na contrariedade a movimentos voltados aos direitos de minorias, como mulheres e homossexuais, e de defesa ao meio ambiente, além de se salientarem como uma forma de restaurar o poder da classe dominante. Procura, enfim, restabelecer, com certo saudosismo, uma ordem, com a militarização sendo uma de suas principais estratégias.



No panorama brasileiro, assim, a tradição de uma cultura política privatista e autoritária não teve rupturas com a inserção de um padrão economicista, que foi inserido e é intensificado pelas diferentes investidas do neoliberalismo e, mais recentemente, tornado particular com a incorporação do neoconservadorismo. Afinal, como esclarece Mendonça, as:

[...] influências liberais, que por aqui aportaram, adaptaram-se aos interesses de grupos, dando origem a uma forma especial de liberalismo calcado mais nesses agregados sociais que no povo. A cultura política autoritária predominou, intercalada por espasmos de democracia. (MENDONÇA, 2001, p. 84).

Esses episódios de isolados de participação, mesmo com sua relevância, não foram capazes de diluir as contradições vividas na realidade devido a essa conjugação distinta. Na educação, em relação com as demais políticas setoriais afetadas por tais práticas e representações, as políticas materializam esses princípios, como será discutido nas próximas seções.

3. A instituição do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares nas escolas públicas brasileiras

Uma das iniciativas educacionais com maior divulgação e que tem nutrido extensas expectativas de parte significativa da população em um recorte temporal recente se refere ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), instituído por meio do Decreto nº 10.004, de 05 de setembro de 2019, e que aponta como sua finalidade a melhoria da qualidade da educação no Ensino Fundamental e Médio. O Programa direciona-se a instituições públicas regulares estaduais, municipais e distritais e será implementado em colaboração entre essas esferas de governo e o âmbito federal, sem abandonar outros programas aos quais as escolas possam estar vinculadas. A adesão ao Pecim implica no apoio público às instituições por meio de auxílio técnico e financeiro, que também será concedido a escolas que possuam outros modelos de gestão compartilhada com civis e militares, padronizando as iniciativas.

Como descreve o decreto, o Programa se constitui como um modelo de excelência na gestão, que é subdividida em três pilares: educacional, ou dos processos educacionais, termo também usado no documento, didático-pedagógica e administrativa. A primeira dimensão remete ao processo formativo discente voltado ao desenvolvimento integral, o que consiste na atuação cidadã dos alunos nos espaços distintos aos da sala de aula. Para isso, valores humanos e cívicos devem ser ministrados para a formação do que seriam bons comportamentos e atitudes. O segundo pilar é mencionado como relativo ao apoio ao processo de ensino-aprendizagem, com foco na proposta pedagógica, na supervisão escolar, na psicopedagogia e na avaliação desses processos, respeitando-se a autonomia das secretarias e as atribuições dos



docentes. Esse ponto é o único em que os militares não atuarão diretamente, conforme o Portal do MEC³. E o terceiro âmbito da gestão citado refere-se à racionalização dos recursos financeiros e materiais.

Entre os objetivos mencionados no documento em análise estão a sensação de pertencimento dos discentes à escola, a melhoria da estrutura física e das condições de trabalho dos docentes e dos demais profissionais que atuam na instituição de ensino, a diminuição de índices de violência nesse espaço e a redução de índices de evasão, abandono e repetência. Como um de seus princípios, o Programa buscará, preferencialmente, atender a escolas situadas em contextos de vulnerabilidade social e se dispõe a dar melhores condições de acesso à educação aos sujeitos. Posteriormente, no mesmo documento, afirma também enfatizar a permanência, a aprendizagem e a equidade.

O modelo de gestão é inspirado naquele utilizado em colégios militares e incentiva a adoção de boas práticas como forma de qualificar a educação pública. A elevação dos índices educacionais e a avaliação contínua são destacados no Programa, que prevê parcerias com secretarias de segurança pública dos estados e do Distrito Federal e a contratação de militares para que tomem parte na gestão das escolas cívico-militares. Caso esses profissionais sejam oriundos das Forças Armadas, não poderão mais estar desempenhando suas funções de origem; se vinculados à polícia ou ao corpo de bombeiros militares, devem ter atuação como oficiais ou praças.

Conforme o decreto em questão, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é oferecido em colaboração entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Defesa, que o apoia. O MEC irá capacitar os profissionais que atuarão no Programa, estabelecerá os critérios para a adesão das escolas, organizará a maneira com que avaliações e monitoramentos serão realizados, definirá o perfil dos militares ativos e inativos que executarão a proposta, certificará as instituições e irá gerir os recursos destinados ao Pecim. Já o Ministério da Defesa terá como incumbências descentralizar recursos para efetuar a contratação de inativos, colaborar com a definição do perfil profissional daqueles que executarão a gestão das escolas e realizar esse processo seletivo. As Forças Armadas, os entes federativos e as escolas também possuem suas funções definidas, que consistem, basicamente em: selecionar, contratar e gerir os militares inativos, no primeiro grupo; dar condições de implementação, divulgar, prestar informações, monitorar e realizar diagnósticos sobre o Programa, garantir a parceria entre as secretarias envolvidas e disponibilizar docentes e militares, no segundo grupo; e adotar e implementar o modelo conforme previsto, elaborar um diagnóstico e um plano escolar para implementar o Pecim, informar a secretaria a que se vincula

³ As informações detalhadas sobre essa questão podem ser acessadas diretamente no Portal a partir de: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/79931-governo-federal-lanca-programa-para-a-implantacao-de-escolas-civico-militares>.



e o próprio MEC sobre a execução do Programa, integrar os militares e suas atividades à rotina e consultar a comunidade para a aprovação da iniciativa, no terceiro grupo.

O Pecim prevê, para sua implementação, a adesão voluntária de estados, municípios e Distrito Federal, a disponibilização de militares para atuarem nas escolas e sua capacitação, bem como a formação de professores, gestores e outros profissionais que executem suas funções no ambiente escolar. Ainda, a oferta de apoio financeiro e técnico para as instituições de ensino e pedagógico para alunos com dificuldades em sua aprendizagem, a divulgação de boas práticas nos diferentes âmbitos da instituição, a avaliação dos três pilares da gestão, com vistas à certificação, das escolas e a melhoria de sua infraestrutura. Destaca, ainda, que as escolas que aderirem ao Programa não se subordinarão ao Ministério da Defesa, mas que continuarão vinculadas às secretarias de origem.

De acordo com a página do Portal do MEC⁴ destinada a esclarecimentos quanto ao Pecim, a estruturação do Programa se deu a partir da criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares no primeiro semestre de 2019 e o lançamento se deu na Semana da Pátria com uma solenidade no Palácio do Planalto. Até 2023, prevê-se que 216 escolas deverão adotar esse modelo, começando em 2020 com 54 instituições em um projeto-piloto. O site ainda reforça que puderam aderir não apenas escolas em comunidades em situação de vulnerabilidade, mas também instituições com baixos resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), localizadas em capitais ou regiões metropolitanas, que atendem de 500 a 1.000 alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em dois turnos e que possuem aprovação da comunidade. A adesão de municípios e estados é voluntária, sendo seguida da assinatura de termos e da capacitação das equipes para que o Pecim seja implementado.

As adesões, divulgadas em reportagens veiculadas na imprensa no final de 2019 (HARTMANN, 2019), indicam que apenas os estados de Piauí, Sergipe e Espírito Santo não irão fazer parte do Programa, e o governo federal salienta que investirá R\$ 54 milhões na iniciativa. Além disso, desvelam-se diferenças entre o modelo militar tradicional e o cívico-militar, como o fato de que no primeiro o conteúdo é definido pela corporação, enquanto no segundo seguem-se as prescrições dos estados e dos municípios, mas as regras de convivência são orientadas pelos militares. Para a tarefa, são mencionados mais de mil profissionais com atuação primeira nas Forças Armadas, no Corpo de Bombeiros ou na Polícia Militar que serão realocados para as escolas, tendo como estímulo um incremento de 30% em seus ganhos salariais. Profissionais já em reserva são indicados como preferidos em estados como o Rio Grande do

⁴ O Portal do Ministério da Educação conta com informações específicas a respeito do Programa em tela, que podem ser acessadas em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51651-escolas-civico-militares>.



Sul, mas militares em atividade também poderão fazer parte de um processo seletivo que pretende privilegiar aqueles com experiência em projetos como o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). Com relação aos valores direcionados ao Programa, foi manifestado, posteriormente, que serão usados em sua maioria para o pagamento do subsídio dos militares, considerando-se o cálculo de 18 desses profissionais para cada uma das instituições que aderiram ao Pecim.

4. O Pecim como a materialização do (neo)conservadorismo na escola pública

A constituição do Estado brasileiro, como discutido anteriormente com base em Filgueiras (2018) e Mendonça (2001), se pautou em três modelos: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. A forma como essas fases se estabeleceram, contudo, não significou que, com a insurgência de um novo formato de administração pública, houvesse a ruptura com a visão anterior. Isso fez com que houvesse uma configuração particular que preservasse, ou tornasse tácitas em cenários posteriores, condições privatistas, autoritárias e burocráticas, das quais a atual configuração do Estado não se libertou. Essa construção, ainda, foi tornada distinta com o aprofundamento de preceitos neoliberais, que intensificaram o modelo gerencial de administração pública, e neoconservadores, que acrescentaram características particulares às políticas públicas.

O Programa Nacional das escolas cívico-militares, como busca-se argumentar neste estudo, é uma das representações, nas políticas educacionais, desse cenário. É importante, já em um primeiro momento, elucidar que esse modelo se distingue das escolas militares tradicionais ao não realizar processos de seleção de estudantes e ao não, pelo menos de forma explícita em um primeiro momento, efetuar a cobrança de taxas escolares que, mesmo não sendo previstas legalmente, são feitas no outro formato. Além disso, o investimento nas escolas militares⁵ é mais alto do que naquelas instituições convencionais que, ao adotar o regime cívico-militar, terão um acréscimo de valores direcionado, em sua maioria, ao adicional de pagamento dos membros da segurança pública que atuarão nas escolas.

Nesse sentido, salienta-se, *a priori*, a percepção de que o Programa se utiliza da forma como o senso comum encara as escolas militares para impor seu modelo, com a promessa explícita de melhorar a qualidade da educação, formar moralmente os jovens e garantir a segurança de discentes e docentes. Essas expectativas formativas são evidenciadas no decreto que institui

⁵ Os dados a respeito do investimento realizado nesse modelo educativo podem ser melhor compreendidas a partir de: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estudantes-de-colegio-militar-custam-tres-vezes-mais-ao-pais,70002473230>.



o Pecim, que descreve justamente como seu principal objetivo qualificar a educação pública, o que seria concretizado com a proposição de um padrão de gestão classificado como de excelência. Para isso, a organização das escolas cívico-militares deve se estruturar em três pilares, sendo o primeiro voltado ao desenvolvimento de valores humanos e cívicos, o segundo direcionado à qualificação de aspectos pedagógicos, etapa na qual os militares não interfeririam, e o terceiro voltado à racionalização de recursos.

Com relação à promessa de aumentar a qualidade da educação, convém considerar que o conceito implícito nessa construção tende a considerar resultados positivos em avaliações externas como o padrão a ser buscado⁶. Nas escolas militares tradicionais, em que os alunos passam por um processo de seleção anterior à matrícula com habilidades similares às requeridas por esses testes, já há uma condição pré-estabelecida que indica possibilidades maiores de sucesso nesse instrumento avaliativo. No modelo cívico-militar, em que não existe a previsão de um processo seletivo prévio, a reprodução desses resultados pode não alcançar o esperado, já que o formato de aferição de desempenho utilizado considera apenas uma parcela dos saberes escolares, que são hierarquizados, e não contempla os distintos percursos delineados por cada aluno nem seu capital cultural⁷. Os únicos pontos citados no decreto que podem favorecer esse aprimoramento são a menção ao apoio pedagógico para sanar dificuldades de discentes e o combate à evasão, ao abandono e à repetência escolar, sobre os quais não existem explicações. Pelo contrário, a diferença primordial expressa entre essas instituições e as convencionais se destaca como a gestão militarizada. Nessa acepção, parece denotar-se a percepção de que o rigor e a disciplina com os discentes alteraria, por si, a aprendizagem e acabaria com os problemas citados, o que soa como uma relação accidental, pois esses fatores não se salientam nos estudos do campo como definidores de sucesso escolar.

O primeiro pilar da gestão enfocado pelo Pecim, por sua vez, ilustra a preocupação do Programa, que se vincula explicitamente às bandeiras defendidas pelo movimento neoconservador, com a recuperação e o cultivo de valores nacionalistas e cidadãos. No decreto que institui as escolas cívico-militares, essa dimensão é valorada como uma das principais benesses da iniciativa, que ficaria a cargo dos servidores militares atuantes nas instituições que aderirem à proposta. O estímulo a atitudes e o desenvolvimento de comportamentos voltados à cidadania e ao civismo, assim, seriam definidores

⁶ Ainda que a gestão militarizada garantisse qualidade na educação, o que, como é argumentado posteriormente, não é garantido, há modelos mais baratos e mais eficazes quanto a esse aspecto, como é o caso dos institutos federais. Ver mais em: <https://www.sinprodf.org.br/escolas-federais-custam-menos-que-as-militares-e-tem-desempenho-superior-no-enem/>.

⁷ Conceito discutido inicialmente por Pierre Bourdieu ao apontar que os diferentes resultados educacionais dos discentes não procediam apenas de seus esforços ou de suas características individuais, mas estavam em relação com as condições sociais em que viviam. Uma das obras em que essa conceituação é esclarecida é *Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, escrita em parceria com Jean-Claude Passeron.



do processo formativo, trazendo inquietações sobre a inserção preferencial desse modelo em comunidades classificadas como de vulnerabilidade social, como será discutido posteriormente.

Quanto ao segundo pilar descrito, que se volta às condições didático-pedagógicas, cabe a reflexão de que tanto o modelo cívico-militar, como o militar convencional, relacionam-se com um formato de educação norteado por práticas tradicionais de ensino, o que remete à percepção de um saudosismo, típico do neoconservadorismo, com um modelo de escola de mais qualidade, vivido no passado e que se busca recuperar. Isso também está em relação com a percepção do senso comum de que as novas gerações precisariam ser melhor controladas, tendo mais limites em seus comportamentos, o que seria, se não solucionado, amenizado com o controle militarizado na escola. Essa percepção, todavia, carece de fundamentação pedagógica e se associa com o pilar anterior, em que há a concepção de uma escola cidadã, que procura, dentro de seu ambiente, exigir condutas que, para o padrão militar, seriam as corretas a serem reproduzidas na sociedade. A menção às boas práticas nesse modelo, ainda, reforça uma construção neoliberal que não considera a singularidade do processo educativo, mas o compara com o cenário empresarial em que experiências que obtiveram êxito são reproduzidas, o que é reafirmado com a vinculação da avaliação à certificação, esvaziando de sentido uma dimensão complexa do processo de reflexão institucional.

Como alterações pedagógicas, em si, não há descrições que denotem, como abordado, projetos diferenciados ou perspectivas didáticas singulares. Pelo contrário, apesar de citar essa dimensão, o decreto menciona a atuação dos militares como não sendo pedagógica, mas apenas voltada para as funções de gestão e de disciplina dos discentes. Em uma instituição educativa, entretanto, tudo é pedagógico. Afinal, o aprendizado não se resume às aulas regulares e aos conteúdos formais, mas envolve também as relações e as práticas que se constroem nas trocas entre os sujeitos, em seus diálogos e observações. A presença de agentes da segurança pública no cotidiano escolar, assim, precisa ser considerada como pedagógica, pois altera a forma como se constituem as aprendizagens não-formais, que são experiências formativas das quais não se pode abster na rotina da escola.

Quanto ao terceiro pilar, que remete à racionalização dos aspectos financeiros, cabe considerar que essa dimensão se contrapõe à divulgação de recursos significativos para o Programa, que se salientou como um atrativo para as escolas públicas, geralmente acostumadas a valores escassos para sua manutenção. Por se voltar especificamente para contextos de vulnerabilidade social, essa dimensão é reforçada, já que comunidades inseridas em realidades carentes possuem, na maior parte das vezes, dificuldade maior em auxiliar financeiramente em campanhas e eventos que complementem os recursos para a autonomia escolar. No entanto, como divulgado após as adesões das instituições ao Pecim, esses recursos, em sua maioria, não serão aplicados



diretamente nas escolas, mas usados para valorizar financeiramente os oficiais que atuarão no cotidiano escolar. Desse modo, frustram-se as expectativas com o investimento nas próprias escolas, questionando a perspectiva de melhoria da estrutura física das instituições, citada no decreto, além de denotar o favorecimento de uma parcela dos profissionais e, aí, demonstrar equiparação à percepção neoliberal de que os recursos deveriam ser racionalizados. Esse ponto, além do mais, indica a parcialidade das políticas educacionais ao considerar conveniente, ao invés de universalizar recursos, direcioná-los para apenas uma parte das escolas, privando outras de maior investimento.

A gestão da escola, nessa construção, é fragmentada pela perspectiva delineada pelo Programa, sendo dividida em funções nas quais servidores vinculados a outro ministério e com um processo formativo e de atuação profissional diverso daqueles dos docentes, poderão atuar. Ao invés de se pautar na legislação que trata da necessidade de se construir nas escolas uma gestão democrática, amparada na participação da comunidade e articulada com suas necessidades e expectativas, o Pecim impõe um modelo autoritário e de subserviência de alunos, professores e pais a militares e a suas concepções de formação. Afinal, mesmo em um contexto em que se incentive a participação da comunidade escolar, se cultive a atuação de colegiados e se busque efetuar a escolha da equipe diretiva em forma de eleição, haverá a presença e o poder de decisão garantido também aos membros da segurança, diferença substantiva desse modelo, comprometendo-se, assim, a autonomia da gestão das instituições vinculadas ao modelo cívico-militar.

No texto do decreto em questão, destacam-se ainda algumas questões que trazem inquietações quanto à análise em construção. Uma delas refere-se à preferência por comunidades em vulnerabilidade social para a implementação do Programa, que denota a percepção de que nesses contextos práticas austeras e disciplinadoras seriam mais necessárias, reforçando estigmas quanto a dados grupos sociais e sinalizando a carência de limites e regras morais como condições para a marginalização e para a violência. Com essa percepção, criminalizam-se grupos e comunidades⁸ em um processo autoritário de imposição de condutas e de desconsideração das distintas trajetórias pessoais e das diferenças culturais que acompanham cada discente. Indicam, ainda, a ignorância à omissão histórica da atuação do Estado nesses âmbitos, responsabilizando isoladamente os indivíduos pela violência presente nos ambientes que habitam e pelas condições de vida que possuem, em uma concepção de meritocracia, como a defendida pelo neoliberalismo.

Outro ponto se refere às condutas buscadas em escolas militarizadas, que serão reproduzidas no formato cívico-militar, que exigem o uso de uniformes e de um padrão no corte de cabelo, no uso de maquiagem e de

⁸ A criminalização e penalização da pobreza é tema de pesquisas como a de Maria Lúcia Duriguetto, no artigo “Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social”.



acessórios, denotando a intenção de padronizar as juventudes, que geralmente expressam em seu corpo e em seu modo de vestir a sua identidade. Isso indica uma ação comum no neoconservadorismo, que busca limitar as diferenças e padronizar, não só as vestimentas, mas as condutas, adaptando-as ao que seria o arquétipo desejável. Ao mesmo tempo, também reforçam a condenação a movimentos de causa única, como o feminismo, a luta por direitos da população LGBTQI+⁹ ou o movimento negro, partindo de um princípio de falsa igualdade e de direitos iguais para todos, presente no neoliberalismo e reforçado pelo neoconservadorismo.

Esse cenário engendrado, contudo, não é possível apenas pela influência que princípios neoliberais e, principalmente, neoconservadores propiciam na formulação de políticas públicas, especialmente nas educacionais. Como busca-se defender neste estudo, essa configuração, que tem propiciado movimentos intensos e distintos principalmente na América Latina, no Brasil se torna particular justamente por se vincular a práticas e representações que imperam na tradição política há gerações, e com as quais não há rompimento. Dessa forma, a cultura política reproduz vícios privatistas e autoritários, principalmente, que intensificam desigualdades e preconceitos reproduzidos pelas políticas públicas, impedindo uma ruptura que possibilite uma construção efetivamente democrática, plural e justa socialmente.

O Pecim, como assumido em sua gênese, dada a partir de um decreto do Poder Executivo, associa o neoconservadorismo ao passado patriarcal, de poucos direitos e de políticas sociais fragilizadas que nunca se consolidaram como universais, mas como ações focalizadas para determinados grupos. Além disso, preserva valores de classe, incentiva a obediência, sem crítica, a poderes superiores e condena e estigmatiza, *a priori*, os alunos que são alvo do Programa. E a gestão escolar, nesse sentido, não colabora com a superação dessas limitações, já que em si está limitada pela falta de autonomia a qual é submetida com a atuação de profissionais vinculados a outra área, que possuem formação pedagógica distinta e que, pela sistemática de seu trabalho, não estão familiarizados, geralmente, com práticas de diálogo e de coletivização das decisões, mas com comportamentos de obediência aos superiores e de imposição de ordens aos que são considerados seus inferiores.

5. Considerações Finais

A militarização, como mencionado por Harvey (2005), é uma das principais estratégias do neoconservadorismo para manter uma ordem idealizada, preservando valores caracterizados como cristãos, um arquétipo de família mencionada como tradicional e o civismo, ao mesmo tempo em que

⁹ Ver explicações sobre o movimento e sua sigla em: <https://oglobo.globo.com/cultura/lgbtqi-sigla-que-nao-para-de-crescer-reflete-lutas-conquistas-do-movimento-23030040>.



silencia a diversidade. Mas mais do que isso, esse modelo preserva interesses de classe, com o compromisso de não estimular a ascensão de minorias, a construção de justiça social ou de uma democracia sólida. No Brasil, em que a cultura política concretizou nas ações do Estado práticas e representações patrimonialistas e burocráticas, que, com a insurgência de um padrão gerencial intensificaram prescrições privatistas, a ampliação de escolas militarizadas, com suas prescrições autoritárias afins ao neoconservadorismo, concretiza os anseios de parte significativa da população.

Com o Pecim, as políticas públicas materializam essa construção, já que o Programa se constitui como uma proposta particular, em uma referência a Lukács (1978), que associa a escola pública como espaço singular à universalidade da estrutura organizacional do Estado, pautada em uma cultura política autoritária e privatista, e da conjuntura neoliberal e neoconservadora que se estabelece. Utilizando-se de um status de qualidade e disciplina, insere em instituições localizadas em comunidades em vulnerabilidade social um padrão de gestão escolar comprometido com valores de classe e com o desenvolvimento da obediência e da disciplina, frustrando expectativas de democracia na gestão invocadas desde a Constituição Federal de 1988. A crítica social, a valorização da diversidade cultural, a luta por políticas sociais universais e a educação pautada no diálogo e na coletividade, assim, são substituídas por um ensino tradicional, arbitrário e excludente, que parte de um formato de gestão pensado a partir de premissas antiquadas e de concepções autocráticas, que retrocedem movimentos democráticos e impedem sua efetivação nas escolas públicas brasileiras.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura política nos movimentos sociais latino americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

BRANCO, Rodrigo Castelo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 71-91, 2009. Disponível em: <http://www.revistaioikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/132>. Acesso em 04 dez. 2019.

BRASIL. Decreto n. 10.004, de 05 de setembro de 2019. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Brasília, DF, set. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em 03 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Câmara



da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, MARE, 1995.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FILGUEIRAS, Fernando. Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 52, p. 71-88, jan./fev., 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v52n1/1982-3134-rap-52-01-71.pdf>. Acesso em 02 dez. 2019.

HARTMANN, Marcel. RS terá quatro escolas cívico-militares com dinheiro federal em 2020. **Zero Hora**, Porto Alegre, 21 nov. 2019. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/11/rs-tera-quatro-escolas-civico-militares-com-dinheiro-federal-em-2020-veja-onde-ck399kk9v03p801ph4qq9kh49.html>. Acesso em 8 dez. 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 75, p. 84-108, agosto, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a07.pdf>. Acesso em 09 dez. 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p. 11-24, jul./dez., 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743/12116>. Acesso em 8 dez. 2019.

Como citar este artigo:

ESTORMOVSKI, Renata Cecilia. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares como a materialização do (neo)conservadorismo na educação pública brasileira. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 275-291, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.531>



RENATA CECILIA ESTORMOVSKI

Data de submissão do artigo: 27/06/2020

Data da decisão editorial: 12/07/2021